
A CONSTITUIÇÃO DESEJADA

(SAIC: As 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros
à Assembléia Nacional Constituinte)

Análise Sociológica de:

STÉPHANE MONCLAIRE
(Coordenador)

MARIA IZABEL S. MAGALHÃES

CLÓVIS DE BARROS FILHO

FLÁVIA IMPELIZIERI

VOL. I

13

**A CONSTITUIÇÃO
DESEJADA**

A CONSTITUIÇÃO DESEJADA

(SAIC: as 72.719 sugestões enviadas
pelos cidadãos brasileiros à
Assembléia Nacional Constituinte)

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE:

STÉPHANE MONCLAIRE (Coordenador)
MARIA IZABEL S. MAGALHÃES
CLÓVIS DE BARROS FILHO
FLÁVIA IMPELIZIERI

VOL. I

BRASÍLIA — 1991

A Constituição desejada: SAIC: as 72.719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte / Stéphane Monclaire, coordenador. — Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1991.

2 v.

1. Sociologia política. 2. Ciência política.
3. População — Brasil. 4. Cidadão — participação política. 5. Opinião política. 6. Comportamento político. 7. Mulher na política. 8. Banco de Dados. 9. Constituição — Brasil. I. Monclaire, Stéphane.

CDD 320

“A CONSTITUIÇÃO DESEJADA”

PREFÁCIO

Em agosto de 1985, como decorrência de mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente José Sarney, visando à reforma da Carta Magna, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado houve por bem adotar uma iniciativa que se transformou num verdadeiro marco histórico na vida política e jurídica do País.

A leitura da presente obra vem demonstrar que aquela iniciativa teve o mérito de se projetar como uma extraordinária ação, cuja relevância hoje repercute também a nível internacional.

Tratava-se de estabelecer um Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC) com o indispensável apoio do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN), que culminou com a criação de um Banco de Dados único no mundo, capaz de coletar, armazenar e tornar disponível para todos os Constituintes, 72.719 sugestões emanadas das diversas camadas da população brasileira.

Esse acervo, que serviu de valioso subsídio ao trabalho dos Srs. Constituintes, permanecia até agora inteiramente esquecido e condenado a ser mais uma fita magnética depositada no arquivo morto do PRODASEN, apesar de seu inestimável valor sociológico, representado pela riqueza dos dados nela contidas.

O resgate dessa preciosidade foi, no entanto, viabilizado graças à conjugação das idéias, esforços e proposições de duas personalidades, que merecem ser aqui referenciadas de forma especial: um brazilianista, altamente credenciado, o Prof. STÉPHANE MONCLAIRE (Universidade de Paris I — Sorbonne), Diretor do Centre d'Études Politiques Brésiliennes e um servidor reconhecidamente qualificado do PRODASEN, o ex-Diretor Executivo do órgão, Dr. WILLIAN SÉRGIO MENDONÇA DUPIN.

O Projeto consistiu no desenvolvimento de ampla pesquisa por parte de um grupo de professores universitários, resultando na obra que ora o CEGRAF edita, constituindo-se num magnífico levantamento sociológico das aspirações da população brasileira.

O presente livro retrata todo o complexo emaranhado de ações e embates que foram travados, além dos desafios enfrentados para que a idéia da criação desse acervo prevalecesse e as resistências e pressões fossem finalmente superadas. Esse aprofundamento tornou-se indispensável para que a validade científica do Banco de Dados viesse a ser obtida, sem contestações.

“A Constituição Desejada”, além de investigar o processo de criação do Banco de Dados “SAIC”, reconstituiu a campanha levada a cabo para arregimentar as sugestões vindas de todo o País, ao mesmo tempo em que analisou rigorosamente a composição sociográfica dos cidadãos que enviaram as sugestões, examinando como os grupos específicos estão ali representados.

Dentro do universo estudado e investigado, foram levantados temas que envolviam questões sociais ou políticas, considerando que se partiu da premissa de que era fundamental analisar um mesmo assunto por um e outro grupo social. Tornou-se necessário também enfocar as dificuldades com as quais os agentes sociais se defrontam ao abordar temas abstratos como a organização dos poderes e do Estado.

Ainda se buscou detalhar as questões que estiveram no fulcro da atualidade social e política nos últimos anos, como a da reforma agrária, a da eleição direta do Presidente da República, a da preservação do meio ambiente, entre outras.

Por último, a pesquisa adentrou o imaginário do cidadão brasileiro, envolvendo-se inclusive no vocabulário empregado, observando o registro de expressões e palavras próprias a certos grupos sociais.

Decorridos 3 (três) anos de promulgação da nova Carta Magna, ainda não fora possível avaliar o quanto esta guardou fidelidade às tendências políticas expressadas nas sugestões oriundas do povo brasileiro e registradas pelo PRODASEN.

As agremiações partidárias, os jornalistas, os profissionais de processamento de dados, os cientistas políticos e demais segmentos da sociedade, poderão beneficiar-se com a leitura da “A Constituição Desejada”, pois, para a correta interpretação do conteúdo das sugestões da população, passam a ter à sua disposição uma identificação das variadas categorias sociais que se pronunciaram, como ainda uma indicação precisa sobre os fatores que limitaram as manifestações políticas ali contidas.

Quero, portanto, felicitar o PRODASEN, na pessoa de sua atual Diretora Executiva, Sra. Regina Célia Peres Borges, pelo lançamento de uma obra de tamanha envergadura crítica, que enriquece sobremaneira o elenco das publicações do Senado Federal, destacando o evidente valor do trabalho para o campo das Ciências Sociais.

Senador Mauro Benevides
Presidente do Congresso Nacional

SUMÁRIO

Introdução	9
A validade do SAIC	15
A composição sociológica do SAIC	83
Politização e problemáticas	123
Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil	143
Conclusão	187

Introdução Geral

*Stéphane Monclair**

* Universidade de Paris I

A Constituição Desejada: o adjetivo pode surpreender. Portanto, se vários estudos demonstraram que os brasileiros desconhecem o direito constitucional, o SAIC prova o quando a população sonhou com um Brasil melhor, esperou um futuro suportável, desejou ser ouvida.

SAIC é, hoje, um banco de dados do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) no qual há 72.719 “sugestões” enviadas à Assembléia Nacional Constituinte pelos cidadãos brasileiros, em 1986-1987, ordenados segundo o tema dos quais elas tratam e/ou segundo as características sociológicas do seu autor. Pelo que sabemos, o SAIC é um banco único no mundo. Isso por que nunca foi possível medir, numa escala tão grande e com tantas nuances, o estado da opinião. É verdade que os “Cahiers de doléances” da Revolução francesa (1789) ou as reivindicações dos “Soviets” (1917) ensejaram por vezes, tratamentos informáticos parciais; estes últimos, no entanto, abordando dados pouco numerosos e de origem pouco especificada⁽¹⁾, não podem rivalizar com o SAIC. Da mesma forma, os agentes sociais são hoje frequentemente sondados; mais a técnica dos questionários fechados ou semi-abertos⁽²⁾ e a fraqueza numérica das amostragens⁽³⁾ diminuem o valor científico das sondagens⁽⁴⁾.

SAIC é um objeto científico excepcional e inesgotável, tamanha é a sua capacidade de despertar a curiosidade e estimular a reflexão, de permitir a verificação empírica de numerosas hipóteses e de levantar, na sua esteira,

1. Essas “doléances” ou reivindicações resultam, mais freqüentemente, do discurso de grupo onde se impuseram sobretudo os pontos de vista dos melhores oradores, dos oradores mais instruídos, ou dos oradores mais convincentes. Além disso, estão raramente indicados a idade, o sexo, a profissão, a renda, ... de seus autores.
2. Face as questões fechadas ou semi-abertas, o perguntado é limitado, e mesmo contrito, pela escolha das respostas possíveis que lhe são propostas.
3. Para limitar o custo de uma sondagem e permanecer competitivo no mercado da tomada de opinião, os institutos de sondagens interrogam somente amostragens representativas restritas.
4. O problema da validade das sondagens, não está só ligado a simples satisfação das exigências técnicas (construção da amostragem, neutralidade do questionário e do momento no qual a sondagem é realizada, o rigor da coleta e do tratamento das respostas, ...), ele está vinculado também a três postulados: toda sondagem supõe que todo mundo pode ter uma opinião, supõe que todas as opiniões se equivalem, faz supor que há um consenso sobre as questões que merecem ser colocadas. Estes postulados estão também na base do SAIC.

alguns caminhos. Assim sendo, este livro pretende ser modesto mais firme nas suas intenções. Ele não quer nem apresentar a totalidade das problemáticas que fazem a riqueza do SAIC, nem tratar de modo exaustivo as questões que nos pareceram essenciais. Não vejam nestes propósitos, nenhum requinte universitário, nenhuma falsa modéstia. Nosso objetivo, em face de uma tal quantidade de dados, é de oferecer aos leitores os primeiros elementos de análise e convidar os pesquisadores a dar continuidade a nosso trabalho. Não podendo tratar de tudo neste primeiro e único livro de 200 páginas, nós decidimos de fixar as bases de um estudo que deverá absolutamente ser completo e aprofundado.

Se os co-autores desta obra trabalharam em colaboração estreita em todas as etapas da pesquisa, uma legítima divisão do trabalho foi, no entanto, introduzida no momento da exploração dos materiais e da redação.

Primeiramente, nós tivemos que garantir a fiabilidade dos dados apresentados no SAIC, sob pena de proceder a análises equivocadas que nos conduziriam a falsos resultados. Stéphane Monclaire (Departamento de Ciência Política, Universidade de Paris I e coordenador do grupo) se encarregou desta tarefa. Entretanto, este primeiro capítulo (*A validade do SAIC*) não é somente uma lista de preocupações metodológicas, as quais toda pessoa interessada em examinar o SAIC deverá ter em mente. É também um texto de sociologia das organizações e, sobretudo, de ciência política, na medida que Stéphane Monclaire nos mostra que as falhas do SAIC, bem como as do projeto do SAIC ele mesmo, resultam e não podem ser compreendidas sinão que a partir da engrenagem dos jogos e dos “enjeux” internos ao Prodasen e próprios ao campo político brasileiro no período de 1985 à 1987. De fato, o SAIC não é somente um banco de dados *políticos*, mas também um banco *político* de dados.

Da mesma forma, num segundo capítulo, nós tivemos que descrever a população do SAIC. Quem enviou estas milhares de sugestões? Seria a população do SAIC homotética à população brasileira ou, ao contrário, estariam certos grupos sociais sub ou sobre representados no SAIC em relação ao seu peso real no seio da população do Brasil? Esta sociografia da população do SAIC é seguida pela apresentação dos temas mais abordados por estes grupos. O que eles escrevem em suas sugestões? Os temas que abordam seriam diferentes daqueles de outros grupos? No entanto, a autora deste capítulo, *A Composição Sociológica do SAIC*, Flávia Impelizeri (IUPERJ), não se contentou em comentar as estatísticas obtidas cruzando dados relativos ao perfil dos cidadãos com temas tratadas nas suas sugestões, ela ressalta igualmente algumas das razões pelas quais este ou aquele grupo social está sub ou sobre representado, e porque este ou aquele grupo aborda mais este ou aquele tema que um outro. De fato, retomando, numa longue introdução, as teses de Daniel Gaxie, ela permite aos leitores de melhor compreender o sentido (mas também o censo) dos resultados estatísticos apresentados.

Depois de dizer quem era quem, quem compunha a população do SAIC e de quais assuntos tratavam os grupos sociais os mais homogêneos, era necessário saber, num terceiro capítulo, quais eram os temas mais abordados pelo conjunta da população do SAIC. Nós não deveríamos mais partir dos autores das sugestões, mas sim do conteúdo mesmo destas sugestões. Clóvis de Barros Filho (Fundação Casper Libeiro) comenta assim a lista dos temas mais frequentes, para depois se interessar aos temas ditos "políticos". Desta forma, *Política e Problemáticas* nos permite de ter uma idéia precisa do nível de politização dos brasileiros (5), e assinala a pouca ocorrência dos temas qualificados de "políticos". Quanto à repartição, grupo por grupo, destes temas, ela ilustra perfeitamente os argumentos levantados na introdução do capítulo precedente.

Enfim, nós deveríamos num último capítulo proceder a uma análise qualitativa, ou seja sociolinguística das sugestões. Três pistas foram retidas. Primeiramente, tratar do conteúdo das sugestões de um pequeno grupo social cuja homogeneidade se encontrava no sexo, na idade, no nível de instrução e de renda. Maria Izabel S. Magalhães (UnB) estuda atentamente o *Discurso da Mulher à Nova Constituição do Brasil*. Ela realizou um trabalho de uma grande importância. Infelizmente, alguns problemas de saúde a impediram de melhor encaminhar as duas outras pistas: a saber, de um lado, considerar um tema (o aborto, por exemplo) e observar como tratavam os agentes sociais que o tinham abordado; e de um outro lado, considerar os SAIC istas de uma pequena cidade (Nova Iguaçu) cuja grande maioria tinha abordado um mesmo tema em sua sugestão (a violência e a sua punição) e destacar suas diferentes maneiras de tratá-lo.

Quanto à conclusão, ela não poderia deixar de tratar da utilização do SAIC pelos constituintes, pela imprensa e pelos universitários, e contribuir ao debate sobre "informática e decisão política".

A divisão deste livro em dois volumes era necessária. Para ser mais exato, cada um destes volumes deveria ter sido ainda maior (6) Várias milhares de estatísticas estão arquivadas na biblioteca do Prodasen ou guardadas na memória do computador (particularmente os resultados dos "tris-croisés" e das análises fatoriais que nós não tivemos o espaço para tratar aqui). Elas esperam assim a serem comentadas.

Evidentemente, este livro resulta de um trabalho de equipe. Durante um mês (no final de 1989) em Brasília, cada membro deste grupo se esforçou de vencer as incertezas inerentes ao processo científico, para levar a termo

5. Ainda que a população do SAIC não seja uma amostra representativa da população brasileira certas projeções restam possíveis. Em realidade sendo os SAICistas mais instruídos que a população brasileira, e sendo o grau de instrução o principal fator de discriminação quando ao nível de politização dos agentes sociais, nós podemos considerar que o nível de politização real da população do Brasil é inferior ao da população do SAIC.

6. Ver a nota nº 8 da conclusão geral deste volume.

suas tarefas. Todavia, nada teria sido possível, de um lado, sem os poderosos meios informáticos colocados a nossa disposição pelo Prodasen, e de outro lado sem o apoio amistoso e a real cooperação de numerosas pessoas.

Em Brasília, o Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen, o Senador Antônio Medes Canale, o Diretor Executivo William Sérgio Mendonça Dupin e o seu Assessor Marcus Vinícius Goulart Gonzaga sempre souberam nos oferecer as melhores condições de trabalho. O interesse e o apoio que eles nos trouxeram na realização do nosso projeto científico foram decisivos.

Os funcionários do Prodasen, pela sua gentileza e compreensão, facilitaram sobremaneira nossas pesquisas, sobretudo Waldir Peixoto e José Aurélio Padilha Batista, cuja competência e disponibilidade nos permitiram proceder a tratamentos informáticos suplementares. Na biblioteca do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nós encontramos em Madame Branca Borges e Nilza Teixeira Soares, da mesma forma que em suas colaboradoras, uma útil assistência. Enfim, Socorro Ozaki, do Centre d'Etudes Politiques Brésiliennes (Paris, França), nos ajudou com freqüência pela sua paciente pesquisa de documentação e seu incessante trabalho de secretariado.

Que todos sejam, aqui, calorosamente agradecidos, sem esquecer daqueles e daqueles que se prestaram, com boa vontade, às nossas entrevistas.

Brasília, 24 de abril de 1990.

CAPÍTULO I

A Validade do SAIC

*Stéphane Monclair**

INTRODUÇÃO

Para se estudar um banco de dados é necessário, antes de tudo, discernir as condições e as circunstâncias que o determinaram; em seguida, de se assegurar da neutralidade dos modos de coleta e de codificação dos dados ⁽¹⁾. Com efeito, negligenciar este duplo procedimento, significaria querer considerar este banco, de um lado, como um todo autônomo e etéreo, independente dos objetivos que seus autores visavam, desprendido das dificuldades e dos “enjeux” ⁽²⁾ próprios à sua constituição e de outro lado, como um objeto perfeito e irrepreensível cujo “contenante” não teria nenhum efeito sobre o conteúdo (este último sendo de uma viabilidade infelizmente pressuposta). Então, um tal erro inicial, não somente falsearia e invalidaria os resultados posteriores, mas seria também, fonte de não-discernimento uma vez que várias pistas não poderiam, então, serem descobertas e assim exploradas. Não se deve nunca se precipitar sobre o objeto científico, seja ele qual for, sob pena de não se poder apreender toda a sua complexidade ⁽³⁾. É preciso, ao contrário, avançar meticulosamente e tomar múltiplas precauções metodológicas.

No caso de um banco de dados, é preciso redobrar a vigilância, já que a forma sob a qual os dados nos são acessíveis, é equívoca. De fato, como um computador, todos os dados tendem a se confundir, todas as sugestões dos cidadãos brasileiros tendem a se juntar e tornam-se, então, facilmente comparáveis. Inicialmente, há o “efeito-tela”: *a)* cada dado só é legível através da tela lisa e cintilante; *b)* todo dado está sempre enfeixado numa invariável relação altura/largura; e *c)* a tela tem sempre a mesma cor monótona e uniformizante (verde sobre fundo cinza). Em função disso cada uma das sugestões dos cidadãos brasileiros perde em originalidade e em especificidade. Em segun-

-
1. Este capítulo foi originalmente escrito em francês, no início de 1990 depois traduzido por Clóvis de Barros Filho.
 2. “Enjeux” é uma palavra francesa que ao pé da letra significa: *em jogo*. Um “enjeux” é o valor que cada um atribui a uma ação, o que ele pode ganhar ou perder além dos objetivos desta ação.
 3. *Nós só vemos aquilo que os nossos preconceitos nos permitem ver e ignoramos nossos preconceitos* (Emile Durkheim, “Représentations individuelles et représentations collectives” in *Revue de Métaphysique et de Morale*, tomo VI, maio 1998). O real não é nunca aquilo que poderíamos crer, mas ele é sempre aquilo que nós deveríamos pensar (Gaston Bachelard, in *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 1965, p. 13).

do lugar, há o “efeito-logicista”: a) cada sugestão não é mais manuscrita e sim digitada; b) os rabiscos e os grifos eventuais do texto original desaparecem; não há mais nem traços caligráficos; e c) todas as palavras têm, doravante, um aspecto idêntico. Desta forma cada sugestão perdeu em violência e em autenticidade. Enfim, e, sobretudo, existe o “efeito-estatístico”: a) um banco de dados permite operar um trabalho estatístico em grande velocidade; b) todo número ou palavra parece encerrar e portar o mesmo valor (por exemplo a palavra *democracia* não tem necessariamente, o mesmo sentido em cada uma das sugestões onde ela figura; da mesma forma o código *01*, empregado para designar o setor de atividade do autor da sugestão, não evoca obrigatoriamente as mesmas posições no espaço social); e c) e os números e as porcentagens parecem resultar de uma simples e banal operação desnudada de terceiras intenções. A partir de então, cada dado é desfeito de seu valor qualitativo, torna-se um elemento anônimo, igual a qualquer outro (conjuntura que leva o pesquisador a proceder por agregação, adicionar de forma excessivamente rápida elementos aparentemente parecidos, mas na realidade díspares). Não esqueçamos que os resultados estatísticos são dispostos em tabelas, classificados em colunas, alinhados numa formatação-de-página (numa *mise-en scène*) tão austera que o leitor tende a lhes acordar uma credibilidade suplementar. Assim, todo banco de dados é uma armadilha perigosa.

Em resumo, é imperativo desconfiar da força da forma. É preciso se premunir contra os efeitos induzidos da aparência sob a qual os dados são consultáveis. É claro que a informática oferece aos pesquisadores possibilidades novas e consideráveis, mas a condição é que se mantenha o espírito crítico em alerta. Contrariamente ao que sugere o termo *dados*, os elementos de informação sobre os quais se apóia o pesquisador não são nunca dados ou espontâneos, mas eles são sempre um produto de um trabalho de construção que deve constituir-los e apresentá-los⁽⁴⁾. *O caráter geralmente oficial e sempre geral, senão exaustivo, dos dados estatísticos, tendem freqüentemente a suspender todo espírito crítico ou de suscitar oposições de princípio “contra as estatísticas como “forma científica da mentira” ou, geralmente, contra os números e sua capacidade a dizer tudo o que queremos que eles digam*⁽⁵⁾. Nós não queremos contribuir para o movimento anti-estatístico. Nós queremos permitir, ao contrário, uma utilização ótima, mas sensata, dos dados contidos no SAIC.

4. *A observação dos fenômenos sociais não é, como poderia se acreditar à primeira vista, um puro processo narrativo. A sociologia deve ser mais que uma simples descrição dos fatos; ela deve, na realidade, os constituir. Na sociologia como nas outras ciências, não existe fatos brutos que poderia-se, de uma certa forma, fotografar. Toda observação científica trata de fenômenos metodicamente escolhidos e isolados dos outros, ou seja, abstratos* (in Marcel Maus, *Oeuvres*, (1901), Paris, ed. de Minuit, 1969, tomo 3, p. 167).

5. Dominique Merllié, “La construction statistique”, in *Iniation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, 1989, p. 104.

Para compreender a incidência do banco SAIC sobre os dados que ele contém, convém inicialmente estudar a gênese do projeto (parte A), e em seguida a maneira segundo a qual os dados foram coletados e codificados (parte B).

O tamanho deste capítulo poderá surpreender. Ele é quatro vezes maior que o capítulo III que, no entanto, analisa o conteúdo das sugestões. Mas o leitor já compreendeu que este livro, sendo o primeiro a abordar o SAIC, teria que, antes de tudo, verificar a validade deste banco de dados. Se essa indispensável verificação tivesse sido feita antes de nossa chegada ao Prodasen, não somente teríamos ganho muito tempo, mas também nossas estatísticas seriam hoje mais numerosas, mais precisas e melhor comentadas e então este livro seria diferente.

Todavia, o tamanho deste capítulo resulta, sobretudo, do paradoxo de nosso objeto de estudo. De um lado, o SAIC contém 72.719 sugestões e as características sociológicas de seus autores; o SAIC é, em razão desta amplidão, um banco de dados único no mundo. Por outro lado, os cientistas nunca estiveram associados ao projeto, ou seja, à definição dos meios pelos quais os cidadãos poderiam se expressar e à definição da maneira pela qual os dados deveriam ser coletados e tratados. Em função disto, o SAIC é também um banco de dados único no mundo. A originalidade do SAIC é então dupla: o SAIC é ao mesmo tempo um banco de dados políticos e um banco político de dados. Este paradoxo justifica o tamanho deste capítulo, porque ele pesa consideravelmente na validade científica dos dados que serão analisados nos capítulos II, III e IV.

A) UMA GÊNESE DETERMINANTE

De quando data o SAIC? Em que momento o projeto toma corpo? Em 15 de agosto de 1985 (se nós fiamos nos arquivos do Prodasen)⁽⁶⁾; em

6. Ainda que não tenhamos consultado com cautela uma centena de documentos que nos foi entregue pelo Prodasen, nós não estamos certos de termos tido conhecimento da totalidade dos documentos originais relativos ao SAIC; certos papéis foram, sem dúvida, perdidos ou julgados, na época, excessivamente insignificantes para serem arquivados. Além disso, os relatórios de reuniões refletiriam fielmente o que é dito nestas reuniões? Não necessariamente. Uma vez que adotando um tom voluntariamente técnico e um estilo telegráfico, insistindo, sobretudo, sobre os pontos positivos, e até mesmo consensuais (e não sobre as dúvidas e as interrogações), eles podem nos iludir. Seria necessário, então, compensar suas lacunas, multiplicando as entrevistas? Sem dúvida. Mas as respostas fornecidas serão provenientes, então, de um discurso reconstruído. Com efeito, porque as questões colocadas abordarão fatos velhos de quatro anos, as pessoas interrogadas tenderão a reconstruir o passado, a evocá-lo levando em consideração acontecimentos que ocorreram posteriormente. Ora, este olhar à distância é deformador.

verdade bem antes. De fato, no início de 1985, a Secretaria de Documentação e Informação do Senado, através do Serviço de Controle de Informações⁽⁷⁾, sugere ao Prodasen, de *maneira informal*⁽⁸⁾, de refletir no sentido da criação de bancos de dados suscetíveis de ajudar os senadores nos seus trabalhos de redação da futura Constituição. Esta iniciativa não é surpreendente; ela se inscreve no quadro das atividades da administração do Senado, logo no das relações Senado*Prodasen⁽⁹⁾. O Prodasen, isto é, o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal “depende” orçamentária e hierarquicamente da Câmara Alta. De fato, seu Diretor-Executivo é designado para um mandato de dois anos pelo Presidente do Senado; o ato é assinado pelo Primeiro-Secretário (este último sendo, em virtude de sua função, Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen). Estas disposições, inscritas no art. 55 do Regimento Interno do Senado, propiciam inevitavelmente lutas de influência e configurações “lobbysticas”: os senadores competem pelo importante cargo de Primeiro Secretário; os candidatos ao posto de Diretor-Executivo do Prodasen devem, para esperar uma designação, antecipar o resultado da eleição do Presidente do Senado e da Mesa e manter boas relações com o(s) candidato(s) que eles acreditam ter chances de ser eleito. Ora de fevereiro de 1985 a junho de 1987, ou seja, desde “o convite a refletir” ao do primeiro substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte (isto é, durante a fase de definição-efetivação-utilização do banco de dados SAIC), a mobilidade partidária dos senadores e a eleição de dois terços destes últimos (novembro-86), assim como o trágico acidente com um dos Diretores-Executivos do Prodasen, perturbaram esta diretoria. Durante este período, quatro diretores executivos se sucederam. O leitor não poderia esquecer que as incertezas que resultaram desta sucessão de diretores pesaram na gênese e no processo SAIC.

No momento em que o Serviço de Controle de Informações contacta o Prodasen, este acaba de mudar de diretor-executivo. Para surpresa geral, Waldwin Bueno foi nomeado. Este último, e isto importa para a seqüência dos acontecimentos, não é bem aceito pelos responsáveis de diferentes serviços do Prodasen: *eu não conhecia ninguém, os diretores já se conheciam há muito*

-
7. Além deste Serviço, a Secretaria compreende uma Seção de Microfilmagens que planeja, supervisiona e coordena as Subsecretarias de Análise, Biblioteca, Edições Técnicas, Anais e Arquivo sobre a organização interna do Senado, ver *O Senado Federal*, Rio de Janeiro, Spala Editora, 1984, pp. 123 a 213.
 8. Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, entrevista de 23-10-89. Todas as entrevistas citadas neste capítulo foram feitas por Stéphane Monclair ou Clóvis de Barros Filho.
 9. Ao Serviço de Controle de Informações compete *atender solicitações de pesquisas utilizando os equipamentos a sua disposição (terminais de computador) e eventualmente os recursos dos demais órgãos da Secretaria. Seu principal objetivo é transmitir aos usuários, todas as informações solicitadas constantes nos bancos de dados do Prodasen, sobre os quais tem acesso* (in: *O Senado Federal*, op. citada, pp. 169-170).

tempo; meus projetos suscitavam vivas resistências⁽¹⁰⁾. Um dos primeiros atos de Waldwin é alterar a nomeação de alguns funcionários. Assim, William Sérgio Mendonça Dupin (analista de sistema, gerente de conta) passa do GAB (estrutura de ligação entre o Prodasen e os gabinetes dos senadores, criada parcialmente graças a sua iniciativa no final de 1983; o lugar mais político do Prodasen) à Coordenação dos Projetos Especiais (CPE), estrutura permanente cuja equipe pode crescer com a incorporação de novos membros segundo a natureza dos projetos estudados.

Ora, o papel da CPE, como seu nome indica, é de executar os projetos que saem das atividades cotidianas do Prodasen. “Refletir” sobre a Informática/Constituinte lhe dizia a respeito diretamente. William aproveita do fato de estar nesta comissão para reformular um velho projeto que lhe é caro: utilizar as possibilidades do Prodasen para dar a palavra aos brasileiros. Ele atualiza sua idéia, torna-a conforme as exigências do momento e doravante, deseja que o Prodasen difunda pelo país um formulário no qual os cidadãos inscreveriam suas sugestões quanto ao que deveria conter a futura Constituição. Mas este projeto é rapidamente (por demais rápido) julgado irrealizável e é assim descartado. Entretanto, William Sérgio Mendonça Dupin, convencido das vantagens que tal projeto pode propiciar, não renuncia na dura tarefa de convencer os diretores de então⁽¹¹⁾. Ele se encontra com o senador José Ignácio Ferreira na época Presidente da importante Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador, desejando ver esse projeto se realizar, irá impô-lo ao Prodasen e à CPE (William assegurando, sob designação do senador, a ligação entre a CPE e a CCJ). A CPE começa a refletir sobre um Sistema de Apoio Informático à Constituinte (SAIC). Ela terá sua primeira reunião, em 15 de agosto de 1985, ou seja, oito dias após a leitura, na tribuna do Congresso, da proposição do Presidente José Sarney de emendar a Carta Magna e de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte⁽¹²⁾. Então, se

10. Waldwin Bueno — entrevista de 9-11-89.

11. *Eu sabia que a população, na sua grande maioria, distinguia mal o presidencialismo do parlamentarismo. Mas a questão do governo só é um dos temas da nova carta. Eu não esperava sugestões em forma de constituição, organizadas em artigos e itens. O essencial, depois de vinte anos de ditadura, era de dar a palavra ao povo, de saber enfim o que ele pensava e de avaliar, graças à informática, o que ele desejava. (...) O Prodasen, enquanto organismo, podia tirar proveito deste projeto: ele tinha ocasião de empregar ao máximo suas potencialidades, de mostrar as qualidades de seu material e o “know-how” de seus funcionários. Ele podia ligar seu destino ao renascimento democrático. Era a oportunidade de nos fazer conhecer, de nos fazer apreciar ainda mais, não somente pelos nossos usuários tradicionais (os senadores), mas também de nosso público potencial (o pessoal político, jornalistas, entidades, pesquisadores ou cidadãos). O Prodasen podia ganhar em prestígio e em poder* (William Sérgio Mendonça Dupin, entrevista de 25-8-89).

12. A Proposta de Emenda à Constituição nº 43 foi lida na sessão do Congresso Nacional, de 7-8-85.

o nascimento do projeto foi anterior a esta reunião, resta saber como ele pode ter nascido.

Vislumbrar a emergência do projeto de um projeto é uma empreitada relativamente vã. Uma vez que em matéria de idéia, a busca da paternidade é sempre delicada. Aliás, o mais importante não é saber se William Sérgio Mendonça Dupin foi o único e o verdadeiro inventor do projeto das sugestões, mas sim de compreender as razões do projeto. Um homem nunca pensa só, na medida em que ele está embebido no social. Dizer que os agentes sociais sucumbem às lógicas de situação⁽¹³⁾, não é cair numa explicação mecanicista do comportamento, nem sobredeterminar os pesos das estruturas ou supor que o indivíduo seja incapaz de exprimir uma escolha; é somente não se enganar crendo na liberdade pretendida no pretense livre-arbítrio.

Aqui, o social é, antes de tudo, um lugar, uma divisão de tarefas, uma distribuição dos papéis, um sistema de autoridade, um sistema de comunicação entre os atores, um sistema de contribuição-retribuição, conversas quase informais entre colegas. William trabalha no Prodasen e o Prodasen se encontra em Brasília. Símbolo de sua dependência e de seu poder, suas dependências são contíguas à Praça dos Três Poderes. Uma tal proximidade do centro político gera, junto aos técnicos de informática do Prodasen, uma politização aumentada (o grau de politização sendo o grau com o qual os agentes sociais voltam as suas atenções aos acontecimentos políticos). Isso porque quão maior for a proximidade de um centro político, mais difícil será de escapar dos debates políticos, de se subtrair às polêmicas⁽¹⁴⁾. Além disto, vários funcionários do Prodasen, em virtude das qualidades intelectuais requisitadas pelas suas atividades profissionais, possuem um capital cultural elevado. Ora, o grau de politização sendo freqüentemente proporcional ao grau de instru-

13. As lógicas de situação resultam das conseqüências práticas da combinação de efeitos de posição e de efeitos que resultam, respectivamente, de desiguais e conflituais posições sociais a partir das quais os atores percebem o real, e de diferentes e concorrentes disposições graças às quais os atores podem perceber o real (as disposições sendo os recursos cognitivos, os saberes que nós temos adquirido e que nós podemos mobilizar). Estes fenômenos são bem conhecidos a partir da fenomenologia de Husserl, brilhantemente vulgarizada por Merleau-Ponty e desenvolvida de uma maneira útil para a sociologia política por Schutz (in *Der sinnliche Aufbau der Sozialen Welt*, Viena, Springer, 1932, recentemente traduzido para o francês) e por Berger e Luckman (in *La Construction Sociale de la Réalité*, Paris, Méridiens-Klincksiek, 1986).

14. Inversamente, os agentes sociais próximos da periferia têm um nível de politização pífio. É preciso, todavia, empregar esta distinção conceitual centro/periferia com cuidado. O centro não é sinônimo de *distrito federal* ou de *nacional*. Da mesma forma, a *periferia* não nos conduz forçosamente ao *local*. Em verdade, existem vários centros, de importância desigual, tendo cada um a sua periferia. Na ordem institucional, o Senado é um centro primordial e Brasília é um local principal do mercado político central.

ção¹⁵), é bastante provável que vários membros do Prodasen (William, seus colegas) tenham se interessado ou participado dos acontecimentos em curso e também pretendido colocar as possibilidades da informática a serviço dos constituintes e/ou a serviço da redação da Carta.

Com efeito, durante muitos meses se desenvolveu, no Brasil, uma campanha em favor da participação do povo na redação da Constituição. Assim, é de duas iniciativas complementares, tomadas em Duque de Caxias e São Paulo¹⁶), em janeiro, que resultaram a *Carta dos brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional* defendendo a exclusividade da Constituinte¹⁷) e, posteriormente, o famoso *Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte*¹⁸). Quanto ao "slogan" *Constituinte sem povo não cria nada de novo*, ele agrada de mais a mais. Em resumo, as elites se ativavam

15. Este axioma vale para todos os países, inclusive para os países em desenvolvimento (cf Alex Inkeless, "Participant citizenship in six developing countries", in *The American Political Science Review*, vol. LXI-II, número 4, 1969, p. II 32). Por tudo o que concerne o grau de politização, os fatores que os determinam, e as pesquisas que permitiram distingui-los, ler Daniel Gaxie, *Le Cens Caché*, Paris, Seuil, 1978 (livro indispensável sobre o assunto e que não poderá jamais ser resumido em alguns parágrafos).

16. *O movimento nacional para a constituinte foi lançado no dia 26 de janeiro de 1985, em Duque de Caxias (RJ), num ato público com cerca de 7 mil pessoas. Essa iniciativa se combinou com a organização, algum tempo depois, do "Projeto Educação Popular Constituinte", por iniciativa de uma rede de entidades de assessoria ao movimento popular e pastorais (Cedac, Ibase, FASE, CPO, CPT, CEDI, ISER e SEP). A perspectiva do Movimento, que o projeto assumiu, era a de resgatar a cidadania, visando uma democracia nacional construída pelo próprio povo. A "luta constituinte" era vista como um processo dinâmico, pleno de possibilidades, por uma "Constituição política do povo brasileiro. Isto é, um povo que se constitui politicamente num processo a longo prazo". Em São Paulo houve uma outra iniciativa, cujo objetivo inicial foi de aprofundar a questão dos instrumentos de participação popular que poderiam ser incluídos na nova Constituição. Surgiu como grupo de trabalho com o objetivo de formular esses instrumentos. O número de pessoas que compareceu a essa reunião realizada no dia 17 de janeiro de 1985, no Instituto Sedes Sapientiae, da PUC, de São Paulo foi muito superior ao esperado, o que traduzia o anseio que crescia naquela cidade, como em outras cidades do Brasil, por uma articulação social pela estruturação de um comitê pró-Constituinte. O movimento criado em Duque de Caxias se desenvolveu através de viagens e contatos de seus líderes e organizadores em todo o Brasil, estimulando as iniciativas existentes ou despertando novas. Em São Paulo, adotou-se o método da publicação sistemática de um pequeno boletim de notícias, enviado à várias pessoas e entidades. Estes dois métodos se completavam: os que viajavam, incentivavam o engajamento, que, em seguida, era aprofundado, ligando-se às propostas veiculadas nos boletins* (in Francisco Whitaker e ali, *Cidadão Constituinte*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 40-41).

17. Carta que teve eco na imprensa.

18. Este movimento criado em Brasília, no dia 20 de outubro de 1985 (ou seja, cinco dias após a "primeira" reunião do Prodasen), permitiu, incontestavelmente, a sensibilização de uma parte da população aos problemas da Constituinte. Foi, sem dúvida, esta mobilização que facilitou, posteriormente (quando foi concedida a possibilidade de apresentar emendas populares), as coletas das trinta mil assinaturas necessárias às suas apresentações.

e tentavam mobilizar a população (elite ou população das quais fazem parte os funcionários do Prodasen; funcionários mais ou menos sensíveis a esta mobilização segundo suas práticas políticas anteriores — notadamente no momento das *diretas-já* — e segundo o seu grau de politização, segundo sua competência política e seu sentimento de ser politicamente competente).

O que ia se tornar o SAIC nasceu, então, antes do dia 15 de agosto de 1985, sem que nós pudéssemos dizer com precisão em que momento. Assim, pouco a pouco, não sem hesitação, a idéia do SAIC se desenhou. Isto poderia parecer evidente e até óbvio para todos aqueles que gostam de julgar apressadamente os fatos. Mas nós veremos que o SAIC atual não é o fruto de um trabalho regular, de decisões totalmente conscientes das conseqüências que elas podem provocar; seria pecar por finalismo, acreditar em tal assertiva. Aqueles que participaram do SAIC ignoravam a maneira e a forma pela qual o projeto seria levado a cabo. Eles ignoravam até que ele teria um termo. As qualidades e os defeitos, a riqueza e a complexidade do SAIC, não lhes incumbe diretamente. As suas responsabilidades são menores, desiguais e partilhadas. Aliás, o papel do pesquisador não consiste nem em definir e aplaudir os méritos dos atores (agentes sociais ou homens políticos), nem em denunciar e vaiar seus erros. Ele consiste em compreender a combinatória das ações que eles operam e das operações que os acionam. De fato, o SAIC resulta do cruzamento de crenças e de interesses⁽¹⁹⁾, ora similares ou complementares, ora conflituais ou concorrentes. Sejamos claros: nós julgamos aqui a validade científica do SAIC. Nós procuraremos desta forma todas as falhas, todas as lacunas deste banco de dados. Nós tentaremos compreender as causas e as razões destas falhas e destes erros. Em suma, nós falaremos mais do que foi mal feito ou não feito do que dos aspectos positivos da construção deste banco de dados. Nós esperamos que os funcionários do Prodasen e todas as pessoas que participaram do SAIC compreendem nosso objetivo. Nossos propósitos são científicos e não acusadores.

O SAIC é inicialmente uma idéia simples e, posteriormente, tornou-se um projeto que exigiu tempo, esforço, negociações, concessões e revisões

19. O conceito de "interesse", emprestado das ciências econômicas, não tem nenhuma conotação negativa. Os interesses de um ator é, ao mesmo tempo, aquilo que motiva este ator e o que faz concorrer e lutar. O interesse é o encontro dos enjeux do campo no qual se afrontam e se aliam os atores (campo político, campo econômico, campo cultural, etc.) e de normas de comportamento interiorizadas por eles. O interesse de um agente social resulta, logo, de um cálculo racional efetuado, de um lado em virtude da sua posição e suas disposições, e por outro lado em função da idéia que ele se faz da sua posição. O conceito de interesse é, então, mais claro e menos idealista que as palavras de *motivação*, *aspiração* ou *investimento*. Todavia, os interesses não são jamais independentes das crenças que os animam e que lhes dão vida. Inversamente, os agentes sociais são mais persuadidos que suas crenças correspondem às convicções quando estas crenças tendem a fazê-los esquecer que elas podem justificar os seus interesses. Os agentes sociais estão convencidos dos seus interesses e têm interesse em pensar e acreditar que têm convicções.

estratégicas⁽²⁰⁾ (essas palavras não devem de forma alguma, retirar as reais paixões ou renúncias dos atores concernidos). O SAIC nasceu e foi construído sob o efeito conjugado dos três fatores seguintes cuja complexidade será demonstrada nas páginas subseqüentes:

* a representação⁽²¹⁾ que os atores (os do Prodasen e os que eram exteriores a estes) se faziam da informática, do Prodasen, da política, do Senado, da Constituinte, do papel dos constituintes, da Constituição, dos cidadãos, do nível de politização dos brasileiros e das relações potenciais existentes entre cada um destes termos;

* as lutas as quais esses atores se consagraram para conservar ou conquistar novos postos, para reassegurar ou alargar os meios, graças aos quais eles ocupavam as posições que eram as suas (essas representações e essas lutas se inscreveram evidentemente num contexto e em campos que os determinam e os estruturam);

* o quadro organizacional do Prodasen, do Senado e da Constituinte, assim como a configuração de suas relações (toda a organização sendo um sistema de sistemas submetido a um princípio de racionalidade dado; um sistema que, por se conformar a esse princípio e sob pena de ser impotente para controlar as relações de poder entre os indivíduos e os grupos que ele inclui, deverá reduzir ao máximo as incertitudes as quais ele se encontra confrontado)⁽²²⁾.

Esse terceiro fator merece algumas explicações teóricas prévias. A ciência política deixou, desde há muito, de considerar a *organização* como “um sistema fechado sobre si mesmo”, com eixo sobre a conquista de objetivos definidos pela sua direção e que explicam a sua coerência. Uma organização é, ao contrário, “um sistema aberto” cuja estrutura e o funcionamento são amplamente condicionados pela sua “relação ao meio”⁽²³⁾. Ora, este último introduz, na

20. Por *estratégia*, entenda-se a vontade de um indivíduo de dispor de um capital de signos constantes e de só usar um ou vários entre eles separadamente, em virtude da vantagem real ou simbólica que este uso lhe traz nas diversas situações de vida. (In Malek Chebel, *La Formation de L'Identité Politique*, Paris, PUF, 1986, p. 152).

21. Termo empregado na sua acepção Durkheimiana, ou seja: forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto. Qualificar este saber de prático, nos leva à experiência a partir da qual ele é produzido, aos quadros e condições nos quais ele é; nos leva sobretudo ao fato que a representação serve para agir sobre o mundo e sobre os outros agentes sociais.

22. Esta definição de organização, na esteira dos trabalhos de D.J. Hickson (“A Strategic Contingencies Theory of Intra-organizational Power”, in *Administrative Science Quarterly*, vol. 16 nº 2, 1971) não deve todavia conduzir ao procedimento de reificação (este ponto será desenvolvido ulteriormente). Um sistema não é composto de um conjunto de indivíduos, mas de um conjunto de papéis sociológicos.

23. Sobre a relação da organização com o seu meio ambiente, ler Lucien Karpik, *Organization and Environment*, London, Russel Sage, 1979.

organização, incertitudes desestabilizadoras que alimentam o poder deste ou daquele funcionário. Assim, a organização se esforça para controlá-lo ou para se adaptar. Esta concepção de organização é aceitável à condição expressa de nos acautelarmos com as reificações⁽²⁴⁾ que ela gera. Com efeito dizer que uma organização tem um objetivo é, sempre, adotar uma linguagem ideológica e mistificadora da empresa. É crer e fazer crer que, por exemplo, o Prodasen possa existir fora dos atos e das relações conflituais que o constitui. O Prodasen não é, no seu sentido estrito (realmente), um ator dotado de razão e de vontade própria ou de uma vontade que seria a soma das vontades de seus funcionários. O Prodasen não é um agregado. Mas, atenção, não se pode cair no excesso inverso, ou seja, sobredeterminar o peso do interacionismo a fim de se proteger das reificações do estruturo-funcionalismo. Uma organização não se repousa só no ajustamento mútuo, das ambições e dos comportamentos de seus membros⁽²⁵⁾. Ela não resulta só das trocas de informação aos quais seus membros procedem a cada instante⁽²⁶⁾. O fenômeno organizacional deve ser apreendido como *um fenômeno totalmente autônomo e artificial cuja explicação concerne a existência de contingente uma construção*⁽²⁷⁾. Certamente, não se pode negligenciar os atores, suas estratégias, sua liberdade, em face dos imperativos funcionais do sistema; mas não se pode esquecer também que os membros de uma organização (por exemplo, os membros do Prodasen) elaboram e negociam suas condutas no contexto de coerções e de procedimentos que pesam sobre eles. A existência do sistema e dos seus imperativos não somente restringe consideravelmente as possibilidades de negociação e as margens de manobra, mas ela permite resolver, desta forma, o problema da cooperação entre os membros da organização. Esta precisão sendo feita, o processo de elaboração do SAIC torna-se mais claro.

24. Reificar é apreender um fenômeno humano enquanto coisa, ou seja, em termos não humanos, e mesmo sobre-humanos. (...) O mundo reificado é, por definição, um mundo desumanizado. Ele é experimentado pelo homem como uma faticidade estranha, um "opus alienus" sobre o qual ele não possui nenhum poder de controle, como um "opus proprium" da sua própria atividade criadora (Peter Berger e Thomas Luckmann, op. cit., p. 123).

25. Ler Stewart Clegg e David Dunkerley, *Organizations, Class and Control*, London, Routledge and Kegan Paul, 1980.

26. As teorias da troca são construídas sobre problemáticas individualistas ou intersubjetivistas que as conduzem a minimizar tendencialmente o papel do meio ambiente, notadamente os fenômenos de dominação ou de desigualdade dos recursos que pré-estruturam de alguma forma a relação de poder considerado in Philippe Braud, "Du pouvoir" en général ao pouvoir politique, in *Traité de Science Politique*, sob a direção de Madeleine Grawitz e Jean Leca, Paris, 1985, tomo 1, p. 344).

27. In Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'Acteur et le Système* Paris, Seuil, 1977, p. 84).

1. De início, uma idéia:

O Prodasen⁽²⁸⁾ não pode ficar inativo durante a fase preparatória da redação da Constituição. A primeira missão deste organismo é de fornecer informações técnicas suscetíveis de ajudar os senadores no seu trabalho legislativo⁽²⁹⁾. No entanto, a história do Prodasen não tem seu princípio na reunião de 15 de agosto de 1985; ela começa em 1972⁽³⁰⁾. Desde esta época, este organismo elaborou vários bancos de dados. Os seus funcionários se acostumaram a colaborar com os senadores, a ver alguns projetos bem-sucedidos e outros abandonados. Assim, os dirigentes do Prodasen se reúnem regularmente para tornar o seu organismo mais eficaz, mais indispensável e mais adaptado às necessidades do "métier" político. Da mesma forma, já há vários anos, os funcionários do Prodasen, como todos os agentes sociais, geram, ou pelo menos tentam gerar com capacidades desiguais suas carreiras profissionais. Responder ao convite do Serviço de Documentação e Informação poderia, então, ser uma atividade ordinária da qual cada um, por experiência, poderia adivinhar as fases.

No entanto, em 1985, a situação é nova. Isto porque o Prodasen, pela primeira vez em sua história, está confrontando a perspectiva da redação de uma Constituição e trabalha num contexto cada vez mais democrático. O Prodasen deve então se habituar a estas circunstâncias. Escrever uma Carta Magna não é uma atividade ordinária. Se emancipar ou se desvincular dos hábitos clientelistas e dos entraves burocráticos herdados da ditadura, não é tarefa fácil nem desejada por todos⁽³¹⁾.

Como neste contexto, o Prodasen vai desempenhar sua missão? Como os seus membros, dos vários escalões, viverão este momento? Como eles projetarão seus futuros profissionais e os do serviço ou organismo aos quais eles pertencem? O projeto SAIC deve ser compreendido nesta ótica, e não em outra.

Desde a sua origem, o que propiciará o surgimento do banco de dados SAIC é, certamente, uma idéia entre outras, mas uma idéia de natureza diferente, mais ambiciosa e sobretudo mais custosa.

28. O leitor compreenderá (visto a nossa nota sobre a reificação) que é unicamente por comodidade de linguagem e para tornar o livro mais acessível, que nós escrevemos "o Prodasen".

29. O Prodasen pode também, por vezes, lhes fornecer um apoio logístico (por exemplo, impressão de etiquetas para suas correspondências, edição de "mailing",...)

30. Sobre os motivos da criação do Prodasen, ler a entrevista do Consultor-Geral do Senado Federal, Pedro Cavalcante, in *Mutatis*, nº 3, 1989 (periódico do Prodasen).

31. *Com as modificações que assolaram o Senado, a diretoria do Prodasen tornava-se um local instável. Durante anos, nada tinha mudado no Prodasen. Com a redemocratização, cada um pressentia que as modificações no Senado acarretariam inevitavelmente modificações no seio do Prodasen. Muitos dos meus colegas estavam profissionalmente na defensiva, mesmo quando eles desejavam a redemocratização do país* (José Bittencourt, entrevista de 20-4-90).

a) *Uma idéia entre outras:*

Em 15 de agosto de 1985, em sua "primeira" reunião sobre o *Sistema de Apoio Informático à Constituinte* (SAIC), a Coordenação de Projetos Especiais (CPE) examina dois projetos. O primeiro é de ordem documentária: oferecer-se-ia, principalmente aos senadores, mas também as pessoas detentoras de um terminal ligado com o Prodasen, um quadro comparativo das diferentes constituições promulgadas no mundo inteiro. Mas, quais constituições escolher? As que estão em vigor? As outras? As de que países? Como triá-las? Sobre que base? A CCJ já possui 40 constituições (sendo 10 traduzidas), mas a CPE⁽³²⁾ quer apresentar um leque de textos, mais amplo possível. Quem contactar para obtê-las? Evoca-se o custo do projeto. Imagina-se-lo diminuto.

Sugere-se a criação de uma *thesaurus*. Os assessores do Senado, especializados em direito constitucional, poderiam ser consultados. Quantas pessoas seriam necessárias para esta operação? Quem traduziria os textos? Como indexá-los? Considera-se que *não é de grande importância a inclusão das constituições estaduais*⁽³³⁾. Alguém sugere que, para as traduções, seria necessário contactar o Itamarati. Em suma, o relatório desta reunião prova que este projeto era ainda fluido e impreciso e ... modesto. Um jurista diria que ele é facilmente realizável. Aliás, as dúvidas e as interrogações que manifestam naquele instante, provêm da formação dos membros da CPE: nenhum é jurista, todos são técnicos em informática.

Quanto ao segundo projeto (na ordem da discussão), ele advém da pesquisa de opinião e se chama *Diga Gente*⁽³⁴⁾. É o projeto de William Sérgio Mendonça Dupin. Ele consiste em pedir aos brasileiros para enviar aos senadores suas sugestões a Constituinte nas quais eles poderiam não somente inscrever seus nomes e seus endereços, mas também nome do parlamentar ao qual

32. Mais uma vez, é por comodidade que dizemos "a" CPE. Ela é composta de uma dezena de membros: João Steck (Coordenador da CPE), William Sérgio Mendonça Dupin (Analista de Sistemas da CPE), Paulo César Carvalho Gomes (idem), James Raymundo M. de Carvalho (idem), Leopoldo Peres Torelly (Analista de O&M COM), Arlindo Arinos Porto (Programador de Aplicações CPR), Cristovão Augusto S. A. Costa (Técnico de Informação SAU), Antônio Bruno de Giovanni Basso (Analista de Suporte CST); Hércio Afonso de Almeida (Coordenador do SAU). O autor do relatório ordenou aos participantes segundo o seu escalão hierárquico no Prodasen e na CPE. Assim, seis dias depois, enquanto Carlos Magno Cataldi Santoro (Diretor da DDS, então chefe de William) e José Oswaldo Fermozei Câmara (Assistente do diretor da DDS) vieram juntar-se ao grupo, o autor do relatório colocará estes dois nomes no início da lista dos participantes. Este reflexo administrativo é revelador do fato de que as relações hierárquicas não são ausentes das reuniões da CPE, nem dos espíritos. A CPE, como o Prodasen, não é um todo homogêneo agindo.

33. No relatório da reunião.

34. Os nomes em código testemunham sempre da vontade de dar existência a quimeras. Ao denominar assim sua proposição, William Sérgio Mendonça Dupin tende a fazê-la existir. Além disto, *Diga Gente* é um significativo bem mais comunicativo e chamativo do que a sigla SAIC. O primeiro nos fala, o segundo fica obscuro.

eles desejariam que suas sugestões chegassem. Assim, os senadores poderiam, graças aos meios informáticos do Prodasen, agradecer cada um dos autores destas sugestões por intermédio de uma carta-tipo. Compreende-se melhor agora, o desejo do Senador José Ignácio Ferreira de ver realizado o projeto que havia sido recusado pela direção do Prodasen. Em verdade, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode, por ideal democrático, querer efetivar um projeto permitindo aos cidadãos de se exprimir (José Ignácio Ferreira, no seio da OAB — da qual ele foi Presidente-Regional no Espírito Santo — lutou bravamente contra a ditadura); mas ele pode também ser seduzido pela possibilidade que oferece este projeto de reforçar seus contatos com os cidadãos-eleitores e de renovar assim as formas práticas de delegação de poder que legitimizam sua posição. Da mesma forma, além da curiosidade real ou suposta de ler as sugestões da população e além da sua vontade verdadeira ou simulada de nelas se inspirar quando da redação da Constituição, ele tem um interesse objetivo a querer se apresentar a seus colegas e a sociedade civil como o homem político que terá permitido a existência deste projeto e que terá, assim, permitido ao povo de se exprimir. Querer satisfazer um ideal democrático e auferir um benefício político não são motivações contraditórias. O Senador José Ignácio o sabe e impõe, então *Diga Gente* ao Prodasen ajudando, assim, William. Quanto a este último, se ele quer ver realizado o seu projeto de redação da Constituição pelos cidadãos (isto por convicção ideológica real ou escondida, ou/e por desejo de promoção pessoal ou profissional, ou/e por apego ao organismo no qual ele trabalha e se investe), tem um interesse-objetivo em satisfazer o interesse objetivo mencionado do Senador José Ignácio Ferreira. Em suma, tanto um como o outro têm convicções, tanto um como o outro fazem o seu “metier”⁽³⁵⁾.

O outro aspecto de *Diga Gente* é, evidentemente, a criação de um banco de dados. As sugestões, escritas num formulário no qual consta um questionário relativo ao perfil sociológico de seus autores, seriam reunidas para tratamento estatístico. *As informações e/ou estatísticas devem ficar disponíveis para os senadores.* O relatório não é prolixo nem rico em detalhes!

O banco de dados SAIC, seu desenvolvimento e sua maior ou menor validade científica estão aqui resumidos. Existiu desde os primórdios do projeto, uma mistura entre os atores (profissionais da informática, da política⁽³⁶⁾), burocratas profissionais e uma mistura dos jogos e dos “enjeux”; e porque estas misturas se misturam, o SAIC não pode ser o banco de dados sonhado

35. Os dois homens se encontram freqüentemente. O senador será o “padrinho” de *Diga Gente* e, de uma certa forma, de William. O SAIC, no seu estado atual, deve muito ao realismo e ao oportunismo destes dois homens que compreenderam que seus interesses e objetivos combinavam e satisfaziam um ao outro.

36. Os profissionais da política são estes agentes especializados que, segundo a célebre frase de Max Weber, vivem de e pela política (in *Le Savant et la Politique*, Paris, Plon, 1974, p.111).

pelos universitários. Uma vez que os membros da CPE não souberam, não quiseram ou não puderam, desde o início, afirmar que este banco de dados seria o único objetivo e não um objetivo entre outros (primeiro, secundário ou paralelo, mas sempre parasitado por outros objetivos), o SAIC não poderia ser um banco de dados isento de qualquer suspeita. Os seus promotores não decidiram, não souberam, não puderam ou não quiseram decidir sobre os pontos que, na construção desta base de dados, eram circunstanciais e transigíveis e os que não o eram, assim sendo o SAIC não podia ser um banco de dados cujo envólucro não interferisse sobre o conteúdo. William Sérgio Mendonça Dupin, José Ignácio Ferreira e outros, não são sociólogos e não quiseram em nenhum momento, diferentemente de nós (cf. capítulos III e IV deste livro), medir o grau de politização ou apreender o imaginário político da população brasileira; eles quiseram simplesmente tornar efetivo um projeto que os contentasse e que não os desestabilizasse muito. Isto não é de forma nenhuma condenável, mas é um fato ⁽³⁷⁾.

Um outro fato: a reunião de 15 de agosto termina diante da necessidade de dimensionar o orçamento e o pessoal, úteis à realização de *Diga Gente*. É fixada uma nova reunião dentro de uma semana.

b) *Uma idéia diferente*

A primeira originalidade de *Diga Gente* é, como o próprio nome indica, de fazer intervir uma terceira pessoa no casal Prodasen/Senado. Até então, o Prodasen se limitava a inserir na memória textos já existentes, dados pré-consumíveis; posteriormente ele os colocava à disposição dos senadores. O projeto do quadro comparativo advém, aliás, desta prática. O Prodasen reúne textos constitucionais, como ele poderia reunir leis ou projetos de leis relativos à reforma agrária nos diversos países no caso da necessidade de se engajar no senado um debate de política agrícola. Aqui, o número de dados a armazenar é conhecido, ou pelo menos ele é de fácil obtenção. Assim sendo, a realização do projeto torna-se menos complexa e pode-se avaliar sem dificuldades o seu custo. *Diga Gente* é uma idéia de outra natureza que não compreende um trabalho fundado em material morto ou vivo, e sim em um material por nascer: as sugestões dos cidadãos. Este fato tem duas conseqüências capitais: de um lado, o planejamento e a elaboração do orçamento torna-se um exercício de profecia, uma vez que se ignora a quantidade e a qualidade dos dados que serão recebidos e talvez tratados. Por outro lado, o Prodasen

37. ainda neste caso, criticar tais práticas adviria de um julgamento de valor. Os cientistas políticos não devem tomar partido sobre a base dos critérios morais ou ideológicos, sob pena de se tornarem, neste último caso, o que Platão denominava de doxósofos: *personagens ambíguos, que têm um pé na ciência e um pé no objeto da ciência; sábios aparentes, eles se servem da aparência da ciência que eles sabem exibir, para intervir, em nome da ciência, na realidade que eles fingem analisar; sábios de fachada, eles dominam relativamente as receitas e as dicas da representação para explorá-las tendo como pretexto analisá-las* (Pierre Bourdieu, "Penser la Politique", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, 1988, nº 72, p. 2)

terá que incitar os brasileiros a escrever e a enviar suas sugestões a Brasília; fazendo isto ele não se apresenta mais como parceiro voltado exclusivamente para o Senado, mas ele se posiciona também como um intermediário nas relações eleitores/eleitos.

Além disto, o quadro comparativo, por ele oferecer aos senadores o conforto de uma discreta documentação suplementar, manteria o Prodasen na sua imagem de "gadget" informático do Senado⁽³⁸⁾, e não permitira o seu desenvolvimento e a sua verdadeira afirmação. *Diga Gente*, ao contrário, permite que o Prodasen faça um real estardalhaço, que quebre a rotina, que prove e alargue as suas possibilidades, servindo sempre um sonho democrático. *Diga Gente* é um projeto cujas implicações e conseqüências são mais numerosas e importantes.

c) *Uma idéia ambiciosa e custosa*

A reunião seguinte, a do dia 21 de agosto, prova o quanto, em uma semana, *Diga Gente* sensibilizou os espíritos. Na mesma proporção em que as questões do quadro comparativo vão se rarefazendo⁽³⁹⁾, as questões sobre o *Diga Gente* se multiplicam. O projeto evoluiu e o conteúdo do formulário se precisou. Ele será composto de dois quadros: o primeiro, *sem dirigir*, no qual o cidadão inscreverá sua sugestão; o outro, *dirigido com uma estimativa de respostas positivas de 20%*, no qual o autor da sugestão poderá indicar sua idade, seu sexo, sua profissão, sua renda, seu nível de estudos (além disto, o autor de cada sugestão recebe os agradecimentos por meio de uma carta na qual a CPE decidiu reproduzir o texto da sugestão). Por outro lado, os membros da CPE estão persuadidos que o SAIC será julgado com base no número de formulários preenchidos (quão maior for o número de formulários recebidos pela CCJ, mais o SAIC terá sido útil, mais os seus responsáveis teriam tido razão em executá-lo: *quando damos a palavra ao povo, é preciso dá-la a todo o mundo; a minha idéia era de distribuir um grande número de formulários para poder receber uma quantidade suficiente, uma quantidade que pudesse provar que o povo inteiro tinha se manifestado, uma quantidade que pudesse permitir a realização de estatísticas refletindo verdadeiramente*

38. Entrevista com o Deputado Luiz Gushiken, 19-10-89.

39. Fala-se com entusiasmo, quando desta reunião, de um novo projeto:

criar um banco de emendas que serão redigidas durante a constituinte. Este projeto é aceito sem dificuldades porque ele caminha no sentido das práticas ordinárias do Prodasen, as de um instrumento de acompanhamento. No entanto, convém notar que a existência deste banco provocou efeitos perversos. Em vez de facilitar os debates dos constituintes, ele por vezes os complicou, na medida em que, paradoxalmente, as capacidades do computador autorizavam os constituintes a redigir (e então debater) um número maior de emendas em comparação com as possibilidades oferecidas pelos métodos tradicionais. *O Prodasen foi uma ferramenta fantástica; ele nos permitiu gerar uma avalanche de emendas. Mas certos deputados abusaram das possibilidades do Prodasen: eles interpunham um número excessivo de emendas para fazer a obstrução parlamentar e constranger seus adversários. (Bernardo Cabral, 6-10-89). Sem a informática, os debates teriam sido mais rápido.* (Sérgio Otero Ribeiro, entrevista de 30-3-88, na época diretor-executivo do Prodasen.

a opinião dos brasileiros; uma quantidade que pudesse mostrar o “know-how” do Prodasen e o interesse em se recorrer à informática no debate democrático.) (40). Nestas condições, o custo do projeto torna-se bastante elevado e a CPE se pergunta quem vai editar os formulários, difundi-los pelo país, torná-los do conhecimento do grande público? Quem pagará as tarifas do correio para o envio da sugestão até Brasília? Quem vai digitar e indexar estas dezenas de milhares, estas centenas de milhares, este milhão de sugestões, cuja quantidade exata é ainda ignorada? Quem pagará o pessoal requisitado para esta tarefa e a impressão das cartas-respostas? O Prodasen não dispunha dos meios financeiros compatíveis com a sua ambição e a CPE terá que, inicialmente, reduzir as despesas e depois aumentar a sua base orçamentária e/ou obter um financiamento externo.

Assim, quando da reunião de 29 de agosto de 1989, a CPE decide não inscrever, na carta-resposta que será enviada a cada cidadão, o texto datilografado da sua sugestão. Retorna-se a primeira idéia, a de 15 de agosto: *uma resposta padrão, como tentativa de redução de custos*. Com o mesmo fito, *na confecção de formulários foi sugerido que o Senado elabore e envie às prefeituras, câmaras estaduais e municipais, sindicatos etc. alguns questionários e cartazes, e estas entidades se encarregariam da produção, tendo por base o (s) modelo (s) recebido (s)*. Ainda que esta idéia tenha como fundamento uma preocupação legítima de economia, ela teria influência, no caso de se tornar efetiva, sobre o número de sugestões, sobre o perfil dos seus autores e, desta forma, sobre o conteúdo das sugestões. Isto porque, se os sindicatos, as entidades ou os políticos eleitos tivessem que imprimir os formulários eles os distribuiriam prioritariamente a seus militantes, a seus membros, ou a seus clientes. Certos grupos sociais seriam assim sobre-representados no banco de dados, em relação ao peso que deveria ter sido o seu. Os eleitos ou os dirigentes de entidades seriam tentados a sugerir a todos quantos eles tivessem entregue o formulário que inscrevessem esta ou aquela reivindicação, de reclamar a introdução deste ou daquele direito na nova Constituição. A partir daí, o SAIC não mais mediria o estado de opinião, mas, de alguma forma, a capacidade dos líderes de opinião de convencer seus liderados.

Em outra proposição para se reduzir os custos da postagem, as entidades coletariam os questionários e os enviariam periodicamente em “pacotes”. Aínta neste caso, a intenção é louvável; mas a sua aplicação acarretaria inevitavelmente efeitos perversos importantes: não seria fácil, neste caso, conhecer a data do envio de cada sugestão e conseqüentemente captar a invenção de uma “demanda”. Por exemplo: numa municipalidade de tamanho médio, a superveniência de acontecimentos graves (violências, greve ou paralisia progressiva da economia provocada pela queda de uma ponte etc), leva os habitantes a se insurgirem progressivamente contra esta situação e a manifestarem,

40. William Sérgio Dupin, entrevista de 25-8-89.

cada vez mais, seu descontentamento no formulário. Ora, se estas sugestões tivessem sido enviadas no dia da sua redação, o carimbo do correio permitiria aos pesquisadores medir o quanto, em alguns dias, a população (e no interior desta qual grupo social em particular) tomou consciência deste ou daquele problema, achou por bem comunicá-lo à Constituinte e o quanto, em alguns dias, evoluiu o modo pelo qual as pessoas falavam do mesmo problema. Em suma, reagrupar os formulários antes de devolvê-los a Brasília pelo correio é apagar o traço do tempo, é perder a cronologia de uma fase de politização dos habitantes daquela cidade. Reduz-se assim o campo de análise destas sugestões.

A CPE pensa também em pedir a administração do Senado uma doação especial. Ela pretende associar a Câmara ao projeto, já que os deputados federais eleitos em 1986 comporão o essencial da Constituinte (eles deveriam, então, se sentir cooptados do *Diga Gente* ⁽⁴¹⁾). Sobretudo William Sérgio Mendonça Dupin (que trabalhava anteriormente, e isto é importante, em empresas privadas, Burroughs, "por exemplo, ou seja, submetidas às leis do mercado e não às regras da administração do Senado) propõe às empresas patrocinarem a operação. *Os gastos eram enormes e seria necessário o apoio de várias empresas. Eu queria contactar o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Globo para investir nos formulários em troca de um espaço publicitário neste mesmo formulário. Eu não tenho nada contra a iniciativa privada patrocinar um projeto deste tipo, mesmo as microempresas. Se a barbearia São José quiser patrocinar os formulários e com isto ajudar os cidadãos a participarem da Constituinte, eu não vejo nenhum mal* ⁽⁴²⁾.

Este raciocínio é simples, fundado sobre uma dupla constatação. De um lado, o sucesso de Diga Gente será proporcional ao número de sugestões que retornarem ao Senado; e este número dependerá do número de formulários distribuídos e do fato de que os brasileiros serão informados da possibilidade de enviar suas sugestões. Por outro lado, o Prodasen não pode, por não dispor dos meios necessários, nem distribuir massivamente estes formulários, nem fazer conhecer sua existência. Surge daí a idéia de solicitar a colaboração de empresas que pagariam a impressão e aproveitariam da promoção de Diga Gente para se autopromover. Mais uma vez, dois interesses objetivos comple-

41. Este raciocínio se fundamenta numa visão inocente dos constituintes, sobremaneira inquietos com relação aos desejos da população. Ele subestima, sobretudo, as rivalidades Senado/Câmara, e notadamente a necessidade para cada uma destas duas assembléias de se dotar de uma ferramenta eficiente e submetida à sua autoridade, a serviço de seus interesses e de seus membros. *Nós gostaríamos de dispor de um importante serviço informático, mas isto seria custoso. Além disto, existe ainda uma pequena polêmica sobre as funções que ele deveria desempenhar. Nós estamos atrasados em relação ao Senado, e este atraso nos atrapalha no nosso trabalho. Tenho por vezes, a impressão que o Prodasen é privilégio do Senado e dos senadores. É uma vantagem indiscutível que eles prezam muito. É compreensível* (deputado peemedebista).

42. William Sérgio Mendonça Dupin, entrevista de 26-10-89.

mentares se encontram. A CPE tem necessidade de um apoio financeiro e de publicidade; uma empresa procura sempre associar seu nome a produtos consensuais para melhorar sua imagem de marca e fidelizar seu público.

William Sérgio Mendonça Dupin, com a aquiescência da CCJ e do seu Presidente, contacta ou procura contactar as organizações Globo⁽⁴³⁾, a Federação Brasileira das Associações de Banco (Febraban), a Editora Abril, a CEF, a Petrobrás, a Aracruz Celulose, a Embratel, a ECT⁽⁴⁴⁾. Pouco a pouco, um projeto ambicioso ganha forma e este se chama *Projeto Constituição*. Ele compreende também um quadro comparativo, e passou a se chamar *Diga Gente*, sendo posteriormente transformado em *Fala Povo Brasileiro*⁽⁴⁵⁾. Quinze milhões de formulários serão distribuídos por todo o País (proporcionalmente à população de cada municipalidade), em três fases: cinco milhões a partir de 1º-2-86, cinco outros a partir de 1º-5-86, e os cinco últimos a partir de 1º-8-86 até o dia 5-1-87 (ou seja, quatro semanas antes da instalação da Constituinte. Cada formulário será impresso em duas cores e num papel de boa qualidade (este esforço de apresentação valorizaria o formulário e incitaria os brasileiros a lê-lo, ou então a preenchê-lo)⁽⁴⁶⁾. Ele custará NCz\$ 2.700.000.000,00 (ou seja, na época, US\$ 334.000.00)⁽⁴⁷⁾. A esta soma deveriam se adicionar, de um lado, NCz\$ 660.000.000,00 (US\$ 82.000.00), correspondentes ao envio da carta-tipo⁽⁴⁸⁾, agradecendo os autores das sugestões,

43. Nos dias 9, 16 e 18 de outubro de 1989, ele vai ao Rio de Janeiro acompanhado de dois colaboradores da CPE (Paulo César Carvalho Gomes e James Raymundo M. de Carvalho).

44. *Nós gostaríamos ao mesmo tempo de distribuir toneladas de papel e de não gastar nada. A idéia era a seguinte: a Aracruz Celulose nos forneceria o papel e nós tornaríamos seu nome conhecido no País inteiro. Se esta empresa recusasse nós poderíamos nos dirigir a uma outra. No entanto, o apoio da ECT era indispensável, uma vez que se tratava, e ainda hoje se trata, da única instituição presente em todas as municipalidades brasileiras. Sem ela, ou seja, sem a possibilidade de colocar em cada uma de suas agências nossos formulários a disposição do público, nós não atingiríamos nosso fim* (Leopoldo Peres Torelly, membro da CPE, entrevista de 31-10-89).

45. As conotações desta nova denominação são diferentes da precedente: a palavra *povo* nos conduz a uma concepção da sociedade mais explícita que a expressão *Diga Gente*. Sua dimensão ideológica deve ter atemorizado vários atores, uma vez que, algumas semanas mais tarde, nos documentos preparatórios da campanha de publicidade visando divulgar a existência dos formulários e sua significação, o conceito de *viabilização da participação "popular"* será sistematicamente substituído pela *viabilização da participação da "sociedade"*. Quanto ao adjetivo *brasileiro*, ele dá ao projeto um caráter nacionalista mais apto a mobilizar os agentes sociais. Contudo, na seqüência, o adjetivo *brasileiro* será cada vez menos utilizado.

46. Este assunto tinha sido abordado quando da reunião de 9-10-85 (ver o relatório p. 4).

47. O orçamento examinado quando da reunião de 21-10-85 fixava as tarifas seguintes para impressões dos formulários: 1 cor = NCr\$ 107,00 a unidade; 2 cores = NCr\$ 185,00, ou seja, NCr\$ 5,00 a mais que o preço indicado no convênio.

48. Esta soma advém de uma taxa de resposta avaliada em 20%. Ela seria reduzida à metade (e o convênio não descarta esta possibilidade) se somente 10% dos 15 milhões de formulários distribuídos fossem devolvidos à CCJ. Estas duas taxas provam então que os responsáveis da CPE esperavam receber entre 1,5 a 3 milhões de formulários. Se fosse este caso, o Prodasen disporia hoje de um banco de dados verdadeiramente excepcional.

e por outro lado os NCz\$ 250.000.000,00 (US\$ 31,000.00 necessários à impressão dos 25.000 manuais explicativos⁽⁴⁹⁾); por último os NCz\$ 500.000.000 (US\$ 62,000.00 úteis à fabricação dos 250.000 cartazes explicando o Projeto Constituição e onde figuravam os logotipos das empresas que apoiavam a operação. Em suma, o custo total antes da indexação das sugestões attingia a cifra de NCz\$ 4.110.000.000,00 (US\$ 509,000.00).

A Globo responde favoravelmente e um convênio de cooperação foi assinado entre o Senado Federal e a TV Globo Ltda., a Rádio Globo S/A e a Globo-Empresa Jornalística Brasileira Ltda. As organizações Globo financiarão uma parte destas despesas e, em contrapartida, seu logotipo figurará sobre os formulários e ela se beneficiará da exclusividade da cobertura jornalística do acontecimento. Além disso, à Globo fica a incumbência inicialmente de *esclarecer à população o papel e a importância da Constituição e da Assembléia Nacional Constituinte*⁽⁵⁰⁾, e posteriormente de informar à população sobre a possibilidade de enviar as sugestões à CCJ. Assim, a partir de 20 de novembro e de 5 de janeiro, ela veiculará uma série de *spots* publicitários de 15 a 30 segundos, e depois um outro de 30 a 45 segundos⁽⁵¹⁾. Enfim, o Prodasen colocará à sua disposição um terminal de computador, informando-a sobre o conteúdo das sugestões recebidas; assim a Globo poderá realizar as reportagens exclusivas sobre os autores e suas sugestões.

É evidente que este acordo (e de um modo geral qualquer financiamento privado ou externo ao Congresso Nacional), pelo fato de colocar em xeque as práticas habituais, só poderia ferir as susceptibilidades, as convicções e os interesses diversos (internos ao Prodasen, ao Senado e externos); e isto acontecia, mesmo diante da possibilidade que esta proposição pudesse simultaneamente satisfazer, contentar ou reforçar outras convicções e outros interesses. Aliás, a CPE, ou melhor, alguns de seus membros iriam brevemente tomar consciência disto às suas próprias custas.

De fato, desde 29 de agosto, um conjunto de resistências haviam aparecido e o relatório o comprova. Sob o título eufemizador de *Algumas Abordagens e Observações*, o relatório precisa que *a propaganda nos formulários, através da articulação direta da CCJ ou do Senado, é discutível, uma vez que pode gerar "um sentimento de favorecimento ou protecionismo"*. Quando desta reunião, dois tipos de argumentos se afrontaram, fundamentados sobre uma concepção diferente da democracia. Para uns, associar o nome ou o logotipo

49. Estes manuais, batizados de *Folder*, serão distribuídos da seguinte maneira: 12.000 para os sindicatos, federações, associações etc.; 4.500 para as prefeituras; 4.500 para as Câmaras de Vereadores; 4.000 para outros (imprensa, universidades etc.).

50. In relatório do Projeto Constituição, p. 1.

51. Estas duas fases são chamadas: *A vez do cidadão e A voz do cidadão*.

de uma empresa ao projeto *Diga Gente*, é marcá-lo pela ilegitimidade. Trata-se de entregar a interesses mercantis uma nobre causa. *Se a redação da Constituição deveria contar com a participação de todos, ela não deveria privilegiar os mercados. As empresas públicas, e ainda menos as empresas privadas, não deveriam, por princípio, ser associadas ao projeto*⁽⁵²⁾. Para outros, a realização do SAIC justificaria a entrada de recursos da iniciativa privada ou o concurso do setor estatal. *O SAIC custava caro mas era uma idéia formidável. Nossos limites orçamentários não deveriam impedir o povo de emitir a sua opinião, de enviar suas sugestões à Constituinte. Além disto, as empresas fazem parte da coletividade. A sua colaboração não tinha que ser descartada sob pretexto de um puritanismo de circunstância.*⁽⁵³⁾.

Na verdade, se estes argumentos de ordem ética participam de um trabalho de apresentação de si⁽⁵⁴⁾, onde os debatedores colocam em evidência suas crenças num determinado modelo democrático para não mostrar que eles defendem seus interesses próprios ou os de seus cometentes⁽⁵⁵⁾, este tipo de argumentação encobre igualmente uma polêmica subjacente (todavia essencial) sobre as quais os relatórios não deixam rastro. Isto, porque, no Prodasen e no Senado, questionava-se a oportunidade do projeto *Diga Gente*, e ainda hoje a oportunidade do *Projeto Constituição* é questionada. Este projeto poderia ter sido levado a cabo sem que se colocasse em xeque o frágil equilíbrio organizacional do Prodasen? Todo brasileiro é *verdadeiramente* capaz de ter uma opinião sobre o conteúdo da futura Constituição? Estas duas questões envenenam o acabamento do Projeto *Diga Gente* e posteriormente a realização do *Projeto Constituição*.

A presença destas duas questões não é obra do acaso. A primeira provém não somente das diferentes formas pelas quais os funcionários do Prodasen (e em grau menor os do Senado) vivem este projeto, mas também da confusão dos “enjeux” enjendrados pela superposição dos campos nos quais este projeto intervém (estas formas e esta confusão se alimentando mutuamente). A segunda resulta, de um lado, da preocupação dos profissionais da política de preservar ou aumentar a legitimidade do princípio da delegação de poder (princípio que lhes permite de ocupar as posições que são as suas); e por outro lado da vontade do pessoal político de conquistar ou de guardar o monopólio tendencial da representação dos interesses reais ou supostos dos brasileiros (esta preocupação e esta vontade estando evidentemente ligadas).

52. Sérgio de Otero Ribeiro, ex-Diretor-Executivo do Prodasen, entrevista de 19-1-89.

53. William Sérgio Mendonça Dupin, entrevista de 26-10-89.

54. Sobre este conceito, ler Erving Goffman, *The Presentation of Self in every Day Life*, New York, Doubleday Anchor, 1959.

55. E isto não impede que os debatedores possam estar convencidos da justeza de suas crenças.

Assim, o problema da oportunidade, ou melhor, os motivos que o fundamentam, e porque estes dão a chave da natureza e da importância das dificuldades encontradas quando da definição ou do desenvolvimento do projeto da CPE, que eles permitirão de melhor compreender o quanto e como este processo de definição e de desenvolvimento pesou sobre o número, a qualidade e o tratamento dos dados ulteriormente recolhidos. Em suma, analisar estes motivos, é então poder a termo não se equivocar sobre o que é hoje o SAIC.

2. O problema da oportunidade

Se *Diga Gente* e posteriormente o *Projeto Constituição* inquietam ou seduzem, preocupam ou agradam, é porque as suas preparações e as suas eventuais aplicações tendem e tenderão necessariamente a modificar o estado das relações de trabalho no seio do Prodasen ou no bojo da administração do Senado, tendem e tenderão a transformar as relações entre o pessoal político e os eleitores, tendem e tenderão a entrecortar estas três relações. De fato, não se pode esquecer que *Diga Gente* e o *Projeto Constituição* são realidades desde o instante em que são esboçados. Um projeto, mesmo rabisado sobre um pedaço de papel, desde que ele tenha mobilizado recursos (ainda que só os do seu genitor), e desde que ele engaje o futuro, ele age sobre o presente, sobre o real. Desde o convite a refletir do Serviço de Controle e de Informações todas as conversações informais, as reuniões e as atividades relativas a tudo sobre o que convém refletir engendraram efeitos procurados ou induzidos sobre as relações evocadas acima. Desde o início, o que estava na origem de *Diga Gente*, depois do *Projeto Constituição* e do banco de dados objeto de nosso estudo, foi progressivamente constituído em “enjeux” e criou outros “enjeux”, a partir dos quais os autores definiram suas estratégias. Nós estamos diante de um bom exemplo de interdependência tática e de interações estratégicas.

a) Interdependência tática

Reagrupados em serviço, prisioneiros de hierarquias e de regras de conduta, os funcionários do Prodasen não podem decidir das ações a fazer, sem levar em conta a existência desses serviços, dessas hierarquias, e dessas regras; sem levar em consideração os múltiplos parâmetros que eles percebem como sendo os que podem influenciar as suas escolhas e/ou resultar dessa escolha. Esses funcionários, como cada indivíduo, são agentes intencionais providos de uma racionalidade mínima, dotados de recursos que lhes conferem uma possibilidade de influência nunca nula na relação de poder. Todavia, suas estratégias e suas táticas esbarram em zonas de incerteza (falta de informação, informações falsas, ilusões, ...), de sorte que o caráter puramente racional da ação se encontra limitado e pode provocar efeitos perversos, ou seja,

conseqüências não deliberadamente desejadas⁽⁵⁶⁾. A tática de cada ator, antes de tudo, esbarra e depende parcialmente de cada um dos atores. De fato, os interesses, os “enjeux” e os objetivos perseguidos pelos atores são freqüentemente atropelados, levados de roldão, transformados, descobertos na (e pela) permanente confrontação mais ou menos intensa das táticas, no (e pelo) nó das táticas mais ou menos compatíveis, nesta (e por esta) confrontação e neste nó. Desta forma, não se deve nunca tentar apreender a continuidade das ações, ou a atividade tática dos atores em termos teleológicos ou instrumentais. É preferível, para se livrar de qualquer visão superficial, analisar estas ações e essas táticas através de suas dinâmicas. O conceito de interdependência tática permite esta análise. Desde então, os debates sobre a oportunidade, sobre o *Projeto Constituição*, e, conseqüentemente, a questão da gênese do SAIC atual tornam-se mais claros. Vejamos por que e como, no Prodasen, essas táticas tornam-se interdependentes.

Como qualquer projeto, o *Projeto Constituição* oferece aos funcionários do Prodasen a possibilidade, primeiro, de mostrar e fazer apreciar suas qualidades profissionais, depois de obter um proveito deste “know-how” reconhecido⁽⁵⁷⁾. Inversamente, ele pode colocar em evidência suas relativas incompe-

56. O leitor certamente compreendeu, desde o início deste capítulo, que nós não rejeitamos certas análises do “individualismo metodológico”, representado por cientistas políticos americanos tão célebres quanto Mansour Olson, Peter Blau e Robert Dalh, ou por franceses como Raymond Boudon e François Bourricaud; corrente que insiste deliberadamente sobre a vontade agente do homem. Todavia, não se deve esquecer três pontos fundamentais: de um lado as condições de socialização são, em parte, socialmente determinadas; por outro lado, as diversas representações que os agentes sociais se fazem do real são social e historicamente construídas; enfim, a carga afetiva própria a cada ação não deve ser negligenciada. Então, quando nós dizemos que o ator efetua escolhas racionais, nós não queremos dizer que estas escolhas são independentes dos efeitos estruturantes dos três pontos supra mencionados. É por isto que não se deve excluir o peso do *habitus* (sistema de normas interiorizadas pelo agente social) que, porque ele é socialmente estruturado e estruturante, tende a determinar os modos de racionalidade e a capacidade do agente social de calcular em termos de custo-benefício. a vislumbrar os custos e os benefícios das ações pretendidas, em suma a saber qual é seu interesse. Entre as *escolhas racionais* do individualismo metodológico e o *habitus* de Pierre Bourdieu, a via é estreita para uma melhor compreensão do comportamento social. Nós não pretendemos compreender o comportamento social a partir da adição dos conceitos do individualismo metodológico e dos conceitos de Pierre Bourdieu; nós queremos somente tomar aqui e ali os conceitos e os métodos que nos permitem compreender melhor nosso objeto científico.

57. *O desejo de perfeição, ou melhor o detalhismo de certos colegas nos atrasou consideravelmente. Alguns analistas desejavam que seus programas não pudessem ser passíveis de críticas, que o SAIC ocupasse um lugar-memória o menor possível, ou que todo e qualquer dado pudesse aparecer na tela no menor espaço de tempo. Estes esforços eram louváveis, porque provinham do desejo de trabalhar bem; mas eles nos impediam de avançar. Ora, qualquer atraso era prejudicial ao projeto; os senadores não iriam nos esperar para escrever a Constituição! Nós deveríamos estar prontos no momento certo* (Waldwin, ex-Diretor-Executivo do Prodasen, entrevista de 9-11-89).

tências. Assim, para todos os funcionários do Prodasen, todo projeto é um desafio, um questionamento mais ou menos profundo do seu estatuto⁽⁵⁸⁾, segundo a maneira pela qual este projeto solicita suas participações, e segundo o seu grau de envolvimento no mesmo.

O *Projeto Constituição*, pela sua amplitude, obriga e obrigará cada um dos serviços do Prodasen a colaborar. Ele tende e tenderá a multiplicar os fenômenos de redistribuição de poder. Assim, a organização corre o risco de ser desestabilizada; e os que se beneficiavam ou suportavam as coerções do sistema correm o risco, novamente, de ver o seu estatuto redefinido. Este fenômeno se produzirá tão mais intensamente que a distância que separa a “estrutura formal” do Prodasen e sua “estrutura informal” será grande⁽⁵⁹⁾. Ora, o trabalho de William na CPE e o apoio pessoal do Senador José Ignácio Ferreira às suas iniciativas afetam fortemente estas duas estruturas⁽⁶⁰⁾. *Alguns podiam pensar que o Projeto Constituição não respeitava a metodologia do Prodasen*⁽⁶¹⁾.

-
58. Os idiomas inglês e alemão distinguem, com vantagem, o *status* (sociológico) do *estatuto* (jurídico). Em português e em francês, o neologismo *status* não se impôs. *Estatuto* será então empregado aqui no sentido de *status* social. Nós podemos definir o *estatuto* como um conjunto de recursos reais ou virtuais, cuja disposição por um ator permite a este de interpretar ou de desempenhar seus papéis segundo modulações mais ou menos originais. Mas a relação entre o papel e o estatuto não é unilateral. O estatuto não é somente um recurso para o ator no desempenho dos seus papéis, é também a sanção da maneira pela qual ele executou seus papéis. (in Raymond Boudon e François Bourricaud, *Dictionnaire critique de la sociologie*, Paris, PUF, 1982, p. 512).
59. A hierarquia oficial (a que é exibida no organograma, necessária a dar às informações e às orientações o rótulo de autenticidade sem o qual elas correriam o risco de se perder) difere frequentemente da hierarquia implícita (a que repousa sobre a reputação, sobre a imagem e popularidade dos dirigentes), (cf. Bendix e S. M. Lipset, *Class. Status and Power: social stratification in comparative perspective*, London, Routledge & Kegan, 1966).
60. O SAIC tinha seus adversários e seus partidários. Isto provocava, por vezes, uma certa confusão. Por exemplo, certos responsáveis de alguns serviços lhe eram hostis, mas eles tinham que fazê-lo funcionar. Um pesquisador querendo saber o que é o poder, teria se divertido e teria aprendido muito ao assistir as nossas reuniões... Se existisse consenso, e ele tivesse se mantido sobre a necessidade do projeto, se todos tivessem trabalhado com tanta convicção e eficiência quanto William, o SAIC teria se tornado e seria um banco de dados mais conhecido e utilizado. Nós teríamos recebido cinco a dez vezes mais formulários e os teríamos tratado com maior perfeição e mais rapidamente (Waldwin, entrevista de 9-11-89). Para alguns, William era excessivamente ativo e parecia tudo dirigir. Esta impressão era reforçada pelos problemas da diretoria-executiva do Prodasen (Paulo Gomes, entrevista de 20-4-90). Não esqueça que durante o Projeto Constituição, nós mudamos várias vezes de diretor-executivo. Waldwin, após o seu acidente foi substituído por alguns meses e depois foi nomeado Rui Janiques. Enfim, quando a Constituinte foi instalada em fevereiro de 1987, Sérgio Otero assumiu a direção do Prodasen sob influência do Senador Fernando Henrique Cardoso. Estas mudanças foram relativamente traumatizantes (José Bittencourt, entrevista de 20-4-90).
61. José Bittencourt, entrevista de 20-4-90.

O modo de designação do Diretor-Executivo do Prodasen, e as "campanhas eleitorais"⁽⁶²⁾ que ele provoca, levam os postulantes a integrarem, na sua argumentação, as vantagens ou dificuldades do *Projeto Constituição*. De resto, porque este projeto é o objeto de usos sociais exteriores ao grupo de trabalho que presumivelmente lhe daria corpo, este projeto torna-se explosivo, mais difícil a definir e a gerir.

Em suma, uma tal confusão de interesses e de "enjeux" afetou e afetará o *Projeto Constituição*. Este último, porque os funcionários do Prodasen o vivem e o investem de maneiras diferentes, torna-se outra coisa diversa do simples tratamento informático das sugestões enviadas à Constituinte. As inquietações ou/e as esperanças que ele faz nascer, o transformam; esta transformação modifica, a seu turno, estas inquietações e estas esperanças; e, assim, sucessivamente.

Além disto, o *Projeto Constituição* não se limita ao Prodasen e atinge outros lugares e outros interesses. Assim, ele concerne não somente múltiplos atores (William, seus diretores, o Senador José Ignácio, ...), diferentes sistemas e subsistemas organizacionais (o Prodasen, seus serviços, a administração do Senado, TV Globo, ECT, ...), mas também vários campos e subcampos nos quais esses atores e essas organizações intervêm e se opõem: o campo político, o campo econômico, o campo da comunicação. Esses campos (espaços estruturados de posições, espaços de jogos historicamente constituídos tendo instituições específicas e leis de funcionamento próprias) só têm uma autonomia relativa. Eles se interpenetram em graus variáveis, de um lado segundo sua estruturação e o nível abaixo do qual os recursos mobilizáveis no campo não permitem mais aos atores deste campo de assegurar e/ou a melhorar suas posições de poder, de outro lado segundo as lógicas de situação que forçam um ator à multiposicionalidade, ou seja, que o levam a querer se inserir em outros campos ou a querer controlar certos atores destes outros campos a fim de poder abaixar o nível de dependência supramencionada, então a fim de melhorar sua posição⁽⁶³⁾.

As negociações em torno do *Projeto Constituição* e da sua oportunidade provêm da interpretação variável e coativa destes diferentes campos e subcampos. Assim, este projeto levou e levará certos atores deste ou daquele campo a se aliar momentaneamente com outros atores do mesmo ou de outros campos com o escopo de, crêem eles, impedir ou de relativizar a vitória de adversários reagrupados em outras alianças. Por exemplo, as cadeias concorrentes da

62. Quando, em 1989, eu apresentei minha candidatura ao posto de Diretor-Executivo do Prodasen, eu evitei de mencionar o SAIC. O *Projeto Constituição* não tinha satisfeito todo mundo no Prodasen. O SAIC não era, então, forçosamente, um argumento em meu favor (William Sérgio Mendonça Dupin, entrevista de 26-10-89).

63. Sobre o conceito de *campo*, aplicado sobretudo à competição política brasileira, ler nosso livro, *A Política da Constituinte*, Brasília, Instituto Tancredo Neves, 1989, pp. 67-71.

TV Globo podem encontrar entre os deputados de Brasília um apoio de circunstância. As primeiras, não desejando deixar à TV Globo o monopólio da cobertura jornalística de um acontecimento considerado apto a agradar o telespectador⁽⁶⁴⁾, são contra certas modalidades do *Projeto Constituição*. Os segundos, subequipados em terminais informáticos, crendo que os senadores poderiam tirar do banco de dados um lucro mais rápido e mais importante que o que eles esperam obter, são confrontados a outras modalidades do projeto⁽⁶⁵⁾. Em suma, esses dois tipos de atores têm um interesse objetivo em se aliar, mesmo se suas preocupações são diferentes. Eles podem, da mesma forma, receber um apoio indireto de certos funcionários do Prodasen, pouco favoráveis, por outros motivos, à realização do projeto. Esta aliança pode ser ainda reforçada pelas reticências da ECT em distribuir milhões de formulários. Da mesma forma, certos agentes da administração do Senado, recrutados na época da ditadura (ou seja, habituados a atividades, a uma concepção do trabalho e às inércias burocráticas oriundas de práticas estabelecidas sob a ditadura), recalcitrantes em face de certas implicações do *Projeto Constituição*⁽⁶⁶⁾, podem reunir-se ao grupo dos descontentes. Em resumo, essas alianças, nós as adivinhamos, não são nem oficiais nem oficializadas e então dificilmente vislumbráveis. Elas se efetivam de maneira latente e efêmera. Em contrapartida, os seus efeitos sobre o *Projeto Constituição* e sobre os atores cooptados por este projeto são por demais visíveis e importantes (nós veremos na segunda parte deste capítulo quando, por exemplo, as reservas da ECT em relação ao projeto pesarem sobre a confecção do formulário e, então, sobre o conteúdo das sugestões). É evidente que estes efeitos modificando as posições e os “enjeux” iniciais, tendem a recompor ou romper alianças; este fenômeno provocando a seu turno uma nova redefinição das posições e dos “enjeux” que vai acarretar igualmente a formação de alianças, e assim sucessivamente.

64. Sobre o lucro obtido pelas Organizações Globo, ler os jornais de 19-6-86, quando o presidente dessas organizações, o Sr. Roberto Marinho (homem contestado por uma parte do pessoal político e muitos intelectuais), foi recebido solenemente no Senado pela sua ajuda ao *Projeto Constituição*: *Neste sentido é justo que se ressalte nesta oportunidade que o projeto vem recebendo inestimável colaboração do Doutor Roberto Marinho que, de pronto, determinou ao sistema de comunicações sob seu comando a integração a esta cruzada cívica, que ao seu final, com tão valioso concurso, terá também contribuído para conscientizar politicamente o País para a hora histórica da consolidação da democracia defendida pelo Presidente José Sarney e desejada por toda a Nação.* (Senador José Ignácio Ferreira, discurso publicado em *O Globo* em 19-6-86, p. 2).

65. Além disto, os deputados petistas e pedetistas não queriam que a Globo (cadeia pela qual não tinham nenhuma simpatia) pudesse se apropriar desta forma do trabalho de preparação da redação da Constituição. *Eu pressentia que a exclusividade da Globo seria objeto de um debate em plenário. Eu desconfiava da reação de certos parlamentares* (Lourival Zagonel dos Santos, na época Diretor-Geral do Senado, entrevista de 2-11-89).

66. *Certos funcionários da administração do Senado não compreenderam o projeto. Para eles era excessivamente novo* (Lourival Zagonel dos Santos, entrevista de 2-11-89).

Esta dinâmica é um caso típico de *interdependência tática alargada*. De fato, não só o pesquisador mas também os atores da época podem constatar (no modo teórico para o pesquisador e no modo mais prático para os atores) com maior ou menor acuidade a tendência à emergência de uma interdependência crescente das atividades táticas de atores localizados em diversos campos e em setores diferentes do espaço concorrencial. *Passamos de uma forma rotinizada e, sobretudo, local de interdependência dos atores no interior de um setor particular (forma de interdependência na qual o valor dos recursos e das linhas de ação à disposição de diversos atores é garantida pela separação relativa dos setores uns em relação aos outros) a uma forma de interdependência alargada que tende a confrontar diretamente os diversos recursos e linhas de ação, separadas até então, e que tendem a determinar nesta confrontação sua eficácia ou o seu valor*⁽⁶⁷⁾.

Todavia, a imbricação da interdependência tática observável no Prodasen e da interdependência tática alargada parcialmente exposta acima, se complica com a dificuldade para os atores de efetuar uma escolha, que eles já sabem antecipada pelos seus colegas, seus interlocutores e seus adversários.

b) Interações estratégicas

Do que se trata? Ainda que qualquer analogia tenha seus limites, podemos evocar a imagem heurística destes estranhos tabuleiros a três dimensões permitindo a vários jogadores (a CPE, seus membros, o Prodasen, seus funcionários, o Senado, sua administração, seu pessoal político, os brasileiros, a Globo, seus telespectadores, as empresas estatais ou privadas, seus clientes etc.) disputar várias partidas ao mesmo tempo contra vários adversários, concorrentes ou futuros aliados potenciais: partidas cujas regras variaram segundo a natureza das relações existentes entre os jogadores (relações de direito, relações de fato, relações de hierarquia); partidas que necessariamente se determinariam uma a outra proporcionalmente a seu grau de imbricação; partidas disputadas por jogadores dispondo de um desigual e variável "know-how", gozando de uma quantidade desigual de recursos diferentes. *Duas partidas ou mais podem se encontrar numa situação estruturada de encavalamento mútuo onde cada jogador deve fazer um movimento ("move") e onde cada movimento possível acarreta implicações coativas para todas as partidas e para todos os jogadores. Nesta situação, cada jogador deve tomar sua decisão sabendo que os outros jogadores tentam provavelmente antecipar sua decisão, e podem apreciar que ele saiba que é possível. Os encadeamentos de ações ou os encadeamentos de movimentos serão então executados à luz da idéia que o jogador se faz da idéia que os outros jogadores se fazem das ações e movimentos*

67. In Michel Dobry, *Sociologie des Crises Politiques*, Paris, PFNSP, 1986, p. 161.

que ele e eles poderiam executar. Uma sucessão de movimentos decidida na base deste tipo de reflexão sobre si mesmo e sobre os outros, podem ser chamada de interação estratégica⁽⁶⁸⁾.

Assim, quando William, no inverno de 1985, procura convencer os diretores do Prodasen do interesse que representa para este organismo o projeto *Diga Gente*, ele o faz sabendo que a partida não está ganha por antecipação. Ele apresenta sua idéia levando em consideração as relações prováveis que esta apresentação poderia suscitar (pelo menos ele assim pensa) junto às pessoas a quem ele se dirige. Da mesma forma, quando certos responsáveis da administração do Senado tentam convencer os seus colegas, eles devem antecipar suas reações eventuais para melhor lhes convencer. Quanto aos reticentes ao projeto *Diga Gente*, adivinhando que os argumentos dos seus interlocutores serão apresentados desta ou daquela maneira, eles procuram demonstrar a idéia que estes interlocutores se fazem das reações que eles poderiam ter e vice-versa.

Precisemos que cada movimento não implica em uma decisão puramente racional e longamente refletida. Ele resulta de uma “linha de ações”⁽⁶⁹⁾ escolhida dentre outras, muito condicionada pela estrutura de interação (ou seja, pelo jogo) e pelo “quadro” (*frame*) no qual ela se elabora. É, com efeito, no interior dos quadros de interação específicos (estes “lugares” onde se desenrola a atividade quotidiana) que podem ser colocadas em relação à dimensão propriamente individual da ação (estratégias racionalmente motivadas dos atores, capacidades de interpretar o mundo para agir sobre ele, possibilidades de mobilizar um conjunto de regras geradores de práticas etc.) e sua dimensão estrutural, isto é, a totalidade das coerções que pesa sobre ela (distribuição desigual de recursos tais como o poder, o “know-how”, o prestígio entre os indivíduos etc.)⁽⁷⁰⁾.

Enfim, a esta combinação de interações estratégicas e de interdependências táticas se misturam (e, então, as transformam) os “enjeux” relativos às relações representantes/representados.

68. In Erwing Goffman, *Strategic Interaction*, Oxford, Basil Blackwell, 1970, p. 100/101.

69. O conceito de linha de ações é menos opaco que podem pensar S. Crook e L. Taylor (“Goffman’s version of reality” in *The View os Goffman*, New York, Jason Ditton ed, 1980), a partir do momento que ele é integrado à teoria da estruturação desenvolvida por Anthony Giddens.

70. O estrutural só existe enquanto presença espaço-temporal quando da sua atualização nas práticas que constituem o sistema, e sob a forma de traços mnemônicos em virtude dos quais os agentes sociais orientam suas condutas. (Anthony Giddens, in *The Constitution of Society*, Cambridge, 1984, p. 66). As regras e as coações só têm efetividade e realidade a partir do momento que elas se realizam e se objetivam nas interações cotidianas que elas contribuem a tornar possíveis.

c) A competição dos filtros

A palavra *filtro* (*gatekeeper*) é, evidentemente, emprestada à análise sistêmica e ao célebre modelo de David Easton⁽⁷¹⁾, análise aceitável e demonstrativa à condição expressa de se eliminar a dimensão mecanicista, instrumentalista e autonomista⁽⁷²⁾.

Os partidos políticos, no Brasil como alhures, são filtros que participam da emergência, da regulação e da redução das “exigências” da população. Eles lutam, sobretudo, pelo monopólio tendencial da representação dos cidadãos. De fato, os partidos políticos e os homens políticos não são os únicos filtros, as únicas organizações ou agentes especializados a querer representar os brasileiros. Eles estão em concorrência com os sindicatos, as igrejas, as associações corporativas, ... Esta concorrência obriga os partidos políticos a redobram os esforços para ganhar uma parte crescente do mercado da representação. Eles devem permanentemente utilizar ou renovar as técnicas e as práticas suscetíveis de lhes delivrar credibilidade, ou seja, de criar uma situação onde os representantes acordariam crédito aos homens políticos (o crédito é uma devolução de pagamento no tempo afiançada pela reputação de solvibilidade do produtor; então aqui a disposição dos eleitores a postergar no tempo a satisfação de seus interesses ou a realização de promessas feitas pelos seus representantes — disposição proporcional à solvibilidade dos representantes, isto é, proporcional à capacidade que os eleitores acordam aos representantes de poder satisfazer seus interesses). Desta forma, os profissionais da política (que são também profissionais da representação) se devem a cada instante, e sobretudo na véspera de eleição (aqui a da Assembléia Constituinte), se apresentar aos representados como representantes aceitáveis, ou seja, capazes de os representar com eficácia. O *Projeto Constituição* pode, assim, lhes dar a ocasião de se mostrar atenciosos aos eleitores, atenciosos àqueles que eles devem convencer de lhes delegar seus poderes.

O *Projeto Constituição* pode permitir aos homens políticos não somente justificar suas pretensões a representar os brasileiros, mas também a justificar o princípio de delegação (princípio que não tem nada de natural e de evidente), isto é, o princípio segundo o qual o maior número seja desposuído de sua palavra por alguns agentes especializados, sob pretexto de se dizerem porta-vozes do maior número. Estes vão, sobretudo, se apropriar desta palavra afim de melhor assegurar suas posições de poder no aparelho do Estado e no campo político.

71. David Easton, *A Systems Analysis of Political Life*, New York, 1965. Ver também M. Haas et H. S. Kariel, *Approaches to the Study of Political Science*, Scranton, 1970, pp. 51-73 e 511-529.

72. Para uma crítica construtiva do modelo de Easton, ler por exemplo J. P. Cot e J. P. Mounier, *Por une Sociologie Politique*, Paris, Seuil, 1974, tomo I, pp. 200-225; e William Lapierre, *L'Analyse des Systemes Politiques*, Paris, Seuil, 1973.

De fato, qualquer forma de representação (aqui no sentido de laços representados/representantes, eleitores/eleitos) é um mecanismo de desposseção desmentido por um sistema de razões (73). Assim, a representação se define antes de tudo de um ponto de vista prático, como um tipo de divisão de tarefas: neste ângulo, a representação é uma situação na qual um presente (aqui os senadores e os deputados) fala ou age em nome de um ausente (o corpo eleitoral) (74). Simultaneamente, a representação é igualmente o conjunto de razões que legitimizam a delegação, que a torna aceitável e desejada. *Qualquer forma de representação é também um sistema de racionalização justificando uma forma de organização coletiva, e ao mesmo tempo uma imagem do grupo (os eleitores) oferecida a sua devoção e por isto elemento constitutivo do reforço de sua integração* (75).

Nesta perspectiva, *Diga Gente e o Projeto Constituição* são trunfos decisivos, na medida em que o eleito ou o futuro eleito autoriza os eleitores a falar para, na seqüência, melhor lhes retomar esta palavra concedida por um instante; para melhor poder dizer que ele fala em nome daqueles que acabam de se exprimir; para melhor aparecer a estes como o que porta a voz de um grupo, agora mais objetivado pelo simples fato que ele lhe acordou a palavra; para ser melhor aceito como porta-voz; para melhor assegurar sua posição.

Em 1985 (ou seja, depois de vários anos de ditadura e de redemocratização, depois que a CNBB e os sindicatos tenham, com freqüência, precedido os partidos políticos na sua tentativa de representar a sociedade civil), o projeto de William Sérgio Mendonça Dupin só poderia agradar boa parte dos senadores. Suas imagens de marca e seus interesses de porta-voz estavam em jogo, mesmo se paralelamente estes senadores podiam, em função de suas crenças, ser seduzidos por um projeto que eles consideravam apto a satisfazer suas concepções da democracia. *Minha única preocupação era e é a participação do povo, seja de que jeito for. O povo tem direito à palavra e nós temos o dever de saber o que quer o povo para melhor o representar* (76). Todavia, a idéia que os homens políticos se fazem da democracia e

73. In Bernard Lacroix, "Conclusion d'une table ronde du second congres de l'Association Française de Science Politique", in *La Représentation*, sob a direção de Francisco Darcy, Econômica, 1985, p. 180. Estes parágrafos foram inspirados neste artigo de Bernard Lacroix.

74. Por "representação", nós entendemos a situação de fato que quer que a ação de certos membros do agrupamento (representantes) seja imputada aos outros ou que ele deve ser considerada por estes últimos como legítima e que, os ligando, ela se torne de fato legítima. (in Max Weber, *Economie et Société*, Paris, Plon, 1971, tomo I, p. 300).

75. In Bernard Lacroix, op. citado, p. 181.

76. José Ignácio Ferreira, entrevista de 19-10-89. Só imperativos ligados à participação do Senador na campanha das eleições presidenciais nos impediram de entrevistar mais longamente e mais freqüentemente este Senador. Nós lamentamos vivamente.

sobretudo do grau de politização dos brasileiros pode provocar um reflexo de circunspeção ou de desafio. Com efeito, o projeto pode seduzi-los e satisfazer seus interesses; mas, porque eles podem crer que o conteúdo de muitas sugestões será frequentemente insignificante, eles não aceitaram a efetivação deste projeto. *Certos parlamentares diziam: escrever uma constituição não é um ato ordinário. O que conhece o povo do direito constitucional? Quase nada, infelizmente. Quando a população é tão inculta e quando um país não tem dinheiro, não creio que seja necessário difundir milhões de formulários que custarão milhões de cruzados. Eu não sou contra o princípio de dar a palavra ao povo sobre este ou aquele assunto; mas eu sou contra um projeto milionário que daria a palavra a um povo quase ignorante sobre um assunto sobre o qual ele deveria se exprimir* (77).

Interdependência tática, interação estratégica, relações representantes/representados e competição de filtros provocam uma fluidez dos cálculos. De fato, os atores do *Projeto Constituição* cujos poderes são desiguais e variáveis no tempo, tem a maior dificuldade em pesar com certeza e eficácia o curso dos acontecimentos. A maneira pela qual eles decidem suas ações, a forma pela qual eles escolhem aquilo que convém emendar ou melhorar no *Projeto Constituição*, a maneira pela qual eles exprimem suas opiniões sobre a questão da oportunidade do *Projeto Constituição*, testemunham desta fluidez dos cálculos e torna, enfim, compreensível o SAIC atual.

Graças a estes longos e austeros (mas indispensáveis) parágrafos, o leitor terá compreendido o quanto o SAIC atual escapou ao total controle de cada um dos seus múltiplos atores/autores. O leitor não se surpreenderá, então, que o *Projeto Constituição* foi vítima de numerosas alterações. Ele não se assustará (e a enumeração seguinte será voluntariamente não hierarquizada, porque foi a desordem que produziu estas alterações) dos acontecimentos seguintes: só cinco milhões de formulários (e não quinze) foram distribuídos; o Senado teve que romper o acordo com a Globo; a Câmara não acordou nenhum financiamento; 72.719 formulários foram recebidos, ou seja 1,4% do total distribuído (e não 10% como havia sido fixada a estimativa mínima); o Prodasen, por não dispor de meios, não pôde, imediatamente, proceder à indexação das sugestões recebidas, esta dificuldade engendrou um debate em plenário; o desigual acesso ao banco de dados e os modos de utilização das sugestões provocaram vivas alterações entre o Senador José Ignácio Ferreira e o Senador Fernando Henrique Cardoso (ainda que do mesmo partido, estes dois parlamentares não tinham nem sobre o *Projeto Constituição* nem sobre a oportunidade deste projeto, posições comuns e apoiavam diretores e funcionários diferentes no Prodasen); William Sérgio Mendonça Dupin foi constrangido a abandonar suas responsabilidades na CPE, ele foi substituído por Marcus Vinícius Goulart

77. Sérgio Otero Ribeiro, entrevista de 19-10-89.

Gonzaga; os atrasos se acumulavam; tudo ficou diferente do que era esperado ou temido por uns e por outros. Em suma, é toda a coleta e o tratamento dos dados que iriam ser afetados.

B) UMA COLETA E UMA CODIFICAÇÃO PROBLEMÁTICA

Apreciar a validade de um banco de dados não é somente vislumbrar as condições e circunstâncias que a autorizam, é também se assegurar da neutralidade dos modos de coleta e de codificação dos dados (neutralidade que resulta das condições e das circunstâncias estudadas acima). Esta segunda parte será evidentemente mais técnica e tentará denunciar, após verificação empírica, cada uma das falhas da coleta e da codificação. Isto por duas razões: primeiramente, para não se iludir sobre o grau de cientificidade do SAIC e tirar conclusões rápidas e abusivas; em segundo lugar, para refletir sobre a maneira pela qual conviria de agir no caso, de amanhã, o Prodasen ou um outro organismo desejar renovar a experiência do SAIC, dando a palavra ao cidadão através de um formulário e depois criando um banco de dados. Em resumo, o objetivo não é de identificar os eventuais responsáveis pelos erros cometidos. Aliás, o leitor já deve ter entendido que os atores do SAIC são coletivamente responsáveis por estes erros, e que eles ignoravam sobretudo que suas tergiversações a propósito do *Projeto Constituição* iam afetar a validade científica do SAIC. O verdadeiro escopo aqui é de avaliar a fiabilidade dos dados. Sem este esforço metodológico, todas as estatísticas ulteriores (e todos os comentários tirados destas estatísticas) não teriam nenhum sentido e nenhum valor científico. Para evitar qualquer confusão, convém, então, analisar inicialmente os modos de coleta dos formulários, em seguida o formulário, enfim, o tratamento informático das informações que nele existe.

1. A coleta

a) *A origem dos formulários*

Cinco milhões de formulários foram distribuídos pelo País, proporcionalmente à população de cada município. Esta escolha provém de um lado da preocupação de constituir um banco de dados fiel à repartição geográfica da população brasileira, e de por outro lado do desejo de não suscitar descontentamentos políticos. *A distribuição dos formulários deve ser homogênea para evitar reclamações do tipo: "o município A o recebeu e o nosso não... está havendo discriminação do nosso município"* (78).

78. Em relatório de 9-10-85.

Cada cidadão poderia, então, encontrar um formulário em cada prefeitura, cada Assembléia Legislativa e nas agências do correio. A escolha destes lugares tiveram uma influência sobre a população do SAIC (nós chamaremos assim os agentes sociais que enviaram suas sugestões a CCJ). De fato, é muito provável que o número de funcionários públicos na população do SAIC e o número de reivindicações relativas a função pública teriam sido menos importantes se os formulários não tivessem sido distribuídos somente em lugares onde os funcionários públicos não trabalham. Por exemplo, se estes formulários tivessem estado disponíveis nas rodoviárias talvez o número de sugestões relativas ao problema dos transportes teria sido maior. Há sempre uma relação entre o lugar onde torna-se possível exprimir sua opinião e a opinião dada. Isto já foi dito, o SAIC não é uma sondagem científica em grande escala, na medida em que a população do SAIC não podia por definição ser uma amostragem representativa da população brasileira. A população do SAIC é somente o resultado da possibilidade dos brasileiros de encontrar o formulário e de seus desejos de enviar uma sugestão à CCJ. Esta possibilidade e este desejo sendo desigualmente partilhados, a população do SAIC e a população brasileira não poderiam então ser homotéticas. No SAIC, certos grupos sociais são sobre ou sub-representados em relação a seu peso real no Brasil de 1986 (ver capítulo II deste livro).

Outro problema. A CPE, porque tinha dificuldades orçamentárias e porque pretendia que todos os brasileiros pudessem dar o seu parecer, quis que os cidadãos pudessem fazer sugestões por intermédio de um serviço telefônico já existente em certas municipalidades. Com efeito, várias cidades importantes (79) dispõem de um número de telefone "156" graças ao qual os habitantes podem informar suas administrações dos problemas da cidade (este serviço se intitula *Atendimento do Cidadão*). O Senador José Ignácio Ferreira escreveu, então, no dia 27-11-85, uma carta ao prefeito destas cidades lhes pedindo para participar no *Projeto Constituição*. Estes municípios deveriam informar a população da possibilidade de chamar o 156 para transmitir sugestões a CCJ. As telefonistas deste serviço deveriam igualmente informar seus correspondentes que eles podiam dar as suas sugestões, sobretudo elas deveriam preencher os formulários na base do que lhes diziam seus correspondentes; enfim a prefeitura enviaria à CCJ as sugestões exprimidas por este procedimento⁽⁸⁰⁾.

79. Belém (PA), Recife (PE), Maceió (AL), Feira de Santana (BA), Brasília (DF), Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Belo Horizonte, Juiz de Fora, Araguari, Poços de Caldas, Montes Claros, Patrocínio (MG), Petrópolis (RJ), Campinas, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Jacareí (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Porto Alegre e Pelotas (RS).

80. As municipalidades dispoendo de um sistema informático podiam, diretamente, enviar as fitas magnéticas ao Prodasen. Marcus Vinícius Goulart Gonzaga visita várias prefeituras a fim de acertar os detalhes.

Os efeitos perversos de um tal sistema são enorme. Com efeito, as sugestões transitando pelo 156 são evidentemente o fruto de uma conversa entre o cidadão e a telefonista; esta última podendo influenciar o cidadão pelos seus propósitos. As coisas poderiam acontecer assim. *A telefonista pedia: "Você sabe que você pode dar a sua sugestão à Constituinte?" O cidadão respondia então: "Não, do que se trata? A telefonista explicava rapidamente do que se tratava. Ela podia indicar ao correspondente as sugestões emitidas pelos seus concidadãos* (81). Não é difícil perceber que as respostas da telefonista pesam sobre o número e o conteúdo das sugestões recebidas. Além disto, a telefonista pode não ter tempo de anotar a totalidade da sugestão se seu correspondente fala mais rápido do que ela escreve. Ela pode esquecer adjetivos, corrigir expressões, modificar palavras,... Além do mais, o cidadão pode estar apressado, não dizer tudo o que teria podido escrever no formulário. Ele pode desligar antes de ter respondido as questões do questionário (o formulário, nós voltamos a falar dele, comporta notadamente um quadro reservado ao texto da sugestão e um questionário relativo aos dados sociológicos do autor da sugestão: sexo, lugar de residência, idade, nível de instrução, estado civil, faixa de renda, atividade). Em suma, as sugestões e os questionários que chegam à CCJ por intermédio do 156 não são necessariamente aquelas que a CCJ teria recebido se estes correspondentes tivessem retirado um formulário, tivessem preenchido e enviado por conta própria (82).

Mas os brasileiros que escreveram por conta própria suas sugestões estavam verdadeiramente sós quando desta redação? Eles não falaram com outras pessoas do que era conveniente escrever? Nada nos permite dizer com certeza que as milhares de sugestões recebidas pela CCJ sejam realmente as que teriam enunciado seus autores se estes últimos tivessem sido interrogados na rua por um profissional das sondagens. Neste último caso a imparcialidade e o silêncio do interrogador deixam relativamente livre o sondado decidir sobre sua resposta. Antes de tudo, o sondado fornece sua resposta imediatamente. A sugestão que ele faria, neste caso, seria mais sua e mais espontânea que nocaso do SAIC. Tomemos um exemplo: Um homem está na agência do Correio e descobre a existência dos formulários. Ele apanha um, volta para casa e fala sobre o formulário a sua esposa. Esta última (30-39 anos, sem rendimento, 2º grau incompleto) lhe pede para escrever sobre os problemas do aborto. Assim, o marido vai acrescentar na "sua sugestão" algumas linhas sobre este tema e preencherá o questionário (a menos que ele já o tenha feito) em conformidade com seu perfil: homem, 40-49 anos, superior completo, mais de 10 salários mínimos; isto é, casas distintas das que teriam preenchido sua esposa se ela tivesse preen-

81. Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, entrevista de 19-10-89.

82. *Tecnicamente, é impossível saber quantas sugestões provenientes do "156" contêm o SAIC* (Marcus Vinicius, entrevista de 20-4-90).

chido um formulário próprio. De resto, os digitadores do Prodasen vão gravar, sem o saber, dados "errôneos". Posteriormente, as pessoas que consultarão o SAIC considerarão automaticamente a questão do aborto como sendo a do marido e não a da mulher, pois o SAIC faz corresponder a esta questão um perfil sociológico que não é verdadeiramente o de seu autor. Este fenômeno é marginal ou freqüente? Nada nos permite sabê-lo. Nestas condições o pesquisador, quando ele efetuará estatísticas para saber qual grupo social escreveu sobre qual assunto, deveria ser prudente em suas conclusões. Nós desenvolveremos amiúde problema da dificuldade em identificar com precisão o autor de cada sugestão.

Outra falha: a CPE, para diminuir os custos do *Projeto Constituição*, informou no dia 5-7-86 aos partidos políticos representados no Congresso que pilhas de formulários estavam a sua disposição. O PMDB se apressou imprimir seu carimbo nestes formulários e fez saber que as sugestões dadas serviriam igualmente a preparação do primeiro congresso nacional do partido (26 a 28-8-86). Muitos militantes receberam este formulário⁽⁸³⁾. Desta forma, o seu peso e o de suas reivindicações no SAIC não são negligenciáveis. Será possível avaliá-los? Sim e não. Duas das caixas nas quais estão arquivadas a totalidade dos formulários recebidos⁽⁸⁴⁾ são marcadas por uma etiqueta indicando a origem peemedebista da sugestão. Ora, cada caixa contendo geralmente 30 lotes de 25 formulários, o SAIC contém então, no mínimo, 1.500 formulários distribuídos pelo PMDB que foram devolvidos à CCJ, ou seja, no mínimo 2,1% das 72.719 sugestões contidas no SAIC (no mínimo, uma vez que nós descobrimos em outras caixas formulários manifestadamente distribuídos pelo PMDB). Quanto aos formulários que deveriam ou poderiam ter sido distribuídos pelos outros partidos, eles não foram arrumados em caixas cuja etiqueta nos permitiria divisá-los. Além disto, como nós não descobrimos (no acaso de nossas pesquisas) um questionário onde figuraria o carimbo do PFL ou do PDT, e como nenhum outro signo distintivo não nos permitiu até agora divisar estes formulários, nós não podemos então estimar seu número. Enfim, não é certo que todos os formulários ofertados aos partidos políticos tenham sido exclusivamente distribuídos a seus militantes.

Todavia, o grau de competência política e sobretudo o sentimento de competência política de militantes políticos sendo freqüentemente mais eleva-

83. Vários partidos reclamaram de não terem sido suficientemente advertidos da possibilidade de receber estes formulários. Eles acusaram o Primeiro Secretário do Senado Enéas Farias (PMDB-PR) de ter favorecido o PMDB (ver a *Folha de S. Paulo* 20-8-86, p. A-4). Esta controvérsia não contribuiu para amenizar o clima em torno do *Projeto Constituição*.

84. Estas caixas são arquivadas nos subsolos da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

da que o do simples eleitor ⁽⁸⁵⁾, é provável que os formulários de origem partidária preenchidos pelos militantes contenham freqüentemente sugestões relativas aos problemas políticos. Da mesma forma, qualquer um que quiser medir o grau de politização da população do SAIC (ou seja, de cruzar- os dados sociológicos dos questionários com os temas políticos contidos nas sugestões) deverá se perguntar se seus resultados estatísticos não são alterados pela presença de formulários de origem peemedebista, e mais geralmente pela presença de formulários de origem partidária. Assim, as variáveis discriminantes (isto é, as que permitem de divisar e de definir os grupos sociais "homogêneos", as que permitem explicar a sobre ou a sub-representatividade destes grupos e as razões pelas quais estes grupos formularam este ou aquele tipo de sugestão) não são forçosamente as que figuram no questionário. Seria necessário introduzir uma outra variável: a que concerne a origem do formulário (este último foi retirado numa agência do correio ou foi recebido da mão de um parlamentar ou de um de seus empregados?).

Em resumo, as condições de distribuição e de coleta dos formulários não nos garante a total confiabilidade dos dados. O número e o conteúdo das sugestões reagrupadas puderam ser influenciadas pelos lugares e formas de distribuição. A estes primeiros efeitos perversos se adicionam os devidos às "pressões" externas.

b) Sugestões que foram sugeridas

Dar a possibilidade aos cidadãos de enviar suas sugestões a Brasília, com vistas à redação da próxima Constituição é uma homenagem interessada à democracia (pelo menos segundo o código simbólico em vigor hoje). É uma celebração espetacular de cidadãos iguais e fraternos, de um Brasil idílico e maravilhoso, onde a importância do papel da população no processo constituinte é enunciada com força. O indivíduo é assim valorizado; ele recebe uma imagem dele mesmo muito valorizante. O brasileiro não é mais um simples agente social, uma vez que, por um instante, o *Projeto Constituição* faz dele um cidadão, ou seja, um homem qualificado pelo discurso político de *responsável, razoável, detentor em virtude de suas decisões do futuro do País*. Este tipo de discurso e de situação gera orgulho e satisfação. Ele bajula o ideal do Eu de cada brasileiro, tal qual ele é culturalmente moldado⁽⁸⁶⁾. Esta valorização do agente social vai conduzir este último a imaginar a Constituição e a Constituinte de uma outra maneira, a repensar (por um instante)

85. A participação de um agente social às "ações coletivas" (Mansour Olson), como por exemplo o militância, compensa ou reforça os efeitos de politização resultantes de sua "socialização" (Annick Percheron) e de seu "capital cultural" (Pierre Bourdieu).

86. Da mesma forma, o ideal do Eu dos autores do *Projeto Constituição* é também satisfeito, mas por outras razões. Sobre a conformidade do ideal do Eu aos modos de dominação do poder político, ler Eugène Enriquez, *De la Horde à l'Etat*, Paris, Gallimard, 1983.

seu papel na sociedade brasileira. Assim, a sugestão que poderá advir-lhe ao espírito, a que ele estará tentado de escrever e de enviar, refletirá este estado de espírito efêmero. É por isto que o pesquisador deve estudar os discursos mobilizadores que foram endereçados aos brasileiros nesta época. Ele deve analisar o quanto as palavras e as imagens difundidas pelos promotores do *Projeto Constituição* pesaram quantitativa e qualitativamente sobre as sugestões.

Nós publicamos em anexo a integralidade da *Proposta de roteiro para a campanha de participação popular da nova Constituinte (produto final em vídeo-teipe, cor, de sete minutos)*, apresentada pela agência de comunicação "Tempo". Este filme publicitário não quer só explicar o que é a Constituição e a Constituinte. Ele não visa só responsabilizar os habitantes, ele difunde também imagens e representações politicamente interessadas do trabalho dos senadores. Nós encontramos aqui a problemática da concepção dos filtros e a necessidade para o pessoal político de legitimizar a delegação de poder.

De certa forma, a possibilidade de enviar a sua sugestão à CCJ corresponde às possibilidades oferecidas pelo sufrágio universal. O paralelismo se impõe, uma vez que alguns dos efeitos sobre os agentes sociais são comparáveis. *O sufrágio universal é a festa do "cidadão", este ser supremo que não tem nem renda, nem emprego, nem religião, nem diploma; mas cujo querer importa tanto ao destino da comunidade nacional. Esta "irsubstanciação" que o faz nascer facilita não uma deprimente diluição do Eu individual num grande Todo (os milhões de membros do corpo eleitoral), mas sobretudo um tipo de expansão/valorização momentânea do Eu. "Cada voto tem a sua importância", "Votar é um direito", repetem os candidatos. Não há nenhuma dúvida que o eleitor aprisionado nas coações da vida cotidiana, pouco habituado a ser levado em consideração no lugar modesto onde ele se encontra socialmente, obtém um mínimo de satisfações compensatórias e não confessadas a ser assim o objeto de incessantes "entreprises" de sedução conduzidas durante a campanha eleitoral. E, se o eleitor se desloca às urnas, como outros tantos milhões, é porque ele tem a impressão, em um ou outro nível de sua personalidade, de fazer um ato importante. Quanto à utopia da sociedade sem classe, na qual igualdade e euforia fusional se conjungam estreitamente, o cidadão se aproxima dela num breve instante no dia da eleição* (87).

Esta concepção Durkheimiana que transcende⁽⁸⁸⁾ o agente social em cidadão e sobretudo (no caso do SAIC) em constituinte, pode ser aplicado ao formulário cujo título *Você também é constituinte, participe!* é rico em consequências.

87. Philippe Braud, "Elire un président ou honorer les dieux", in *Pouvoirs*, n° 14, 1980. pp. 25-26.; artigo cujo se inspira o parágrafo precedente.

88. Sobre este fenômeno de transcendência, ver Emile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Alcan, 1908.

FAÇA, VOCÊ TAMBÉM, A NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembléia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição afeta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres.

Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e os seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo.

Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição.

O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembléia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira.



VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE

APOIO
ORGANIZAÇÕES
GLOBO

Este texto, que foi escrito por um jornalista, *praticamente de uma só vez*, sob as indicações de William Sérgio Mendonça Dupin e que deve ter obtido o aval do Senado⁽⁸⁹⁾, mereceria a ele só uma análise de conteúdo, tanto ele sugere, tanto ele coloca o leitor numa situação valorizante, tanto ele induz uma tomada de consciência com efeitos múltiplos, tanto ele pode incitar certos brasileiros a “participar” e a escrever sugestões, tanto ele pode inibir outros brasileiros (os menos instruídos, os que estimam ocupar uma posição excessivamente ilegítima na escala social para poder se dirigir aos senadores e emitir um parecer fundado). Aliás, várias dezenas de sugestões sobre as 72.719 (este número pode parecer ridículo, mas na verdade ele revela até que ponto o texto do formulário condiciona o conteúdo das sugestões) contém a totalidade da frase de introdução (*A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas*). Na realidade, mesmo se nós não pudemos, por falta de tempo, prosseguir a pesquisa ao seu final e divisar a totalidade de combinações possíveis, mais de 2.800 brasileiros emprestaram pedaços de frases do texto de apresentação para escrever suas sugestões.

Seria necessário igualmente (mas seria realizável?) contabilizar a influência do cartaz colocado nas agências de correio, o texto do *spot* publicitário, das entrevistas difundidas pela Globo, de pessoas que preencheram o formulário, dos artigos de imprensa informando seus leitores da possibilidade de enviar sugestões. Desde então, a análise temática das sugestões e o estudo do vocabulário empregado pelos brasileiros seriam mais apurados porque os efeitos de imposição seriam melhor conhecidos.

Enfim, não se deve esquecer, antes de proceder a qualquer estatística (ou seja, antes de reagrupar e de confrontar sugestões — e os dados sociológicos de seus autores — com outras sugestões consideradas como comparáveis), que os 72.719 formulários do SAIC foram preenchidos em lugares diferentes e sobretudo em meses diferentes. Ora, a conjuntura político-sócio-econômico-cultural não somente é percebida diferentemente segundo as posições e as disposições dos membros da população do SAIC, mas ela evolui de uma região a outra, de uma semana a outra. Por exemplo, os habitantes de Nova Glória (Goiás) teriam sido tão numerosos a enviar sugestões e a reclamar (nestas sugestões) a pena de morte, se um crime objeto não tivesse emocionado a comunidade desta pequena cidade?⁽⁹⁰⁾ O que teriam eles escrito seis meses antes se o formulário estivesse desde então disponível? As 72.719 sugestões do SAIC não foram escritas no mesmo dia. Elas testemunham o tempo que passa.

89. O jornalista é parente de Marcus Vinícius.

90. Ver o *Estado de S. Paulo*, 15-2-87, p. 15.

Mas o caso de Nova Glória nos leva a colocar uma outra questão: pode-se enfiar no mesmo saco as sugestões de Nova Glória e as reclamando a pena de morte redigidas por cidadãos que sempre exigiram este castigo, seja qual for o grau de violência reinante no seu bairro, sob pretexto que elas reclamam todas a pena de morte? Não. Pode-se tirar conclusões precisas sobre a população do SAIC favorável à pena de morte, sob pretexto que dispomos (graças ao questionário) da idade, do sexo, da profissão etc., dos autores destas questões? Não. Estas variáveis são em verdade as variáveis explicativas de uma tal reivindicação? Não. Para melhor nos fazer compreender, imaginemos que um instituto faça uma sondagem junto à população de uma região sobre o seguinte tema: *Quem gosta de ir ao cinema?* O instituto perguntaria, de uma cidade a outra, a toda pessoa que tivesse respondido “*não; não gosto de ir ao cinema*”, sua idade, sua profissão, seu nível de instrução. Depois ele publicaria o resultado da pesquisa dizendo que x% de mulheres, x% de idosos e x% de comerciantes não gostam de ir ao cinema. Estes resultados seriam pouco válidos, porque o instituto terá procedido por agregação, terá adicionado pessoas com “vivências” distintas. Aqui, a variável discriminante, de uma cidade a outra, para saber *quem não gosta de ir ao cinema* não é nem o sexo, nem idade, nem a profissão, mas o que oferece(m) o(s) cinema(s) desta ou daquela cidade, se ele(s) existe(m), seu conforto, os filmes que ele(s) projeta(m), o preço da entrada, sua acessibilidade etc. Assim, é preciso estar atento: todos os comerciantes mulheres, por exemplo, com 60 anos, não são idênticas. Suas práticas, seus gostos não são necessariamente determinados pela sua idade, seu sexo e sua profissão⁹¹). O perfil sociológico das pessoas interrogadas é bem mais rico do que as categorias do questionário deste instituto nos permitem ver. Com o SAIC, é a mesma coisa. Temos sempre tendência, infelizmente, a crer que a população do SAIC se resume nas categorias classificatórias figurando no questionário. Temos sempre tendência, infelizmente, a crer que a população do SAIC só é o que estas categorias nos dizem dela. E nós temos sempre tendência a crer, então, que estas categorias explicam o conteúdo das sugestões. Em face de um formulário ou em face dos dados “correspondentes” (os do perfil dos autores) indicados na tela, nós não devemos sobretudo nos deixar levar por raciocínios que seriam prisioneiros de categorias e das codificações deste formulário. É preciso reencontrar, retornar ao social e não se contentar com as categorias e com as codificações necessariamente simplificadoras.

As sugestões que foram sugeridas são também, por exemplo, aquelas redigidas em sala de aula, graças ao pedido do professor. Assim, a proporção de sugestões em favor do ensinamento religioso escrita por adolescentes que

91. Sobre a sociologia do gosto, ou seja, das preferências determinadas pelo *habitus* primário e secundário, e pelas lógicas de distinção, ler Pierre Bourdieu, *La distinction*, Paris, ed. de Minuit, 1970.

moram na mesma cidade, nos faz pensar que certas professoras pediram a seus alunos para reivindicar junto à Constituinte o que elas consideram ser um elemento fundamental da educação. Estas adolescentes teriam encontrado por contra própria o formulário, teriam-no preenchido e enviado, teriam elas falado da obrigatoriedade do ensinamento religioso se seus professores não lhes ouvessem entregue o formulário e “sugerido” de apor este tema? Quanto ao vocabulário e à sintaxe utilizados nestas sugestões, eles teriam sido talvez diferentes se as alunas não tivessem tido medo que o professor lesse as sugestões e criticasse a ortografia e a sintaxe.

Alguns poderão argumentar que estes fenômenos são marginais, em relação às 72.719 sugestões. Nós lhes responderíamos com uma questão: quando começa a marginalidade e onde ela se acaba? 0,1%? 3,004%? 7,6585%? Ou mais? É muito relativo. É um julgamento de valor. Além disto, todos os fenômenos dos quais nós falamos se combinam (e nós não pretendemos ter percebido a totalidade dos modos pelos quais as sugestões poderiam ter sido sugeridas). Em verdade, o importante não é medir com exatidão (pois é impossível) quantas sugestões foram sugeridas. O principal é saber que estas sugestões foram sugeridas. É preciso captar as causas pelas quais estas sugestões foram sugeridas, a fim de não se enganar sobre o conteúdo destas sugestões, a fim de não lhes fazer dizer o que elas não dizem e de não lhes dar um sentido que elas não têm.

2. O Formulário

Nós já tivemos a ocasião de falar do texto de apresentação e dos seus efeitos de imposição. Nós gostaríamos agora de insistir sobre o agenciamento deste formulário.

Visto o formato deste livro, nós tivemos que reduzir o tamanho real do formulário. Em verdade, trata-se de uma fina folha impressa na frente e no verso, de 31,9cm x 25cm. As dimensões deste formulário resultam das reticências da ECT, a fazer circular nestes caminhos e aviões um documento muito grande e/ou muito pesado (o leitor se lembra que o *Projeto Constituição* estimava que o número de formulários retornados à CCJ variaria entre 1,5 e 3,0 milhões). Estas dimensões resultam igualmente de uma preocupação de economia. Quão menor for o formulário, menor é o seu custo de produção (o mesmo raciocínio se aplica à escolha do papel: qualidade e espessura). Assim, a CPE optou por um formulário que, uma vez dobrado em quatro, teria o tamanho de um aerograma. Esta decisão teve conseqüências consideráveis.

Com efeito, se o formulário tivesse sido dobrado pelo cidadão e, posteriormente, inserido em um envelope, a totalidade da frente e do verso deste formulário teria podido ser consagrada ao texto de apresentação, ao quadro para as sugestões e ao questionário. Em verdade, uma tal solução teria obrigado

FAÇA, VOCÊ TAMBÉM, A NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembléia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição afeta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres.

Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e os seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo.

Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição.

O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembléia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira.



VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE!

APOIO
ORGANIZAÇÕES
GOBO

Estes dados são solicitados com o objetivo de relacionar as sugestões propostas com os diversos segmentos da sociedade.

Você não é obrigado a informá-los, mas, caso queira colaborar, marque com "x" em cada campo a opção em que você se encaixa.

01 Sexo

- 01 – Masc.
 02 – Fem.

02 Morador

- 01 – Rural
 02 – Urbano

03 Estado _____

Município _____

04 Grau de Instrução

- 01 – Analfabeto
 02 – Primeiro grau incompleto
 03 – Primeiro grau completo
 04 – Segundo grau incompleto
 05 – Segundo grau completo
 06 – Superior incompleto
 07 – Superior completo
 08 – Pós-graduação

05 Estado Civil

- 01 – Solteiro
 02 – Casado
 03 – Viúvo
 04 – Divorciado
 05 – Outros

06 Faixa Etária

- 01 – 10 a 14 anos
 02 – 15 a 19 anos
 03 – 20 a 24 anos
 04 – 25 a 29 anos
 05 – 30 a 39 anos
 06 – 40 a 49 anos
 07 – 50 a 59 anos
 08 – Acima de 59 anos

07 Faixa de Renda

- 01 – Até 1 Salário Mínimo
 02 – Mais de 1 a 2 S.M.
 03 – Mais de 2 a 3 S.M.
 04 – Mais de 3 a 5 S.M.
 05 – Mais de 5 a 10 S.M.
 06 – Mais de 10 a 20 S.M.
 07 – Mais de 20 S.M.
 08 – Sem rendimento

08 Atividade

- 01 – Agropecuária, extr. veg., pesca
 02 – Indústria de Transformação
 03 – Indústria de Construção
 04 – Outras atividades industriais
 05 – Comércio de mercadorias
 06 – Prestação de Serviços
 07 – Administração Pública
 08 – Atividades Sociais
 09 – Transportes
 10 – Comunicação
 11 – Outras Atividades



DOBRE AQUI

Contrato
ECT/SENADO
FEDERAL



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição e Justiça
Brasília — DF

70160

IMPRESSO NO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DOBRE AQUI

--	--	--	--	--

Endereço

Remetente

COM VOCE NA CONSTITUINTE



VOCE TAMBEM E CONSTITUINTE, PARTICIPEI

COLE AQUI

o cidadão desejoso de enviar sua sugestão a encontrar um envelope, a escrever sobre este (sem se enganar) o endereço da CCJ e, sobretudo, a comprar um selo. Este procedimento teria constringido certamente muitos autores potenciais; o número de sugestões e o perfil da população do SAIC teriam sido, então, neste caso, diferentes do que eles são hoje. Todavia, a solução do aerograma, cujo selo é pré-pago pelo Senado, impõe normas (largura, tamanho e peso do documento) que afetam o espaço disponível para o questionário e as sugestões. Assim, não somente este formulário-aerograma não poderá exceder uma certa relação altura/largura, não somente 25% da superfície disponível deverá ser obrigatoriamente (em virtude da lei e dos regulamentos da ECT) reservado ao endereço da CCJ e a do remetente (o que reduz, então, a superfície disponível para o questionário, a sugestão e o texto de apresentação), mas as possibilidades de agenciamento do formulário se reduzem.

Desta forma, as diferentes maquetes do formulário conservadas nos arquivos do Prodasen parecem provar que a CPE trabalhou sempre sobre a seguinte base: a metade esquerda da frente comportaria o endereço da CCJ com o logotipo do Senado Federal e o endereço do remetente com um quadro reservado ao logotipo das empresas que apoiassem o *Projeto Constituição*. Sobre a metade direita da frente figuraria o texto de apresentação e os “slogans” mobilizadores incitando os cidadãos a “participar”. Quanto ao verso, sua metade esquerda seria reservada ao questionário e ao logotipo do Prodasen; sua metade direita seria consagrada, primeiro, ao nome e ao endereço do cidadão, ao nome do parlamentar destinatário e, segundo, à sugestão. O lugar e a superfície reservada a cada um destes elementos são contestáveis, pelo menos elas reduzem as possibilidades de expressão do cidadão.

a) Um quadro limitado e limitante

Nada proibia a redução, por exemplo, da superfície do questionário (sem suprimir questões) e de aumentar a do quadro reservado ao texto da sugestão, ou seja, deixar mais espaço ao cidadão para se exprimir. De fato, sobre os 1.595cm² do formulário só 220,5cm² concernem o quadro devendo acolher as sugestões, ou seja, 13,82% da superfície possível⁹²). O paradoxo deste formulário é de acordar mais espaço aos endereços da CCJ e do remetente que ao quadro no qual o cidadão poderá se exprimir. Ora, por reflexo de disciplina, muitos autores se limitaram a este quadro. Se este último tivesse sido maior, sem dúvida, muitas sugestões teriam sido mais longas, mais detalhadas; o cidadão teria abordado outros temas. A dimensão deste quadro acarre-

92. Um projeto anterior lhe concedia mais espaço: um retângulo vertical de 17,3cm x 15,6, ou seja, 269,9cm quadrados (isto é, um aumento de 18,2%).

tou uma auto-censura⁽⁹³⁾. Além disto, o retângulo no qual o cidadão era convidado a se exprimir não era vazio. Ele era dividido em 23 linhas. Ora, menos um quadro de uma mesma superfície comporta linhas, menos o cidadão tem a possibilidade (se ele respeita estas linhas) de se exprimir⁽⁹⁴⁾. Em suma, o conteúdo das sugestões do SAIC resulta também da dimensão e da organização do quadro no qual estas sugestões deviam ser escritas.

Quanto aos brasileiros que desejam escrever mais coisas que este quadro poderia conter, eles tinham várias possibilidades. Alguns escreveram com caligrafia reduzida ou usaram uma máquina de escrever. Outros escolheram escrever à margem do quadro (por exemplo, sobre o questionário ou sobre o texto da apresentação). Outros decidiram escrever no final de suas sugestões em uma folha de rascunho que eles grampeavam ou colavam na folha do formulário⁽⁹⁵⁾. Enfim, outros pensaram que era mais fácil enviar vários formulários e esta possibilidade não era proibida. Aliás, numa das pré-maquetes do formulário, o texto de apresentação encorajava esta atitude: *Utilize quantos formulários desejar e tantas vezes quiser para exprimir suas idéias, suas propostas ou sugestões, que devem ser levadas ao exame da Assembléia Nacional Constituinte*. Se esta frase desapareceu do texto final, a possibilidade de enviar vários formulários permanecia. Isto afetou todo o banco de dados. De fato, em meio à população do SAIC, no mínimo 3.209 pessoas enviaram pelo menos dois formulários à CCJ⁽⁹⁶⁾ (no mínimo, porque os cidadãos não eram de forma alguma obrigados a escrever seus nomes sobre o(s) formulário(s) que eles preenchiam; ora, só o nome dos autores das sugestões pode não permitir identificar os autores de sugestões múltiplas). Existem, então, no mínimo, 9.265 sugestões que são de autores idênticos. Assim, quando for necessário estudar a população do SAIC, será indispensável não esquecer que os 72.719 formulários recebidos não correspondem a 72.719 autores diferentes. (ver quadro I)

Da mesma forma, não se poderá esquecer que nos assuntos contidos em cada sugestão não corresponde necessariamente autores diferentes. Assim,

-
93. Inversamente, certos agentes sociais, freqüentemente os menos dotados intelectualmente, podem ficar inibidos pela superfície a preencher (superfície que eles julgam grande demais, em virtude de um sentimento de ilegitimidade social).
 94. Na pré-maquete apresentada acima, o espaço entre as linhas era mais estreito. Além disso, o quadro sendo maior, continha, então, 33 linhas e permitia, assim, escrever mais palavras e enunciar, talvez, mais idéias.
 95. Estes comportamentos não são raros, se considerarmos as 2 caixas de formulários originais enviados à CCJ que nós examinamos. Nós falaremos mais tarde sobre a necessidade de comparar o formulário original às informações contidas no banco de dados, e também sobre a forma pela qual esta comparação foi conduzida.
 96. Encontra-se uma lista nominativa destas pessoas e os temas contidos nas suas sugestões nos arquivos nº 001 e 002 do Grupo de Estudo do SAIC (arquivos que nós constituímos e que estão disponíveis na biblioteca do Prodasen.)

dentre os 23 formulários enviados por Douglas C.S. (Brasília-DF), 22 falam (segundo a indexação utilizada pelo Prodasen) de *maioridade* e 15 abordam a questão da *demarcação de terras indígenas*. Ora, porque o Prodasen construiu o Banco de Dados sobre o princípio de “um” formulário recebido igual a “uma” sugestão (é assim que o SAIC contém 72.719 sugestões, uma vez que a CCJ recebeu 72.719 formulários) e porque este cidadão brasileiro indicou em cada um dos seus 23 formulários sua idade, seu sexo, sua profissão etc., qualquer estatística que tentasse conhecer o perfil sociológico da população do SAIC relativo ao problema da *maioridade* e da *demarcação de terras indígenas* adicionaria cada uma das sugestões “únicas” de cidadãos diferentes às sugestões “múltiplas” de um mesmo cidadão, produziria resultados errôneos. O quadro II dá uma brilhante ilustração disto.

QUADRO I
A POPULAÇÃO DO SAIC NÃO É COMPOSTA DE
72.719 AUTORES DIFERENTES:

QUADRO I

Número de sugestões enviadas por um mesmo autor	Número de autores	Número total de sugestões múltiplas
34	2	68
23	2	46
22	1	22
21	3	63
20	2	40
19	2	38
18	3	54
17	1	17
16	4	64
15	3	45
14	3	42
13	6	78
12	7	84
11	10	110
10	15	150
9	22	198
8	26	208
7	37	259
6	62	372
5	112	560
4	230	920
3	515	1.545
2	2.141	4.282
Total	3.209	9.265

Para evitar os homônimos, nós fizemos um cruzamento “nome”/“município”/“estado”. Esta classificação é puramente indicativa, pois o nome deste ou daquele autor pode ser diferentemente digitado pelo Prodasen.

QUADRO II

	DADOS PESSOAIS DO DOUGLAS					
	Sexo Masc.	Zona Urbana	Superior Compl.	30 a 39 Anos	De 10 a 20 S.M.	Admin. Pública
Número das Sugestões no Saic	151	198	51	42	19	45
Número das Sugestões do Douglas	15	14	15	15	15	15
% das Sugestões do Douglas no Saic	9,9%	7%	29,4%	35,7%	78,9%	33,3%

REPARTIÇÃO DAS 234 SUGESTÕES RELATIVAS À “DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS”

A parte de responsabilidade das sugestões de Douglas no “corpus” *demarcação de terras indígenas* do SAIC é, item por item, considerável. Ela invalida totalmente qualquer cálculo e análise estatística no caso em que o estatístico não tivesse previamente purgado este “corpus” das sugestões de Douglas. Este exemplo pode parecer extremo porque ele trata de 15 sugestões de um mesmo cidadão e de um tema pouco citado pela população do SAIC. No entanto, se só existe um Douglas, há 3.209 brasileiros que enviaram pelo menos duas sugestões a CCJ. Há, então no mínimo 6.956 questionários a purgar do SAIC (9.665 menos 3.209) se quisermos evitar a contagem repetida do mesmo autor.

O Prodasen deveria ter verificado, antes de colocar em memória cada um dos formulários recebidos, se seu autor (quando este último indicava seu nome) e o perfil sociológico correspondente não figuravam já no SAIC. No caso de resposta positiva, o Prodasen teria podido gravar os dados do questionário novamente recebidos e teria podido assinalar por um signo informático adequado que, no futuro, permitiria de vislumbrar estes dados e de negligenciá-los quando fosse útil calcular a população do SAIC (mas, é evidente, unicamente no caso do estatístico só se preocupar com a população e não das relações entre população e temas contidos nas sugestões). Isto porque nesta eventualidade (a menos que cada uma destas sugestões de um mesmo

autor trate exatamente dos mesmos assuntos, aborde-os na mesma ordem, com o mesmo vocabulário; a menos que todas as sugestões sejam, então, totalmente idênticas nos pontos e vírgulas), é preciso justamente poder fazer corresponder os dados da sugestão com os do questionário que lhe faz face. Ora, seria criminoso purgar das 72.719 sugestões as que fossem mais ou menos parecidas, sob pretexto que elas teriam sido escritas por um mesmo autor. Além disto, sobre que base, a partir de que critérios poderíamos retirar do “corpus” SAIC esta ou aquela sugestão? Isto não tem sentido e só poderia baixar, ainda mais, o grau de validade deste banco de dados. Em resumo, a presença de formulários duplos, tríplex, quádruplos,... causa distúrbios. Ela coloca em evidência o problema de identificação do remetente de cada formulário. Ora é preciso deduzi-los, ora é preciso guardá-los.

b) A indefinição do remetente e do destinatário

Este problema não se limita ao simples fato que certas sugestões tenham sido sugeridas e ele é mais vasto. É preciso nos perguntarmos se, atrás deste ou daquele autor (declarado ou anônimo) não se esconde um *lobby*. Para descobri-los, é necessário proceder por hipóteses sucessivas. Assim, depois de ter constatado que o *ensino religioso* e o segundo tema mais citado pela população do SAIC (purgada ou não purgada das sugestões de um mesmo autor; 3.639 no primeiro caso e 3.182 no segundo), nós pensamos que as entidades religiosas eram parcialmente responsáveis por um tal “score” (97), já que a CNBB nesta época militava em favor do movimento Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, reclamava o direito de encaminhar emendas de origem popular junto à Mesa da futura Constituinte esperava poder defender assim as posições da Igreja. Mas como verificar isto? Este número de sugestões era muito elevado para compará-las uma a uma, até detectar eventuais similitudes. Nós decidimos observar sua repartição geográfica. Descobrimos, então, que 2.407 sugestões relativas ao *ensino religioso* provinham do Paraná (ou seja, 24,8% das sugestões deste Estado). Nós as fizemos desfilar na tela do computador e percebemos que grande parte delas se apresentavam aproximadamente da seguinte forma:

Preocupados com o homem em toda a sua dimensão, encarecidamente pedimos que na nova Constituição conste o seguinte artigo: “A educação religiosa será garantida pelo Estado em todas as escolas, como parte integrante do sistema do ensino, respeitando a pluralidade religiosa do povo brasileiro”. (98)

Nós procedemos, em seguida, a vários cruzamentos de palavras contidas neste texto: “educação religiosa”/“estado”/“parte”/ “sistema de ensino”/“pluralidade religiosa” (outros cruzamentos eram possíveis, mas estas palavras

97. Score: relação de pontos em competição desportiva, precisa o dicionário.

98. Texto integral da Sugestão C006 de 2-6-86 nº 140.

ou estas associações de palavras nos pareceram suficientemente probatórias). Enfim, 1.580 sugestões paranaenses continham estas palavras (sugestões escritas por pessoas diferentes, isto é, 43,5% das sugestões do SAIC relativas ao *ensino religioso*. O quadro III não deixa dúvida quanto a existência de um “lobby” religioso regional. ⁽⁹⁹⁾).

Este quadro relativiza muito o segundo posto ocupado pelo *ensino religioso* na classificação geral da indexação geral do SAIC (ver o capítulo III) e deve tornar prudentes os estatísticos apressados de explicar a *constituição desejada*. Talvez, este tema seja caricatural, pois ele é caro à Igreja (isto é, a uma das organizações mais presentes na sociedade civil brasileira). Mas este caso não é isolado. Nós descobrimos, um pouco por acaso, outras sugestões cujo conteúdo era relativamente similar. Assim, um dia, nós procuramos descobrir o número de sugestões favoráveis ou contrárias ao jogo do bicho. Ora, nós percebemos que a expressão *jogo do bicho* era por vezes empregada, no seu sentido figurado, em sugestões cuja apresentação e a forma do enunciado provavam que o texto que figurava no quadro-sugestão tinha sido copiado:

O que eu espero da Constituinte? Muitas coisas. Que os Constituintes eleitos pelo povo sejam honestos e cumpram com seus deveres. Na minha opinião, o Constituinte não deve estar envolvido com o jogo do bicho. Que os Constituintes não cometam injustiças ao elaborar a nossa Constituição. O que eu espero da Constituição? Eu espero que na nova Constituição o pequeno e o médio agricultor não fique esquecido. Passamos vinte anos vendo e ouvindo o governo dando apoio ao plantador de cana e laranja, e a produção de grãos ficou esquecida, principalmente o grão de café. Gostaria que os senhores lessem o que estou escrevendo, porque eu quero que o povo brasileiro viva feliz com a nova Constituição. ⁽¹⁰⁰⁾

Ao cruzar os grupos de palavras *espero da constituinte/muitas coisas/jogo do bicho*, descobrimos 24 sugestões que apresentavam semelhanças, das quais 14 provinham de cidades do interior do Estado de São Paulo. Este exemplo é mais interessante que o anterior, pois ele mostra que um grupo de pessoas ou um organismo (qual?) tentou fazer pressão sobre a CCJ através desta sugestão-tipo. Talvez seus instigadores tenham distribuído outras sugestões-tipo? Nós não sabemos. Sem dúvida, no SAIC, existem outros casos parecidos; existem vários pacotes de 8, 15 ou 25 sugestões relativamente similares ⁽¹⁰¹⁾,

99. As estatísticas desta tabela foram feitas a partir de campos não-formatados; de onde provem a modesta diferença com os resultados da indexação geral do SAIC. As listagens relativas ao *lobby* religioso são arrumadas na cota ARQ 4 do Grupo de Estudo do SAIC.

100. Texto integral da Sugestão L015 de 12-7-86 n° 375.

101. Às vezes, este pequeno grupo aparece nominalmente. É o caso, por exemplo, dos *Alunos da 8ª série-ginásio-Brasília* que enviaram 4 sugestões sobre temas próximos (L002 de 7-7-86 n°s 41, 42, 43 e L012 de 7-7-86 n° 289), ou da *Aliança Joven Cristão de Juiz de Fora* que mandaram seis sugestões. Os pesquisadores encontraram, no arquivo 6, outros exemplos.

QUADRO III
PRESENÇA DE UM LOBBY RELIGIOSO

A	B	C	D	E	F
RO	152	—	—	—	—
AC	83	10	12,0%	2	0,05%
AN	522	18	3,4%	1	0,03%
RR	106	—	—	—	—
PA	893	4	0,4%	—	—
AP	110	—	—	—	—
MA	1.808	8	0,4%	—	—
PI	1.389	86	6,2%	—	—
CE	2.445	2	0,1%	—	—
RN	927	2	0,2%	1	—
PB	1.933	2	0,1%	—	—
PE	2.902	17	0,6%	3	0,08%
AL	1.253	6	0,5%	—	—
FN	—	—	—	—	—
SE	424	—	—	—	—
BA	3.542	7	0,2%	—	—
MG	10.966	50	0,4%	—	—
ES	948	—	—	—	—
RJ	4.849	20	0,4%	—	—
SP	14.730	146	1,0%	18	0,49%
PR	9.688	2.407	24,8%	1.580	43,50%
SC	2.780	129	4,6%	86	2,36%
RS	4.423	132	0,7%	83	2,28%
MS	1.095	60	5,5%	48	1,32%
MT	522	41	7,8%	38	1,04%
GO	2.166	428	19,7%	393	10,82%
DF	1.879	57	3,0%	—	—
Total	72.535	3.632	5,0%	2.253	62,03%

Cálculo efetuado sobre a base da totalidade dos formulários e sobre a base de campos não-formatos. Assim, estas estatísticas são somente indicativas.

Coluna "A" = Estados.

Coluna "B" = número de sugestões recebidas.

Coluna "C" = número de sugestões sobre o "ensino religioso".

Coluna "D" = porcentagem de sugestões "ensino religioso" em relação às sugestões recebidas por Estado.

Coluna "E" = número de sugestões comportando as mesmas palavras.

Coluna "F" = porcentagem de sugestões comportando as mesmas palavras em relação às 3.632 sugestões sobre o "ensino religioso".

redigidas graças à iniciativa de outros grupos. Nós não tivemos tempo de verificar ⁽¹⁰²⁾. No entanto, o exemplo destas 24 sugestões é suficiente para nos alertar (mais uma vez) sobre o risco de uma interpretação precoce dos resultados estatísticos.

Finalmente, há o problema das sugestões coletivas, ou seja, as que foram redigidas por várias pessoas, mas que no SAIC constam como tendo um só signatário. Citemos, por exemplo, o caso da sugestão dos *Movimentos de Jovens da Forania de Iguatemi* (MS) ⁽¹⁰³⁾. Nesta, os autores não preencheram o questionário. No entanto, nós encontramos formulários assinados por homens e mulheres cujo questionário indicava sexo masculino (ver nosso arquivo 6); sendo esta mais uma dificuldade suplementar para estabelecer estatísticas fiéis sobre as relações entre um tema e o perfil sociológico das pessoas que o tratam. O mesmo problema surge quanto ao destinatário.

Desde *Diga Gente*, a CPE tinha pensado (condição essencial para que o Projeto fosse aceito pelo Senado) em dar a possibilidade aos brasileiros de endereçarem suas sugestões a este ou aquele parlamentar. Assim, senadores e deputados podiam ler as sugestões que lhes diziam respeito. Segundo o computador, 2.806 pessoas “diferentes” ⁽¹⁰⁴⁾ receberam ao menos uma sugestão. 48,07% dos 29.399 formulários nos quais estavam marcado o destinatário foram dirigidas a 39 eleitos (cada um tendo recebido ao menos 100 sugestões). Ainda segundo o computador, Ulysses Guimarães (PMDB — SP) chega em primeiro lugar (3.274 sugestões). Depois, seguem Nelson Carneiro (PTB — RJ, 963), Fernando Henrique Cardoso (PMDB — SP, 864), Alvaro Dias (PMDB — PR, 741), Pimenta da Veiga (PMDB — MG, 664), Humberto Lucena (PMDB — PB, 580), etc. O Senador José Ignácio Ferreira, Presidente da CCJ (PMDB — ES) é vigésimo primeiro, logo após Eduardo Suplicy (PT — SP) com, respectivamente, 170 e 171 sugestões. Entre os 39 primeiros, conta-se 19 PMDBistas e 9 PDSistas (segundo a legenda política que eles

102. Nós sinalamos, todavia, o “lobby” dos vereadores que distribuiu a seus membros ou a seus simpatizantes uma sugestão-tipo na qual estes últimos tinham somente que marcar uma cruz nas preferências de sua escolha. Este texto se apresenta da seguinte forma: *Imunidade dos deputados extensiva aos vereadores (X) sim, () não. Reeleição dos atuais prefeitos em 88 () sim, () não. Presidência da República: mandato (X) 4 anos, () 5 anos, () 6 anos. Reeleição () sim, (X) não. Diretas-já (X). Subsídios dos vereadores: (X) aumentar, () permanecer congelado (in sugestão C014 de 13-4-86 n° 329). Nós temos aqui, um bom exemplo da racionalização do trabalho dos lobistas.*

103. Sugestão L006 de 7-7-86, n° 143.

104. *O programa do banco de dados SAIC tinha sido concebido para evitar os erros de transcrição do nome de deputados e de senadores. Todavia, os brasileiros não estando limitados a enviar seu formulário somente aos congressistas, alguns erros apareceram. Assim, segundo a ortografia, o Presidente José Sarney recebeu ora 142 sugestões, ora 45 (para maior informação, ver o arquivo 5).*

tinham na época). Ora, o PMDB, durante a legislatura de 1982-1986 não era o majoritário. Sem dúvida, estas taxas de “recebimento” resultam dos formulários de origem partidária dos quais nós já falamos. Desta forma, Ulysses Guimarães teria recebido 3.274 sugestões se ele não fosse o Presidente do PMDB e se o SAIC não contivesse no mínimo 1.500 formulários de origem PMDBista? Todavia, este fato não pode explicar a boa classificação dos senadores. Certo, o congresso tem menos senadores que deputados (cada um dos 3 senadores do Estado de São Paulo, por exemplo, tem mais probabilidade de receber sugestões paulistas que cada um dos 64 deputados deste Estado). Mas os senadores devem também seus lugares na classificação a um tratamento dos dados que pode favorecê-los. O exame dos formulários originais o confirma.

c) *Os originais*

Verificar a concordância dos dados-papel com os dados informáticos era uma necessidade, não somente para resolver o problema do destinatário, mas também para se assegurar que os dados do SAIC eram fiéis aos dados contidos nos 72.719 formulários originais. Infelizmente, nós não tínhamos tempo de verificar cada um destes formulários. Nós decidimos, então, examinar duas das caixas arquivadas na Biblioteca da Câmara dos Deputados (caixas tomadas ao acaso, a primeira na prateleira de cima, a segunda em baixo). Em cada caixa há (na maioria dos casos) 30 lotes de 25 formulários, Nós verificamos assim 1.500 formulários, isto é, 2,06% do total. Nós não acreditamos que estas duas caixas sejam uma amostragem representativa do SAIC. O exame de outras caixas teria talvez revelado erros mais freqüentes quanto ao destinatário ou mais raros quanto ao questionário. Entretanto, estas duas caixas fazem parte do SAIC. Se as observações tiradas do seu conteúdo não devem ser extrapoladas para a totalidade do SAIC, elas constituem indicações preciosas.

Quais são estas observações? A primeira concerne a lista dos destinatários. A classificação informática é bastante distanciada da classificação real. De fato, quando numa sugestão endereçada a esta ou aquela personalidade não constava o nome do seu autor, o digitador “negligiu” por vezes de gravar o nome do destinatário. E sobretudo, cada vez que um cidadão tinha endereçado sua sugestão a várias personalidades, só um nome foi gravado no banco de dados. *Como o formulário indicava que cada cidadão poderia endereçar sua sugestão a “um” parlamentar nós concebemos o programa informático para receber “um” nome e não dois. Quando os formulários nos foram devolvidos, as diretivas eram que se digitasse o primeiro dos nomes inscritos.* ⁽¹⁰⁵⁾

105. João Steck, coordenador da CPE, entrevista de 20-4-90.

Assim, nós encontramos várias dezenas de casos de destinatários “ausentes” do SAIC, mas “presentes” nos formulários (ver o arquivo 8).⁽¹⁰⁶⁾

Mais grave ainda: pelo fato do quadro “destinatário” conter três linhas, os autores das sugestões foram tentados a acrescentar alguns comentários. Desta forma, Paulo Maluf é chamado *futuro governador de São Paulo*⁽¹⁰⁷⁾. Um habitante do Paraná aproveitou deste quadro para endereçar sua sugestão a *alguém que possa me dar uma resposta real e sincera; alguém com quem o Brasil pode contar*⁽¹⁰⁸⁾. Outro exemplo, uma baiana escreveu *às Nulidades que não merecem confiança; são os únicos culpados pela situação que o brasileiro atravessa; faltou civismo para fiscalizar tudo e dar um basta*⁽¹⁰⁹⁾. Ora, estas frases, infelizmente, não foram gravadas. É verdade que o programa informático não o permitia de fazê-lo. Mas a CPE podia modificar o programa ou poderia incluir estes propósitos no texto da sugestão e indicar sua origem por um signo adequado⁽¹¹⁰⁾. A ausência destes dados no SAIC é prejudicial. Os pesquisadores perdem, aqui, a ocasião de verificar e de analisar de maneira qualitativa a taxa de rejeição do pessoal político brasileiro tal qual nós a conhecemos através das sondagens.

Todavia, estas alterações entre o formulário original e os dados informáticos não são as mais graves. São sobretudo as informações contidas no questionário e no quadro-sugestão que sofreram do modo de digitação dos formulários recebidos.

3. Tratamento e codificação dos dados

Uma semana após que os 5 milhões de formulários foram difundidos através do país, a CCJ já havia recebido 13 mil sugestões. Cinco dias mais tarde este número se elevava a 40 mil. Rapidamente, o Prodasen foi sobrecarregado de 73 mil formulários⁽¹¹¹⁾. Vários funcionários digitaram o texto das

106. *De sorte que certos parlamentares receberam mais sugestões do que o computador deixa transparecer. De sorte que estes parlamentares foram “privados” do conteúdo destas sugestões e, sobretudo, da possibilidade de responder a seu autor.*

107. *Sugestão L013 de 2-7-86, n° 308.*

108. *Sugestão L025 de 2-7-86, n° 603.*

109. *Sugestão L024 de 7-7-86, n° 589. O arquivo 9 contém uma vintena de casos parecidos.*

110. Talvez o Prodasen não tivesse interesse em comunicar estes comentários aos senadores, isto é, aos comendatários do SAIC e aqueles que decidem a arte do Prodasen.

111. Ver *O Estado de São Paulo* de 9-3-86, *O Correio Braziliense* de 14-6-86, *O Globo* de 7-9-86 e *A Folha de S. Paulo* de 4-2-87.

sugestões e as informações contidas no questionário (112). Mas freqüentemente, estes questionários eram insuficientemente preenchidos ou “mal” preenchidos: o cidadão tinha algumas vezes omitido de assinalar sua renda; algumas vezes ele tinha indicado várias profissões. Ora, o digitador freqüentemente julgou útil triar entre as respostas fornecidas, modificando assim parcial e ocasionalmente o perfil do autor da sugestão, então o perfil da população do SAIC. Mas, antes de medir a freqüência de uma tal atitude e de avaliar suas conseqüências, nós devemos verificar se este questionário é pertinente.

a) *As variáveis do questionário*

Este questionário pode ser estudado de duas maneiras. A primeira seria, de preferência, metodológica: ela consiste em saber das precauções que deverão ser tomadas durante a análise dos dados relativos à população do SAIC. A segunda é, de preferência, sociológica: ela trata, de um lado, da representação que se faz a CPE da estrutura social, de outro lado, da objetivação da população do SAIC produzida pelas categorias do questionário. Estes dois pontos de vista sobre o mesmo objeto não devem ser sacrificados um ao outro, mesmo se eles são suscetíveis de se contrariar praticamente (113).

O questionário impresso sobre o formulário começa pela seguinte frase: *estes dados são solicitados com o objetivo de relacionar as sugestões propostas com os diversos seguimentos da sociedade*. Este propósito de apresentação/justificação testemunha da propensão dos membros da CPE a considerar as categorias do questionário (“sexo“, “morador“, “grau de instrução“, “estado civil“, “faixa etária“, “faixa de renda” e “atividade”) como variáveis explicativas do conteúdo das sugestões. Ora, Herbert Blumer mostrou que era vã

112. *Para facilitar o trabalho do digitador, o programa informático foi concebido da seguinte forma: a sugestão passava por um tratamento de texto e após, se o seu autor fosse um homem, o digitador colocava uma cruz no quadrinho “sexo masculino”. No fim, uma outra pessoa verificava o trabalho de seu colega e corrigia os erros eventuais* (João Steck, entrevista de 20-4-90). Durante estas correções, o digitador devia, não mais marcar uma cruz, mas digitar a resposta exata. Esta modalidade podia provocar erros. Desta forma, se nós consultássemos o computador para nos mostrar esta ou aquela sugestão ou se nós pedíssemos para ele operar esta ou aquela estatística sobre a base dos dados coletados nos questionários, ele não considerará na sua triagem 92 formulários cujo questionário não corresponde aos códigos utilizados. Por exemplo, *sexo masculina ou primeiro grau incompleto* (ver a lista destes erros no arquivo 010). A perda de informação é quantitativamente mínima, mas ela existe.

113. Sobre esta dupla análise que consiste, para sair das dificuldades onde se fecha o uso positivista dos dados estatísticos, a retornar estas últimas como indicadores da atividade do Prodasen ou dos agentes que os produzem e não do que eles devem medir diretamente, poderá se ler o artigo do Dominique Merllié, “Une nomenclature et sa mise en oeuvre: les statistiques sur l’origine sociale des étudiants”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 50-1983, pp. 3-48.

explicar problemas sociais seja por uma natureza que lhes seria própria (um problema não nasce nunca “social”, ele se torna social), seja por uma população específica ⁽¹¹⁴⁾. De uma parte, o que foi pouco a pouco constituído como problema social varia no tempo e no espaço, pode desaparecer como tal, no momento em que os fenômenos que ele designa permanecem (assim, a “violência” apareceu no Brasil antes de 1978, isto é, antes que esta questão tenha se transformado em problema social). De outra parte, as categorias especificando a população não são neutras.

De fato, não se deve esquecer que a obtenção dos dados de observação estandardizados, uma vez que ela necessita sempre da utilização de códigos e de nomenclaturas, tende a impor ao observador (ou ao pesquisador) uma visão deformante do real social. A força de ler sondagens onde os brasileiros são divididos ou reagrupados segundo seu sexo, sua idade, sua profissão,... o observador acaba por ver “naturalmente” o espaço social brasileiro através desta nomenclatura. Ora, os princípios de classificação do mundo social, mesmo os mais banais, têm sempre causas sociais. Se as diferenças entre homens e mulheres ou entre um recém-nascido e um centenário são diferenças biológicas, a idéia de classificar os indivíduos segundo seu sexo e sua idade não é natural; ela resulta de um trabalho social, historicamente analisável, de seleção dos agentes sociais (trabalho à iniciativa de instituições politicamente interessadas) ⁽¹¹⁵⁾. A idade não é necessariamente o princípio regulador da formação dos grupos sociais. Em verdade, ela serve de instrumento para medir a evolução biológica dos seres, mas ela não deve criar o que ela mede ⁽¹¹⁶⁾. *Se a idade e as divisões que ela torna possíveis são noções sociais, as categorias que ela permite de distinguir não constituem, por isto, grupos sociais. Com efeito, as divisões “aritméticas” na escala das idades podem se transformar em categorias “nominais” (os “velhos”, os “jovens”, os “adolescentes”), sem por isto designar grupos sociais definidos nestes termos* ⁽¹¹⁷⁾. Assim, a idade dos autores das sugestões do SAIC não deve ser considerada como uma propriedade independente das relações pelas quais ela adquire sentido.

Da mesma forma, o leitor compreenderá que as categorias de idade impostas pelo formulário (10 a 14 anos / 15 a 19/20 a 24 / 25 a 29/30 a 39 / 40 a 49/50 a 59/acima de 59 anos) são muito arbitrárias, repousam sobre

114. Ver “Social problems as collective behavior”, in *Social Problems*, vol. XVIII; nº 3 —1971, pp. 298-36.

115. O leitor pensará, por exemplo, no primeiro recenseamento efetuado no Brasil (ou, de forma mais convincente, na Europa) e nos motivos pelos quais o Estado decidiu fazer este recenseamento.

116. Segundo Maurice Halwachs, a idade não é um dado imediato da consciência universal (in *La Statistique en Sociologie*, Paris, 1935).

117. Remi Lenoir, “Objet Sociologique et probleme social”, in *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, 1989, p. 61. Certas reflexões feitas aqui se inspiram deste livro.

uma definição *a priori* das capacidades associadas aos diferentes momentos da vida de um cidadão brasileiro único e imaginário (118). Por que razão considerar os anos múltiplos de “10” ou de “5” como o princípio de repartição de grupos sociais? A vida mudaria obrigatoriamente entre 29 e 30 anos? Entre 14 e 15 anos? Estas faixas demonstram sobretudo uma fascinação pelos números redondos. Sua homogeneidade é apenas aparente: o observador impaciente prejulga a sua homogeneidade do fato da continuidade da numeração decimal. Em verdade, há uma grande diferença entre o caráter pretendidamente homogêneo e contínuo das faixas figurando no questionário do Prodasen e as faixas heterogêneas e descontínuas resultando da prática de cada um dos indivíduos que preencheram este questionário. O Prodasen deveria ter pedido aos brasileiros para escreverem sua data de nascimento sobre o formulário; depois ele poderia ter deixado aos sociólogos a responsabilidade de definir grupos de idade menos problemáticos (119). Mas os membros da CPE estavam por demais ocupados a resolver os problemas de financiamento do *Projeto Constituição* para pensar nas qualidades e defeitos eventuais do questionário (120). Além disto, sua formação intelectual não os dispunha a refletir sobre os pressupostos e as falhas deste questionário, e os conduzia a se inspirar em questionários de certas administrações cujo caráter científico lhes parecia evidente. *As variáveis que foram escolhidas tiveram como base outras pesquisas e outros formulários (ficha cadastral, formulário de imposto de renda)* (121).

Quanto à distinção rural/urbano, ela é menos simples do que ela parece, visto da divisão administrativa do território brasileiro em 4.158 municípios. A partir de quantos habitantes um município é declarado *zona rural*? Quantos quilômetros deve separar uma grande cidade de um pequeno município para que este último seja considerado rural? As noções de *rural* e de *urbano* são muito relativas. Desta forma, no Estado de São Paulo, por exemplo, Avai (5.494 habitantes) é situado a 13km do centro de Bauri (220.105 habitan-

118. O leitor achará, e nós o lamentamos, um exemplo destas representações enganadas e enganadoras do mundo social na segunda parte do capítulo II deste livro. Nós não estamos certos que os reagrupamentos de faixas etárias operados pela autora deste capítulo, assim como os motivos que presidiram a estes reagrupamentos, sejam justificados.

119. É verdade, este processo não permite de escapar ao arbitrário da definição da continuidade de faixas etárias descontínuas; mas ele teria permitido a cada pesquisador de trabalhar sobre as faixas etárias de sua escolha e de reduzir, assim, os riscos de interpretação errônea produzidos pelas categorias do Prodasen (ver “Les fonctions sociales du flou et de la rigueur dans les classements”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°s 26-27, 1979, pp. 3-18).

120. A CPE contactou o IBGE e o Ibope; todavia a colaboração foi breve e não tratou, realmente, sobre as questões e os itens do questionário.

121. Leopoldo Peres Torelly, membro da CPE, entrevista de 31-10-89.

tes); alguns destes cidadãos podem se considerar arrebaldieiros de Bauru, enquanto que outros (que vão raramente na cidade) podem se considerar moradores *rurais*. Em suma, habitantes da mesma cidade podem ter produzido respostas diferentes quanto a sua zona de moradia. Não é certo que a porcentagem de *urbanos* na população do SAIC, tal qual nos é dado pelo computador, corresponda a situação geográfica real dos autores das sugestões do SAIC.

A variável relativa à renda é igualmente problemática: a forma sob a qual a questão é apresentada ao cidadão supõe que ele conheça o montante do salário mínimo. De fato, imagina-se as dificuldades encontradas por um brasileiro que não conheceria com precisão este montante, a calcular e, então, a declarar sua renda a partir do salário mínimo. A capacidade de responder a esta questão é proporcional ao grau de instrução do autor da sugestão (ver o quadro IV). Além disso, a forma desta questão supõe também que a renda do cidadão seja, cada mês, idêntica. Por exemplo, que renda indicará um comerciante cujos lucros mensais variam segundo a temporada: esta do mês de envio de sua sugestão, ou uma renda mensal média calculada no total dos seus lucros anuais? Por conseqüência, as respostas do cidadão (e os dados correspondentes no SAIC) tendem a depender da sua interpretação da questão. Ora, menos estas interpretações são unívocas, menos as respostas fornecidas são comparáveis, menos o banco de dados é utilizável.

Se a questão relativa ao grau de instrução nos parece legítima e apresenta um número suficiente de itens para permitir discriminações sutis da população do SAIC (ainda que nós nos interroguemos sobre a mania do Prodasen de propor só oito respostas possíveis), a questão relativa ao *estado civil* nos surpreende. De certo, as informações que ela permite obter não são insignificantes; mas elas ficam secundárias em comparação àquelas concernentes a atividade profissional dos autores das sugestões¹²²). Mais uma vez, a inexperiência e a negligência inocente dos membros da CPE nos consternam. Assim, os itens do *estado civil* cobre todas as configurações possíveis (solteiro, casado, viúvo, divorciado, outros; este último sendo sinônimo de concubiniário) ao passo que os itens da *atividade* são de uma pobreza e de uma ambigüidade lastimáveis (*agropecuária, extr. veg., pesca / indústria de transformação / indústria de construção / outras atividades industriais / comércio de mercadorias / prestação de serviços / administração pública / atividades sociais / transporte / comunicação / outras atividades*). O fato de poder escolher somente entre essas onze possibilidades, enquanto que o leque das profissões exercidas no Brasil é bem mais extenso, torna esta variável inutilizável. Nós não reclamamos aqui, uma lista de cinquenta ou sessenta itens; pois os sociólogos demonstraram, desde a muito tempo, que a definição de categorias profissionais

122. A variável "estado civil" é pertinente uma vez que na Constituição há muitas questões voltadas ao problema da família (Leopoldo Peres Torelly, membro da CPE, entrevista de 31-10-89).

assim como a produção de listas as enunciando, são o “enjeu” de uma luta incessante entre protagonistas (agentes sociais ou instituições) que tentam impor os princípios de uma visão do mundo social suscetíveis de reasssegurar ou de melhorar sua posição no mundo social. *De uma maneira geral, os princípios da divisão do trabalho estrutura simultaneamente a repartição das tarefas entre os grupos sociais e as categorias de percepção e de avaliação destas últimas. A divisão do trabalho social é um trabalho social da divisão* ⁽¹²³⁾. Todavia, a nomenclatura proposta pelo Prodasen é pobre e equívoca ⁽¹²⁴⁾.

De fato, a significação dos itens não é imediata, pois os setores de atividade correspondentes a cada item se sobrepõem (por exemplo, *administração pública e atividades sociais*). Além disso, a distinção entre certos itens não é evidente (por exemplo, entre *indústria de transformação, indústria de construção e outras atividades industriais*). Em face de desta escolha embaraçosa, os assalariados de uma mesma profissão poderiam ser tentados a responder diferentemente a questão *atividade*. Nestas condições, o leitor não se surpreenderá em saber que a profissão mais freqüentemente exercida dentre a população do SAIC seja *outras atividades*. Assim, muitos cidadãos que não sabiam o que indicar foram tentados a responder *outras atividades*. Por exemplo, que devia responder um aposentado, na ausência de um item o especificando? Devia marcar uma cruz na atividade que ele exercia outrora (a supor que ele sempre trabalhou no mesmo setor) ou marcar outras atividades? Os militares, os estudantes, os desempregados, o pessoal religioso, ... tiveram o mesmo tipo de dificuldade. Aliás, no meio das nossas duas caixas-testemunhas, nós encontramos 117 formulários (seja 7,8% da nossa amostra não-representativa) sobre os quais os brasileiros escreveram embaixo do questionário sua profissão. Alguns chegaram mesmo a desenhar um décimo segundo “quadrinho”, como se eles quisessem manifestar simbolicamente suas reticências por serem enclausurados em categorias nas quais eles não se reconheciam ⁽¹²⁵⁾. A variável *atividade* não nos parece confiável. Esta impressão é reforçada pelo fato que esta questão engendrou entre a população do SAIC uma porcentagem de não-resposta elevada. Na verdade, existe uma grande correlação entre o grau de instrução do cidadão e a sua capacidade a responder a certas questões.

123. Rémi Lenoir, opus citado, p. 68. Não é por acaso, como nos lembra Pierre Bourdieu, que *katégeresthai* de onde se originam as nossas *categorias* significa acusar publicamente (ver “Espace social et genèse des classes”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°s 52-53, 1984, p. 6).

124. *O sistema de variáveis foi crescendo, num processo de geração espontânea* (Leopoldo Peres Torelly, membro da CPE, entrevista de 31-10-89).

125. Sobre os formulários dos lotes L a L030 de 2-7-86, pode-se ler *estudante* com uma cruz em atividade 11 (sugestões n°s 286, 287, 291, 294, 295, 296, 297, 299, 379, 380 e 382),

QUADRO IV

TAXA DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA POPULAÇÃO DO SAIC QUE INDICOU O SEU SEXO

	Sexo	F. Etária	F. Renda	Atividade
instrução = 01	622 100%	609 -2,09%	551 -11,41%	515 -17,20%
instrução = 02	14.546 100%	14.412 -0,92%	12.985 -10,73%	12.248 -15,79%
instrução = 03	6.654 100%	6.607 -0,72%	6.338 - 4,74%	6.170 - 7,27%
instrução = 04	12.739 100%	12.689 -0,39%	12.154 - 0,45%	11.646 - 8,57%
instrução = 05	13.033 100%	13.027 -0,04%	13.026 - 0,05%	12.377 - 5,03%
instrução = 06	7.253 100%	7.193 -0,82%	7.050 - 2,79%	6.903 - 4,82%
instrução = 07	11.071 100%	10.969 -0,92%	10.828 - 2,19%	10.429 - 5,79%
instrução = 08	1.729 100%	1.711 -1,04%	1.691 - 2,20%	1.703 - 1,50%
Total	67.647 100%	67.217 - 0,64%	64.623 - 4,47%	61.991 - 8,36%

O primeiro número de cada coluna correspondente ao número de formulários que comportam uma resposta.

O segundo número das três últimas colunas corresponde, questão por questão, à taxa dos formulários não-preenchidos.

estudante com uma cruz em 12 (serg 293, 300, 649, 650, 711 e 713), *estudantes* com uma cruz em 11 (sg 002, 288, 381), *estudantes* com uma cruz em 12 (sug 710, 712 e 714), *professor* com uma cruz em 11 (sug 030, 031, 032 e 033), *professora* com uma cruz em 12 (sug 056), *professora* com uma cruz em 07 (sug 672 e 673), *religiosa* com uma cruz em 11 (sug 069), *profissão religiosa* sem nenhuma cruz (sug 073), *vida religiosa* sem nenhuma cruz (sug 084 e 092), *aposentado* com uma cruz em 11 (sug 371, 574, 575 e 576), *aposentado* com várias cruzes (sug 551 e 552), *aposentado* sem nenhuma cruz (sug 602 e 660), *aposentado por tempo de serviço na indústria de tecidos* sem nenhuma cruz (sug 075), *agricultura* com uma cruz em 12 (sug 336), *bancário* com uma cruz em 11 (sug 365 e 681), *coronel do Exército* com uma cruz em 11 (sug 016), *correio* com uma cruz em 10 (sug 247), *doméstica* com uma cruz em 12 (sug 236), *educação* com uma cruz em 11 (sug 644), *educação* com uma cruz em 12 (sug 733), *esporte* com uma cruz em 11 (sug 124), *manequim* com uma cruz em 11 (sug 119), *odontologia e estudante de direito* com uma cruz em 11 (sug 063), *PM* sem nenhuma cruz (sug 623); *representante comercial autônomo* (sug 096), nenhuma cruz, *trabalhador rural* com uma cruz em 12 (sug 116), *sem emprego formado em contabilidade* sem nenhuma cruz (sug 202), *inativo* sem nenhuma cruz (sug 706). Nós notaremos que a proximidade de sugestões enviadas por autores que exercem a mesma profissão (mas que nem sempre indicaram seu nome), significa talvez que se trata de autores idênticos. Decididamente, os membros da população do SAIC são menos numerosos do que nós podemos crer.

Esta tabela mostra claramente a incidência do grau de instrução sobre a capacidade de preencher totalmente o questionário. Dentre os 67.647 cidadãos que indicaram seu *sexo*, 3.024 não indicaram sua *renda* e 5.656 não indicaram sua *atividade*. Menos o autor de uma sugestão é instruído, menos ele respondeu a questões que ele julgou difíceis (*renda e atividade*). Inversamente, mais ele é diplomado, mais ele preencheu totalmente o questionário do Prodasen.

Assim, há duas populações do SAIC: a que enviou sugestões e respondeu a todas as questões relativas ao seu perfil, e a que enviou sugestões com um questionário virgem ou incompleto. A diferença entre estas duas populações sendo socialmente determinada, o pesquisador deverá se precaver das estatísticas resultantes dos cruzamentos entre os temas contidos nas sugestões e as características sociológicas de seus autores. Desta forma, se ele quiser conhecer o que escrevem os membros do SAIC que dispõem de tal renda ou que exercem tal profissão, ou se ele quiser conhecer a ocorrência de um tema particular entre a população do SAIC (categoria por categoria), ele não poderá contar (e, então, conhecer) as sugestões das quais faltam dados concernentes a atividade ou a renda de seu autor. Desta forma as estatísticas que ele obterá sobre representarão necessariamente os grupos sociais que responderam a todas as questões (ou seja, os mais instruídos) e sob-representarão os grupos sociais que não responderam a todas as questões (ou seja, os menos instruídos). Sobretudo, de uma forma geral, são todos os cidadãos que preencheram totalmente o questionário que tendem a ser sobre-representados enquanto que os que não o preencheram ou preencheram parcialmente são sistematicamente sub-representados. De fato, o banco de dados SAIC estando baseado no princípio que “uma” sugestão é igual a “um” formulário e a “um” questionário, certos autores (então, certas sugestões) “desaparecem” do SAIC, uma vez que o pesquisador faz intervir esta ou aquela variável (o número destas “desaparições” sendo proporcionais ao número de vezes que esta ou aquela questão não obteve resposta). O estatístico não deverá dizer, por exemplo, que *17% dos homens do SAIC* reclama uma justiça mais severa, mas que *17% da população do SAIC tendo indicado “sexo masculino” no questionário do Prodasen* reclama uma justiça mais severa. Não esqueçamos que 5.072 autores de sugestões enviaram seu formulário à CCJ sem ter indicado seu sexo, que 5.502 não assinalaram sua idade, que 8.086 não precisaram sua renda e que 10.728 (ou seja 1 sobre 7) não disseram sua atividade. De fato, o conteúdo das sugestões da população que preencheu parcialmente o questionário não é certamente idêntico ao conteúdo das sugestões às quais correspondem um questionário melhor preenchido. Nestas condições, a validade científica do banco de dados SAIC, pelo menos a validade dos dados provenientes do questionário é, desta forma, fraca. Ela é mais fraca ainda, pois, nós já mencionamos rapidamente, os dados contidos no formulário não são sistematicamente idênticos a estes gravados no SAIC.

b) *A gravação dos dados do questionário*

A diferença entre os dados-papel e os dados-informáticos é frequentemente proporcional à dificuldade de responder às questões do questionário. Assim, no meio das nossas duas caixas de originais, nós encontramos uma sugestão de Guarará (MG — 2.740 habitantes), município situado a 28 Km de Juiz de Fora (MG — 349.720 habitantes), do qual o autor (acima de 59 anos, mais de 20 salários mínimos e, sobretudo, pós-graduação) marcou uma cruz em *rural* e outra em *urbano* ⁽¹²⁶⁾. Portanto o digitador escolheu (sobre que critério?) gravar *urbano*. Da mesma forma, uma mulher (superior completo) de São Tomás de Aquino (MG — 7.501 habitantes ⁽¹²⁷⁾) não indicou sua zona de moradia (é a única omissão do seu questionário) ⁽¹²⁸⁾; portanto, o digitador gravou zona *urbana*. Por que razão? Falta de atenção? É possível. Senão, como poderia-se compreender a decisão do digitador de classificar a sugestão de um cidadão de Curitiba (Capital do Paraná) como originária de uma zona “*rural*”? ⁽¹²⁹⁾ o leitor objetará que três casos dentre 1.500 formulários controlados (isto é 0,002%) é uma quantidade negligenciável. Mas atenção, nós somente verificamos os formulários originais que apresentavam um defeito de informação (por exemplo, nenhuma cruz ou duas cruces para a questão relativa à zona de moradia), ao passo que o resto do questionário havia sido preenchido corretamente). Por conseguinte, os erros de digitação são, sem dúvida, mais numerosos.

Da mesma forma, existem 7 formulários (dentre nossas duas caixas) nos quais o autor indicou várias rendas (por exemplo, renda = 01/08) ⁽¹³⁰⁾ e 52 formulários nos quais o autor indicou várias atividades (por exemplo, atividade = 03/05/06) ⁽¹³¹⁾. *O digitador deve ter escolhido dentre as respostas fornecidas pelo cidadão* ⁽¹³²⁾. *Nesta caso, o digitador deveria se inspirar do conteúdo da sugestão para adivinhar a profissão exercida* ⁽¹³³⁾. Neste caso, nós adivinhamos que só a capacidade do digitador de interpretar (de uma maneira equívoca) o conteúdo da sugestão que é responsável dos dados gravados no computador.

126. Sugestão L007 de 16-5-86, nº 164.

127. Município situado a 19Km de São Sebastião do Paraíso (MG 45.062 habitantes); a cidade de mais de cem mil habitantes mais próxima (Ribeirão Preto — SP) fica a 140Km.

128. Sugestão L024 de 16-5-86, nº 584.

129. Sugestão L018 de 16-5-86, nº 450.

130. Sugestão L de 2-7-86, nº 002. Convém juntar a esses estranhos dados, estes provenientes de nove formulários onde a renda do cidadão não tinha sido indicada mas para o qual o digitador escolheu atribuir *sem rendimento*.

131. Sugestão L014 de 16-5-86, nº 334. Aqui, o digitador escolheu de gravar a atividade 03.

132. O mesmo problema se colocou cinco vezes para a variável *sexo*, dez vezes para *grau de instrução*, quatro vezes para *faixa etária*.

133. João Steck, coordenador da CPE, entrevista de 20-4-90.

Assim, nós adivinhamos que não há mais duas populações do SAIC mais três: a terceira sendo esta do qual o perfil foi gravado com erros.

Seria falso crer que estes erros pudessem se compensar, que os erros concernentes aos *rurais* fossem neutralizados pelos concernentes aos *urbanos* em virtude da magia da lei dos grandes números. Com efeito, não esqueçamos que a cada sugestão referida a este ou aquele tema devem corresponder os dados sociológicos contidos no questionário que lhe faz face. Desta forma, mesmo se a quantidade de erros concernentes aos *rurais* fosse igual a quantidade de erros relativos aos *urbanos*, não teria compensação, pois as sugestões escritas pelos brasileiros (cujo os dados sociológicos foram mal gravados) não são certamente idênticas. Todo erro de digitação modifica, então, a relação entre o tema enunciado e a população do SAIC, e afeta, por conseqüência, a análise desta relação.

c) A indexação

É preciso distinguir de um lado a nomenclatura escolhida, e de outro a maneira pela qual a indexação foi conduzida. Mais uma vez, infelizmente, uma e outra são criticáveis.

O Prodasen quis indexar o conteúdo das sugestões segundo 24 temas (chamados "catálogos") subdivididos em vários itens: *administração de pessoal* — *serviço público* (66 itens) / *política agrícola* (30) / *Direito* — *organização do Estado* (223) / *política econômica* (113) / *política educacional* (88) / *política energética* (22) / *política financeira* (74) / *política habitacional* (23) / *política indigenista* (13) / *política industrial* (38) / *política nacional de informática* (26) / *meio ambiente-ecologia* (30) / *política estrutura do Estado* (136) / *política previdenciária* (34) / *política sanitária* (15) / *política nacional de saúde* (36) / *organização social* (127) / *telecomunicações* (18) / *política trabalhista* (90) / *política nacional de transporte* (27) / *política nacional de urbanismo* (17) / *pedido de informação sobre a constituinte* (I) / *manifestação* (I) / *sugestões não pertinentes* (I); isto é, 1.249 itens (134). Este número é enorme; pelo menos ele é grande demais

134. Na verdade, este número é mais elevado, 1.301, pois alguns itens são eles mesmos subdivididos em *neutro*, *contrário* ou *favorável*, ou seja, em uma, duas ou três categorias. No catálogo *Direito* — *organização do Estado*: *aborto* (3), *aplicação de pena* (3), *censura* (3), *crime afiançável* (2), *divórcio* (3), *doação de órgãos* (2), *estrangeiro* (2), *eutanásia* (3), *lei de segurança nacional* (2), *pena de morte* (3), *prisão perpétua* (2), *privatização* (3), *punição* (2), *tortura* (2), *transplante de órgãos* (2). No catálogo *Organização social*: *aborto* (3), *abuso do poder econômico* (2), *alcoolismo* (2), *controle de natalidade* (3), *divórcio* (3), *esterilização* (3), *legalização do jogo* (3), *menor carente* (2), *participação social* (2), *pena de morte* (3), *planejamento familiar* (3), *tortura* (2), *violência* (3). No catálogo *Política* — *Estrutura do Estado*: *bicameralismo* (3), *capitalismo* (3), *coligação partidária* (3), *comunismo* (3), *democracia* (3), *direito de voto* (2), *eleições* (2), *eleição direta* (3), *eleição em dois turnos* (3), *eleição indireta* (3), *fielidade partidária* (3), *imunidade parlamentar* (3), *inelegibilidade* (3), *jetons* (3), *mandato* (2), *monarquia* (2), *mordomia*

em comparação às 72.719 sugestões do SAIC. Ele não permite de operar agrupamentos significativos pois o número médio de sugestões por item é, em termos de probabilidade, de 58,2 (72.719 dividido por 1.249). Além disto, a nomenclatura escolhida é desequilibrada. Por exemplo, ela contém o item *ensino religioso* (item largo que permite acolher um grande número de reivindicações) e os itens *unicameralismo*, *bicameralismo* (termos técnicos, precisos que impedem de agrupar muitas reivindicações “tematicamente” parecidas). Da mesma forma, o item *aborto* volta três vezes: a primeira vez no catálogo *Direito — organização do Estado*, a segunda vez no catálogo *organização social* e a terceira vez no catálogo *política nacional de saúde* (e cada vez o item é subdividido em *favorável*, *contrário* ou *neutro*). Assim, o “primeiro” *aborto* é tratado 49 vezes pela população do SAIC na sua aceitação *neutra*, 393 vezes na sua aceitação *contrário* e cinquenta vezes na sua aceitação *favorável*. O “segundo” *aborto* é mencionado 167 vezes na sua aceitação *neutra*, 718 vezes na sua aceitação *contrário* e 130 vezes na sua aceitação *favorável*. Quanto ao “terceiro” *aborto*, ele é evocado 26 vezes na sua aceitação *neutra*, 67 na sua aceitação *contrário* e 18 vezes na sua aceitação *favorável*. Este estouro do tema do *aborto* é prejudicial; ele impede de obter estatísticas fiáveis aos formulários originais. Em verdade, o SAIC contém (todos catálogos confundidos) 1.618 sugestões relativas ao *aborto*; ou seja, que ele é, a vigésima nona preocupação da população do SAIC. Da mesma forma, a supor que a distinção *neutro-contrário-favorável* seja confiável, há de fato 242 sugestões que falam de maneira *neutra* do *aborto*, 1.178 de maneira *contrário* e 198 de maneira *favorável*. As maneiras de contar são excessivamente numerosas; elas incomodam a análise das sugestões. O caso do *aborto*

(2), *parlamentar* (2), *parlamentarismo* (3), *plebiscito* (2), *presidencialismo* (3), *prisão agrícola* (2), *presidencialismo* (3), *prisão agrícola* (2), *reeleição* (3), *socialismo* (3), *sublegenda* (3); *unicameralismo* (2), *vereador* (2), *voto distrital* (3), *voto do analfabeto* (3), *voto obrigatório* (3), *voto proporcional* (3), *voto vinculado* (2). No catálogo *Política agrícola: reforma agrária* (3). No catálogo *Política econômica: congelamento de preços ao consumidor* (3), *congelamento de preços de matérias-primas* (2), *congelamento de preços na indústria* (2), *congelamento dos salários* (3), *correção monetária* (3), *empresa estatal* (2), *estatização* (3), *fiscalização de preços* (2), *fiscalização governamental* (2), *intervenção estatal* (2), *moratória* (2), *privatização* (3), *redistribuição de renda* (2), *reserva de mercado* (2), *tabelamento de preços* (3). No catálogo *Política educacional: ensino gratuito* (2), *ensino religioso* (2), *estatização do ensino* (2), *federalização do ensino* (2), *municipalização do ensino* (2), *nacionalização do ensino* (2), *obrigatoriedade do ensino* (3), *privatização do ensino* (3), *reforma do ensino* (2), *vestibular* (2). No catálogo *Política financeira: reforma tributária* (2), *tabelamento de juros* (2). No catálogo *Política nacional de informática: direitos de acesso à informação* (2), *reserva de mercado* (3). No catálogo *Política nacional de saúde: aborto* (3), *controle de natalidade* (2), *doação de órgãos* (2), *estatização* (3), *esterilização* (3), *saúde pública* (2), *socialização da medicina* (3), *tóxico* (2), *transplante de órgãos* (2). No catálogo *Política nacional de transportes: transporte coletivo* (2). No catálogo *Política nacional de urbanismo: reforma urbana* (2). No catálogo *Política trabalhista: escala móvel de salário* (2), *participação nos lucros* (2), *trabalho doméstico* (2).

não é isolado. A indexação do Prodasen separa demais as sugestões que deveriam ser agrupadas e reagrupa demais as que deveriam ser separadas. Contudo, nós não pensamos que seja científico fazer uma reindexação a partir da indexação do Prodasen. Seria mais justo fazê-la a partir dos originais e definir com precisão o caráter inclusivo e exclusivo de cada item. Assim, seria possível trabalhar⁽¹³⁵⁾.

Enfim, a indexação gravada no SAIC não corresponde sistematicamente ao conteúdo real da sugestão-papel. Isto resulta dos "disfunctionings" da organização do trabalho de indexação escolhida pelo Prodasen. De fato, este último recrutou, sobre concurso, várias dezenas de estudantes da UnB (principalmente em ciências sociais) para indexarem as sugestões. ⁽¹³⁶⁾ *O trabalho não era exaustivo, mas era extremamente monótono. A maioria dos estudantes-digítadores fazia o seu trabalho direito; outros no entanto, matavam serviço. Entre os digítadores e os verificadores havia um clima de absoluta camaradagem; na maioria das vezes, eles se limitavam a ratificar o que o digítador fazia* ⁽¹³⁷⁾. Não somente estes não-especialistas da indexação deviam escolher os itens supostos correspondentes ao conteúdo da sugestão entre uma lista gigantesca de itens, mas eles não tinham medo de ser punidos em caso de erro. Por estas duas razões, os erros de indexação são quantitativamente importantes. Os pesquisadores encontraram nos arquivos do Grupo de Estudo do SAIC vários erros de indexação.

CONCLUSÃO

As falhas relativas à coleta e ao tratamento de dados são, desta forma, excessivamente numerosos (e nós tentamos explicar aqui as razões) para poder afirmar que o banco de dados SAIC é de uma fiabilidade absoluta. Seu grau de validade científica dependerá, sobretudo, do que os pesquisadores desejarem pesquisar. Se muitas possibilidades (notadamente certos cruzamentos entre os dados do questionário e estes do resto do formulário) são proibidas do

135. Na hora em que imprimimos estas páginas, nós aprendemos que o segundo capítulo deste livro procedeu a uma reindexação (tomando a indexação do Prodasen com base) que nós achamos metodologicamente muito discutível e que nos parece embaralhar o conteúdo das sugestões e não esclarecê-lo. Os itens retidos pela autora deste capítulo são, por vezes, equívocos e reagrupam itens que, na indexação original do Prodasen tratavam de objetos diferentes ou quase inconciliáveis, nós o lamentamos vivamente.

136. A indexação das sugestões foi feita tardiamente. O Prodasen não tinha dinheiro suficiente para executá-la mais cedo. O problema foi levantado no Congresso em plenário. Alguns parlamentares se queixavam de não poder consultar corretamente as sugestões do SAIC. O Prodasen teve, então, que proceder com urgência a indexação das 72.719 sugestões. Os prazos eram tão curtos que não permitiam aos estudantes de ter tempo de ler atentivamente e de indexar corretamente as sugestões.

137. Mauro, estudante, digítador, entrevista de 31-10-89.

fato da invalidade parcial destes dados, SAIC é contudo de uma grande riqueza (notadamente quanto ao próprio conteúdo das sugestões, ver o capítulo IV). Com o *Projeto Constituição* e com o SAIC, o Prodasen aprendeu muito; nós graças ao Prodasen, pudemos aprofundar nossos conhecimentos; esperamos que, graças a este capítulo, o leitor compreenderá melhor alguns fenômenos sociais e os “enjeux” ligados ao SAIC, e que os pesquisadores tenham vontade de continuar nosso trabalho.

CONCLUSÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC.

A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC.

A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC. A pesquisa foi realizada em São Paulo, com o intuito de contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais e dos “enjeux” ligados ao SAIC.

CAPÍTULO II

A composição sociológica do SAIC

*Flávia Impelizeri **

INTRODUÇÃO

O banco de dados SAIC representa a resposta dada pela sociedade brasileira ao esforço institucional do Senado Federal de congregar, através do Prodasen, as sugestões populares à Assembléia Nacional Constituinte. Entre o final de 1986 e o início de 1987, aproximadamente 73.000 formulários da campanha de participação então desenvolvida chegaram ao Congresso trazendo uma enorme massa de sugestões sobre temas e questões que, no entender de cada cidadão, deveriam ser contemplados pela nova carta constitucional.

O conjunto destas sugestões, pelo seu número e especialmente pela riqueza de seus temas e detalhamento, forma um acervo único para quem queira conhecer ou entender melhor a cultura política brasileira contemporânea. No entanto, o SAIC não pode ser tomado como retrato fiel das demandas, aspirações e opiniões da sociedade brasileira como um todo. Por uma série de razões, as quais é preciso antes de tudo identificar e analisar, a representatividade dos diversos setores da sociedade não é proporcional neste banco de dados.

Por um lado, há a limitação natural decorrente do alcance do esquema formal de divulgação do projeto. Por mais abrangente e completo que tenha sido o planejamento e a execução da campanha, a propaganda na TV e a distribuição e coleta dos formulários de participação feitas pela agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não poderiam atingir de maneira homogênea a todos os segmentos da sociedade. Por outro lado, temos que a este esquema se somaram os esforços extra-oficiais de pessoas e grupos interessados na participação popular no processo constituinte. Parlamentares cortejando suas bases, alguns "lobbies" de interesses bem definidos, e mesmo professores do primário e do secundário se encarregaram de distribuir formulários que podiam ser retirados livremente nas agências dos correios e de encorajar a contribuição de muitos (ver capítulo I).

Mais do que a este tipo de influências porém, temos que a decisão individual de participação da grande maioria dos sugestores deve ser atribuída a uma disposição para os assuntos políticos que não se encontra igualmente distribuída em sociedade. Retirados aqueles casos, minoritários na massa dos dados, em que a motivação para escrever é claramente induzida como ocorre

entre os jovens incentivados por seus professores, só parece razoável supor que entre os demais sugestores esta tenha sido efeito de um conjunto de três fatores. Em primeiro lugar, interesse suficiente pelas coisas políticas de forma a que a campanha de participação encontrasse alguma ressonância, em segundo lugar, sentimento da própria competência para opinar e sugerir sobre qualquer tema político para a Constituinte; e finalmente, confiança na seriedade da intenção do Congresso em levar em consideração as sugestões que fossem enviadas.

Para entendermos então porque a população do SAIC tem uma determinada composição sociológica, que a distingue da equivalente na população brasileira, composição esta que é fruto de agregação daquelas decisões individuais de participação, é preciso analisarmos como aqueles fatores, especialmente o interesse e o sentimento da competência política, são influenciados pela situação social de cada um. Mais do que isto, é preciso entender a relação entre o repertório de temas apresentados nas sugestões e esta mesma composição sociológica. Importa não só determinar a extração social das pessoas que enviaram suas sugestões, mas também entender o porquê de terem sido uns e não outros os grupos que responderam ao chamado de participação no processo constituinte.

É dentro desta perspectiva que se colocam os objetivos deste capítulo. Nele buscaremos avaliar globalmente o SAIC do ponto de vista de sua composição quantitativa e qualitativa, delimitando os parâmetros fundamentais a partir dos quais o banco de dados pode ser tomado como fonte para estudos sobre a cultura política brasileira.

Quando nos referimos a aspectos quantitativos, entendemos a composição sócio-demográfica do conjunto dos respondentes, a análise de frequência de determinadas combinações de variáveis de identificação social dos indivíduos em suma, o estudo de quem é quem dentro do SAIC. A análise qualitativa por sua vez, antes do que ao conteúdo das sugestões, se refere ao tipo de tema por elas abordado, buscando verificar a contribuição diferencial dos diversos grupos sociais que se fizeram presentes no SAIC (identificados na primeira parte da análise) no que se refere às distintas concepções do mundo político que se traduzem na opção de priorizar um ou outro tema nas sugestões.

A primeira parte do capítulo será então dedicada à exposição do modelo teórico que aplicaremos ao estudo de nossos dados. Este modelo nos permitirá compreender como a situação social de cada indivíduo implica num determinado padrão de socialização política que tem como resultado comportamentos políticos próprios. No nosso caso, os comportamentos políticos analisados serão a decisão de participação no processo constituinte através do envio de sugestões, e a escolha de um ou outro tema de sugestão.

Na segunda parte, apresentaremos comparativamente os dados da composição socio-demográfica do conjunto de respondentes do SAIC e os da população brasileira, explicando as diferenças à luz do modelo teórico anteriormente

exposto, e apontando os grupos sociais sobre-representados isto é, aqueles grupos de pessoas com situação social idêntica quanto a variáveis sócio-demográfica selecionadas que se mostraram presentes no SAIC numa proporção elevada.

Na terceira parte enfim, abordaremos a questão da incidência dos temas no SAIC em geral e entre os grupos majoritários que o compõem, mostrando como esta distribuição obedece a uma lógica que faz certos temas mais freqüentes entre determinados grupos, no sentido esperado pelo modelo de politização discutido anteriormente.

Cabe aqui ainda registrar alguns procedimentos metodológicos que foram adotados a fim de normalizar os dados do SAIC para nossa análise.

Em pesquisa exploratória no banco de dados, constatou-se que muitas pessoas, movidas pelo entusiasmo de contribuírem com muitas sugestões ou mesmo desejosa de amplificar algumas sugestões por elas consideradas da máxima importância, enviaram dois, três ou mesmo dezenas de formulários abordando o mesmo ou um rol de temas. Na verdade, dos 72.719 documentos constantes do banco de dados, 11.292 (ou 16% do total) foram enviados adicionalmente por pessoas que já haviam contribuído com um formulário. Para contornar este fato, que comprometeria a análise de conjunto do SAIC proposta neste capítulo, optamos pelo seguinte procedimento: consideramos na contagem e manipulação apenas uma ocorrência por sugestor (o controle das duplicações foi feito pelo batimento dos nomes completos e municípios de residência declarados). Com relação aos temas das sugestões, quando havia mais de um documento por pessoa, contamos apenas uma vez cada tema distinto dos demais. Para efeitos práticos, isto funcionou como se cada participante tivesse enviado um único documento, longo o suficiente para conter todas as suas sugestões. Descontadas as duplicações, trabalhamos então com um conjunto de 61.427 documentos efetivos.

A) COMPORTAMENTO POLÍTICO E SITUAÇÃO SOCIAL

Quando falamos em padrões de comportamento político e perfil sócio-econômico, temos implícita a noção de que as pessoas experimentam em sociedade diferentes formas de percepção da realidade política e de reação a ela. Existem na literatura acadêmica inúmeros trabalhos que mostram como o sexo, a idade, o nível de instrução, a categoria sócio-profissional, a renda, dentre outros definidores de inserção social, se associam a variados graus de interesse e participação na vida política. Filiação ou preferência por determinados partidos; freqüência de comparecimento às urnas em eleições de diferentes níveis; acompanhamento do noticiário político pelo rádio, jornais ou televisão; conhecimento dos principais temas e atores políticos; domínio de conceitos referentes ao campo político e manejo de esquemas de classificação e interpretação de fatos; comparecimento a reuniões políticas; freqüência de conversação

sobre política, por exemplo, foram indicadores de politização classicamente testados nos estudos de comportamento baseados em pesquisas por amostragem, a maior parte deles inspirados nos trabalhos do grupo de Michigan para o eleitorado americano.

Uma sistematização bastante boa destes resultados é apresentada por Daniel Gaxie, em seu livro de crítica aos postulados da teoria democrática do cidadão. ⁽¹⁾ Para Gaxie, a instauração de um campo social específico onde ocorrem as relações institucionais de competição, conquista e exercício do poder nas sociedades democráticas modernas, gerou uma especialização de trabalho opondo os profissionais da política ao restante dos agentes sociais. A estes últimos, a não ser em momentos de excepcionalidade institucional, restaria apenas a oportunidade de influenciarem o poder via voto (e indiretamente, via opinião), na medida da necessidade das empresas políticas concorrentes dos primeiros constituírem ou aumentarem seu capital eleitoral. Mesmo assim, a própria capacidade do cidadão-eleitor de influência objetiva no campo político dependeria de sua competência específica em apreender e manejar o discurso político produzido pelos profissionais, instância onde os problemas sociais objetivos seriam traduzidos em objetos (temas) de competição política. Por ser processado a partir das categorias ideológicas de alguma complexidade e elaboração, o discurso político só seria portanto perfeitamente inteligível para uma minoria do eleitorado, dotada por um lado de um treinamento intelectual básico, e por outro de uma emulação social suficientemente forte para ocupar parte de seu tempo e esforços no acompanhamento da cena política. ⁽²⁾

Estas restrições fundamentais à atividade política dos cidadãos explicariam a maior parte dos resultados da pesquisa acadêmica que apontam uma marcada diferenciação de comportamento no sentido de maior politização para os grupos localizados nas posições mais altas da estratificação social, medidas estas por diversos critérios. Os não profissionais da política, maioria dos cidadãos nas sociedades democráticas contemporâneas, se dividiriam então básica-

1. GAXIE, Daniel. *Le Cens Caché: Inégalités Culturelles et Ségrégation Politique*. aux Éditions du Seuil, Paris, 1978. Estes parágrafos foram inspirados neste livro.

2. *A ilegalidade, e mais profundamente, a ilegitimidade da utilização privada da violência física, correlatas da aparição do Estado, impõem o recurso a outros meios, ou se se prefere, a outras formas — econômicas e simbólicas — de violência, inviabilizando a priori toda tentativa delas escapar (...)* A partir do momento em que a prática política como atividade simbólica é socialmente legítima, ela se impõe a todos os agentes, e impõe ao mesmo tempo a concepção de politização como consumo e reprodução de discurso. São palavras, e não golpes, que os atores trocam. É com palavras — e não com a insurreição ou a greve — que os agentes devem (isto é, são social e normativamente constrangidos a) se pronunciar politicamente (...) Esta concepção — letrada, se assim quizerem — da politização, permite então darmos conta dos efeitos políticos e sociais que ela provoca, e que outra definição não permitiria perceber. Opus cit., pp. 48/49.

mente em espectadores e indiferentes. Os primeiros dedicariam variados graus de atenção ao campo político, apresentando igual gradação de participação nas atividades de cidadania em função dos condicionantes de sua posição social, sendo que os segundos permaneceriam a maior parte do tempo alheios, não se pronunciando sobre temas políticos a não ser quando instalados especialmente a isto, e apresentando, nestas ocasiões, um conhecimento superficial ou nulo dos atores e temas em questão.

No caso específico do SAIC, cada um dos cidadãos que enviou suas sugestões à Constituinte se mostra necessariamente não-indiferente na conceitualização deste modelo. No entanto, não obstante esta motivação comum que os torna igualmente "espectadores" interessados na cena política, nota-se na agregação dos dados que certos atributos de identificação social se mostram mais freqüentes do que outros, afastando marcadamente o perfil da população do SAIC do perfil da população brasileira da qual ela faz parte. Como explicar então que a posse de um determinado traço de identificação social como o sexo, a idade ou a escolaridade, aumente a probabilidade de um cidadão se mostrar politicamente motivado?

Relacionando a politização, entendida esta como capacidade e interesse de acompanhar e reagir ao desenrolar do processo político, à inserção social dos agentes considerados, é fundamental considerar em primeiro lugar a questão da instrução ou escolaridade. No fenômeno dual capacidade/interesse da politização, a escolaridade atuaria basicamente sobre a primeira.

Para que um determinado agente social apresente comportamentos politizados como a prática recorrente de conversação sobre política em seus círculos de convivência, busca de informação política em jornais, emissões de rádio ou TV, freqüências a reuniões e, ou comícios políticos, comparecimento constante a eleições ou, como no nosso caso, iniciativa de enviar uma sugestão à Constituinte, é preciso em primeiro lugar que ele tenha um conhecimento fenomenológico mínimo do campo político. Por este conhecimento, entende-se a familiaridade com os atores, as regras e os objetos de competição do jogo político. Mas para se chegar a ela, é necessário o domínio prévio de um arsenal de palavras e conhecimentos imediatos que permitam constituir e nominar diferenças no interior daquele campo; mais do que isto, é preciso ainda a capacidade de operar uma construção política, isto é, atribuir um significado político a todo o conjunto de informações acumuladas por recepção pronta ou percepção própria. A escola proveria, portanto, o indispensável treinamento na manipulação de conceitos com níveis significativos de abstração e complexidade, sendo que quanto maior o período de escolarização, maior a capacidade adquirida de compreensão do discurso político oficial. Como resultado, se criariam condições para emergência e a posterior manutenção de um forte interesse pela política.

A escolaridade, no entanto, não determinaria sozinha o grau de politização de um indivíduo. Outros fatores sociais de estímulo a ela se somam na produção

de um comportamento politizado. Um adulto com nível de instrução superior poderia permanecer indiferente à vida política se não fosse instado em seus círculos de convivência, especialmente o profissional, a assumir posições acerca de temas presentes do debate político, a declarar sua preferência quanto aos partidos, a revelar seu voto nas diversas eleições. Tudo isto torna mais provável, embora não garanta de todo, a internalização de um interesse pela política e a busca espontânea de informação que guiem a tomada das decisões políticas exigidas aos cidadãos pela rotina das sociedades democráticas. Da mesma forma, uma baixa escolaridade não exclui necessariamente a apresentação de um comportamento de alguma forma politizado, uma vez que os fatores adicionais de estímulo social exercem também sua influência, por exemplo, o debate com os colegas de trabalho, a ação política dos sindicatos dirigida a seus filiados, e mesmo o aliciamento que partidos procuram fazer periodicamente sobre a massa dos eleitores.

O que diferenciaria o comportamento de duas pessoas igualmente estimuladas politicamente, mas com um grande desnível cultural provocado pela duração da escolarização, seria então a sofisticação e complexidade das idéias sobre a vida política que os informam. Menos capacitados a se informar das sutilezas do processo político por conta própria, através da leitura de matéria especializada em jornais ou da compreensão dos debates e programas políticos transmitidos por rádio ou TV, aqueles com menor grau de instrução teriam uma visão do mundo político informada especialmente pelos aspectos da vida política mais ligados aos seu cotidiano, sua percepção das repercussões das ações públicas no seu dia a dia, e pelos esquemas explicativos simplificados oferecidos por jornais populares, políticos populistas e outros agentes de atuação pública.

O fenômeno da politização é, assim, necessariamente fruto de uma situação social complexa, onde cada indivíduo sofre múltiplas influências que lhe condicionam um maior ou menor grau de interesse pelas coisas políticas, interesse este que é intimamente relacionado a sua capacidade de compreensão desta mesma vida política. Neste sentido, a escolaridade interage com a situação profissional na determinação do comportamento político na medida em que, por um lado, as categorias profissionais se escalonam quanto à qualificação obtida na escola, e por outro, o convívio profissional com pessoas de semelhante nível cultural reforça a apresentação do padrão de comportamento político a ele correspondente.

Da mesma maneira, o meio familiar se encarregaria de transmitir e introduzir às crianças as primeiras idéias e referências sobre o mundo político, reproduzindo a cultura política dos pais, e oferecendo a elas distintos pontos de partida para aplicarem o treinamento intelectual oferecido pela escola. Este treinamento por sua vez seria tanto mais completo (ou longo) quanto melhores fossem as condições econômicas dos pais, o mais das vezes determinadas por sua situação profissional. Assim, os filhos das classes sociais mais

instruídas e ou favorecidas social e economicamente contariam com uma vantagem inicial comparativamente aos filhos das classes menos favorecidas, além de receberem em geral instrução por períodos mais largos sem a premência de ingresso precoce no mercado de trabalho.

Num efeito de retro-alimentação, escolaridade, situação profissional e classe social se entrelaçariam em círculo vicioso através das gerações, no qual a posição social, medida pela renda, possibilita uma maior duração da escolarização, a qual favorece a conquista de melhores situações profissionais, que produzem renda e *status* social, sendo que cada um destes fatores contribui com sua parcela no processo de absorção de uma cultura política. (3)

Mas é preciso considerar ainda a influência de dois outros fatores de definição de identidade social que se sobrepõem a estes. Embora a complexificação dos papéis sociais nas sociedades modernas tenha suavizado bastante o seu peso, a divisão tradicional do trabalho entre os sexos e as idades ainda percuta na cultura política contemporânea.

Tributária de uma concepção social que reservava o monopólio das relações sociais extradomésticas aos homens, a noção de que a política não é assunto de mulheres subsiste como justificativa para a indiferença e o alheamento político de muitas mulheres que, por sua situação social, teriam a princípio toda a capacitação e o estímulo para se interessarem por política. Absorvida ainda na infância, esta noção encontra terreno para se reproduzir na falta de cobrança de posicionamento político das mulheres pela sociedade em geral. (4)

Da mesma forma, inúmeros estudos acusam que jovens e velhos demonstram menor politização do que os adultos em idade produtiva, aos quais

3. *Indicador do domínio de esquemas de avaliação política, a produção de opiniões politicamente coerentes aumenta por exemplo com a posição na hierarquia social ou com o nível de instrução (...). A possibilidade de aceder a uma representação propriamente política do espaço político é portanto bastante desigual socialmente. São os agentes social e culturalmente favorecidos que dispõem dos instrumentos necessários ao deciframento dos significados políticos dos eventos políticos. A falta de poder a eles recorrer, os outros agentes são como que afogados por mensagens das quais não podem extrair sentido. Quando confrontados por situações políticas, eles ressentem de forma especialmente aguda o sentido. Quando confrontados por situações políticas, eles ressentem de forma especialmente aguda o sentimento de sua própria incompetência e tendem a se refugiar na indiferença.* Opus cit., p. 118.

4. *O homem dispõe então sempre de uma autoridade particular em matéria política nas sociedades ocidentais contemporâneas. É a ele que dirige para solicitar uma explicação ou um conselho. É ele que tem opiniões e as exprime em nome da família. É ainda ele que participa das atividades políticas. As mulheres continuam a se desinteressar dos problemas políticos, os quais elas pensam que não "são da sua conta" ou a respeito dos quais elas não compreendem nada.* Opus cit., p. 136.

a sociedade cobra uma responsabilidade política equivalente a sua responsabilidade econômica e social. (5)

No fenômeno global da politização, então, nem todos os fatores sociais relacionados exercem influência igual. Na composição dos efeitos da escolaridade e do sexo, por exemplo, nota-se que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres diminuem com o crescimento do nível de instrução — isto é, a escolarização parece compensar a falta de estímulo social à politização das mulheres, ou a ausência dela permite que a cultura machista da política atue sem maiores contestações. Com relação à idade e à escolaridade ocorre algo semelhante: jovens com nível de instrução superior ao de adultos freqüentemente apresentam um comportamento igualmente ou mais politizado do que o deles. Por sua vez, a idade interfere no condicionamento sexual da politização — as mulheres mais velhas se comportam geralmente de acordo com uma socialização política orientada por concepções tradicionais dos papéis sociais dos sexos.

O que se observa, portanto, é que o sexo e a idade são tanto mais influentes na politização de um indivíduo quanto menor for o nível sócio-econômico e cultural; isto é, na medida em que a politização dependa do estímulo adicional que a sociedade dá ao indivíduo para que ele se posicione politicamente em função de ser homem e, mais ainda, de estar numa faixa etária socialmente responsável pela produção econômica e pela manutenção familiar. Neste sentido, os condicionamentos do sexo e da idade podem ser considerados secundários em relação aos da posição na hierarquia social, que eles apenas limitam ou favorecem.

Embora seja possível então hierarquizar de uma certa forma os fatores sociais que condicionam a politização dos indivíduos, é forçoso reconhecer que todos eles são fundamentais para a compreensão dela, e que devem ser estudados na sua interação e complementariedade. Como bem afirma Gaxie, *entre as mulheres idosas das classes populares e os homens economicamente ativos das classes superiores que definem os pontos limite da hierarquia dos níveis de politização, existe uma multidão de situações intermediárias onde a instrução reduz as desvantagens sociais iniciais ligadas à idade e ao sexo ou, ao contrário, as atitudes ligadas à posição ocupada na divisão do trabalho compensam ou majoram o efeito da instrução* (p. 158).

5. Não se pode por outro lado deixar de ser surpreendido pela homologia da posição entre os sexos, as classes de idade, e as classes sociais. As mulheres, como os jovens e os velhos, são menos engajados na vida profissional e nas atividades da relação com o exterior do que os homens adultos. A "frivolidade" ou a "futilidade" das atividades femininas, assim como a "irresponsabilidade" ou o caráter lúdico da juventude se opõem à seriedade e à "gravidade" dos homens adultos (...) a politização diferencial das faixas etárias constitui então um indicador suplementar da masculinidade das atividades políticas. Opus cit., p. 156.

Tomando portanto, como foi proposto na introdução deste trabalho, a iniciativa de contribuição para o processo constituinte através da campanha de participação popular lançada pelo Senado Federal como uma manifestação de politização dos participantes, podemos estudar o perfil sociológico da população do SAIC comparativamente ao da população brasileira utilizando as variáveis de identificação social disponíveis no banco de dados e entender como elas influenciaram a apresentação de uma hierarquia de temas nas sugestões dos setores sociais nele encontrados representados. É o estudo daquele perfil sociológico que apresentaremos na próxima parte.

B) A REPRESENTATIVIDADE DO SAIC FRENTE À POPULAÇÃO BRASILEIRA

Antes de iniciarmos a exposição da análise da composição sociológica do SAIC como manifestação de um interesse político que se distribui desigualmente em função da inserção de cada um em sociedade, é preciso conhecer as variáveis indicadoras desta inserção com as quais trabalhamos.

1) As variáveis de caracterização sociológica

Conforme se pode observar no formulário de participação reproduzido no anexo I, havia após o texto de apresentação do projeto e antes do espaço reservado ao registro das sugestões de cada participante, um pequeno questionário estruturado na forma de múltipla escolha, onde quem quisesse poderia informar alguns de seus dados pessoais — sexo, zona de moradia, município e estado de residência, grau de instrução, estado civil, faixa etária, faixa de renda e atividade econômica.

Como o preenchimento daquelas informações não era compulsório para efeito de recebimento das sugestões, o que foi deixado bastante claro no cabeçalho do questionário, houve grande desigualdade no preenchimento das respostas. A maior taxa de perda de informação se deu exatamente no quesito *atividade* que seria o mais próximo da categoria sócio-profissional. Ao lado do não preenchimento, houve grande número de respostas na opção “Outras Atividades”, complemento de um leque de dez opções relacionando setores diferentes da atividade econômica. Imaginamos que a dificuldade dos participantes em enquadrar sua real atividade profissional nas opções fornecidas, além do fato de faltarem alternativas complementares como “Aposentado”, “Estudante” ou “Desempregado”, levou àquela situação de perda de informação e inviabilidade de um estudo sistemático daquela variável (ver capítulo I).

Para análise do conjunto das sugestões em função das características sócio-econômicas individuais de cada respondente, fizemos então algumas opções metodológicas. Em primeiro lugar, não incluir neste capítulo a variável

atividade econômica no estudo global do SAIC para contar com um grupo maior de observações (sugestões) com dados comparáveis. Em segundo lugar, deixar os dados referentes ao município e estado de residência dos respondentes para análise posterior da distribuição geográfica das sugestões, que responde mais ao estudo do comportamento político de comunidades regionalmente localizadas do que ao estudo do comportamento de indivíduos, como é o nosso propósito. Julgamos necessário também excluir da análise a variável *estado civil* dos respondentes, por esta não demonstrar potencial como variável explicativa de comportamento político dentro de nossos parâmetros.

Feitas aquelas restrições básicas, ficamos então com as variáveis *sexo*, *zona de moradia* (rural ou urbana), *faixa etária*, *instrução* e *renda* para nossa análise. O nível de respostas completas a estas variáveis se mostrou bastante mais razoável, tendo 53.114 respondentes (i.e., 86% daquela contagem de 61.427 indivíduos, descontadas as duplicações referidas na introdução deste capítulo) preenchido todas as questões a elas correspondentes.

Destas cinco variáveis disponíveis porém, apenas a *escolaridade* e o *nível de renda* se mostravam capazes de funcionarem como indicadores da situação sócio-econômica dos participantes do SAIC, nos termos do modelo exposto na primeira parte deste trabalho. Não obstante isto, a caracterização por elas provida foi considerada suficiente por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, diversos dos resultados de pesquisa apresentados por Gaxie mostravam que *dentre os indicadores do pertencimento de classe, o nível de instrução é sempre o mais fortemente correlacionado com as variáveis de politização* (p. 159). Além disto, a renda funcionaria numa sociedade com a distribuição de renda altamente concentrada como a brasileira, como excelente indicador de *status* e de posicionamento profissional, uma vez que o favorecimento sócio-cultural tende a se alinhar com o favorecimento econômico. A variável *atividade econômica* pôde então ser dispensada sem grande prejuízo.

Nossa caracterização foi, por outro lado, enriquecida pela variável *zona de moradia*. Esta se relacionaria com a questão da politização na medida em que a divisão tradicional dos papéis sociais tende a subsistir com maior intensidade nas zonas rurais, reforçando a exclusão das mulheres, jovens e idosos das atividades políticas em geral.

Nas zonas urbanas, por sua vez, as pessoas estariam expostas a uma carga de informação política maior por diversos fatores: proximidade cotidiana com os centros administrativos do poder (os órgãos dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários em suas diversas instâncias); pela veiculação de notícias políticas por um maior número de jornais, revistas, emissoras de rádio ou de TV; pelo maior número de escolas e universidades, formando gente com potencial de compreensão e interesse pela política; pelas maiores oportunidades de contato verbal nas múltiplas interações profissionais e sociais oferecidas pelo meio urbano.

A utilização destas variáveis assim selecionadas não foi entretanto direta. Como mostra a reprodução do formulário de participação apontada acima, oito eram as opções de resposta para cada uma das variáveis *idade*, *renda* e *instrução*. Considerando-se ainda as duas opções para a variável *sexo* e outras duas para a variável *zona de moradia*, verificava-se que a possibilidade da consideração conjunta dos efeitos destas variáveis se esvaía por uma combinatória de 2.048 possibilidades (8 x 8 x 8 x 2 x 2). A solução encontrada para tentar viabilizar tal análise sem perder clareza na interpretação dos resultados foi então a recodificação das três variáveis para as quais isto era possível.

No caso da variável *grau de instrução*, aproveitamo-nos da redundância provocada pela especificação da completitude dos estudos. Embora relevante para estudos mais específicos, pudemos prescindir da sutileza provida por esta informação para efeito da nossa análise. Afinal, no que toca a questão de seus efeitos sobre a politização, o nível de instrução primário define bastante bem um determinado patamar cultural muito limitado, a partir do qual se processa uma certa compreensão e conseqüente reação à vida política. Na verdade, freqüentemente ter o grau primário completo ou incompleto é tanto mais indiferente neste sentido quanto mais o indivíduo esteja longe da idade escolar. Nestes casos, o aprendizado político e a vivência política são muito mais efeito de outras instâncias de socialização política como os meios profissional, sindical, recreativo, ou mesmo religioso — os quais determinam padrões de politização de diferentes conteúdos ideológicos e diferentes graus de elaboração.

De maneira semelhante, o nível secundário completo ou incompleto representaria um outro patamar de capacitação cultural, para o qual poderíamos apontar como marcos definidores o possibilitar o acesso às informações políticas divulgadas pela mídia imprensa (mesmo sem a garantia de uma compreensão perfeita de todas elas), e a oportunidade de inserção num meio profissional de alguma qualificação (que por sua vez solicita escolaridade e oferece certo treinamento cultural).

Já o nível de instrução superior, ao lado da pós-graduação, definiria um terceiro patamar onde o acesso à cultura política produzida diretamente pelos atores políticos em sua atividade regular se daria nos níveis mais satisfatórios. Na sociedade brasileira especialmente, temos que a posse de instrução superior, mesmo que incompleta, define uma grande diferenciação com relação aos que não a possuem, diferenciação esta que se reflete social, cultural e profissionalmente, nos provendo um indicador bastante confiável da exposição destas pessoas a um certo padrão de politização.

Complementarmente aos três níveis de instrução redefinidos acima, mantivemos a informação sobre o analfabetismo do respondente, o qual marcaria uma situação social de exclusão completa da cultura política formal e legítima. Evidentemente minoritária na massa dos dados, os casos de sugestões vindas de analfabetos foram incluídos no nosso estudo da distribuição dos temas

como referência fundamental do universo de concepções do mundo político que se revelaram nas sugestões dos distintos grupos sociais.

No que se refere à variável *faixa etária*, procedeu-se a uma redução equivalente. Das oito originais só não foram reduzidas as faixas de dez a 14 e de 15 a 19 anos, pelo fato de corresponderem a fases bem marcadas do desenvolvimento sócio-cultural dos indivíduos — infância e adolescência — caracterizadas respectivamente pela ausência e incipiência da politização. Optamos por manter distintas estas duas faixas etárias para usá-las como parâmetros de referência no estudo de padrões de comportamento político presentes no SAIC, uma vez que estes refletem todo um processo de socialização política que evolui ao longo da vida dos indivíduos em função de sua situação social.

As demais faixas etárias foram agrupadas de duas em duas, de forma que pudéssemos relacioná-las a outras fases, estas de maior duração, do desenvolvimento sócio-político individual. Assim, foram reunidas as faixas de vinte a 24 e de 25 a 29 anos, que correspondem à etapa adulta jovem quando, ao lado da definição de uma inserção e uma identidade profissional, a sociedade começaria a cobrar de cada um, e em especial dos homens, posicionamentos políticos. A maturidade, período de plena responsabilidade social, econômica e política, também foi melhor delimitada pela junção das faixas etárias originais que iam de trinta a 39 e de quarenta a 49 anos. Por fim, separamos o período do envelhecimento e da velhice, situando-o a partir dos cinquenta anos, quando as atividades profissionais e as responsabilidades sociais cederiam pouco a pouco lugar à preocupação com a aposentadoria e ao arrefecimento da motivação política, cada vez menos estimulada socialmente.

Quanto à variável *renda* decidimos manter as categorias que identificavam as pessoas sem rendimentos e as com rendimentos acima de vinte salários mínimos, por representarem elas os extremos da distribuição média de rendas no Brasil. As categorias de renda até um salário mínimo e de mais de um a dois salários mínimos foram reunidas por indicarem um baixíssimo nível de renda, associado, o mais das vezes, à desqualificação profissional resultante de uma escolarização precária ou nula. No modelo de politização que usamos, portanto, supusemos que pessoas com tal nível de renda apresentassem geralmente um comportamento político não informado pela cultura política oficial.

De maneira semelhante, um nível de renda entre dois a cinco salários mínimos, resultante da junção das categorias anteriores de dois a três e de três a cinco salários mínimos, seria dado por uma baixa qualificação profissional, conseguida através de uma escolarização média, aos quais se associaria com grande probabilidade um nível de cultura política bastante elementar.

As duas categorias de renda restantes foram finalmente reunidas numa única faixa indo de cinco a vinte salários mínimos. Embora apresente maior variação, esta faixa tem como extremos os patamares máximo e mínimo obtidos

no mercado de trabalho brasileiro por uma pessoa com instrução superior, completa ou não, ao longo de sua carreira profissional.

Foi usando estas variáveis assim recodificadas (não sem algumas imperfeições inerentes aos itens propostos pelo Prodasen no seu questionário) que analisamos o perfil sociológico da população do SAIC.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS DE IDENTIFICAÇÃO SOCIAL
COMPARAÇÃO POPULAÇÃO DO SAIC x POPULAÇÃO DO BRASIL ⁽⁶⁾

Variáveis		SAIC (%)	Brasil (%)	Diferença (%)
Sexo	Masculino	65,7	49,0	+16,7
	Feminino	34,3	51,0	- 16,7
Zona	Rural	11,4	26,0	- 14,6
	Urbana	88,6	74,0	+14,6
Idade	10 a 14 anos	6,9	15,0	- 8,1
	15 a 19	18,1	14,0	+ 4,1
	20 a 29	27,5	23,0	+ 4,5
	30 a 49	33,3	30,0	+ 3,3
	mais de 50	14,1	18,0	- 3,9
Renda	sem rend.	23,6	41,0	- 17,4
	até 2 S.M.	33,9	33,4	+ 0,5
	2 a 5 S.M.	22,3	15,7	+ 6,6
	5 a 20 S.M.	17,5	8,6	+ 8,9
	20 S.M.	2,7	1,3	+ 1,4
Introdução	Analfabeto	0,9	19,5	- 18,6
	I Grau	30,8	—	—
	II Grau	39,3	—	—
	Superior	29,0	—	—

2) O perfil diferencial da população do SAIC. Comparação da distribuição das variáveis explicativas entre o conjunto de respondentes do SAIC e a população brasileira

Ao se examinar a distribuição simples das características sócio-demográficas do conjunto dos respondentes do SAIC (Tabela I), chama a atenção

6. Fonte: IBGE anuário estatístico 1987 e banco de dados do Prodasen. Observe-se que os dados da PNDD-86 não incluem a população rural da região norte do País, e ue ao compararmos a população brasileira com a do SAIC só considerando o conjunto dos maiores de 10 anos de idades.

a predominância numérica do sexo masculino sobre o feminino, assim como a de sugestores da zona urbana sobre os da zona rural. São 65,7% de homens contra 34,3% de mulheres, e 88,6% de moradores da zona urbana contra 11,4% da zona rural. Esta predominância é tanto mais notável quanto se constate que em 1986, ano de lançamento da campanha do Senado e no qual foram recebidas muitas das sugestões, a população brasileira apresentava quase as mesmas proporções dos dois sexos, havendo mesmo ligeira vantagem numérica do sexo feminino, que montava a 51% da população. (7) A população urbana brasileira também, apesar de majoritária em relação à rural, era proporcionalmente menor do que a população urbana do SAIC — as percentagens respectivas sendo 74 e 88,6%.

Como se pode perceber, apenas a partir destes primeiros dados, a campanha de participação encontrou maior ressonância exatamente entre aqueles cujas características de identificação social lhes favoreciam um maior interesse pelas coisas políticas — os homens, sempre os mais incentivados socialmente a se manifestarem politicamente, e os habitantes da zona urbana, expostos a uma carga maior de informação política.

No efeito composto destas duas variáveis, as desigualdades na distribuição dos sexos segundo as zonas de moradia no conjunto dos sugestores do SAIC se acentuam com relação à distribuição equivalente na população brasileira. O efeito mais forte da divisão tradicional dos papéis sociais entre os sexos no meio rural, determinando a exclusão política das mulheres, pode ser percebido na menor proporção de mulheres rurais na população do SAIC. Se em 1986, 12,5% da população do Brasil eram mulheres do campo, elas somaram apenas 3,7% do total de sugestores do SAIC. Os homens do meio urbano, por sua vez, eram 35,4% da população brasileira, e chegaram a representar 58% do total do SAIC (conferir Tabelas II-A e II-B). O cálculo da diferença percentual entre as proporções de homens e mulheres nos meios rural e urbano das duas populações nos dá então uma hierarquização da representatividade do SAIC (Tabela II-C). Estão super-representados no banco de dados os homens do meio urbano, sendo que os outros três grupos estão sub-representados de forma crescente nesta ordem — homens do meio rural, mulheres do meio urbano e mulheres do meio rural.

Começa a ficar evidente, portanto, a necessidade metodológica de se conhecer em detalhe a estrutura da composição sociológica do conjunto de respondentes do SAIC, sob pena de se cometer graves equívocos de interpretação da representatividade das vontades políticas lá reunidas.

7. Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios de 1986, publicados pelo IBGE.

TABELA II A
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO x ZONA DE MORADIA ⁽⁸⁾
DA POPULAÇÃO DE RESPONDENTES DO SAIC⁽⁹⁾

	Homens	Mulheres	Total
Z.Rural	4070	1966	6036
	67,4%	32,6%	
	11,7%	10,8%	11,4%
	7,7%	3,7%	
Z.Urbana	30817	16261	47078
	65,5%	34,5%	
	88,3%	89,2%	88,6%
	58,0%	30,6%	
Total	34887	18227	53114
	65,7%	34,3%	100%

TABELA II B
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO X ZONA DE MORADIA ⁽¹⁰⁾
DA POPULAÇÃO DO BRASIL. ⁽¹¹⁾

	Homens	Mulheres	Total
Z.Rural	13605250	12699899	26305149
	51,7%	48,3%	
	27,4%	24,3%	25,8%
	13,4%	12,5%	
Z.Urbana	36605250	39473875	75565563
	47,8%	52,2%	
	72,6%	75,7%	74,2%
	35,4%	38,7%	
Total	49696938	52173774	101870712
	48,8%	51,2%	100%

8. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

9. Fonte: Banco de dados do Prodasen.

10. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

11. Fonte: IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1987.

TABELA II C

DIFERENÇA ENTRE PERCENTAGENS TOTAIS DAS TABELAS
II A e II B.

	Homens	Mulheres
Z.Rural	-5,7	-2,8
Z.Urbana	22,6	-8,0

Os efeitos da idade sobre a socialização política dos indivíduos em sociedade, descritos anteriormente neste capítulo, também se mostram claros na distribuição dos sugestores pelas faixas etárias. Na terceira coluna da Tabela I, vemos que são exatamente as faixas mais jovens e mais velhas as que se mostram sub-representadas, relativamente a população brasileira, sendo que a primeira mais do que a última. Ora, seriam exatamente estas faixas de idade as menos incentivadas socialmente a participar das atividades políticas. Na verdade, a representação das crianças entre 10 a 14 anos, apesar de pequena relativamente a sua proporção na população brasileira, poderia ser ainda menor se não fossem os esforços dos muitos professores que incentivaram seus alunos a contribuir. ⁽¹²⁾

Ainda de acordo com o modelo de socialização política descrito na primeira parte, deveríamos encontrar uma progressão da representação das outras faixas etárias conforme o aumento das idades nelas compreendidas. Desta forma, seria de se esperar que as diferenças percentuais para cada faixa entre as populações do SAIC e do Brasil crescessem progressivamente. Como se pode constatar na Tabela I, é isto o que acontece entre as faixas de 15 a 19 e de 20 a 29 anos; na passagem para a faixa de 30 a 49 anos porém a diferença cai embora permaneça ainda positiva. Esta quebra da progressão no entanto se explica pela presença de um efeito generacional que atua entre as mulheres mas não entre os homens. Desdobrando-se a comparação das proporções de faixas etárias entre o SAIC e o Brasil de acordo com o sexo (Tabela III-C), vemos que entre os homens a participação no SAIC cresce com as faixas etárias, alcançando o máximo na faixa de 30 a 49 anos, período no qual se supõe que a sociedade cobre aos homens plena responsabilidade social, econômica e política caindo na faixa de idade onde estas responsabilidades decrescem. Entre as mulheres, no entanto, a participação no SAIC

12. Embora a estrutura do banco de dados não permitisse uma verificação sistemática, a análise exploratória revelou fortes evidências de que a grande maioria das sugestões enviadas por crianças entre 10 e 14, e mesmo parte das enviadas pelos adolescentes de 15 a 19 anos, foi escrita em sala de aula. São evidências disto o nome de escolas e série de estudo no endereçamento do remetente, a recorrência de temas idênticos para muitas sugestões de crianças vindas de uma mesma cidade, e mesmo a repetição literal de um texto.

é maior nas faixas etárias mais jovens (mesmo no grupo de 10 a 14 anos, a participação é maior do que a correspondente entre os homens). Esta desigualdade se explica então pelo fato de o processo de incorporação das mulheres a todas aquelas atividades extra-domésticas que estimulam a politização ser muito recente no Brasil. A taxa de representação das mulheres através das faixas etárias (coluna da diferença percentual para mulheres na Tabela III-C) declina então mais rapidamente que a dos homens, já a partir do grupo de 30 a 49 anos de idade. ⁽¹³⁾

13. Mulheres nascidas entre os anos de 1937 e 1956.

TABELA III A
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO x FAIXA ETÁRIA (14)
DA POPULAÇÃO DO SAIC(15)

	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	1.637	2.004	3.641
	45,0%	55,0%	100,0%
	4,7%	11,0%	6,86%
	3,1%	3,8%	6,86%
15 a 19	4.638	4.991	9.629
	48,2%	51,8%	100,0%
	13,3%	27,4%	18,1%
	8,7%	9,4%	18,1%
20 a 29	9.786	4.830	14.616
	67,0%	33,0%	100,0%
	28,1%	26,5%	27,5%
	18,4%	9,0%	27,5%
30 a 49	12.816	4.857	17.673
	72,5%	27,5%	100,0%
	36,7%	26,7%	33,2%
	24,1%	9,1%	33,2%
mais de 50	6.010	1.545	7.555
	79,5%	20,5%	100,0%
	17,2%	8,5%	14,2%
	11,3%	2,9%	14,2%
Total	34.887	18.227	53.114
	65,7%	34,3%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%
	65,7%	34,3%	100,0%

14. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

15. Fonte: Banco de dados do Prodasen. Foram excluídos os indivíduos que não responderam a uma das duas questões.

TABELA III B
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO x FAIXA ETÁRIA (16)
DA POPULAÇÃO DO BRASIL(17)

	Homens	Mulheres	Total
10 a 14	7.740.743	7.675.933	15.416.676
	50,2%	49,8%	100,0%
	15,6%	14,7%	15,1%
	7,6%*	7,5%	15,1%
15 a 19	6.969.276	7.047.315	14.016.591
	49,7%	50,3%	100,0%
	14,0%	13,5%	13,9%
	6,8%	6,9%	13,9%
20 a 29	11.572.180	12.034.059	23.606.239
	49,0%	51,0%	100,0%
	23,3%	23,1%	23,2%
	11,4%	11,8%	23,2%
30 a 49	14.719.471	15.749.495	30.468.966
	48,3%	51,7%	100,0%
	29,6%	30,2%	29,9%
	14,4%	15,5%	29,9%
mais de 50	8.693.621	9.666.076	18.359.697
	47,4%	52,6%	100,0%
	17,5%	18,5%	18,0%
	8,5%	9,5%	18,0%
Total	49.695.291	52.172.878	101.868.169
	48,8%	51,2%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%
	48,8%	100,0%	100,0%

16. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

17. Fonte: IBGE, dados da PNAD-86 publicados no anuário estatístico 1987, pp.82. Retirados do total população 1.647 homens e 896 mulheres de idade ignorada.

TABELA III C

DIFERENÇA DAS PERCENTAGENS TOTAIS DAS TABELAS III A
E III B

	Homens			Mulheres		
	Saic (%)	Brasil (%)	Dif.	Saic (%)	Brasil (%)	Dif.
10 a 14	4,7	15,6	-10,9	11,0	14,7	-3,7
15 a 19	13,3	14,0	-0,7	27,4	13,5	+4,1
20 a 29	28,1	23,3	+4,8	26,5	23,1	+4,5
30 a 49	36,7	29,6	+7,1	26,7	30,2	+3,3
Mais de 50	17,2	17,5	-0,3	8,5	18,5	-3,8

No que se refere à representação dos extratos de renda da população brasileira no SAIC, as pessoas sem rendimento estão notavelmente sub-representadas — a uma proporção de 41% no Brasil, corresponde uma de 23,6% no SAIC. Para os demais níveis de renda, a representação cresce com o crescimento da renda, à exceção da faixa com renda maior que 20 salários mínimos, que ainda assim tem representação no SAIC mais do que proporcional a sua fração na população brasileira. O afunilamento dramático da distribuição de renda no Brasil na passagem do nível de 5 a 20 para o de mais de 20 salários mínimos dá conta desta super-representação minorada.

Quando repetida a comparação da distribuição de renda nas populações do SAIC e do Brasil separadamente por sexo (Tabela IV-C) vemos que tanto para o sexo feminino quanto para o masculino as faixas de renda mais altas estão sobre-representadas (sinal positivo nas colunas das diferenças percentuais), sendo apenas que a concentração de renda mais pronunciada para o sexo feminino minimiza a sobre-representação também da faixa de renda de 5 a 20 salários mínimos.

TABELA IV A
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO x RENDA ⁽¹⁸⁾
DA POPULAÇÃO DO SAIC ⁽¹⁹⁾

	Homens	Mulheres	Total
sem renda	5.415	7.105	12.520
	43,2%	56,5%	100,0%
	15,5%	39,0%	23,6%
	10,2%	13,4%	23,6%
0 a 2 S.M.	11.394	6.599	17.993
	63,3%	36,7%	100,0%
	32,7%	36,2%	33,9%
	21,5%	12,4%	33,9%
2 a 5 S.M.	8.902	2.942	11.844
	75,2%	24,8%	100,0%
	25,5%	16,1%	22,3%
	16,8%	5,6%	22,3%
5 a 20 S.M.	7.837	1.484	9.321
	84,0%	16,0%	100,0%
	22,5%	8,1%	17,5%
	14,8%	2,8%	17,5%
mais de 20 S.M.	1.339	97	1.436
	93,2%	6,8%	100,0%
	3,8%	0,5%	2,7%
	2,5%	0,2%	2,7%
Total	34.887	18.227	53.114
	65,7%	34,3%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%
	65,7%	34,3%	100,0%

18. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

19. Fonte: Banco de dados do Prodasen. Foram excluídos os indivíduos que não responderam a uma das duas questões.

TABELA IV B
DISTRIBUIÇÃO DE SEXO x RENDA⁽²⁰⁾
DA POPULAÇÃO DO BRASIL⁽²¹⁾

	Homens	Mulheres	Total
sem renda	11.539.762	30.205.348	41.745.146
	27,6%	72,4%	100,0%
	23,3%	58,0%	41,1%
	11,4%	29,7%	41,1%
0a 2 S.M.	18.350.472	15.484.404	33.834.876
	54,2%	45,8%	100,0%
	37,1%	29,7%	33,3%
	18,1%	15,2%	33,3%
2 a 5 S.M.	11.692.538	4.326.089	16.018.627
	74,7%	25,3%	100,0%
	23,6%	8,3%	15,8%
	11,5%	4,3%	15,8%
5 a 20 S.M.	6.734.089	1.911.630	8.645.719
	77,9%	22,1%	100,0%
	13,6%	3,7%	8,5%
	6,6%	1,9%	8,5%
mais de 20 S.M.	1.161.586	136.379	1.297.965
	89,5%	10,5%	100,0%
	2,3%	0,3%	8,5%
	1,1%	0,1%	8,5%
Total	49.478.447	52.063.886	101.542.333
	48,7%	51,3%	100,0%
	100,0%	100,0%	100,0%
	48,7%	51,3%	100,0%

20. Número, percentagem da linha, percentagem da coluna, percentagem do total.

21. Fonte: IBGE, dados da PNAD-86 publicados no anuário estatístico 1987, pp.82. Retirados do total população os indivíduos sem renda conhecida

TABELA IV C

Diferença das Percentagens Totais das Tabelas IV A e IV B

	Homens			Mulheres		
	Saic(%)	Brasil(%)	Dif	Saic(%)	Brasil(%)	Dif.
sem renda	15,5	23,3	-7,8	39,0	58,0	-19,0
0 a 2 S.M.	32,7	37,5	-4,4	36,2	29,7	+6,5
2 a 5 S.M.	25,5	23,6	+1,9	16,1	8,3	+7,8
5 a 20 S.M.	22,5	13,6	+8,9	8,1	3,7	+4,4
mais de 20 S.M.	3,8	2,3	+1,5	0,5	0,3	+0,2

O efeito da escolaridade sobre a composição do SAIC no entanto não pode ser avaliado por uma comparação completa da distribuição dos níveis de instrução com a população brasileira. As publicações do Censo Demográfico de 1980 e das PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — de 1985 e de 1986, do IBGE, trazem como características de instrução da população brasileira apenas a condição de alfabetização da população total e a distribuição dos estudantes maiores de cinco anos segundo a série que freqüentavam na ocasião do levantamento de dados. Ainda assim, foi possível comparar as percentagens de analfabetos — eram 19,5% na população brasileira e somaram apenas 0,9% no SAIC.

Certamente a representação dos analfabetos no SAIC foi prejudicada não só pela sua menor capacitação para lidar com o universo político, como também pela necessidade de enviarem suas sugestões a rogo. No entanto, as generosas proporções de pessoas com nível secundário e superior no Saic dificilmente encontrariam equivalente na população brasileira em 1986 ou mesmo hoje, e são uma evidência a mais do que o SAIC sobre-representa pessoas com alta escolaridade relativamente ao Brasil.

A análise comparativa da composição sociológica do conjunto de respondentes do SAIC, embora limitada à dimensão univariada por falta de dados publicados sobre a distribuição cruzada das características sociais do Brasil, não deixa então dúvidas sobre a peculiaridade do banco de dados enquanto manifestação majoritária da parcela mais politizada da população brasileira.

Resta conhecer portanto, quais são exatamente os grupos sobre-representantes dentro do próprio SAIC em função de todas as características de identificação social dos seus componentes levadas em conta simultaneamente.

3) A identificação dos grupos sociais sobre-representados no SAIC

Nesta seção estudaremos a ocorrência dos diversos grupos sociais particularizáveis pela combinação de características sociológicas no SAIC, apontando

a coerência da estrutura de representação por eles formada com a influência diferencial daquelas características enquanto fatores de socialização política.

Para proceder a identificação dos grupos sociais predominantes no SAIC separamos os sugestores conforme seus atributos pessoais, de forma a obter *grupos sociologicamente homogêneos*. Isto quer dizer que consideramos como pertencentes a um mesmo grupo aquelas pessoas que declararam o mesmo sexo, a mesma zona de moradia, a mesma faixa etária, e os mesmos níveis de renda e instrução.

Dos quatrocentos grupos possíveis de se obter a partir da combinação das características descritas por aquelas variáveis (2 sexos x 2 zonas de moradia x 4 níveis de instrução x 5 faixas etárias x 5 níveis de renda), contamos efetivamente 317 grupos diferentes ocorrendo no SAIC. Ordenados estes grupos por quantidade decrescente de indivíduos neles contidos (ordenação apresentada no Anexo XII) revelou-se um perfil extremamente concentrado na composição das suas características. Os 21 maiores grupos de pessoas com idênticos indicadores de inserção social reuniram 49,9%, virtualmente a metade, dos componentes do SAIC aqui estudados.⁽²²⁾ Por outro lado, 121 grupos não apresentaram mais do que dez componentes, denunciando combinações raras ou francamente impossíveis daquelas variáveis (como é o caso de pessoas que declararam idade incompatível com seu grau de instrução — dez a quatorze anos de idade e nível superior de instrução, por exemplo).

Quais são portanto os setores sociais representados pelos grupos majoritários no SAIC?

Antes de mais nada, é preciso observar que *todos* os 21 maiores grupos são constituídos de pessoas moradoras do meio urbano, sendo que apenas quatro deles são formados por mulheres. De fato, o primeiro grupo em número de componentes é formado por homens do meio urbano, entre 30 e 49 anos, com instrução superior e renda entre cinco e vinte salários mínimos. Exatamente a combinação ótima de características em cada um dos fatores de inserção social que vimos atuar sobre o processo de socialização política. A única combinação possível em nossos dados, mais favorável à politização individual do que esta — aquela em que a renda é superior a vinte salários mínimos — só não ocupa o primeiro lugar entre os grupos pelo fato deste nível de renda ser extremamente raro na sociedade brasileira (1,7% da população maior do que 10 anos tinham esta renda em 1986), fato que se reflete mesmo dentro do SAIC (só 2,7% dos sugestores têm este nível de renda). Não obstante isto, este grupo ocupa a 30ª posição na ordenação por tamanho, posição evidentemente muito acima da que ocuparia numa ordenação equivalente na população brasileira.

22. Os 53.114 sugestores que preencheram as informações referentes ao sexo, zona de moradia, renda, instrução e idade.

Muito próximos ao perfil do primeiro grupo se encontram os grupos que ocupam a 7ª e a 8ª posição em tamanho. São também adultos maduros da zona urbana que têm instrução secundária e renda entre cinco e vinte salários mínimos, e instrução superior com renda entre dois e cinco salários mínimos, respectivamente. Distantes do primeiro grupo apenas por uma faixa etária estão por sua vez o 15º e o 19º grupos, que reúnem homens urbanos de instrução superior e renda de cinco a vinte salários mínimos com idades entre 20 e 29, e mais de 50 anos respectivamente. Encontramos entre os 21 maiores grupos ainda, ocupando a 11ª posição um tamanho, adultos jovens (entre 20 e 29 anos) com instrução superior mas renda abaixo daquela do 1º grupo.

Todos os grupos acima referidos portanto, apresentam características de inserção social que privilegiam a manifestação de um comportamento politizado. Não é de surpreender portanto a sua predominância numérica no conjunto do SAIC.

A representação numérica de cada grupo no banco de dados não é no entanto, função exclusiva da politização na sua dimensão de capacidade de compreensão do mundo político formal. Enviaram suas sugestões para a Constituinte também aqueles que tinham uma concepção da política muito mais informada pela ótica da vida cotidiana, como veremos mais adiante no estudo da distribuição temática das sugestões.

Desta forma, se por um lado um determinado sexo, meio social, faixa de idade, nível de renda e de instrução propiciam em condições ótimas a apresentação de interesse pelas coisas políticas — e a compreensão delas na sua forma mais complexa e elaborada — para um conjunto de indivíduos em sociedade, pelo outro lado aqueles que não partilham destas características não estão excluídos por completo de qualquer interesse ou reação ao mundo político. Os grupos privilegiados socialmente, certamente minoritários no Brasil, aparecem então bem representados na estrutura do SAIC. Outros grupos de características sociais menos propícias à socialização política completa, mas que somam boa parte da população brasileira, aparecem por sua vez representados entre os maiores grupos, embora não numa proporção compatível com sua presença real em sociedade.

É o caso dos grupos que ocupam a 2ª, a 4ª, a 6ª, a 10ª, a 12ª, a 17ª, a 18ª, a 20ª e a 21ª posições na ordenação decrescente dos 21 maiores grupos do SAIC. Cada um deles apresenta uma combinação de características sub-ótimas no que se refere à politização, que não os impede entretanto de se expressarem politicamente — embora em taxa inferior à dos mais “politizados”. Observe-se que o 10º grupo é de mulheres.

Os demais grupos, dentre os quais três de mulheres, são compostos em sua maioria por estudantes, como se pode inferir pela compatibilidade das idades com o nível de instrução. Estes se encontram extremamente bem representados na estrutura quantitativa do SAIC, relativamente à atenção esperada

de crianças e adolescentes a respeito de assuntos políticos, muito provavelmente em função da iniciativa de dezenas de professores dos níveis primários e secundários que incentivaram turmas escolares inteiras a enviar sugestões à Constituinte.

É preciso, por fim, observar que nenhuma combinação de características extremamente desfavoráveis à compreensão do mundo político apareceu em boa colocação na ordenação que fizemos.

Uma satisfatória compreensão da composição sociológica dos grupos encontrados sobre-representados no SAIC conduz então à consideração dos temas apresentados nas sugestões. É esta análise que exporemos na próxima parte.

C) O ESTUDO DOS TEMAS SEGUNDO OS GRUPOS HOMOGÊNEOS

Se nos debruçarmos sobre a massa de sugestões que foram enviadas à Constituinte através do projeto de participação popular, encabeçado pelo Senado Federal, sem nos preocuparmos senão com a sua distribuição em grandes áreas temáticas, vemos apresentar-se um universo de concepções da sociedade abrangendo dos níveis mais institucionalizados aos mais orgânicos, desde proposições sobre a estrutura político-jurídica do Estado e o sistema de governo até prelações sobre a organização familiar e moral.

A oportunidade de manifestação da cidadania no que deveria ser um momento de refundação da ordem social e política da sociedade motivou sugestões a respeito de temas que dificilmente seriam considerados pertinentes ao escopo de uma Constituição compatível com o padrão constitucional das democracias ocidentais modernas. Na realidade, uma sociedade desigual e submetida a tensões sociais de toda ordem como é a brasileira, parece ter exacerbado o desejo de regulação e estabilidade dos que escreveram suas sugestões, fazendo com que fossem remetidas propostas referentes a quase todos os níveis da vida social, política e econômica.

Evidentemente, a compreensão do que deveria ser incluído na nova Constituição, em termos de adequação aos cânones jurídicos, variou especialmente com o nível de instrução dos que enviaram suas sugestões, assim como a elaboração retórica e mesmo a razoabilidade das propostas. Uma análise que levasse em conta estes aspectos deveria então ser baseada no texto das sugestões. Em nosso estudo nos concentramos, entretanto, nos temas objetos das sugestões, sem tomar em consideração os graus variados de tratamento a eles dispensado. O propósito deste procedimento foi o de separar as sugestões conforme se referissem a dimensões da vida política mais formais ou mais orgânicas — de compreensão mais dependente do domínio de um aparato conceitual complexo ou de percepção imediata a partir da vivência do cotidiano.

Nossa suposição era a de que a incidência de temas do primeiro tipo se mostrasse mais freqüente entre aqueles grupos cujas características sociais lhes propiciassem melhores condições de interesse e entendimento do mundo político; da mesma forma, temas do segundo tipo seriam observados mais freqüentemente em grupos menos favorecidos por suas características sociais, sem contudo estar excluída a possibilidade de ocorrência no sentido inverso.

Para verificar esta suposição encontrando os temas efetivamente associados a cada grupo homogêneo estudado, aplicamos o teste de hipóteses X^2 às tabelas de contingência dos temas pelos grupos. Antes de apresentarmos os resultados, porém, é preciso entender com maior detalhe a indexação temática aplicada às sugestões.

1) A indexação das sugestões segundo os temas abordados

Para dar um tratamento sistemático às sugestões contidas no SAIC, foi preciso em primeiro lugar classificá-las de acordo com as grandes áreas temáticas a que se referissem. Havia já uma indexação feita pela equipe do Prodasen que montou o banco de dados, mas a sua extrema minúcia e as suas contradições a fizeram longa demais (1301 descritores) para uma análise de conjunto, e por vezes redundante como referência aos temas efetivamente tratados nas sugestões. Por este motivo, optamos por reindexar o arquivo, tomando a indexação anterior como base, classificando os documentos conforme se referissem a 32 grandes temas ou a 196 subtemas (conferir no Anexo XIII, a listagem dos temas da reindexação).

A primeira das grandes áreas temáticas delimitadas foi a da estruturação e organização do Estado em seu nível jurídico-político, identificando todas as sugestões que, a despeito de sua elaboração formal, versassem sobre a organização dos três poderes, sobre o sistema de governo, sobre o sistema partidário, o regime eleitoral e os parlamentares, sobre a organização político-administrativa da União em estados e municípios, sobre as relações internacionais, o conceito de segurança nacional, as forças armadas, a organização territorial e a propriedade pública, e os símbolos nacionais.

Se este primeiro conjunto temático abrangeu propostas relativas aos aspectos puramente materiais/institucionais do Estado, seu funcionamento e estruturação como organismo de poder dotado de relativa autonomia, o segundo e o terceiro conjunto agregaram as referências a sua interação com a cidadania — seja a participação coletiva no governo por mecanismos além do exercício do clássico direito de eleição de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, sejam princípios e direitos que regem aquela interação. Assim, o segundo conjunto temático reuniu as propostas que falavam sobre plebiscito, pacto social, representação de trabalhadores e empregadores em órgãos colegiados do governo, e grupos de pressão. O terceiro, por sua vez, reuniu as referências aos direitos e garantias individuais na nova ordem constitucional — os direitos políticos clássicos, os direitos das minorias, o direito de greve e livre associação

sindical, o novo direito à informação sobre os dados pessoais armazenados pelo governo, o direito de cidadania e nacionalidade, e a anistia.

Uma área temática à parte, abarcando referências à cultura política em geral, foi delimitada, constituindo subtemas o nacionalismo, o autoritarismo, a opinião pública, a ideologia e a legitimidade.

Cada um dos temas compreendidos por estas quatro grandes áreas temáticas correspondem a uma abstração razoavelmente elaborada do campo político enquanto campo de relações sociais específicas e institucionalizadas do poder público. São certamente diferentes as esferas institucionais a que se referem, mas todos requerem o entendimento dos princípios básicos de estruturação formal do Estado e de suas relações com a sociedade civil. Por este motivo, esperávamos que a associação destes temas fosse mais freqüente com os grupos de características sociais mais favoráveis ao desenvolvimento do interesse e da capacidade de entendimento da política.

As sugestões que tratavam de aspectos da funcionalidade do Estado, isto é, de políticas de governo voltadas para áreas específicas, foram classificadas em áreas temáticas diferentes conforme o objeto de que tratassem. Assim foram separadas as grandes áreas temáticas das políticas trabalhista, previdenciária, de saúde e sanitária, agrária, agrícola, econômica, urbana, de habitação, educacional, científica e tecnológica, de informática, indigenista, ambiental, de comunicações, de transporte, de preservação histórica e turismo, e do funcionalismo público (verificar no anexo XIV os temas englobados por cada área).

A referência às políticas de governo específicas, por sua vez, não implicaria necessariamente domínio daquele esquema conceitual abstrato requerido pelos temas anteriores. Embora definidos em algumas sugestões por princípios muito gerais para a atuação do Estado, as políticas públicas têm uma visibilidade mais imediata para os cidadãos menos instruídos. Desta forma, a proposição de quaisquer sugestões a elas referentes denotaria a concepção de que a nova Constituição, devendo regular a vida política nacional, deveria regular sobre os aspectos da ação estatal de efeitos mais diretos sobre a vida cotidiana. Na opção de cada indivíduo priorizar uns e não outros temas como objetos de suas sugestões se refletiria então o alcance de sua concepção de política. A nível agregado, propostas sobre políticas públicas deveriam ser encontradas mais freqüentemente associadas a grupos cuja inserção social os fizesse diretamente interessados nos efeitos delas.

Na listagem do temário da reindexação procedida vê-se ainda que, em oposição aos aspectos da funcionalidade do Estado, foram reunidas também as sugestões que denunciavam e faziam propostas corretivas quanto a disfunções do Estado — burocracia, corrupção, abuso de autoridade, empreguismo, cartorialismo e necessidade de fazer cumprir a lei.

Da mesma forma que no caso anterior, as sugestões contendo tais referências à disfuncionalidade do Estado denotariam uma percepção da política,

ou da esfera pública, a partir de seus efeitos práticos sobre a vida cotidiana da cidadania.

Na esfera de sugestões cujos temas se referiam aos princípios regulatórios da sociedade civil tomada em sua autonomia relativa frente ao Estado, englobamos em uma grande área temática intitulada *Organização Social* temas ligados à família, à mulher, à sexualidade, à violência e à segurança pública, à moral e à censura, à religião, à pobreza, aos jovens e aos menores, dentre outros. Os grupos homogêneos aos quais tais temas se mostrassem associados deveriam ser especialmente aqueles cujas características sociológicas favorecessem uma concepção do mundo político essencialmente informada pelos aspectos mais orgânicos da vida social — aqueles para os quais a Constituição, a própria estrutura da comunidade política organizada, deveria regular especialmente a esfera mais próxima a cada cidadão como indivíduo.

Sugestões sobre a regulação da atividade econômica privada, das relações de trabalho especificamente, e opiniões sobre sistemas econômicos foram separadas em três outras áreas temáticas distintas, embora fossem complemento natural do conjunto *Organização Social*, merecendo idêntica interpretação. A razão para mantê-los distintos foi a de melhorar a caracterização dos interesses imediatos, refletidos nas sugestões à Constituinte, dos grupos de baixa politização economicamente ativos.

Outro conjunto de temas complementar à *Organização Social* também indexado em separado foi o dos *Pedidos de controle do custo de vida* (englobando congelamentos de preços e controle de qualidade). O interesse de manter distintas estas sugestões deriva da sua peculiaridade como marco de uma época, a do Plano Cruzado, em que o governo brasileiro assumiu sua face mais intervencionista sobre a vida econômica nacional, buscando sua legitimidade no apelo direto à população — apelo baseado no reconhecimento dos efeitos também diretos da gestão econômica pública na vida de cada cidadão em particular. A frequência de associação destes temas com determinados grupos revelaria de forma incontestável como a política pode ser apresentada pelos profissionais da política como atinente a qualquer dimensão da vida pública, sendo que a sua percepção como tal seria condicionada pelo nível de compreensão do mundo político de cada um daqueles grupos.

Reclamações ou Denúncias foram mantidas em separado por representarem o nível mais elementar de compreensão do que seja a política ou um tema pertinente a uma sugestão encaminhada à Assembléia Nacional Constituinte.

Foram por fim separadas em nossa reindexação as categorias residuais referentes a *Interesses regionais, pedidos gerais de informação e sugestões não-pertinentes*, e as definições sobre a Constituinte. Estas últimas, de notável interesse, não poderiam ser interpretadas em sua ocorrência desvinculadamente de seu conteúdo substantivo. Por este motivo, não foram objeto de análise.

2) O estudo dos temas priorizados pelos grupos sociais representados no SAIC

Na segunda parte deste capítulo, vimos como a composição sócio-econômica da sociedade brasileira no SAIC foi distorcida em função da desigualdade de manifestação política dos seus diversos setores sociais. Nesta seção veremos como os mesmos determinantes sociais que condicionaram aquela participação desproporcional influenciaram também na apresentação de diferentes prioridades temáticas no conjunto de sugestões de cada grupo que se manifestou no SAIC em número suficiente para uma análise deste tipo.

Para conhecer a ordenação de prioridades políticas manifestas pelos diversos grupos homogêneos, aplicamos testes estatísticos para verificar se havia associação entre cada tema e grupos determinados (23). Nos testes optamos por trabalhar com os 21 maiores grupos que, como já demonstramos, reuniam a metade dos sugestores do SAIC. Como estes grupos, no entanto, sub-representavam as mulheres do próprio SAIC e não incluíam mesmo nenhum da zona rural, selecionamos outros 53 grupos de forma a testar também os maiores grupos com características sub-representadas pelos 21 maiores. Desta forma, foram incluídos os maiores grupos, em geral com mais de 100 componentes, para cada uma das características descritivas por cada variável de identificação social (os maiores grupos de mulheres, os maiores da população rural, os maiores de analfabetos, de crianças etc.) totalizando 84,5% do universo de sugestores com aqueles dados completos.

Somente foram estudadas as associações positivas, ou seja, os casos nos quais a frequência do tema em questão era maior (e estatisticamente distinta) do que a que se esperaria sob a hipótese de independência. A constatação da associação positiva entre o tema e do grupo indicaria que este grupo manifestou interesse maior pelo tema do que se esperaria, em função da sua participação na população.

Observando assim os temas que se manifestaram associados a cada grupo homogêneo que descrevemos (cuja listagem está apresentada no Anexo XIV), vimos que era possível identificar algumas grandes tendências conforme a proximidade das características sócio-econômicas que delimitavam os grupos. Estas tendências, que variaram marginalmente em função das pequenas diferenças entre aquelas mesmas características, nos permitiram identificar o com-

23. Tal verificação foi feita através do teste clássico do qui-quadrado de associação para tabelas de contingência, aplicado às tabelas formadas por duas variáveis binárias, uma indicando o fato de um indivíduo pertencer ou não ao grupo em questão, e a outra indicando se o indivíduo citou ou não o tema em tela. Foram considerados associados os pares de temas e grupos que apresentaram um valor menor do que 1%, ou seja, quando a probabilidade daquelas proporções na tabela, sob a suposição de independência (hipótese nula), estava abaixo de 1%.

portamento básico da população do SAIC em relação à Constituinte, a qual consideramos um bom indicador do comportamento político dos setores da sociedade brasileira lá representados.

a) *Os temas associados aos homens no campo*

A primeira grande tendência que observamos foi no conjunto de grupos homogêneos do meio rural (estudamos 18 grupos dos 145 do meio rural, que congregavam 50,5% da população rural do SAIC). Os temas que se mostraram estatisticamente mais presentes em cada um destes grupos, quando testados contra o restante do conjunto dos grupos homogêneos, nos sugerem que predomina no meio rural uma consciência clara dos problemas ligados ao campo, seu interesse imediato, sem que se observe em contrapartida uma preocupação equivalente com as questões políticas mais gerais referentes à esfera institucional do poder em sociedade.

Existe evidentemente uma grande diversidade nos temas relacionados à questão rural, que variam de acordo com o perfil sócio-econômico dos grupos, sem que se altere no entanto aquela constatação da predominância dos interesses locais. Basicamente, quando os grupos eram compostos de crianças ou adolescentes em fase de escolarização — isto, é, cursando o grau primário ou secundário, ao lado dos temas rurais apareciam outros ligados à política educacional e à política de ensino (como escolas rurais, ensino gratuito, bolsas de estudo e universidade) além da religião, dentre outros. Nos grupos de adolescentes, especialmente nos que já declaravam dispor de renda, constatamos a ocorrência significativamente maior de temas como política trabalhista, política salarial, salário mínimo, sindicato, trabalhador rural, e mercado de trabalho. É curioso notar que entre os adolescentes que declaravam renda, mas que tinham grau de escolaridade compatível com a faixa etária, ainda se contava um tema ligado à política educacional — significativamente o “ensino gratuito e bolsas de estudo”. Entre os adolescentes trabalhadores que tinham instrução primária, isto é, que estavam atrasados na escola e que já trabalhavam, só encontramos temas ligados a sua inserção no mercado de trabalho.

O que é notável, no entanto, é que aqueles temas ligados ao trabalho e à questão rural permanecem quase idênticos para os grupos de homens rurais que têm as mesmas características de renda (até dois salários mínimos) e de instrução (primária) destes adolescentes, mas que pertenciam a faixas etárias superiores. Observa-se apenas um ligeiro amadurecimento dos temas com a idade — quando adolescentes, os trabalhadores rurais do sexo masculino, de instrução primária, e que ganham até dois salários mínimos falam nos temas *atividade profissional, produção e comercialização agrícola, crédito rural, política trabalhista, e política de saúde em geral*; os de 20 a 29 anos enfatizam a *política agrária, política agrícola, reforma agrária (favorável)*,

trabalhador rural, sindicatos, desenvolvimento social rural e prestação de serviços, além da *atividade profissional, produção e crédito rural*. Fora os elementos comuns aos dois conjuntos de temas, vemos que se introduz no grupo mais velho a percepção da questão agrária como elemento fundamental em sua agenda de interesses — seja na referência favorável à reforma agrária, seja na referência à política agrária. A consciência do *status* de trabalhador rural também é mais elaborada, como podemos ver nas referências ao sindicato, à prestação de serviços, e ao trabalhador rural mesmo. A questão da necessidade do desenvolvimento social rural aparece explícita pela primeira vez. Na faixa etária seguinte surgem referências diretas aos conflitos e à estrutura fundiária, reforça-se a ocorrência do tema *reforma agrária* e insiste-se no tema *política agrária*. A dimensão da produção também é contemplada seja diretamente, seja através dos temas do *crédito rural* e da *comercialização dos produtos agrícolas*. O grupo fala também significativamente do *trabalhador rural* e do *desenvolvimento rural*, referindo-se diretamente ainda aos *gastos e obras públicas* e ao *ensino agrícola*. O grau de politização do grupo pode ser constatado no registro de apoio a políticos e a parlamentares. No grupo mais velho, finalmente, todos aqueles aspectos da questão rural (a inserção do trabalhador rural no mercado, a estrutura e a política agrária, a problemática da produção agrícola, e o desenvolvimento social rural) são representados por um ou mais temas, mas se acrescentam indicadores de atividades comuns a todos os grupos desta mesma faixa etária — a preocupação com a aposentadoria e com a previdência, e o conservadorismo moral (neste caso a posição contra o divórcio.) Como indicador de politização maior — isto é, de conexão entre os interesses do grupo e o sistema político há as referências ao tema *sistema partidário e regime eleitoral*.

Com instrução primária encontramos ainda um outro grupo de homens rurais, que tem entre 30 e 49 anos e renda entre dois a cinco salários mínimos. Mas já neste grupo se introduz com toda força uma dimensão apenas insinuada em alguns dos grupos analisados anteriormente — a referência à vida pública, seja em nível municipal, seja em nível da própria estrutura e organização do Estado. De todo aquele conjunto de temas ligados à questão rural aparecem neste grupo apenas quatro — *crédito rural e comercialização da produção agrícola*, por um lado, e *política agrária e conflito e estrutura fundiária* por outro. Os demais temas que aparecem significativamente associados ao grupo são *Câmara Municipal e vereadores, legislativo, gastos e obras públicas, sistema partidário e regime eleitoral, administração municipal, três poderes e sistema de governo, e Executivo*.

Como entender o súbito salto no grau de politização deste grupo comparativamente aos grupos anteriores? A chave parece ser dada pela variável renda. Na estrutura ocupacional do campo, o teto de renda média de um trabalhador rural efetivamente não ultrapassa dois salários mínimos. Para pessoas de instrução primária como são as deste grupo, nos resta a hipótese de serem pequenos

produtores ou de ocuparem posições menores no setor terciário ou no serviço público das pequenas cidades onde residam (talvez sejam até vereadores de pequenos municípios). De qualquer forma, parecem ser pessoas suficientemente envolvidas na vida política de suas comunidades para incluírem em suas sugestões à Constituinte referências à organização política institucional.

Reforçando a interpretação acima, temos ainda dois outros grupos de homens rurais que ganham até dois salários mínimos, embora tenham educação secundária (completa ou incompleta). Seus interesses, medidos pelos temas significativamente associados ao perfil sócio-econômico que caracteriza o grupo, se aproximam muito mais daqueles dos grupos de instrução primária e rendas idênticas (até dois salários mínimos) do que deste último grupo de renda entre dois e cinco salários mínimos. É o que se constata vendo os temas *atividade profissional, prestação de serviços, produção agrícola, política agrária, crédito rural, sindicato, trabalhador rural e política financeira* associados ao grupo de jovens adultos (20 a 29 anos) e os temas *atividade profissional, prestação de serviços e sindicato* associados ao grupo de adultos maduros (30 a 49 anos).

Resta-nos ainda analisar quatro grupos de homens rurais do conjunto de grupos que selecionamos. Três deles são constituídos de analfabetos, sendo dois com renda até dois salários mínimos (distinguindo-se apenas pelas faixas etárias de 30 a 49 anos e mais de 50) e um de pessoas com mais de 50 anos sem renda. O quarto grupo é composto de pessoas com nível de instrução superior. Entre os analfabetos aquela tendência geral à predominância dos temas ligados aos interesses específicos do campo aparece também nitidamente nos poucos temas que se mostram associados aos grupos. No grupo de idosos sem renda, é o apoio à *reforma agrária* o único tema estatisticamente associado ao grupo. No grupo de adultos entre 30 e 49 anos e que dispõem de renda até dois salários mínimos, o também único tema associado tem uma conexão inequívoca embora mais indireta com a questão rural — é a *política de transportes*. Já no grupo de analfabetos com mais de 50 anos mas que dispõe de alguma renda (até dois salários mínimos), os três temas associados falam por si mesmos. São *trabalhador rural, produção agrícola e aposentadoria*.

Por fim, no grupo de instrução superior, onde a renda fica entre cinco e 20 salários mínimos e a idade entre 39 e 49 anos, a mesma temática rural é retomada, embora do ponto de vista mais do proprietário produtor — fala-se da *política agrícola, multinacionais e do crédito rural*. A ocorrência de associação para os temas *prestação de serviços e Judiciário* parece indicar que o grupo incluiu profissionais liberais rurais.

b) Temas associados às mulheres rurais

No que se refere às mulheres no meio rural, pudemos contar com poucos grupos homogêneos suficientemente representativos para nossa análise. São

quatro grupos que no entanto congregam 37% das mulheres da zona rural do SAIC.

Três destes grupos são meninas e adolescentes em idade escolar, que enviaram suas sugestões muito provavelmente influenciadas pelos professores. É o que atestam os diversos temas ligados à política educacional e à religião. Pode-se dizer também que os temas referentes ao desenvolvimento social rural, a hospitais e postos de saúde, à comercialização de produtos agrícolas e à política de transportes evidenciam a preocupação dos professores com os aspectos sociais e econômicos do meio rural como um todo. Entre as adolescentes, nota-se a preocupação com temas ligados ao ingresso no mercado de trabalho tanto pelas que já trabalham (dispõem de renda até dois salários mínimos), quanto pelas que ainda não o fazem.

O quarto grupo, formado por jovens de 20 a 29 anos, instrução secundária e renda até dois salários mínimos, também se preocupa com os temas profissionais, *atividade profissional, prestação de serviços e sindicatos* além de com a religião, o magistério, e o ensino agrícola. De qualquer forma este grupo, como os três outros de mulheres rurais, não ultrapassa o nível das sugestões ligadas a seus interesses específicos, refletindo a concepção bastante limitada do mundo político determinada por uma combinação de características bastante desfavorável à politização — sexo feminino, imersão no meio rural que reforça a exclusão política das mulheres, pouca idade e baixos níveis de escolaridade e renda.

c) *Temas associados às mulheres urbanas*

Os 21 grupos selecionados congregam 81% das mulheres urbanas presentes no SAIC.

Nos três grupos de mulheres analfabetas os temas se limitaram ao nível mais elementar de compreensão política do papel da nova Constituição e de suas sugestões como cidadãs. Se mostraram associados a estes grupos *pedidos pessoais, reclamações ou denúncias*, e os temas da religião e da aposentadoria — este associado às analfabetas idosas.

Pela impossibilidade de aplicarmos testes de associação temática nos grupos de mulheres rurais analfabetas — o maior deles não ultrapassa 16 componentes — as mulheres urbanas analfabetas ficaram para nós como exemplos do patamar mínimo da gradação de politização apresentada na primeira parte deste capítulo.

Entre os grupos de meninas e adolescentes urbanas com instrução primária e secundária, os temas ligados à política educacional estão tão presentes quanto entre as estudantes do campo, denunciando a padronização motivada pela influência dos professores. A preocupação com o entorno social, porém, manifesta pela associação positiva com os temas definidos na área temática *Organi-*

zação Social de nossa reindexação, passa às questões mais típicas do meio urbano — *direitos do menor, violência e segurança pública, infra-estrutura urbana, pobreza e justiça social, drogas e traficantes, política sanitária, favelas, políticas nuclear, indigenista e ambiental*, dentre outros. As referências ao mercado de trabalho e vida profissional surgem nos grupos que já dispõem de renda. Dois únicos temas ligados à questão institucional do Estado — *Três Poderes e sistema de governo e socialismo e comunismo* — surgem associados a um único grupo (de adolescentes sem renda do nível primário), mas em tão poucos formulários, 13 e 6 respectivamente, que não chegam a descaracterizar aquela tendência geral já descrita de predominância de uma visão política restrita.

As mulheres de nível primário e secundário fora da idade escolar revelam uma brusca queda na riqueza dos temas associados já a partir da faixa de 20 a 29 anos. Predominam os temas ligados à atividade profissional — à *aposentadoria, previdência, auxílios, benefícios e pensões* para as mais velhas — e a sua situação de consumidoras — *pedidos de controle de preços e do custo de vida*, manifestações de apoio ao congelamento promovido pelo Plano Cruzado, *financiamento da casa própria, inquilinato*. Censura e opiniões contra o aborto e o divórcio são também temas que denunciam o conservadorismo das mais velhas e a limitação de sua visão sobre o que regular a nova Constituição.

Nos grupos de mulheres com nível superior de ensino, por sua vez, os temas associados poucas vezes escapam à órbita da organização social. São pontualmente observados temas como *direitos das minorias*, e de *cidadania e nacionalidade*, mas predominam mesmo os temas ligados à atividade profissional (*condições de trabalho, política de pessoal, aposentadoria, mercado de trabalho*, etc.); os ligados aos direitos da mulher, aborto, liberdade sexual, à família, ao divórcio; e ao ensino — desta vez ao ensino universitário. O tema da política científica e tecnológica, também presente, se vincula especialmente à questão universitária.

A análise dos temas associados aos grupos de mulheres representativos da população feminina do SAIC e das mulheres com características sociais idênticas da sociedade brasileira revela, portanto, como o sexo funciona ainda como um divisor de águas na cultura política brasileira. Chamadas a darem sua opinião e contribuição à feitura de uma nova ordem constitucional, as mulheres se destacaram por enfatizar os temas referentes aos aspectos mais orgânicos da vida política e social. A condição feminina se impõe, neste sentido, mesmo à influência da escolaridade ou da renda, resistindo até à modernização dos papéis sociais femininos que beneficiariam as mais jovens.

Vejamos, por fim, como atuam os mesmos fatores na incidência dos temas associados aos grupos de homens urbanos.

d) Temas associados aos homens da zona urbana

Beneficiados com relação às mulheres em geral, e aos homens do campo em particular, pela acumulação da masculinidade e da inserção no meio urbano — características sociais especialmente favoráveis à politização — os homens da cidade também apresentaram variações em sua agenda de prioridades políticas de acordo com as outras características de idade, grau de instrução ou nível de renda que possuíam. É esta variação que analisaremos agora. (24).

Dos grupos com instrução primária e secundária, os que apresentam idade escolar (de 10 a 19 anos) se comportam de maneira equivalente aos grupos femininos urbanos a estes correspondentes. São novamente encontrados associados os temas de política educacional, da problemática social urbana — pobreza, delinqüência, infra-estrutura urbana etc. — assim como temas ligados à inserção no mercado de trabalho para aqueles grupos que já trabalham, isto é, que declararam renda. Novamente a riqueza temática é maior para os grupos de crianças e adolescentes com escolaridade compatível com a sua idade e que não trabalham — o que demonstra o favorecimento econômico de seus pais, que não os obriga ao ingresso precoce no mercado de trabalho. A singularidade de suas sugestões com as dos grupos de meninas, entretanto, é antes uma evidência da indução das professoras do que de uma politização precoce.

Quando passamos aos grupos de instrução primária ou secundária, mas cujos componentes têm idade acima de 20 anos, começamos a ver atuar os outros fatores sociais influentes sobre o padrão de politização dos indivíduos.

Jovens entre 20 e 29 anos com instrução secundária, de qualquer faixa de renda e mesmo sem rendimentos, falam já, além das questões ligadas à atividade profissional, dos direitos e garantias individuais, de direitos políticos, de cada um dos Três Poderes e do sistema de governo, da participação popular coletiva no poder de liberdade de imprensa, além de apoiarem partidos e parlamentares. O início da exigência social de responsabilidades políticas e econômicas — determinada aos homens pela sua idade —, aliado à competência cultural adquirida pela escolarização secundária, lhes favorece uma compreensão do mundo político que já alcança a esfera mais institucionalizada das relações de poder em sociedade.

Grupos de homens adultos ou mais idosos com instrução secundária só apareceram combinados com o nível de renda até dois salários mínimos, numa indicação de insucesso profissional possivelmente devido a uma estagnação cultural. Esta situação social se reflete na diminuição de temas mais

24. Os 34 grupos de homens para os quais testamos a associação de temas representam 93% do total de homens urbanos no SAIC.

politizados. Com o crescimento da renda dos grupos equivalentes a estes, no entanto, vemos crescer novamente a incidência destes temas.

Nos grupos de instrução universitária, enfim, majoritários com relação a todos os demais grupos de homens urbanos com níveis de instrução menores, a predominância dos temas das áreas temáticas *Estrutura e Organização do Estado, Direitos e Garantias Individuais, Cultura Política e Participação Popular Coletiva no Poder* é plena. As diferenças entre as incidências dos demais temas associados a tais grupos se dá apenas entre os temas econômicos, que crescem com o crescimento da renda, e sobre aspectos morais da sociedade e disfunções do Estado, mais frequentes entre os mais velhos.

É de se notar também que a incidência dos temas ligados aos aspectos mais orgânicos da sociedade — justamente aqueles mais frequentemente associados aos grupos de mulheres — é praticamente nula em todos estes grupos. Se confirma, assim, a suposição de que a contribuição qualitativa (temática) das sugestões dos participantes do SAIC obedece aos mesmos critérios sociológicos de determinação do comportamento político que deram ao conjunto de sugestões do SAIC um perfil social e econômico diferente daquele da população brasileira.

CONCLUSÃO

Quando, no processo constituinte desencadeado pela instauração da Nova República, o Senado Federal tomou a iniciativa de convidar a cidadania brasileira a expor abertamente as suas expectativas, opiniões e sugestões quanto à nova ordem institucional que deveria reger a comunidade política nacional, seu esforço recebeu a resposta de milhares de cidadãos de todo o País, que acreditaram na seriedade do respeito democrático a seu direito rousseauiano de participar do novo contrato social.

Promulgada a nova Carta Constitucional em 1988, ainda não foi possível avaliar o quanto esta foi fiel às vontades políticas expressas nas sugestões reunidas pelo Prodasen. Certamente os parlamentares constituintes livremente eleitos souberam expressar de forma mais completa a vontade política nacional. No entanto, o banco de dados SAIC permanece como acervo político e registro histórico para a pesquisa e para a consulta daqueles envolvidos na atividade política democrática — partidos e parlamentares especialmente. A correta interpretação do conteúdo deste acervo, porém, depende do reconhecimento criterioso da identidade dos setores sociais que ele representa, assim como dos fatores que limitaram as manifestações políticas lá contidas.

É neste sentido a contribuição deste trabalho. Apontando, no agregado das sugestões os contornos básicos dos fatores que implicaram a configuração

do SAIC tal qual ele é enquanto representante de certos setores sociais os quais sofrem limitações socialmente dadas na sua capacidade de compreensão do mundo político e de manifestação sobre ele, acreditamos ter tornado menos escorregadia a delicada tarefa de interpretar, de maneira democraticamente justa, a vontade da cidadania.

CONCLUSÃO

Quando se discute a possibilidade de uma participação política mais ampla e efetiva da população, o primeiro aspecto a ser considerado é o da existência de condições sociais e econômicas que permitam a participação política. A participação política não é um fenômeno que ocorre em qualquer sociedade, mas sim, um fenômeno que ocorre em sociedades onde há uma certa organização social e econômica. A participação política é um fenômeno que ocorre em sociedades onde há uma certa organização social e econômica.

Participação política é um conceito que se refere à possibilidade de uma população participar ativamente da vida política de seu país. A participação política é um fenômeno que ocorre em sociedades onde há uma certa organização social e econômica. A participação política é um fenômeno que ocorre em sociedades onde há uma certa organização social e econômica.

É neste sentido que se entende a participação política. A participação política é um fenômeno que ocorre em sociedades onde há uma certa organização social e econômica.

CAPÍTULO III

Política e Problemáticas

Clóvis de Barros Filho

O discurso político dos profissionais da política ou dos profissionais da mídia política trata com insistência do tema da capacidade ou incapacidade dos brasileiros em compreender os problemas políticos. Este debate (politicamente interessado) e estratégico visa encobrir interesses destes profissionais. Isto porque, em primeiro lugar, estes problemas não são em momento algum políticos por essência; em segundo lugar, seria absurdo raciocinar em termos de agregado (ou seja, tratar o conjunto dos brasileiros como sendo uma população cujos membros dispõem todos do mesmo grau de politização). Hoje, graças a numerosas pesquisas sintetizadas na magistral obra de Daniel Gaxie *Le Cens Cache* (1978), tornou-se possível traçarmos um esquema da politização dos agentes sociais. Nesta perspectiva, o banco de dados SAIC permite a constatação de certas conclusões e talvez até a proposição de algumas novas hipóteses.

Dentro deste prisma, a vantagem do bando de dados SAIC, com relação as sondagens é justamente o fato de não ser uma sondagem. Diferentemente destas, o formulário do SAIC não solicita do cidadão uma escolha entre várias respostas (impostas) por aquele que realiza a sondagem. Ele oferece a oportunidade ao cidadão de escrever⁽¹⁾ sobre o que deveria conter a futura Constituição. Os formulários enviados pela população à CCJ e tratados pelo Prodasen são qualitativamente mais importantes para a ciência. Eles revelam com maior acuidade do que as sondagens, a politização dos agentes sociais, eles proporcionam ao pesquisador análises mais afinadas e perfeitas. Entretanto, como a população do SAIC não é uma amostragem representativa da população brasileira (ver capítulo II) e como o SAIC não apresenta todas as garantias de validade científica (ver Capítulo I), a prudência se faz aqui necessária. Os resultados estatísticos que apresentamos, bem como seus comentários, deverão ser tomados muito mais como indicações do que como verdades totalmente científicas. Aliás, o fato deste capítulo não ser longo se deve a dificuldade de não dispormos de bases sólidas, de dados cientificamente discutíveis. Entretanto, se nós, infelizmente, não tivemos tempo de explorar suficientemente cada uma de nossas hipóteses, estes parágrafos pretendem ser, além de um simples relatório de trabalho, um convite à pesquisa.

(1) *Escrever e não falar*. Esta distinção é importante, pois escrever obriga aquele que se expressa a fazê-lo de forma diversa do que ele o faria oralmente. Além disto, escrever implica um engajamento pessoal superior ao de falar.

A) OS FATORES SOCIAIS DISCRIMINANTES

Sem querer negar a existência de fatores externos e não revelados pelo bando de dados (através do questionário do formulário), pretendemos saber quem no SAIC fala *do que*. Este procedimento é complementar daquele utilizado no capítulo precedente. Este partiu de grupos sociais (grupos definidos com base no número de seus elementos socialmente homogêneos) para chegar ao conteúdo de sugestões: analisou-se a composição da população do SAIC, e depois tentou-se descrever globalmente o conteúdo das sugestões dos grupos sociais homogêneos. Nós faremos, de certa forma, o inverso; partiremos do conteúdo das sugestões do conjunto do SAIC para chegar aos grupos sociais; Nós examinaremos assim os problemas abordados nas sugestões e, na seqüência, tentaremos divisar os grupos sociais que os abordam com mais freqüência (procuraremos dar uma atenção especial às sugestões que tratam dos problemas ditos políticos) ⁽²⁾.

1) História(s) de classificações

Para bem percebermos a “ausência” de temas “manifestamente” políticos (o leitor há de convir que alguns temas são considerados pela maioria dos agentes sociais e mesmo pelos cientistas como sendo políticos), nós solicitamos ao leitor que examine as estatísticas do volume II. Para constitui-los, nós procedemos em várias etapas. Inicialmente, elaboramos uma classificação geral decrescente das sugestões do SAIC a partir do número de ocorrências de cada um dos 1.321 (itens resultantes da indexação do Prodasen)⁽³⁾. Como apenas 486 itens foram abordados por mais de cem sugestões (e um número muito baixo de sugestões teria impedido a realização de cruzamentos significativos com as variáveis do questionário), nós estudamos na seqüência a repartição sociológica referente aos 215 primeiros itens (sendo o 215 *direitos do índio*). Este limite arbitrado não nos parecia nem muito restritivo (todos os catálogos estão presentes), nem muito baixo (para cada item corresponde no mínimo 315 sugestões ⁽⁴⁾). Ainda, por razões de validade científica, nós

- (2) O leitor poderá aqui se ressentir da falta de certas estatísticas ou de comentários estatísticos. Mas as limitações orçamentárias, tendo levado oficialmente nosso editor a só querer publicar o “essencial” de nosso trabalho, nos obrigaram a operar uma escolha difícil entre as listagens suscetíveis de interessar os leitores visados pelo Prodasen e aquelas indispensáveis aos nossos objetivos científicos (estas listagens contando, por vezes, com algumas centenas de páginas). Nós tivemos também que renunciar a publicação de certas análises relativas às estatísticas do segundo volume. O leitor deve compreender que nós preferimos, nestas condições, publicar as estatísticas ao invés de seus comentários.
- (3) Só os erros de digitação, quando da indexação das sugestões, podem explicar que o número de itens inscritos no SAIC seja ligeiramente maior que o número de itens que figuram na lista do Prodasen. Encontra-se, em nossos arquivos, as classificações decrescentes e/ou alfabéticas gerais e as classificações decrescentes e/ou alfabéticas por catálogo.
- (4) É também por curiosidade e preocupação científica que nós descemos até a 215ª posição, uma vez que esta última e aquelas que a precedem são ocupadas por itens relativos a assuntos que nós examinaremos mais adiante.

só operamos um cruzamento por vez. O leitor encontrará, em anexo, listagens concebidas segundo o princípio que segue. Os 215 itens arbitrados foram classificados alfabeticamente por catálogo. Suas ocorrências são comparadas, tomando-se as variáveis duas a duas (por exemplo, *cinquenta a 59 anos e acima de 59 anos*, ou *sem rendimento e até um salário mínimo*). Esta apresentação binária não supõe obviamente que estas variáveis escolhidas se oponham entre si; ela advém simplesmente de uma preocupação no sentido de um ganho de espaço. As três primeiras colunas correspondem a posição que ocupa cada item na classificação geral global e "parcial". Assim, se a coluna do meio lembra a posição que ocupa determinado item na ordem de preferência (ou seja, na ordem decrescente de ocorrências) da totalidade da população do SAIC, as colunas da esquerda e da direita nos dão a posição que ocuparia se nós só classificássemos hierarquicamente os itens correspondendo às sugestões de grupos específicos da população do SAIC (por exemplo, de *cinquenta a 59 anos* e o dos *acima de 59 anos*). Assim, se o leitor comparar a classificação geral com a classificação parcial estará apto a constatar imediatamente se a variável em questão (no nosso caso a faixa etária) é ou não fortemente discriminante. Para afinarmos nossos resultados e não nos lançarmos em análises por demais sumárias, fez-se mister a publicação (após o nome dos itens e da esquerda para a direita) inicialmente do número de ocorrência de cada item na população geral do SAIC e na população parcial examinada, e depois as porcentagens destas ocorrências (e a diferença destas porcentagens) em relação ao número de sugestões esprimidas pelo grupo social examinado, ou seja, em relação ao número de sugestões cujos autores (e isto é *cápital*) não se omitirem em responder a questão relativa a variável estudada (no nosso exemplo, aqueles que se pronunciaram sobre sua faixa etária). Ora, este número variando para cada variável, a prudência mais uma vez se faz necessária. Em primeiro lugar, porque os resultados publicados por nós teriam sido sem dúvida diferentes se a totalidade da população do SAIC tivesse preenchido totalmente o questionário (sobre este ponto ver no Capítulo I, os parágrafos e o quadro demonstrativo da capacidade desigual dos brasileiros para responder ao questionário). Em segundo lugar, porque estas comparações advém de uma acrobacia visto que as porcentagens não se baseiam em um valor único e invariável de referência. Enfim, numa terceira etapa, com base no mesmo princípio de apresentação binária e simétrica, nós cruzamos os 201 itens do catálogo "*política — estrutura do estado*" (5) (classificados desta feita em ordem decrescente do número de ocorrência de cada um destes itens na população global e parcial do SAIC) com as variáveis do questionário (ainda aqui as dificuldades de comparação permanecem). Fica evidente que mesmo se o editor nos tivesse autorizado cem páginas nós não poderíamos

(5) Esta cifra, superior ao número de itens contidos na lista do Prodasen, advém do ato que muitos itens deste catálogo são subdivididos em "*neutro, favorável, contrário*" e de alguns raros erros de digitação quando da indexação.

comentar cada uma das inúmeras estatísticas. Tal empresa seria certamente longa, repetitiva e enfadonha. No entanto poderá consultar nossos anexos e desenvolver aquilo que nós pretendemos com relativo sucesso resumir.

Uma primeira constatação: os brasileiros, de um modo geral, falam pouco de política, ao menos se nos ativermos a indexação do Prodasen. Os temas mais abordados são os da vida cotidiana: os do trabalho, da educação dos filhos, do poder aquisitivo, da violência. A maioria das sugestões são curtas, motivadas pela premência na resolução de problemas, pelo desassossego social. Com algumas raras excessões, o SAIC não contém nenhuma sugestão que se assemelhe na forma a uma Constituição. As proposições são raramente jurídicas. Os itens de maior ocorrência decorrem por vezes da atuação de *lobbies*, mas, sobretudo, das preocupações materiais da vida de cada dia (*ensino, ensino religioso, punição, política de emprego, magistério, pena de morte, aposentadoria, salário, sistema educacional, reforma agrária, menor carente, segurança pública, assistência ao menor, salário mínimo, ensino gratuito, ensino superior, política salarial, categoria profissional, corrupção, justiça social etc*).

A população do SAIC aborda pouco os temas políticos reagrupados nos catálogos “direito — organização do estado” e “estrutura do estado”. De fato, na classificação geral, os itens relativos a estes dois catálogos ocupam posições modestas. É verdade que o item “punição” ocupa a terceira posição e “pena de morte favorável”, a sexta; mas estes escores resultam sobretudo de uma indexação defeituosa. É verdade que “mandato” e “vereador” ocupam a 25ª e a 31ª posições, respectivamente, mas o leitor deve se lembrar do *lobby* dos vereadores interessados no prolongamento de seus mandatos (6). É verdade que dentre as 268.174 “sugestões catalogadas” (este número, superior ao número de formulários recebidos, corresponde a adição das ocorrências dos diferentes itens de cada catálogo) (7), a classificação é a seguinte:

1. direito — organização do estado (17,01% e 223 itens)
2. organização social (14,44% e 127 itens)
3. política educacional (14,33% e 88 itens)
4. política trabalhista (12,64% e 90 itens)
5. política — estrutura do estado (11,28% e 136 itens)
6. política agrícola (5,69% e 30 itens)
7. política econômica (4,65% e 113 itens)
8. administração e pessoal — serviço público (3,91% e 26 itens)
9. política previdenciária (3,30% e 34 itens)
10. política financeira (2,23% e 74 itens)
11. política nacional de saúde (2,05% e 36 itens)

(6) Veja nota 102 do Capítulo I.

(7) Evacuamos deste universo de sugestões, as 35 sugestões indexadas, erroneamente, sob códigos informáticos inexistentes.

12. sugestões não pertinentes (1,57% e 1 item)
13. meio ambiente — ecologia (1,56% e 30 itens)
14. política nacional de transportes (1,12% e 27 itens)
15. política habitacional (1,11% e 23 itens)

Obs.: Todos os outros catálogos perfazem um escore inferior a 1%.

Mas, estas porcentagens resultam sobretudo da composição do catálogo, ou seja, do número de itens que ele contém e da extensão da área coberta por estes itens. Quanto maior for o número de itens de um catálogo e/ou quanto mais fluídos eles forem, maior terá sido a tentação do indexador de inscrever neste catálogo a sugestão que ele deveria indexar. Esta classificação concede um prêmio, aos catálogos, dispondo de itens mais fluídos (explica-se assim o primeiro e segundo lugares na classificação geral para os itens “*ensino*” e *ensino religioso*”). Os escores do catálogo “*direito — organização do estado*” e de seus 223 itens, da mesma forma que as posições do catálogo “*política — estrutura do estado*” e de seus 136 itens devem, então, ser relativizados e se possível corrigidos. Mas como? Seria necessária reindexar cada original, o que importaria num tempo do qual nós não dispunhamos. Por esta razão, as estatísticas deste capítulo são feitas a partir da indexação original do Prodasen, e não a partir da reindexação do capítulo II, que tem o mérito indiscutível de permitir uma análise mais rápida do conteúdo das sugestões dos grupos sociais homogêneos, mas que também não permite uma análise rigorosa da totalidade das sugestões do SAIC. ⁽⁸⁾ Por outro lado, se nós pretendemos que os pesquisadores possam proceder a novas estatísticas, devemos publicar os resultados calculados com base na única indexação que, hoje, os permitiria materialmente esta empreitada, ou seja, a que figura no SAIC (mesmo tendo consciência de suas numerosas imperfeições) ⁽⁹⁾

Tanto na classificação geral, quanto no catálogo “*Política — estrutura do estado*” (catálogo que nos parece conter, proporcionalmente ao número de itens que o compõe, os assuntos mais políticos), o sexo e o capital escolar ⁽¹⁰⁾ parecem ser os fatores mais discriminantes, ou seja, aqueles que produzem

(8) Cada um destes grupos tem uma população muito reduzida para tornar significativa a reparição das sugestões operadas com base na indexação do Prodasen (indexação contendo 1301 itens; quanto maior for um número de itens em uma indexação, menor é a probabilidade que estas ocorrências relativas a este ou aquele item — destacado em sugestões enviadas por uma população reduzida — sejam numerosas e conseqüentemente significativas), nós podemos compreender a tentação da autora em proceder por agregação, ou seja, de ter reunido itens com base metodologicamente contestáveis.

(9) A reindexação produzida no Capítulo II não foi conservada no SAIC. Entretanto, os pesquisadores encontrarão nos arquivos de nosso grupo de estudos todos os documentos relativos a esta reindexação, sobretudo a lista de “concordância” entre os itens do Prodasen e os itens da reindexação. A falta de espaço também foi o único motivo da não publicação deste documento no volume dos anexos.

(10) Não esqueçamos que, no Brasil, a duração da escolarização é diretamente ligada ao meio social de origem e ao sexo do aluno.

sistematicamente as maiores discrepâncias entre o conteúdo das sugestões da população, do SAIC. Entretanto, convém aqui distinguir o escore dos catálogos do escore dos itens que os compõem. Assim, se a taxa de ocorrência do catálogo "política — estrutura do estado" varia segundo o sexo, este índice de variação diminui sensivelmente quando analisamos sua incidência segundo o grau de instrução. Assim, entre primeiro grau completo ou incompleto e segundo grau completo ou incompleto, as discrepâncias são pouco perceptíveis, mesmo correspondendo estes níveis a estágios de escolarização bastante distintos (11). De fato, ao nível da repartição das sugestões item por item, existem variações consideráveis segundo estes níveis de instrução. Quanto a zona de habitat e a renda (certos níveis de renda, sobretudo as mais elevadas, estão diretamente ligadas ao nível de instrução no caso do agente social já ter entrado diretamente na vida ativa); eles contribuem, ora para reforçar, ora para atenuar esta diferença. E de forma mais decisiva do que a faixa etária. Esta última intervém de forma irregular e secundária as discrepâncias observadas, em virtude das faixas de idade elevadas, são mínimas, irregulares e por vezes contraditórias além disto não podemos esquecer que a faixa etária autoriza em alguns casos, a obtenção de níveis escolares mais elevados). Assim, se pudéssemos elaborar perfis sociológicas que estabelecessem a correspondência entre as variáveis sociológicas e os temas abordados diríamos que: numa população de mesmo sexo, tendo um mesmo nível de instrução, um habitante do setor rural com renda modesta tenderá a escrever sugestões indexadas pelo Prodasen com menor índice de conotação política do que um habitante do setor urbano com renda um pouco superior (12). Nossa constatação certamente não causará espanto a nenhum sociólogo. As sugestões que fazem alusão a temas políticos são assinadas com maior frequência por homens, por pessoas instruídas e/ou habitantes de zona urbana, e/ou de idade elevada e/ou com nível de renda importante.

Outra observação: as discrepâncias mais claras estão ligadas ao grau de conceituação, ou mais exatamente, ao nível de tecnicidade dos itens. Assim, os grupos sociais supramencionados não somente abordam os problemas políticos com maior frequência que o resto da população do SAIC, mas, também, abordam sistematicamente os problemas políticos mais conceituais e mais técnicos. O leitor poderá se entreter em medir as discrepâncias entre as ocorrências de várias populações com referência aos itens e catálogos mais agudos

(11) No que concerne o catálogo, as diferenças aparecem somente entre os agentes sociais que tem nível superior (completo ou incompleto), de pós-graduação, ou evidentemente junto aos analfabetos.

(12) Nós lamentamos não poder incluir em nossas estatísticas a profissão do autor de cada sugestão (o que nos permitiria avaliar a influência da divisão do trabalho social sobre o conteúdo das sugestões), mas as falhas na elaboração do questionário e uma taxa considerável de não resposta a esta questão nos forçaram a isto.

(por exemplo, *política informática* ⁽¹³⁾ *política econômica ou Supremo Tribunal Federal, sistema majoritário, recursos financeiros*, etc.) e depois classificar estas discrepâncias por ordem de importância. Ainda, à guisa de exemplo: dentre os 26 itens do catálogo "*política estrutura do estado*" (que figuram nos 215 primeiros itens da classificação geral), as discrepâncias mais flagrantes entre a população masculina e a população feminina (os homens abordam estes temas com muito maior frequência) concernem a "*reeleição favorável ou contrária*" (27,10% e 26,90%), "*os subsídios*" (24,50%), "*o vereador*" (24,27%) ⁽¹⁴⁾ "*o poder judiciário*" (21,31%), "*o parlamentarismo favorável*" (20,61%), "*o mandato*" (19,62%), a menor discrepância ocorrendo no item "*direito de greve*" (2,97%).

2) Estudo caso da moda

Sensíveis aos debates do momento dispusemo-nos a estudar a repartição sociológica das sugestões relativas ao meio ambiente. Com efeito, o SAIC permite conhecer os meios sociais que, em 1986 (data da distribuição do questionário) foram os mais sensíveis a este tema, ou mais precisamente, aqueles que julgaram necessário chamar a atenção dos constituintes sobre este problema. O SAIC nos permite assim vislumbrar o estado da opinião referente a um dos momentos do processo de construção social de uma "demanda" social.

(13) A presença, na indexação, deste catálogo (0,11% das sugestões catalogadas) e dos seus 26 itens (ou seja, 1,96% dos itens do SAIC) resulta do desejo expresso do Prodasen de conhecer as sugestões relativas ao setor de atividade profissional (ou relativas ao *hobby*) de seus agentes: a informática. Esta curiosidade desequilibra de alguma forma a indexação porque, comparativamente, o catálogo "*política agrícola*" (5,69% das sugestões catalogadas, ou seja, 52 vezes o escore de "*política informática*") só dispõe de 4 itens a mais.

(14) Este escore resulta da presença de um *lobby* favorável à prorrogação do mandato dos vereadores; *lobby majoritariamente composto de homens*.

Uma primeira constatação surge de pronto: os itens deste catálogo com fraca ocorrência junto a população do SAIC. Os temas ecológicos, na época, mobilizam pouco. É verdade que o princípio geral e generoso da “defesa do meio ambiente” ocupa a 35ª posição na classificação geral; mas, os outros itens deste catálogo (mais técnicos ou mais abstratos, com exceção da fauna), ocupam posições pífias. Saliente-se, outrossim, que a classificação geral deste tema é por demais influenciada pelo número de sugestões enviadas pelos jovens (10-14 anos); sem dúvida, este resultado é consequência de propostas incitadas por professores, com um caráter de tarefa escolar (o tema “mãe natureza” está tradicionalmente presente nos programas escolares de nível primário). De fato, se excluirmos de nossa análise estes jovens (excluindo assim uma parcela pouco instruída da população do SAIC) constataremos que a incidência sobre estes itens é mais que preponderante junto às populações mais escolarizadas e culturalmente mais urbanizadas. Desta forma, podemos comparar com interesse o item “fauna” (sabendo que a fauna é, por definição, ausente das cidades) e o item *poluição* (sabendo que a poluição não afeta unicamente as zonas urbanas).

O leitor poderia concluir que os brasileiros falam, principalmente, sobre aquilo que conhecem, daquilo que eles encontram no cotidiano: um camponês não é permanentemente testemunha de problemas de poluição — este item está em 398ª posição junto à população agropecuária; um operário, de um centro industrial, confronta-se diariamente com a poluição — este item está em 153ª posição dentre os temas sugeridos pela população que trabalha em área industrial — ou seja 58 lugares acima na classificação geral. No entanto, a verdade não se confunde com este entendimento comum. São os grupos mais intelectualizados e/ou os mais afortunados que falam de ecologia, mesmo que este assunto não tenha incidência direta sobre suas vidas cotidianas. Este tema, se observamos a sua repartição junto à população do SAIC, é hoje, nitidamente elitista. Nós encontramos, aliás, várias sugestões enviadas por esta população tratando unicamente de temas referentes ao meio ambiente, como se doravante só estes temas fossem relevantes. O mesmo fenômeno pode ser verificado com as sugestões relativas ao catálogo *política indigenista* e seus itens: *direito do índio* (215 posição na classificação geral), *preservação da cultura indígena* (420 posição). Não é por acaso. Todavia, só o banco de dados SAIC permite vislumbrar os fatores sociais discriminantes; ela abre, também, outras perspectivas de pesquisa.

B) A PROPÓSITO DE ALGUMAS PISTAS DE PESQUISA

Esta segunda parte poderá parecer ao leitor mais desordenada que a primeira. Isto porque abordaremos algumas pistas, uma a uma sem ligação sistemática entre elas. No entanto, a nossa preocupação é a mesma para cada uma delas: tirar proveito do SAIC para aprofundar nossos conhecimentos sobre a politização dos brasileiros.

1) Competência política e sentimento de competência política

A competência política de um agente social depende, nós o sabemos, da classe a que pertence, de sua escolarização, de seu capital cultural (capital ao qual se acrescentam as experiências nascidas na participação eventual em ações coletivas e em fases agudas de politização), e da combinação dos efeitos ligados a sua posição na divisão social do trabalho com a idade e o sexo. Esta competência se atesta pela capacidade do indivíduo em operar uma construção política do espaço político e em deter um conhecimento fenomenológico dos atores políticos, das regras do jogo político e dos troféus políticos. No entanto, a competência política não acarreta necessariamente uma tomada de posição declarada (no nosso caso, enviar uma sugestão à CCJ sobre este ou aquele tema); isto porque, freqüentemente, o sentimento de ser competente ou incompetente, de ter o direito à palavra, determina a prática política do agente social. Assim, alguns “notáveis” podem se estimar mais competentes do que o são na realidade. A representação que eles se constroem de sua competência os leva a se expressarem politicamente de determinada forma. Inversamente, os agentes sociais que não estimam ocupar uma posição social que os permita qualquer manifestação sobre política terão maior tendência a se calar.⁽¹⁵⁾ O SAIC nos permite bem compreender este fenômeno. Em algumas centenas de sugestões o autor começa se desculpando por “sugerir” alguma coisa à Constituinte e confessa sua modesta posição no universo social, sua “ilegitimidade”: “*Sou um homem do campo e analfabeto, mas sou brasileiro, sou companheiro de meus compatriotas; por isto faço a minha sugestão; (16) gostaria que o senhor ajudasse-nos sobre a vida de caminhoneiros de estrada, porque nós não sabemos conversar com os ministros dos Transportes e Justiça; (17) uma sugestão de um pobre talvez não influi muito nos seus pontos de vista, porque eu não entendo bem de política... Desculpa os erros de minha*

(15) *De fato, esta competência-técnica depende fundamentalmente da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundado e chamado a exercer esta capacidade específica, logo a detê-la, isto por intermédio da propensão a adquirir que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas de adquirir. Em outras palavras, para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder às questões políticas, não é suficiente levarmos em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, ou até de produzi-lo, que é garantida pelo título escolar; é preciso fazer intervir também o sentimento (socialmente autorizado e encorajado) de ter fundamento se ocupar de política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas públicas, colocando em prática uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente política, ao invés de responder, a todo momento, segundo princípios éticos (Pierre Bourdieu. “Questions de politiques”. in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 16, 1977. p. 62).*

(16) Sugestão L006 do 16-5-86 nº 130.

(17) Sugestão L013 do 16-7-86 nº 301.

caligrafia. E desejo para todos vocês uma boa vitória”⁽¹⁸⁾. Saliente-se, outrossim, a concordância repetida e sistemática entre os itens menos políticos e as variáveis que caracterizam os agentes sociais que ocupam as posições sociais mais baixas. Este problema mereceria um estudo mais aprofundado com base no texto das sugestões identificadas pela estatística.

Um outro ponto que mereceria nossa atenção são as milhares de sugestões catalogadas pelo Prodasen como *não pertinentes* e o sentido desta surpreendente indexação. Desta forma, 4.219 sugestões (ou seja, 1,57% das sugestões catalogadas, ou uma sugestão-formulário sobre vinte enviadas ou ainda 14 sugestões a mais que o catálogo *meio ambiente*) foram julgadas fora das normas pelos indexadores;⁽¹⁹⁾ uma parte ou a totalidade de seus conteúdos não correspondendo, segundo estes últimos, às áreas cobertas pelos itens escolhidos para a indexação. No entanto, ao examinar estas sugestões hoje, quer nos parecer que o conteúdo de algumas destas sugestões, freqüentemente político (comentários sobre os eleitos, críticas a decisões do Governo), deveria ter merecido uma outra sorte. De certa forma, analisar as sugestões que foram classificadas como não pertinentes permite compreender a representação que se faziam os indexadores não só da não pertinência, mas também dos outros itens da indexação. Ao recusar a inscrição sob o código “mordomia” de uma sugestão que ele julga *não pertinente*, o indexador nos revela sua própria concepção da mordomia. Convém dizer também que, proporcionalmente ao número de habitante de cada estado, as sugestões ditas *não pertinentes* originárias do Distrito Federal (centro político do País, região profundamente marcada pelo funcionamismo público e pelos profissionais da política) são claramente sobre-representadas e constituem uma amostragem que, não sendo representativa, é suficientemente grande para colocar em evidência um conjunto de representações que fazem os autores destas sugestões da vida política próxima ou junto ao poder central. O SAIC permite assim uma melhor compreensão de certos aspectos (qualitativos e quantitativos) das culturas políticas locais.

2) As questões políticas locais

Freqüentemente o conteúdo das sugestões varia sensivelmente em função do tamanho da cidade de onde elas são enviadas. Estas variações não se explicam unicamente por uma diferença notável o grau de competência política dos habitantes (e/ou por uma propensão diferente a se estimar competente); elas não resultam só de um maior ou menor distanciamento de um centro

(18) Sugestão L027 do 21-8-86 nº 663. O pesquisador encontrará outros exemplos em nossos arquivos.

(19) Estas sugestões não foram comunicadas aos constituintes (é verdade que elas não fornecem deles uma boa imagem). Só alguns responsáveis do Prodasen, mediante um código de acesso especial, podem lhes fazer aparecer em um terminal.

político. A natureza das questões próprias ao município, e a forma pela qual este último foi socialmente e politicamente constituído, também intervém. ⁽²⁰⁾ Para bem compreender este ponto, é necessário nos lembrarmos que a distribuição numérica das sugestões é geograficamente muito desigual (ver o quadro do Capítulo I); isto não somente em relação a população de cada estado, mas também em função do grau de instrução média por estado. Entretanto o estado, entidade abstrata, não é uma variável necessariamente discriminante; não esqueçamos que a distinção rural/urbana, tal qual ela aparece nas respostas do questionário do Prodasen, não é sempre fundada e pode se prestar à confusão. Por esta razão, é mais útil observar a distribuição (quantitativa e qualitativa) município por município (a informação relativa ao município do cidadão é sem dúvida a mais confiável do questionário, juntamente com o sexo). O leitor encontrará assim, no volume dos anexos, a lista alfabética das municipalidades, estado por estado, de onde foram enviadas ao menos nove sugestões. Poderá constatar, então, que a quase totalidade dos municípios do País participaram do SAIC, sendo esta participação (quase sempre) inversamente proporcional à população destes municípios.

(20) Sobre a dialética questões locais/questões nacionais, ver Daniel Gaxie et Patrick Lehinque, "*Les enjeux municipaux*", Amiens, PUF-CURAP, 1983.

TABLE OF POP BY PERC

POP	PERC	FREQUENCY PERCENT ROW PCT COL PCT										TOTAL	
		0.000	0.050	0.100	0.150	0.200	0.250	0.300	0.350	0.400	0.450		
< 10 MIL		2	3	29	43	39	19	12	6	11			233
		0.15	0.23	2.24	3.32	3.01	1.47	0.93	0.46	0.65			18.01
		0.86	1.29	12.45	18.45	16.74	8.15	5.15	2.58	4.72			
		0.43	0.59	17.26	45.20	62.90	63.33	60.00	42.86	61.11			
> 10-50 MIL		202	246	109	43	16	8	7	5	6			652
		15.61	19.01	8.42	3.32	1.24	0.62	0.54	0.39	0.46			50.39
		30.98	37.73	16.72	6.60	2.45	1.23	1.07	0.77	0.92			
		42.98	73.00	64.83	43.26	25.81	26.67	35.00	35.71	33.33			
> 50-100 MIL		171	46	18	4	5	3	1	1	1			251
		13.21	3.55	1.39	0.31	0.39	0.23	0.08	0.08	0.08			19.40
		68.13	18.33	7.17	1.59	1.99	1.20	0.40	0.40	0.40			
		36.38	13.65	10.71	4.21	8.06	10.00	5.00	7.14	5.56			
> 100-200 MIL		53	23	4	2	1	0	0	0	0			83
		4.10	1.78	0.31	0.15	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00			6.41
		63.86	27.71	4.82	2.41	1.20	0.00	0.00	0.00	0.00			
		11.28	6.82	2.38	2.11	1.61	0.00	0.00	0.00	0.00			
> 200-500 MIL		28	13	7	3	1	0	0	2	0			54
		2.16	1.00	0.54	0.23	0.08	0.00	0.00	0.15	0.00			4.17
		51.85	24.07	12.96	5.56	1.85	0.00	0.00	3.70	0.00			
		5.96	3.86	4.17	3.16	1.61	0.00	0.00	14.29	0.00			
> 500-1 MILHÃO		9	2	0	0	0	0	0	0	0			11
		0.70	0.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			0.85
		81.82	18.18	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			
		1.91	0.59	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			
> 1 MILHÃO		5	4	1	0	0	0	0	0	0			10
		0.39	0.31	0.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			0.77
		50.00	40.00	10.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			
		1.06	1.19	0.60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			
TOTAL		470	337	168	95	62	30	20	14	18			1294
		36.32	26.04	12.98	7.34	4.79	2.32	1.55	1.08	1.39			100.00

(CONTINUED)

TABLE OF POP BY PERC

POP	FREQUENCY PERCENT ROM PCT COL PCT	PERC										TOTAL
		> 0.450	> 0.500	> 0.550	> 0.600	> 0.650	> 0.700	> 0.750	> 0.800	> 0.850	> 0.900	
< 10 MIL	8 0.62 3.43 72.73	5 0.39 2.15 83.33	3 0.23 1.29 100.00	7 0.54 3.00 77.78	3 0.23 1.29 75.00	6 0.46 2.58 85.71	3 0.23 1.29 100.00	7 0.54 3.00 100.00	3 0.23 1.29 100.00	0	0	233 18.01
> 10-50 MIL	3 0.23 0.46 27.27	1 0.08 0.15 16.67	0 0.00 0.00 0.00	2 0.15 0.00 22.22	0 0.00 0.00 0.00	1 0.08 0.15 14.29	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	652 50.39	
> 50-100 MIL	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	1 0.08 0.40 25.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	251 19.40	
> 100-200 MIL	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	83 6.41	
> 200-500 MIL	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	54 4.17	
> 500-1 MILHÃO	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	11 0.85	
> 1 MILHÃO	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0 0.00 0.00 0.00	0	0	10 0.77	
TOTAL	11 0.85	6 0.46	3 0.23	9 0.70	4 0.31	7 0.54	3 0.23	7 0.54	3 0.23	7 0.54	1294 100.00	

(CONTINUED)

TABLE OF POP BY PERC

POP	PERC	FREQUENCY PERCENT ROW PCT COL PCT										TOTAL		
		> 0.900	> 0.950	> 1.000	> 1.050	> 1.100	> 1.150	> 1.200	> 1.250	> 1.300	> 1.350			
< 10 MIL		1	2	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	233
		0.08	0.15	1.31	0.15	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	18.01
		100.00	100.00	89.47	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	
> 10-50 MIL		0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	652
		0.00	0.00	0.15	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.08	0.08	50.39
		0.00	0.00	0.31	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.15	0.15	
		0.00	0.00	10.53	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	100.00	
> 50-100 MIL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	251
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	19.40
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
> 100-200 MIL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	6.41
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
> 200-500 MIL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	54
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.17
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
> 500-1 MILHÃO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.85
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
> 1 MILHÃO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.77
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
TOTAL		1	2	19	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1294
		0.08	0.15	1.47	0.15	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	0.08	100.00

Com efeito, se considerarmos de um lado a totalidade dos formulários nos quais figura o município do autor da sugestão, de outro lado o número de habitantes de cada município, e por fim a taxa de resposta de cada município (ou seja, o número de formulários enviados por um município à CCJ dividido pelo número de seus habitantes), observa-se que esta taxa será menos importante quando a população é numerosa. Por exemplo, para uma taxa de resposta entre 0,15% e 0,20% (taxa relativamente fraca), no SAIC constam 39 municípios cuja população é inferior a dez mil habitantes, 16 municípios de dez mil a 50 mil habitantes, cinco municípios de 50 a 100 mil habitantes, um município de 100 mil a 200 mil, um município de 200 mil a 500 mil e nenhum município com população superior a esta. Da mesma forma, nenhum município cuja população é superior a 50.000 habitantes teve uma taxa de resposta superior à 0,40%. Nós poderíamos crer que esta “sobre-representação” dever-se-ia ao fato que um mesmo habitante teria enviado vários formulários das sugestões destas pequenas cidades, este tipo de explicação não se sustenta. Esta “sobre-representação” poderia significar então que o grau de politização seria mais importante nas pequenas cidades? Não, já que numerosas pesquisas já constatarem os efeitos do distanciamento de um centro político sobre a politização dos cidadãos. Na verdade, a explicação mais verossímil da taxa de respostas “elevada” destas pequenas municipalidades deve se ater a fatores específicos a cada uma destas cidades. Que o leitor não tome esta resposta como um exercício de mera tautologia.

As relações sociais, numa pequena cidade, são evidentemente mais estreitas e mais frequentes que nas grandes cidades. Assim, a chegada no correio dos formulários do SAIC e da brochura explicando sua função constitui um *acontecimento* importante, comentado e extraordinário. Inversamente, nas grandes cidades, a presença destes formulários é de menos importância, passa mais despercebida: são formulários entre outros⁽²¹⁾. Além disto, a população de uma pequena cidade, sendo menos heterogênea que nas grandes cidades, os problemas daquela são vividos do mesmo modo e de modos similares; as representações do real são mais compartilhadas e parecidas. Este fenômeno é constatável se observarmos o conteúdo das sugestões enviadas pelos pequenos municípios. A unidade de temas, município por município, é flagrante nestas localidades. Por exemplo, dois terços das sugestões de determinado vilarejo do Estado de Minas Gerais (omitiremos voluntariamente o nome da localidade) faz alusão a problemas de iluminação e de distribuição de eletricidade (independentemente do grau de instrução e de renda do autor da sugestão ⁽²²⁾). Seria indispensável consultar a imprensa local, fazer entre-

(21) Além disto, os usuários conversam menos com os funcionários da agência (isto é, com as pessoas suscetíveis de informá-los sobre a existência e a utilidade dos formulários do *Projeto Constituição*) no meio urbano do que no meio rural.

(22) O caso mais marcante é, sem dúvida, o de Nova Glória, cujos habitantes, traumatizados por um crime hediondo, reclamam, quase que a unanimidade, a pena de morte. (Ver Capítulo I e IV.)

vistas para saber como estes problemas aparecem e como eles se constituíram pouco a pouco em problemas sociais, isto é, compartilhados e entendidos como tais. Além disto, pareceu-nos (mas isto poderia ser objeto de uma verificação empírica mais severa, mais minuciosa e merecendo publicação ulterior) que as sugestões provenientes dos pequenos municípios comportariam sugestões mais "coletivas" que as provenientes das grandes cidades, como se o fato de viver num grande centro urbano favorecesse comportamentos (e também reivindicações) mais individualistas. Assim, os cidadãos das pequenas cidades dizem com mais freqüência *nós*, enquanto que os cidadãos residentes em grandes cidades dizem mais freqüentemente *eu*; entretanto, seria necessário cruzar estes dados com aqueles relativos ao nível de instrução para evitarmos a produção de análises que ignoram as lógicas de tomadas de posição que levam os agentes mais instruídos a operar um trabalho de apresentação de si, jogando freqüentemente com a dialética do *eu* e do *nós* de forma discriminante. Estas sugestões são também mais concretas, elas tratam, com maior incidência, da vida cotidiana do que de problemas abstratos. A classificação da indexação o comprova.

3. O vocabulário

Sem querer interferir no desenvolvimento do último capítulo deste livro, nós gostaríamos de enfatizar que uma das riquezas essenciais do SAIC reside no quadro-sugestão do formulário. Na verdade, os dados que aí foram inscritos não são completamente confiáveis (em virtude dos erros de digitação e de apresentação), mas eles são homogêneos, no sentido em que cada sugestão é, em si mesma, um texto analisável. Ora, o SAIC contém 72.719 sugestões. Se era difícil (em virtude das imperfeições do questionário do Prodasen, da forma pela qual a população do SAIC o preencheu) vislumbrar com exatidão as variáveis sociais que determinam a possibilidade de escrever à CCJ e o conteúdo da sugestão enviada, será talvez mais fácil estudar a população do SAIC por intermédio da forma de suas sugestões. Entretanto, não seria aconselhável super dimensionar as virtudes desta metodologia. Afinal, empreender uma análise de um discurso, não seria pressupor uma deficiência (carência ou paralisia) que afeta a prática "natural" da leitura e da escuta das falas políticas, que uma prótese teórico-técnica mais ou menos sofisticada pretende substituir? Dependendo do papel que a análise do discurso se atribui em relação a esta deficiência, duas são as hipóteses que surgem para responder a esta questão. Ou se trata de uma espécie de fantasma da objetividade minuciosa (consistindo literalmente na auto-proibição ou na incapacidade de dar ou pensar um sentido sobre o texto), ou ainda de uma posição partidária cientificamente difundida (tendendo a tratar os profanos da política como imbecis). A questão que deve ser colocada é a seguinte: do que tentamos nos proteger neste jogo de espelhos que se estrutura em torno de um vazio, de uma deficiência, onde as posições se refletem e se substituem ao infinito?

Analisar as sugestões do SAIC segundo as técnicas de análise de discurso, segundo uma série de dispositivos artificiais de leitura, visaria sanar que tipo de obstáculo científico? Em que medida a análise léxico-estatística dos vocábulos ou a análise sintática das seqüências de frases e parágrafos poderia nos ser útil, no exame do grau de politização dos brasileiros? Estamos seguros que a análise lingüística nos é extremamente útil para melhor compreendermos mais uma das riquezas do SAIC: o imaginário político de sua população.

CAPÍTULO IV

Discurso da mulher à nova Constituição do Brasil

*Maria Izabel S. Magalhães **

** Universidade de Brasília*

INTRODUÇÃO

Pela primeira vez na história do Brasil, homens e mulheres tiveram a oportunidade de apresentar propostas para a elaboração de uma Constituição. O fato é importante se considerarmos que nas Constituições anteriores à de 1988, tal iniciativa sequer foi cogitada. Entretanto, por uma série de razões, dentre as quais cito o histórico poder tutelador das elites nos modos de produção, na forma e no conteúdo do discurso das Constituições brasileiras⁽¹⁾, o objetivo desses homens e mulheres não se concretizou. As propostas, organizadas em um banco de dados denominado “Serviço de Apoio Informativo à Constituinte” (SAIC), referido informalmente como “arquivo morto”, não foram nem mesmo lidas pelos constituintes.

Embora o SAIC não haja cumprido sua função precípua, representa, para cientistas de várias áreas, um banco de dados de inegável valor. Para os lingüistas e investigadores do discurso, o SAIC é um rico banco de dados sobre o português, os processos comunicativos e as habilidades de organização textual de seus falantes. A riqueza dos dados repousa, principalmente, na espontaneidade com que os/as proponentes oferecem à investigação processos autênticos, difíceis de obter na pesquisa lingüística⁽²⁾.

01. A Constituinte de 1933 contava com 40 deputados classistas que foram acrescentados aos 214 eleitos pelo modo comum. Os 40 deputados distribuíram-se da seguinte forma: 18 empregados, 17 empregadores, 3 profissionais liberais, 2 funcionários públicos. A participação dos deputados classistas significava o reconhecimento de uma nova ordem econômica e social. Entretanto, como observa Francisco Iglésias, os trabalhadores eleitos foram cooptados pelos empregadores, poucos opondo-se com firmeza ao governo. Cf. Francisco Iglésias, *Constituintes e Constituições-brasileiras*, 4ª ed. (São Paulo, Brasiliense, 1987), p. 44.
02. O sociolingüista americano William Labov refere-se a esse problema metodológico como o “paradoxo do observador”, relacionado à necessidade de coletar dados de uso lingüístico espontâneo numa situação em que os sujeitos são observados. Cf.: William Labov, Some principles of lingüistic methodology, *Language in Society*, 1:97-120, 1972; Maria Izabel S. Magalhães, por uma abordagem crítica e explanatória do discurso, *DELTA*, 2(2): 181-205, 1986.

Neste trabalho, pretendo investigar a forma e o sentido de propostas à Constituinte. Na primeira parte, descrevo a pesquisa e apresento a metodologia adotada. Na segunda, analiso um *corpus* de propostas elaboradas por mulheres e procuro responder a pergunta: o que constitui uma proposta? Estudo a linguagem e o estilo das propostas, suas estruturas variáveis e diferentes modos de propor. Na terceira parte, respondo uma outra pergunta: o que as autoras querem dizer? Investigo questões relacionadas à linguagem e gênero e às relações de poder desiguais que determinam tipos de discurso e ideologia nas propostas. Examino, finalmente, relações nos sistemas de poder e solidariedade.

Este estudo tem, pois, os seguintes objetivos: primeiro, analisar a linguagem e o estilo das propostas; segundo, explicitar tipos de discurso da mulher; terceiro, contribuir para os estudos de linguagem e gênero.

A) DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DO TRABALHO

Um passo decisivo nesta pesquisa foi definir os critérios a serem adotados para selecionar um *corpus* factível de análise entre as 68.790 propostas. Esta tarefa apresentou-se particularmente difícil, em virtude da decisão tomada, inicialmente, de realizar uma pesquisa de natureza qualitativa.

Uma vez que não participei da coleta das propostas e da organização e processamento do banco de dados, o que gerou alguns problemas a serem examinados nesta seção, dei início ao levantamento dos dados pela leitura das propostas. Logo me pareceu que, diante da impossibilidade de analisar qualitativamente 68.790 propostas, um dos critérios a serem adotados para a seleção do *corpus* deveria ser o cruzamento de variáveis sociais. Após algumas tentativas, e considerando o interesse das mulheres, que contribuíram com 23.617 (32,48%) propostas, decidi adotar como primeiro critério o cruzamento das seguintes variáveis:

- a) sexo: feminino
- b) grau de instrução: 2º grau completo
- c) faixa de renda
 - c.1. sem rendimento
 - c.2. mais de 5 a 10 salários mínimos
- d) faixa etária:
 - d.1. 25 a 29 anos
 - d.2. 30 a 39 anos
 - d.3. acima de 59 anos

1) Sexo: feminino

Com a crescente urbanização da sociedade brasileira, a mulher vem desempenhando funções no mercado de trabalho antes atribuídas apenas aos homens. A participação na vida econômica da Nação, associada às campanhas

do movimento feminista, tem contribuído para melhorar o nível de politização das mulheres. Muitas mulheres acreditaram que a nova Constituição era o momento para reivindicar mudanças nas leis que regem os direitos da mulher e de sua prole. Como resultado, a maioria das propostas das mulheres dirigiu-se aos temas: política educacional (17,24%) e organização social (14,63%), ou seja, reflete as preocupações com os próprios direitos e com a educação dos filhos. Uma dessas preocupações é quanto ao "pátrio poder do filho", expressa no exemplo citado, de uma mulher com rendimento, casada, na faixa entre 25 a 29 anos, residente em São Paulo, São Paulo.

- (1) *"Primeiro fico contente em participar através do voto para eleger a nova Constituinte, sem dúvida a atual é caótica e muitas vezes já me encontrei perdida em soluções simples como o pátrio poder do filho, que hoje cabe só ao pai, é vexatório. Gostaria que na próxima Constituição, a nova, seja respeitada a posição da mulher e que os membros por nós eleitos não nos decepcionem, não nos abandonem.*

(607071018436, grupo, 4,23)

O corpus das mulheres constitui-se de 284 propostas, assim distribuídas:

**TABELA I — DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSTAS
POR FAIXA DE RENDA E IDADE**

Faixa etária	25 a 29	30 a 39	Acima de 59
Faixa de renda			
Sem rendimento	85	76	19
Mais de 5 a 10 s.m.	25	61	18

Como se registra na tabela I, o maior número de propostas pertence ao grupo de mulheres sem rendimento, na faixa etária de 25 a 29 anos. Uma explicação para esse fato é que nesta faixa etária, as mulheres, solteiras ou casadas, estão ansiosas para entrar no mercado de trabalho, demonstrando maior interesse, disponibilidade e abertura para participar da vida política do País. A tendência de maior participação das mulheres sem rendimento se observa, em menor escala, nas duas outras faixas etárias.

Os temas mais frequentes das propostas investigadas são: organização social, política trabalhista, política educacional e Direito — organização do Estado. Esses macrotemas estão subdivididos em subtemas. O tema organização social inclui, por exemplo: assistência ao menor, direitos da mulher. Um subtema freqüente em política trabalhista é a aposentadoria para as mulheres aos 25 anos de serviço. Por outro lado, muitas propostas que versam sobre política educacional registram um "lobby" a favor do ensino religioso (ver

item c abaixo). E, no macrotema Direito — organização do Estado, ocorre, com frequência, a solicitação de pena de morte.

2) Grau de instrução: 2º grau completo

Na leitura prévia de propostas selecionadas sem critério definido, constatou-se que as propostas de segmentos populacionais de baixo grau de instrução eram, às vezes, de difícil compreensão. Por essa razão, decidi analisar as propostas de mulheres com o 2º grau completo. A adoção deste critério minimiza os efeitos da escolarização sobre a linguagem das propostas, uma vez que todos os sujeitos investigados terão o mesmo nível de instrução.

3) Faixa de renda

As propostas variam dependendo da faixa de renda. Em decorrência da natureza do estudo qualitativo, decidi selecionar duas faixas de renda que apresentavam um número razoavelmente pequeno de propostas que não inviabilizasse a análise: (3.a) sem rendimento e (3.b) mais de cinco a dez salários mínimos. Cada uma destas faixas apresenta reivindicações específicas. Algumas manifestações específicas da primeira são:

- a favor do regime de governo presidencialista;
- a favor da casa própria;
- defesa dos direitos humanos;
- pelo direito de greve salarial;
- proteção ao trabalhador rural;
- a favor do ensino privado;
- assistência aos pobres;
- contra a pena de morte;
- contra o racismo;
- contra o desemprego;
- defesa de uma ideologia nacionalista;
- defesa dos índios brasileiros;
- por um salário mínimo justo;
- a favor de um salário para a doméstica.

Algumas manifestações específicas da segunda faixa são:

- defesa do consumidor;
- pela preservação da natureza;
- pela efetivação do funcionário público com mais de cinco anos de serviço;
- a favor do controle da natalidade;
- a favor de reforma no Código Penal e no sistema judiciário;
- a favor da pena de morte;
- defesa da informática;
- a favor do conhecimento público da origem da dívida externa;
- pela observância de proibições quanto às greves.

Obviamente, nem todas as sugestões apresentam uma relação específica com as necessidades e os interesses dos grupos em que ocorrem, e.g.: a favor do regime de governo presidencialista e do ensino privado. Esta última, aliás, é contrária a esses interesses. A razão para essas sugestões é o fenômeno “lobby”, referido acima, que representou um trabalho de persuasão lingüística e de outros tipos, cujo objetivo foi o de influenciar os parlamentares constituintes e suas bases.

A maioria dessas sugestões específicas, porém, se relaciona diretamente às necessidades e aos interesses dos grupos que as produziram. Por exemplo, as sugestões favoráveis à casa própria, a um salário mínimo justo e a um salário para a doméstica são produzidas pelo grupo em que elas são altamente relevantes, ou seja, o grupo sem rendimento. Por outro lado, as sugestões de defesa do consumidor e de efetivação do funcionário público com mais de cinco anos de serviço provavelmente afetam o grupo com rendimento. Uma diferença entre os dois grupos que pode interessar a pesquisadores de outras áreas é a relacionada à pena de morte. Enquanto o grupo sem rendimento é contra a pena de morte, o grupo com rendimento é favorável. Uma interpretação para essa diferença de opinião tão radical em um assunto tão grave para o Brasil, que nunca em sua história republicana instituiu a pena de morte, é que o grupo com rendimento se considera mais prejudicado pela ação de ladrões, assaltantes e estupradores. Como se trata de um grupo de mulheres, é significativa a proposta de pena de morte para estupradores, como ilustram os dois textos seguintes. O primeiro é de uma mulher solteira, na faixa de trinta a trinta e nove anos, residente em Salvador, Bahia. O segundo, também é de uma mulher solteira, na mesma faixa etária, residente em Brasília, Distrito Federal.

(2) *Extinção total de advogado de porta de cadeia. O vagabundo rouba, mata, estupra e o advogado tira para que ele cometa mais crimes, mais estupros, mais arrombamentos, “pena de morte” para esses casos.*

(608191005115, grupo 5,24)

4) Faixa etária

Foram selecionados três grupos de faixa etária: (4.a) 25 a 29 anos; (4.b) 30 a 39 anos; e (4.c) acima de 59 anos. A idéia que norteou a escolha da faixa etária foi a de delimitar um universo de mulheres jovens, mulheres maduras e mulheres idosas. Entretanto, essa idéia não pôde concretizar-se inteiramente por causa do número excessivo de propostas resultante do cruzamento das variáveis faixa de renda com faixas etárias inferiores a 25 anos. Não obstante esse problema, as três faixas etárias selecionadas apresentam diferenças significativas. Considere-se, por exemplo, o grupo com rendimento. A faixa etária 25 a 29 anos apresenta apenas uma proposta específica, que sugere a preservação da natureza, mas as duas outras faixas etárias apresentam um número maior de propostas específicas. Na faixa 30 a 39 anos, encon-

tram-se: propostas favoráveis ao aborto, contrárias ao aborto, favoráveis ao controle da natalidade e à pena de morte, e uma proposta que reivindica a defesa da informática. A faixa acima de 59 anos apresenta cinco propostas específicas: a favor da reforma agrária, do conhecimento público da origem da dívida externa e da observância de proibição contra a greve; pela proteção aos idosos e por melhores condições na Previdência Social. Enquanto as mulheres mais jovens demonstram preocupações ecológicas, uma questão nova no Brasil, as mais maduras defendem a maternidade responsável e as idosas reivindicam um compromisso da sociedade com os idosos.

- (3) *Acho que deve haver pena de morte para estupradores e assaltantes reincidentes. Não é justo que a população assuma os custos do aprisionamento de criminosos irre recuperáveis.*

(608151028681, grupo 5, 25)

Além do cruzamento de variáveis sociais, realizado na amostra de propostas de mulheres, o banco de dados SAIC possibilitou a adoção de outros métodos de pesquisa, como o cruzamento de palavras. O cruzamento das expressões “reforma agrária” e “posseiro” resultou numa segunda amostra. Um terceiro método foi a seleção de uma cidade pequena. A cidade de Nova Glória, Goiás, oferece uma amostra de propostas relevantes para a investigação dos processos comunicativos de uma comunidade lingüística. Um ponto importante sobre Nova Glória é que um número considerável de seus habitantes reivindica a pena de morte. O motivo para esta reivindicação foi a ocorrência de um crime grave na cidade, com o envolvimento de políticos locais. Meu interesse nessa amostra é a investigação das diferentes formas de desenvolvimento do mesmo tópico. Essas duas amostras serão reservadas para estudos posteriores.

As propostas à Constituinte foram redigidas num questionário que solicitava resposta a onze questões: sexo, zona de moradia, estado e município, grau de instrução, estado civil, faixa etária, faixa de renda, atividade, nome, endereço, CEP. Abaixo da questão 11, na página 2, apresentava-se um espaço para as pessoas dirigirem a sugestão, caso desejassem, a um parlamentar específico: “Se você preferir dirigir a sua sugestão a um parlamentar especificamente, basta preencher este campo com o nome do deputado ou senador“. Seguia-se um espaço de 23 linhas para a proposta, que trazia na parte superior esquerda o comando: “Use este espaço para colocar a sua sugestão“.

A apresentação das propostas varia consideravelmente. Esta variação cria problemas metodológicos, na medida em que põe questões a respeito da própria idéia de propor. Considerarei duas questões, uma das quais tem a ver com os critérios que orientaram a preparação do banco de dados. Há muitos casos no SAIC em que a proposta que está registrada na memória do computador difere bastante do original. Considerarei alguns casos observados na leitura dos originais.

- (a) Variação no instrumento empregado para escrever a proposta, resultando em heterogeneidade visual. Exemplos: (a.1) A proposta 00216L009.02.07 foi redigida originalmente a lápis e, em seguida, coberta com tinta azul. (a.2) A proposta 00268L011.02.07 foi iniciada a lápis, continuada a tinta vermelha e concluída a tinta azul.
- (b) A redação da proposta foge ao espaço conferido às linhas e à linearidade adotada convencionalmente para o português escrito. Nos dois exemplos abaixo, apresento cópias dos textos originais, ilustrando: em (4), a utilização de mais de um espaço e a escrita em linha oblíqua; e, em (5), a escrita em linha oblíqua e a produção de atos comunicativos que nada têm a ver com a proposta, como crítica, conselho, cobrança. Muitos desses dados, como a escrita oblíqua o conselho (“Pensem!”) e a cobrança (“Espero a resposta de vocês“!) foram eliminados (ver exemplo 6).
- (4) Proposta de W.V.S., do sexo masculino, solteiro, entre 15 e 19 anos, primeiro grau completo, sem rendimento, residente em Campo Limpo Paulista, São Paulo.
- (5) Proposta de P.S., do sexo feminino, solteira, entre 15 e 19 anos, segundo grau incompleto, manequim, residente em Lages, Santa Catarina (sem informação quanto a rendimento).
- (6) Proposta de P.S.M., na versão do banco de dados.
Para que tanta violência?
Por que pouca fraternidade?
Quero amor entre pessoas.
O nosso trânsito deveria ser melhor.
Lembrete:
Por que pessoas mais importantes, como senador e deputado são tão orgulhosos? Eu acho que eles pensam que estão com o rei na barriga.
- (60702L005119)

É inegável que há problemas comunicativos nas propostas. Entretanto, argumentarei que estes problemas de comunicação *fazem parte dos dados*. É um dado significativo para o lingüista, por exemplo, saber que alguns brasileiros desconhecem as regras pragmáticas que governam a proposta. A eliminação desses dados pelo SAIC cria, a meu ver, um sério problema metodológico.

Nesses exemplos, principalmente no último, nota-se a violação do Princípio de Cooperação, de H. Paul Grice (1975). São violadas as máximas de *modo* e de *relação*, ou seja, a contribuição da autora, em (5), se faz de forma imprópria e irrelevante. Considerando que são autores jovens, é provável que se trate de desconhecimento das *regras pragmáticas* do português, i.e., das convenções de uso que governam a produção e interpretação dos

Se você preferir dirigir a sua sugestão a um parlamentar especificamente, basta preencher este campo com o nome do Deputado ou Senador.

Use este espaço para colocar a sua sugestão.

JUVENTUDE NA
CONSTITUINTE

MUITO
OBRIGADO

“jogos de linguagem“. Em casos como esses, a comunicação ocorre apenas em nível locucionário, falhando completamente o ato ilocucionário, sua força e sentido (Souza Filho, 1985:424 — ver seção B).

A propósito, segundo uma funcionária do Senado Federal, que supervisionou uma equipe de indexação das propostas, na primeira fase do trabalho de indexação, foi realizada um *triagem preliminar*, na qual alguns textos foram descartados por serem ilegíveis ou só contarem termos impróprios, pertencentes ao vocabulário tabu do português, referidos como “palavrões” ou “xingamentos”. Essas propostas não obtiveram a aceitabilidade necessária para

Se você preferir dirigir a sua sugestão a um parlamentar especificamente, basta preencher este campo com o nome do Deputado ou Senador.

BETE MENDES (DEPUTADA)

Use este espaço para colocar a sua sugestão.

ELEIÇÕES - NÃO OBRIGATORIEDADE
DO VOTO

FORÇAS AR-
MAJORS - ATUAÇÃO APENAS NA DEFE-
SA DA SOBERANIA NACIONAL

PODER JUDI-
CIÁRIO - 2/5 DOS TRIBUNALS ESTA-
DUAIS PARA ADVOGADOS
E MEMBROS DO M.P. EM
VEZ DO 1/5 ATUAL (ART.
144, IV)

A segunda questão metodológica que considerarei diz respeito à enorme variação na apresentação gráfica, na forma e no conteúdo das propostas que integram o banco de dados. Um primeiro tipo de apresentação é a lista, uma seqüência de itens numerados (1.2.3., etc.), separados por ponto. Uma variação da lista é quando se introduz a proposta, seguindo-se a apresentação dos itens, iniciados por travessão dois pontos (-:, -:; etc.). Observa-se também a lista separada por espaços, sem a pontuação inicial. No exemplo (7), os itens são sublinhados e brevemente explicados.

(7) Proposta de B.R.S., do sexo masculino, casado, prestador de serviços, com idade entre 40 a 49 anos, curso superior completo, rendimento de

mais de vinte salários mínimos e residente em São José dos Campos, São Paulo.

Um outro tipo de apresentação é o parágrafo. A proposta, neste caso, apresenta um ou mais parágrafos. Um exemplo é a proposta de “pena de morte moderada e democrática”, de L.R., do sexo masculino, casado, com idade entre 30 a 39 anos, primeiro grau incompleto, rendimento de até um 1 salário mínimo e residente na zona rural de Sumaré, São Paulo (60718L019463). L.R. desenvolve sua proposta em *nove parágrafos*.

Variações quanto à forma podem ser observadas no fecho das propostas, isto é, na frase final (ver seção B). Seguem-se alguns exemplos:

(8) *Vou finalizando, desculpe os erros, Espero ter outra oportunidade para escrever, porque na próxima vez estarei preparado.*
Tchau.

(00192L008.02.07) Autor: M.

(9) *Obs: Amais uns aos outros*
Não deixar para traz
um país desmantelado pela
falta de emprego; saúde, alimentação.

(00228L010.02.07) Autor: M.

(10) *Eluzão não Enche abariga*

(00236L010.02.07) Autor: M.

(11) *Obs: A constituinte é uma necessidade!*

(00241L010.02.07) Autor: M.

(12) *Estamos cansados de tanto roubo e promessas etc.*

(00242L010.02.07) Autor: A.

(13) *Esta é minha opinião Obrigado Solicito resposta*

(00247L010.02.07) Autor: A.

(14) *Obs — Não venho recebendo respostas à minhas sugestões???*

Assinado: R.

(00249L010.02.07) Autor: R.

No exemplo (8), o autor anuncia o fim da proposta, diz que espera ter outra oportunidade para escrever e se despede com um ciao (“adeus”, em italiano), termo empregado em português informal. Em (9), a margem é irregular: o texto termina com uma observação. (10) é um dito popular; neste exemplo, a autora não segue normas de grafia e de emprego de letras maiúsculas. Por outro lado, o autor do exemplo (12) finaliza com uma frase

em que demonstra descrédito com relação às promessas dos políticos. Em (13), o autor frisa que a sugestão é opinião própria, agradece e solicita resposta. O autor de (14), como o de (9), termina com uma observação, na qual realiza uma cobrança indireta de respostas a suas sugestões. Observe-se o uso de três pontos de interrogação no final da oração declarativa. Essa proposta, como muitas outras, vem assinada.

A variação se faz notar também no conteúdo das propostas. Dois exemplos de conteúdo inusitado são apresentados abaixo: O primeiro texto, proveniente de Uberlândia, Minas Gerais, propõe o cumprimento da lei e diversas modalidades de pena de morte, a serem aplicadas de acordo com a gravidade do crime: (a) amputação das mãos; (b) amputação das pernas; (c) morte na fogueira ou por fuzilamento; (d) câmara de gás ou cadeira elétrica. O segundo texto, proveniente de São Paulo, São Paulo, e considerado uma “sugestão não pertinente”, propõe um “juizado especial de causas entomológicas”, que estaria encarregado de julgar picadas de insetos. Competiria a tal juizado distinguir, por exemplo, entre picadas de pulgas, vespas e abelhas.

- (15) *Por que as leis são feitas e não são cumpridas? Têm que serem cumpridas à risca. Quem bular a lei, tem que ser penalizado severamente, mesmo que tenha que jogá-lo na selva amazônica, junto com a febre amarela ou em cima de uma bóia em alto mar.*

O homem tem que ser penalizado mesmo que o errado seja o Presidente da República, ele tem que ser penalizado igual aos outros. O mesmo se for com delegados, juizes, escrivãos, coronéis, generais, etc., todos têm que serem penalizados.

São obrigados a cumprirem as leis à risca e serão penalizados se errarem. Os ladrões e os criminosos, tem que ter um tratamento muito severo, cortar as duas mãos se matarem alguém ou se roubarem de alguém. Na segunda vez corta as duas pernas e na terceira vez queimar o homem vivo, jogá-lo no meio de uma fogueira, ou fuzilá-lo. Talvez o melhor seja colocá-lo na câmara de gás de cadeira elétrica.

- (16) *Proponho a formação de um juizado especial de causas entomológicas, justificativa: seja como exemplo de possível e eventual caso a ser julgado por este juizado: um cidadão sofreu lesões corporais culposas, causadas por pulgas comprovadamente (há testemunhas) provenientes dos cachorrinhos de uma das vizinhas.*

Ante o exposto, considerando que a proprietária dos cães agiu com manifesta imprudência consistente em criar pulgas em local habitado (há necessidade de se criar em locais inabitados) e não atentando para o fato de que os insetos poderiam atacar moradores das proximidades, e que se houve com imperícia, também posto que não soube fazer com que as pulgas permanecessem grudadas nos cães, denuncio-a a V. Ex^a como icursa nas penas do Art. 129 § 60, do Código Penal etc. Milhares de crimes

como este permanecem impunes. Apesar do ex. da pulga, este juizado teria por escopo principalmente proteger a crescente apicultura (inclusive urbana), que desenvolve-se paralelamente ao aumento da população e da demanda de alimentos. Apesar de sua relevância social como "agente vetor polinizador", produtor de maior parte dos alimentos e de medicamentos, principalmente sua picada protetora contra os raios x e gama, e curativa da "artrite reumatóides" e fonte de sadia curiosidade cultural, apesar disto, o apicultor é vulnerável de ser enquadrado no Art. 129, § 60, passando a ter antecedentes criminais, enquanto os traficantes de picadas de maconha permanecem primários. Contrastes este que nos faz lembrar os autos de fé do Cardeal de Torquemada e o manual de caça as bruxas. Identificação de insetos para fins legais, só pode ter validade quando feita por entomólogo, carecendo de validade quando feito por prostitutas, assaltantes e assassinos, traficantes de picadas de maconha, vadiagem e leigos em, geral. Somente o relato no laudo médico, e IML., da extração de ferrão de abelha comprova picadas de abelhas; na ausência de ferrão a picada foi de vespas.

A acentuada variação na apresentação gráfica, na forma e no conteúdo das propostas exige que sejam consideradas "estruturas de relevância" próprias dos diversos segmentos da população brasileira. Tais estruturas de relevância organizam o significado das experiências dos seres humanos que vivem a realidade investigada por nós cientistas (3).

B) A LINGUAGEM E O ESTILO DAS PROPOSTAS

Nesta seção, pretendo investigar aspectos da linguagem e do estilo das propostas do grupo de mulheres definido acima. Considero três pontos: primeiro, o uso de linguagem oral no texto escrito (ver seção C). Esta questão se relaciona à variação de regra de uso lingüístico observada no texto. Segundo, observo a organização do texto. Como foi sugerido acima (ver seção A), os textos das propostas estão organizados de inúmeras formas. Analiso duas formas de organização e procuro traçar o estilo em que estão vazadas as propostas. Terceiro, examino diferentes modos de propor e o valor pragmático das propostas como atos comunicativos.

1) Variação lingüística entre os sexos

Existem duas interpretações para a variação lingüística entre os sexos: a interpretação "subcultural" e a política. A primeira, defendida por Kramarae

03. Alfred Schutz, Concept and theory formation in the social sciences, *Journal of Philosophy*, 1, 1954, pp. 266-267; citado in Aaron Cicourel, Teoria e método em pesquisa de campo, in Alba Zaluar Guimarães (org.), *Desvendando máscaras sociais*, 2ª ed. (Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1980), p. 98.

(1981), e Maltz e Borker (1982), sugere que homens e mulheres empregam diferentes variedades lingüísticas que refletem diferentes processos de socialização e a maior interação das mulheres entre si, o que as levaria ao desenvolvimento de “modos de falar” próprios, distintos dos homens⁽⁴⁾. Uma outra razão seria a construção de identidades femininas ou papéis associados aos gêneros que produziriam normas específicas de comportamento lingüístico. As mulheres não apresentam normas subculturais próprias por serem socializadas para expressar uma feminilidade definida de acordo com o ponto de vista masculino⁽⁵⁾.

A segunda interpretação, proposta por Lakoff (1975), considera que a linguagem das mulheres resulta de insegurança lingüística. Tal insegurança reflete sua marginalização social e a necessidade de seguirem normas masculinas. Nessa concepção, nota-se que existe uma ligação direta entre a posição ocupada por mulheres em uma determinada sociedade e as diferenças entre sua linguagem e a dos homens (ver seção C). Por conseguinte, a explicação para as diferenças lingüísticas entre os sexos deve ser política, cabendo denunciar o estilo imposto às mulheres como opressivo.

Na análise de variação lingüística que apresento a seguir, não pretendo comparar a linguagem empregada nas propostas por pessoas dos dois sexos. Entretanto, esclareço de início, que as observações feitas sobre propostas de mulheres podem diferir consideravelmente das que seriam feitas a respeito de um *corpus* de textos elaborados por homens. As razões para essas diferenças tanto podem estar na primeira como na segunda interpretação. É verdade que os meninos, na sociedade brasileira, são socializados de forma diferente das meninas, o que os levaria, desde cedo, a desenvolverem uma “linguagem de homem”, ilustrada na frase “Fale como homem!” Mas é verdade também que uma pessoa, condicionada desde pequena a falar baixo, num tom de voz considerado apropriado ao sexo feminino, e a evitar determinados tipos de palavras, como as pertencentes ao vocabulário tabu (e.g. palavrões), pode vir a demonstrar insegurança, por exemplo, para falar em público ou para escrever aos parlamentares. Não é por acaso que o número de propostas à Constituinte redigidas por mulheres (23.617 ou 32,48%) é muito inferior ao número de propostas redigidas por homens (45.173 ou 62-12%).

2) Variação lingüística nas propostas das mulheres

Nos textos examinados, é comum o emprego de determinadas regras de uso lingüístico encontradas na linguagem oral. Estas regras, que são variá-

04. A expressão é de Dell Hymes, *Foundations in Sociolinguistics: an ethnographic approach* (London, Tavistock Publications, 1974).

05. H Cameron, *Feminism and linguistic theory* (London, Macmillan, 1985), p. 52.

veis, vêm recebendo a atenção de lingüistas interessados na observação de que os grupos sociais desenvolvem dialetos distintos. O estudo pioneiro nessa subárea da lingüística é o de William Labov (1966), nos Estados Unidos, que investiga o inglês falado em Nova Iorque.

No Brasil, Naro e Lemle (1977), adotando a metodologia laboviana, estuda a regra de concordância verbal num grupo de falantes atendidos pelo programa de alfabetização de adultos do Mobral. Entre estes falantes, a regra de concordância verbal se aplica com maior freqüência quando o sujeito ocorre imediatamente antes do verbo e com menor freqüência quando o sujeito está reposto ao verbo. A posição do sujeito anteposto mas distante do verbo apresenta uma freqüência intermediária (Lemle, 1978).

Posteriormente, a regra de concordância verbal, na primeira e terceira pessoa do plural, é investigada por Bartoni-Ricardo (1985). Focalizando a urbanização de falantes de dialetos rurais e empregando a metodologia de redes sociais, a autora mostra o comportamento lingüístico de homens e mulheres como decorrentes de suas relações sociais. As redes sociais, de um lado, pressionam no sentido da padronização e, de outro, no sentido de manter os dialetos não-padrão como símbolos de identidade grupal.

Um ponto importante no trabalho de Bartoni-Ricardo é a observação de que as mulheres demonstram uma tendência para a manutenção dos dialetos rurais, ao contrário dos homens que apresentam maior assimilação da influência padronizadora. Essas diferenças seriam explicadas pelo fato de que as mulheres investigadas, por não trabalharem fora do lar, têm pouca oportunidade de interagir em outros ambientes, o que restringe sua rede comunicativa, e por conseguinte, o grau de influência padronizadora. Esses resultados diferem de trabalhos anteriores. Trudgill (1974), por exemplo, num estudo realizado em Norwich, na Inglaterra, observa que as formas de falar da classe operária são consideradas mais masculinas do que as da classe média. Tal avaliação explicaria porque os homens apresentam uma orientação em sua fala "para baixo", ao contrário das mulheres que se orientam segundo os padrões lingüísticos da classe média.

A análise das propostas das mulheres à nova Constituição revela freqüentes exemplos de falta de concordância verbal. Considerando que se trata de linguagem escrita planejada (Ochs, 1979), esses exemplos sugerem resistência ao emprego da regra de concordância verbal e difusão da regra variável (não-padrão).

(17) ... para que todos que quisessem fazer um curso superior não encontrasse tantas dificuldades.

(60224L031769, grupo 5,39)

(18) Nesta cidade existe pequenas firmas...

(60303L032780, grupo 5,41)

- (19) *E no interior dos estados tenham prisões agrícolas, e haja uma na cidade e os mais perigosos serem mandados para as prisões agrícolas.*

(60601C010232, grupo 2,2)

- (20) *... a constituinte só terá realidade no dia em que o governo de MG conscientizar da obrigação de ajudar as creches e entidades que trabalha em prol do menor...*

(60829L029720, grupo 2,8)

O primeiro exemplo, de uma mulher casada, com rendimento, entre 30 e 39 anos, residente em Taubaté, São Paulo, mostra uma forma verbal singular (“encontrasse”) empregada com um sujeito plural (“todos”). Esse é o caso, observado por Naro e Lemle, em que o sujeito está preposto mas distante do verbo, condição que favorece o emprego da regra variável. O segundo exemplo, de uma mulher, com dados idênticos à anterior e residente em Itapetininga, São Paulo, é semelhante ao primeiro na dimensão fonológica, uma vez que em ambos a desinência que deixou de ser empregada tem o traço + nasal; o fonema precedente é vocálico; e o fonema seguinte apresenta o traço-sonoro. Mas o segundo é um caso de sujeito posposto que favorece o emprego da regra variável. O terceiro exemplo, de uma mulher solteira, sem rendimento, entre 30 e 39 anos, residente em São Gonçalo, Rio de Janeiro, ilustra o emprego da regra não-padrão na voz passiva: ela se aplica apenas ao participio passado, havendo a concordância padrão no verbo auxiliar. No último exemplo, de uma mulher com dados idênticos à anterior e residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, o sujeito é preposto, a desinência não empregada apresenta o traço + nasal, o fonema precedente é consonantal + sonoro, assemelhando-se ao primeiro e segundo exemplos em termos de sonoridade, mas diferindo destes quanto ao fonema seguinte que é + sonoro.

3) Variação na organização discursiva das propostas

A variação nas propostas se estende aos processos de organização discursiva. Um dado significativo é o emprego de formas de organização encontradas no discurso oral. Chamarei estas formas de *estilo oral*. Este estilo ocorre principalmente no grupo sem rendimento, formado por mulheres que não trabalham fora do lar. Apresento abaixo dois exemplos, o primeiro do grupo com rendimento que não apresenta o estilo oral e o segundo, do grupo sem rendimento, em que se observa o emprego deste estilo.

- (21) Proposta de uma mulher solteira, com rendimento, na faixa entre 30 e 39 anos, residente em Corumbataí, São Paulo.

Violência:

1º passo: Luta feroz contra a violência, começando pelas causas de controle rígido da natalidade (através da operação grátis e espontânea) nas

regiões de baixa renda; mães solteiras e desempregadas, pedintes, alcoólatras, viciadas em drogas, doentes mentais, casais sem renda com mais de 5 filhos e que não tenham condição de educar ou formar bem uma criança.

2º passo: Tirar das ruas e sarjetas todas as crianças abandonadas e colocá-las em escolas internas do estado e ministrá-lhes cursos úteis e simples, como os ministrados pelo Senac, escolas técnicas-agrícola, prática de esportes variados, aulas de música e canto, alfabetização urgente de todas elas, e boa alimentação.

3º passo: Aumento e obrigatoriedade do ensino religioso em todas as escolas, creches, presídios, Febens, bairros pobres, favelas, fazendo voltar os antigos, mas sempre os úteis, bons costumes já há muito esquecidos até pelos pais.

Outras: Intensificar campanhas de âmbito nacional, em municípios, bairros, cidades, zonas rurais, etc., para que voluntários (pagos ou não) deem mais de si, ajudando, se organizando em luta contra o analfabetismo, ensinando em bairros pobres, creches, asilos, presídios, etc.

Solicitar ajuda de religiosos (qualquer crença decente) e voluntários que realmente gostem desse tipo de trabalho de doação aos outros. Campanhas pela imprensa falada e escrita para que pessoas ou empresas com altos salários, abram mão de pequenas quantias mensais oferecidas às casas de caridade, asilos, orfanatos, creches, e outras instituições de caridades em seus municípios, para que o trabalho comece de baixo para cima.

Caso minhas sugestões tenham alguma utilização viável, agradeço a atenção de Vs. Ex^{as}, e coloco-me também a disposição para ajudar no que for de meu alcance e utilidade, para alguém que necessite de uma ajuda e atenção. Sou uma pessoa simples, do povo, que convive com o povo, portanto, também tenho obrigações para com o povo.

(60827L022549, grupo 5,17)

- (22) Proposta de uma mulher solteira, sem rendimento, na faixa entre 30 e 39 anos, residente em Mirinzal, Maranhão.

Minha sugestão é sobre a decisão de desemprego alarmante no Brasil, onde espero desta nova Constituição, elabore um meio de novas opções de emprego, refiro isto a mim própria que lutei pelo estudo em busca de uma vida melhor, e consegui formar-me pelo magistério e onde vivo nunca encontrei trabalho, embora tenho lutado. E o que esperaria que as colocações de emprego saíssem das mãos de prefeitos municipais, porque estes usam de armas de voto e colocam somente pessoas de suas vontades e que exercem várias funções e ficam recebendo sem trabalhar e as pessoas pobres e carentes como eu ficam a sobrar, e gostaria que isto ficasse diretamente aos deputados e governadores.

E outro lembrete a fazer é lembrar novas leis aos trabalhadores rurais, o povo sofrido. Ressaltando ainda que me dirijo a V. Ex^a porque embora não conhecendo foi a quem depusitei o meu voto. Se minhas propostas não forem aceitas, peço desculpas.

(60413C007163, grupo 2,6)

No primeiro texto, nota-se o emprego de um estilo que tem características relacionadas à linguagem escrita planejada. O texto apresenta cinco propostas: a primeira contra a violência; a segunda solicitando amparo às crianças abandonadas; a terceira, a favor da obrigatoriedade do ensino religioso; a quarta, solicitando campanhas de âmbito nacional contra o analfabetismo; e a última, relacionada à anterior, solicitando a colaboração de religiosos e voluntários na tarefa de alfabetização e sugerindo campanhas de doação de “pequenas quantias” às instituições que podem contribuir com seu trabalho para a realização dessa tarefa. O texto está estruturado em “passos” iniciados por meio de substantivos e verbos: “luta”, “tirar”, “aumento”, “intensificar”, “solicitar”. Essa estruturação corresponde a uma clareza de idéias, própria da linguagem escrita e a seleção de formas relacionadas a ação, característica da linguagem da proposta (ver seção seguinte). O texto termina com um agradecimento e uma oferta de colaboração.

O segundo texto propõe a redução do desemprego; a extinção do “empregoismo”, ou seja, a troca de empregos por votos nas eleições; e a elaboração de leis para proteger o trabalhador rural. O segundo texto é tão importante como o primeiro, mas sua estrutura é muito diferente deste. A estruturação do segundo texto é própria da linguagem oral nos seguintes aspectos: os períodos são longos, lembrando o fluxo da fala; uso freqüente de coordenação; expressões próprias da linguagem oral (e.g. “a sobrar”); o modo indicativo é empregado no lugar do subjuntivo (“Tenho lutado”); a falta de concordância verbal (“isto ficassem”); a repetição indevida de termos (“outro lembrete... é lembrar”); o emprego impreciso do léxico (“minha sugestão é sobre a decisão de desemprego”).

O texto termina com um pedido de desculpas, caso as propostas não sejam aceitas. Este fecho é, de certa forma, inesperado, pois na situação comunicativa em que as propostas foram apresentadas, não cabe pedir desculpas mas, ao contrário, barganhar sua aceitação e inclusão no texto da Constituição. O pedido de desculpas representa, assim, demonstração de fraqueza, de falta de poder.

Esta falta de poder é demonstrada também no uso do estilo oral, impróprio para uma proposta à Constituição. Mais precisamente, o uso deste estilo, com as características enumeradas acima, significa que a autora não domina a linguagem escrita e seus mecanismos de estruturação textual. O fato de ser uma mulher quem fala já cria determinadas expectativas que se multiplicam

quando se acrescenta o fato de que essa mulher não domina a linguagem de prestígio.

4) Modos de propor

Os modos de propor estão relacionados à concepção de linguagem como ação, introduzida pelo filósofo da linguagem Austin (1962). Usar a língua é agir: esta é a "intuição fundamental" de Austin⁽⁶⁾ Iniciando sua investigação com a análise de verbos performativos em que a própria enunciação do verbo é uma ação, como em "aposto" e "prometo", Austin formula o conceito de "ato ilocucionário", que se caracteriza por uma determinada "força" associada a uma intenção e um contexto comunicativo específico. Distinguem-se do ato ilocucionário, ou ato locucionário, uma estrutura lingüística com sentido e referência, e o perlocucionário, relacionado aos efeitos do primeiro. Mas tanto Austin, como também os pragmaticistas que se dedicam à teoria dos atos de fala, orientam seu trabalho no sentido de desenvolver a noção de ato ilocucionário, ou ato de fala no sentido estrito da expressão.

Uma importante contribuição para essa teoria ocorre na década de 70, com o trabalho de Searle (1975). Searle introduz o conceito de ato de fala indireto, observado no exemplo clássico:

Aluno x : Vamos ao cinema hoje à noite.

Aluno y: Tenho de estudar para uma prova⁽⁷⁾".

O enunciado de x é uma proposta. O enunciado de y é uma rejeição à proposta, constituindo um ato de fala indireto por ter duas interpretações: a primeira, de rejeição à proposta, que é o ato de fala primário; a segunda, o ato de fala secundário, é uma afirmação de que y tem de preparar-se para uma prova. A afirmação é o meio pelo qual se realiza o ato de rejeição à proposta.

Nos textos das mulheres à Constituinte, alguns verbos e expressões carregam a força de proposta: gostaria, querer, pensar, sugerir, ser a favor ou contra, esperar, que... Um exemplo é a proposta de uma mulher solteira, sem rendimento, com idade acima de 59 anos, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais:

(23) *Que a constituição se inicie no seu preâmbulo invocando o nome de Deus já que a grande maioria dos brasileiros é cristã.*

(60902L030740, grupo 3,3)

06. Danilo Marcondes, de Souza Filho, Filosofia da linguagem: da teoria do significado à teoria da ação, in DM De Souza Filho (org.) *Significado, verdade e ação: ensaios de filosofia analítica da linguagem* (Niterói, UFF-EDUFF, 1986), p. 73.

07. John R. Searle, *Indirect speech acts*, in Peter Cole e Jerry L. Morgan (eds.) *Syntax and semantics: speech acts*, vol. 3 (New York, Academic Press, 1975).

Essas propostas são facilmente identificadas porque seu sentido é explícito. Há muitas outras, entretanto, cujo sentido é implícito, inferindo do contexto, mais precisamente do fato de terem sido produzidas por uma pessoa apta a propor, no formulário próprio. Abaixo, examino alguns desses textos:

- (24) Proposta de uma mulher casada, sem rendimento, com idade entre 30 e 39 anos, residente em taubaté, São Paulo: *Porque ainda não foi criado, neste país, presídios agrícolas onde os prisioneiros produzirão seu próprio sustento com o seu trabalho na lavoura?*

(60805L007167, grupo, 2,26)

- (25) Proposta de uma mulher com rendimento, na faixa entre 30 e 39 anos, residente em Varginha, Minas Gerais:

A pena de morte no Brasil não seria uma parcela para garantir um pouco nossas vidas?

Por que a diferença nos preços de remédios e gêneros alimentícios de um estabelecimento para outro? Não poderiam criar um órgão que agisse na forma da lei e fiscalizasse mais? Não como Sunab, Procom e outros mais, pois esses só tem nome.

Os senhores já pensaram como pode viver uma família com esse salário atual?

(60221L010239, grupo 5,35)

Nesses exemplos, as propostas se realizam indiretamente através de perguntas a respeito de presídios agrícolas, da pena de morte, da diferença nos preços de remédios e gêneros alimentícios e do salário. O ato de fala primário é uma proposta e o secundário, uma pergunta.

Como no emprego do estilo oral, a mulher se coloca em desvantagem ao usar linguagem indireta em suas propostas, na medida em que a interpretação secundária, de que se trata apenas de uma pergunta, é possível. Esse tipo de linguagem, embora de muita eficácia em outras situações, não funciona numa proposta. Quando se propõe alguma coisa, é necessário explicitar que se trata de uma proposta, sem deixar dúvidas ao interlocutor quanto à interpretação do ato de fala.

C) PODER E SOLIDARIEDADE NO DISCURSO DA MULHER

Trabalhos recentes dedicados ao estudo do discurso da mulher sugerem que ele é fragmentado: faltariam palavras para expressar as experiências especificamente femininas. Em virtude disso, algumas mulheres se engajaram numa prática de conscientização através da qual se estimula a comunicação e o

partilhamento de experiências, e a discussão da origem e natureza da opressão feminina⁽⁸⁾.

No movimento feminista, é comum a idéia de que a linguagem é propriedade do homem, restando à mulher tão-somente empregar um instrumento de comunicação alienante, inadequado para expressar sua própria realidade. A influência desse tipo de formulação se exemplifica pela importância dada ao livro de Dale Spender, *Man made language*⁽⁹⁾. O fato é que, tanto na tradição européia (semiológica) como na americana (lingüística antropológica), o uso lingüístico se põe no centro do debate político feminista⁽¹⁰⁾.

É verdade que, numa sociedade patriarcal, há uma grande desigualdade entre os papéis masculino e feminino. Assim é que falar do *lugar* de mulher, em determinadas situações, pode não ter peso algum. Não resta dúvida que tal desigualdade, na sociedade brasileira, tem condenado um grande número de mulheres ao silêncio e conseqüente apagamento social. Constata-se mesmo uma *violência simbólica*⁽¹¹⁾ contra as mulheres, que se ilustra pelo uso lingüístico no trânsito ("Só podia ser mulher!") e insultos verbais e não-verbais. Por outro lado, as discussões políticas importantes são reservadas tradicionalmente aos homens, embora recentemente algumas mulheres hajam conquistado cargos políticos de destaque. Entretanto, a força do paradigma se observa na adoção por parte dessas mulheres de um discurso comumente associado aos homens.

Entretanto, a realidade da mulher no Brasil é bastante variável. A mulher que trabalha tem uma participação maior nas discussões políticas, econômicas e culturais do que a mulher doméstica cuja rede comunicativa⁽¹²⁾ se restringe à família, parentes e amigos. Existe uma enorme diferença também entre a mulher urbana, que convive num meio influenciado pela *media*, e a mulher rural que é bem menos atingida por essa força padronizadora de opiniões e hábitos lingüísticos. Uma outra variável, de grande significância, é o grau de escolaridade. Nas pequenas cidades e nos povoados do interior do Brasil, ainda é uma prática comum os filhos estudarem na capital do estado, onde os recursos educacionais são maiores, enquanto as filhas permanecem em casa, colaborando nos serviços domésticos, à espera de casamento. Tal prática, sem dúvida, é produto de um contexto social que privilegia o homem. A

08. Deborah Cameron, op. cit., p. 5.

09. Dale Spender, *Man made language*, (London, Routledge and Kegan Paul, 1980); citado in Deborah Cameron, op. cit., p. 108 ss.

10. Deborah Cameron, op. cit., p. 5.

11. Pierre Bourdieu, *Outline of a theory of practice*, tr. R. Nice (Cambridge, Cambridge University Press, 1977).

12. Stella Maris Bertoni-Ricardo, *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985) p. 114 ss.

mulher instruída tem capacidade de reivindicação não encontrada na mulher analfabeta ou de baixo nível de escolarização. Essa realidade tão variável exige que se evitem generalizações. É preciso deixar muito claro de que mulher se fala.

Nesta seção, investigamos aspectos de *poder e solidariedade* em proposta de mulheres selecionadas conforme descrevi na seção 1. São mulheres predominantemente urbanas, com o 2º grau completo, pertencentes a duas faixas de renda, e a três grupos etários.

1) As noções de poder e solidariedade

As noções de poder e solidariedade derivam inicialmente do trabalho clássico de Brown e Gilman (1960). Estes lingüistas investigam os pronomes de tratamento nas diferentes línguas européias, num período de aproximadamente quatrocentos anos. A importância desse artigo está na atribuição de significado social aos pronomes considerados em duas dimensões, a de poder e a de solidariedade. Muitas línguas européias possuem dois pronomes distintos para a segunda pessoa do singular, denominados de forma T (francês e italiano: “tu”; português: “tu”, “você”) e forma V (francês: “vous”; italiano: “lei” ou “voi”; português: “vós” e “o senhor”, “a senhora”).

Há dois problemas no uso desses pronomes. O primeiro é a ambigüidade, uma vez que ambos podem indicar poder e solidariedade. Por exemplo, “você” significa intimidade quando se dirige a um amigo, mas desprezo ou arrogância quando empregado com um superior. Da mesma forma, “o senhor”/“a senhora” indicam respeito a um(a) superior(a), porém frieza ou distância quando empregados com um(a) amigo(a). O segundo problema é que o sentido desses pronomes depende da resposta. Portanto, sentido de “você” e “o senhor”/“a senhora” depende do conhecimento partilhado da estrutura social e do *status* dos interlocutores. O emprego dessas formas é então bastante complexo, na medida em que precisamos compreender quem fala, a quem fala e o sistema social no qual os interlocutores estão posicionados e que determina a resposta esperada. As possibilidades de sentido dos pronomes T e V são apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO II — OS PRONOMES DE TRATAMENTO T — V

T	+ Reciprocidade	Intimidade
	- Reciprocidade	Poder/hostilidade
V	+ Reciprocidade	Formalidade/respeito
	- Reciprocidade	Deferência

Há duas oposições nesse sistema, uma entre T e V e outra entre reciprocidade e não-reciprocidade. Esta última se relaciona à oposição poder e solidariedade na medida em que a não reciprocidade é um “significante transparente” de desigualdade e poder e a reciprocidade, de intimidade e solidariedade (13). A oposição entre poder e solidariedade ocorre em alguns pontos do sistema. Observa-se, por exemplo, que a distinção entre intimidade e polidez é indicada pela diferença entre T recíproco e V recíproco, sugerindo que a maior distância encontrada em V recíproco indica maior poder. Por outro lado, quando a forma T é empregada pelos poderosos, dirigindo-se a interlocutores sem poder, a intimidade torna-se um índice de poder. É o caso do político que procura conquistar eleitores comuns, tratando-os como iguais.

As noções de poder e solidariedade são retomadas por Brown e Levinson (1978) que investigam o fenômeno da polidez em três línguas distintas: o inglês (britânico e americano); o tzeltal, uma língua maia falada em Tenejapa, Chiapas, no México; e o tâmil, uma língua da família dravídica, falada em Coimbatore, Tamilnadu, no sul da Índia.

Desenvolvendo a noção de “face”, do sociólogo americano Erving Goffman (1972), Brown e Levinson formulam os conceitos de “face positiva” e “face negativa”, que seriam manifestações de “todos os membros adultos competentes de uma sociedade” (14). A formulação desses conceitos se baseia em pressupostos pragmáticos associados à racionalidade do discurso, aos modos de raciocínio que levam os interagentes a empregar determinados meios (lingüísticos) para atingir determinados fins. Face é a imagem interiorizada socialmente que cada pessoa gostaria de reivindicar para si. A face positiva é a imagem positiva ou “personalidade”: resume-se no desejo de aprovação social. A face negativa é a reivindicação básica de territorialidade, o direito à liberdade de ação e à proteção pessoal contra as imposições dos outros.

Um conceito central na proposta de Brown e Levinson é o de “ato ameaçador da face” (*face threatening act* — *E.I.A.*), definido como um ato comunicativo contrário à reivindicação de face dos sujeitos produtores e intérpretes. Determinados atos, então, frustram os objetivos dos sujeitos, ameaçando seu território ou espaço social.

A interpretação de um ato ameaçador da face é determinada por três fatores: a *distância social* entre os interlocutores; o *poder* relativo destes, exemplificado nas frases do português, “você sabe com quem está falando?” e “conheça o seu lugar”; a *escala de imposições sociais* conforme a cultura.

13. Robert Hodge e Gunther Kress, *Social semiotics* (Cambridge, Polity Press, 1988) p. 41 ss.

14. Penelope Brown e Stephen Levinson, *Universals in language usage: politeness phenomena*, in Esther N. Goody (ed.) *Questions and politeness: strategies in social interaction* (Cambridge Cambridge University Press, 1978) p. 66.

O fator distância social atua em relações simétricas, baseando-se em avaliações de proximidade/distância. Dois pontos são considerados nestas avaliações: se há terreno comum ou cooperação entre os interlocutores. Um reflexo de proximidade social é a reciprocidade de face positiva.

Os fatores distância social e poder correspondem a dimensões sociais universais que assumem características próprias em cada cultura. Se o interlocutor é uma pessoa influente na comunidade local, o fator poder terá um peso significativo. Há duas fontes de poder, cada uma das quais podendo ser legítima ou ilegítima: o controle material e o metafísico.

O fator imposição social prevê a existência de escalas de imposições, variáveis conforme o contexto, e avaliadas em termos de custo e benefício para a face positiva e face negativa dos interlocutores e em termos de seus direitos e obrigações.

Em comparação com Brown e Gilman, o trabalho de Brown e Levinson representa um avanço. Por um lado, eles procuram captar as especificidades das culturas e dos sujeitos, na medida em que as imposições sociais variam com o contexto e sujeito. Por outro, eles estendem as noções de poder e solidariedade além dos pronomes de tratamento, considerando estratégias de polidez que vão da linguagem direta à indireta. Esta última se observa com frequência nos encontros assimétricos, permitindo mascarar o poder em formas lingüísticas pretensamente solidárias.

Mais recentemente, Hodge e Krees (1988) sugerem que a relação entre os sistemas de poder e solidariedade tem uma importância central na comunicação. Resumirei a proposta desses investigadores em três pontos:

- (a) Existe uma inter-relação entre os sistemas de sinais de poder e de solidariedade que atua no sentido de organizar as relações entre os interlocutores em “todos os atos semióticos”.
- (b) As inter-relações entre os significantes de poder e de solidariedade se baseiam na oposição e identidade entre duas dimensões, resultando em “ambigüidade sistemática” e “redundância múltipla”.
- (c) As regras que prescrevem as condições para a produção e interpretação dos sentidos, ou “sistemas logonômicos”, pressupõem relações de poder e solidariedade entre os interlocutores, “projetando uma visão ideológica da sociedade” (15).

Os sistemas de poder e solidariedade são fundamentais para as relações sociais, na medida em que preenchem os requisitos mínimos para a convivência social, por meio da polidez e da atenção à face, ao mesmo tempo em que encobrem as desigualdades de poder entre os interlocutores. Dada sua impor-

15. Robert Hodge e Gunther Kress, op. cit., p. 46.

tância, eles são extremamente redundantes, para serem facilmente apreendidos. Assim, se o sistema verbal não funciona, o não-verbal traduzirá os sinais de poder e solidariedade.

A ambigüidade resultante da oposição e identidade entre esses sistemas é explorada de forma sistemática nas relações sociais. Num estudo de 1985, mostro como as tradicionais benzedeiros que atuam nas cidades-satélites de Brasília empregam formas lingüísticas de comando (o imperativo e o presente do indicativo) simultaneamente com formas indicativas de proximidade social⁽¹⁶⁾.

Como as benzedeiros exercem um tipo específico de poder sobre as pessoas que as visitam, derivado da religião, está claro que esses enunciados devem ser interpretados como ordens. Ou seja, elas exercem poder sobre as pessoas, empregando formas que apelam para a identidade ou solidariedade.

Hodge e Kress (1988) analisam um exemplo de uma entrevista de televisão com um político influente na Austrália. Ambos os interlocutores possuem um tipo de poder: um como entrevistador, o outro como líder político. Entretanto, o político demonstra seu poder sobre o entrevistador, por meio de determinados significantes transparentes de poder. Um destes é a não reciprocidade nas formas de tratamento: enquanto o entrevistador se dirige ao político com a forma "Sr. Primeiro Ministro", o político o chama de "Mike", apelido para "Michael". Durante a entrevista, o político emprega uma linguagem que se aproxima da fala espontânea, tanto na estrutura gramatical como nas recorrentes hesitações, próprias da linguagem oral. Na verdade, o discurso desse político é ambíguo porque ele sinaliza para o entrevistador e solidariedade para os telespectadores⁽¹⁷⁾.

A contribuição da proposta de Hodge e Kress, a meu ver, repousa no compromisso que ela tem com a explicitação da maneira como funciona a relação entre linguagem e sociedade. A ambigüidade entre poder e solidariedade é governada pelos sistemas logonômicos, as regras que determinam a produção e interpretação dos sentidos. Essa ambigüidade veicula uma visão distorcida da sociedade, na medida em que oculta o poder sob o disfarce inofensivo da solidariedade. É necessário explicitar esses processos lingüísticos para compreender de forma mais clara a linguagem e a sociedade.

Na próxima seção, aplicarei as noções de poder e solidariedade à análise das propostas das mulheres à Constituinte. Duas perguntas orientarão esta análise: (a) A linguagem das mulheres é solidária? Até que ponto esta linguagem reflete valores masculinos associados ao poder e às formas de dominação?

16. Maria Izabel S. Magalhães, *The rezas and benzeções: healing speech activities in Brazil* (Universidade de Lancaster, Inglaterra, tese de Doutorado inédita, 1985) cap. VI.

17. Robert Hodge e Gunther Kress, *op. cit.*, p. 46 ss.

2) Solidariedade

Um ponto defendido nas propostas das mulheres diz respeito à proteção ao menor. As propostas de proteção ao menor ocorrem nos três grupos etários e nas duas faixas de renda, mas são mais frequentes entre as mulheres maduras, ou seja as que se situam nos grupos de 30 a 39 anos e acima de 59 anos. Tal fato possivelmente se relaciona ao desenvolvimento nesses grupos de uma atitude (materna) responsável para com o menor na sociedade.

A solidariedade das mulheres ao menor se justifica nas propostas pela idéia de um futuro melhor para o Brasil, como se observa na proposta (26) de uma mulher sem rendimento, de idade superior a 59 anos, casada, residente em Ponte Nova, Minas Gerais.

(26) *Procurar resolver o problema do menor abandonado, dando-lhe condições de vida melhor, comida, moradia, vestuário, estudo e emprego.*

Porque assim teremos um Brasil muito melhor.

(60402L006128, grupo 3.15)

Linguisticamente, a solidariedade se manifesta de várias formas. Uma dessas formas foi observada acima no uso recíproco dos pronomes T. Uma outra forma é o emprego de aspectos associados à linguagem oral no texto escrito. O estudo de elementos de oralidade na escrita vem merecendo a atenção de alguns investigadores⁽¹⁸⁾. Um aspecto tratado por Tannen (1982) é o uso de paralelismo. Este fenômeno lingüístico, encontrado nas tradições orais e, de modo geral, na linguagem oral, caracteriza-se pela repetição fonológica, sintática ou lexical. Segundo Ochs (1979), a repetição de construções sintáticas paralelas se relaciona à redução no planejamento discursivo: ao repetir uma unidade sintática, o falante faz uma pausa e planeja o próximo enunciado. Tannen (ibid.) observa que o paralelismo sintático estabelece um "ritmo hipnotizador" que entusiasma e envolve o interlocutor⁽¹⁹⁾.

O paralelismo lingüístico também se associa à ênfase e à memória⁽²⁰⁾. No exemplo acima, a proponente se solidariza com o "menor abandonado" e sugere que ele tenha "condições de vida melhor". O paralelismo lexical

18. Sobre as características da linguagem oral e da linguagem escrita, cf: Elinor Ochs, *Planned and unplanned discourse*, in T. Givón (ed.) *Syntax and semantics: discourse and syntax*, vol. 12. (New York, Academic Press, 1979).

19. A questão de envolvimento com o interlocutor é discutida por: William L. Chafe, *The development of consciousness in The production of a narrative*, in W. L. Chafe (ed.) *The pear stories: cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production* (Norwood, N. J., Ablex, 1980); Erving Goffman, *Alienation from interaction*, in Jonh Laver e Sandy Hutcheson, *Communication in face to face interaction* (harmondsworth, Penguin, 1972); Deborah Tannen, *Oral and literate strategies in spoken and written narratives*, *Language*, 58 (1): 1-21, 1982.

20. Geoffrey, N. Leech, *A linguistic guide to English poetry* (London, Longman, 1969) p. 67.

que se segue detalha quais são estas condições: “comida, moradia, vestuário, estudo e emprego”. Através do uso desse recurso da linguagem oral, a autora da proposta não apenas enfatiza o sentido de “vida melhor” pela explicitação dos elementos de sentido que a integram, como também cria um ritmo ou efeito musical, facilitando a apreensão e retenção da proposta pelo leitor.

O paralelismo, com seu ritmo e musicalidade, é um “significante transparente” de solidariedade, da mesma forma que o T recíproco. Esta solidariedade se estende ao leitor/destinatário, na medida em que a repetição estabelece envolvimento com ele. Este envolvimento é fundamental, pois a proposta se dirige aos constituintes que, como se sabe, tinham o poder legítimo para garantir a proteção ao menor no texto da nova Constituição.

O exemplo que analiso em seguida é de uma viúva, com rendimento, do mesmo grupo etário da proponente anterior (ou seja, acima de 59 anos), residente em Cascavel, Paraná.

(27) *Chegou a hora de se fazer aquilo que há 40 anos espero do governo, pois vivo de perto os sofrimentos dos menores indefesos e faço aqui um apelo, falo das crianças espancadas, agredidas pelos pais ou responsáveis, ou até pelos estranhos adultos, que não lhes dão o mínimo de respeito, de carinho, de afeto.*

É fácil agredir menores indefesos, filhos submissos aos pais que lhes deram a vida, a quem não pediram para nascer.

Nascerem para a violência dos próprios pais, muitas vezes a ponto de causar-lhe a morte. Que horror.

Faço aqui um apelo: Sr. Senador José Richa, digno cidadão paranaense, lembre-se quando chegar à Constituinte: a sua prioridade deve ser o menor no mundo da violência.

Que se faça uma lei punindo rigorosamente qualquer pessoa que agredir física ou moralmente um menor; que se inclua na constituição o direito à vida da criança, uam vida digna, vida sadia, vida feliz. Só assim o Brasil vai mudar.

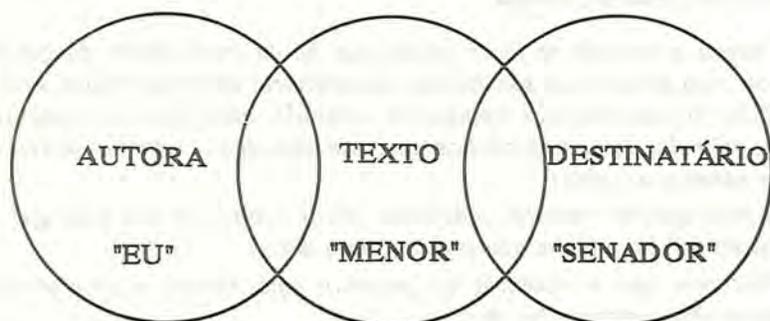
Nessa proposta, a solidariedade ao menor se apresenta, inicialmente, no sintagma adverbial “de perto” que qualifica o verbo “vivo”, indicando a identificação da autora com os “sofrimentos” do menor. Em seguida, os menores são descritos por meio de um paralelismo sintático: “menores indefesos”, “crianças espancadas, agredidas” pelos adultos (pais ou estranhos). A repetição da estrutura (substantivo + adjetivo) e o sentido dos adjetivos repetidos desenvolvem no leitor uma atitude solidária para com os menores. Estas crianças não recebem dos adultos “o mínimo de respeito, de carinho, de afeto”, em que ocorre um outro paralelismo sintático, a repetição da estrutura (preposição + substantivo). Na linha seguinte, observa-se mais um paralelismo sintático em “menores indefesos, filhos submissos aos pais”, em

que a segunda ocorrência da estrutura (substantivo + adjetivo) se segue de um sintagma preposicional. Finalmente, nas últimas linhas da proposta, a autora produz um paralelismo sintático e fonológico: “vida digna, vida sadia, vida feliz”. Note-se a repetição dos fonemas /v/ /i/ /d/ /a/, que contribui para o efeito musical do texto.

Além dos paralelismos lingüísticos freqüentes, há que se notar, nessa proposta, o emprego da expressão “que horror”, outro elemento de linguagem oral que contribui para estabelecer uma relação próxima com o leitor.

Mostrarei agora as relações entre as figuras ⁽²¹⁾ do texto.

FIGURA I – SOLIDARIEDADE NO TEXTO



A autora procura estabelecer uma relação com o leitor/destinatário em que há envolvimento e solidariedade, por meio de aspectos da linguagem oral, principalmente do paralelismo. O motivo dessa relação é solicitar proteção para o menor com quem ela se identifica: há “quarenta anos” ela espera a oportunidade de ajudá-lo de forma concreta, isto é, pela modificação da lei.

Uma das características dos sistemas de poder e solidariedade é a *ambigüidade* entre estas duas dimensões (Hodge e Kress, 1988:46). O texto mantém ambíguas as categorias leitor e destinatário, envolvendo-os sem distinção. Há um momento, porém, em que a autora apela ao poder, quando se dirige ao destinatário com a forma V, indicativa de formalidade e poder: “Senhor Senador José Richa”. O apelo ao poder instituído se justifica pela “violência” ao menor na sociedade brasileira.

21. Erving Goffman, *Forms of talk* (Oxford, Basil Blackwell, 1981) p. 147.

QUADRO III – VIOLÊNCIA AO MENOR

SUBSTANTIVOS	ADJETIVOS
sofrimentos	indefesos (2 vezes)
pais	espancadas
adultos	agredidas
violência (2 vezes)	submissos
morte	
horror	

O quadro acima demonstra claramente, por meio de substantivos e adjetivos, representações que apontam para uma sociedade não apenas desigual, mas injusta e perversa para com seus grupos minoritários na balança do poder. Os próprios pais causam “sofrimentos” ao menor, e às vezes até a “morte”. Exorbitando do poder que possuem sobre os filhos. A perversidade se coloca, sobretudo, pela forma como são considerados os menores: “É fácil agredir menores indefesos, filhos submissos...” Isto é, os adjetivos empregados qualificam-nos como seres humanos incapazes de reagir. Na verdade, quem conhece a sociedade brasileira contemporânea sabe que os menores têm reagido aos maus-tratos sociais, que nem sempre são “submissos” ou “indefesos”. Trata-se, pois, de uma idealização.

Entretanto, cabe aos pais e às autoridades educacionais e políticas resolverem os problemas do menor. É importante, portanto, explicitar a violência social, como o faz a autora. O estilo solidário da proposta representa, assim, um trabalho pragmático necessário para exigir do poder instituído (pais e autoridades) o cumprimento de responsabilidades e a criação de leis “rigorosas” que protejam a “vida da criança”.

3) O discurso da mulher trabalhadora, mãe de dona-de-casa

A maior preocupação nas propostas à Constituinte investigadas neste trabalho é com os direitos da mulher. A elaboração da nova Constituição foi um momento oportuno para a ampliação das conquistas da mulher no Brasil. As mulheres acreditaram nisto, como atesta a seguinte proposta, de uma mulher sem rendimento, casada, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

(28) A mulher na Constituinte.

Uma pessoa, no caso, um deputado, alguém dentro do Senado para responder pelas mulheres, pelos problemas das mesmas, para podermos conseguir um lugar, um apoio dentro da Constituinte.

(60405L002046, grupo 2,50)

Diversos pontos são enfatizados com relação aos direitos da mulher, entre os quais cito: redução do tempo de serviço para a aposentadoria, de 30 para 25 anos; igualdade com os homens no trabalho e no lar; segurança contra estupro; “pé na cova” (gratificação nos últimos anos de trabalho, antes da aposentadoria); redução na jornada de trabalho, de 8 para 6 horas; aposentadoria para a dona-de-casa.

Tratarei, nas próximas seções, das propostas reivindicadoras dos direitos da mulher trabalhadora, mãe e dona-de-casa. Parto da concepção que, embora a mulher haja conquistado alguns direitos fundamentais, como o direito ao voto e ao exercício de profissões liberais, ainda existe um longo caminho a percorrer. Neste sentido, as propostas são claras: existe discriminação e um tratamento desigual com a mulher.

4) Relações de poder desiguais

As propostas apresentam determinadas versões das relações sociais no Brasil: elas têm um conteúdo ideológico. Muitas se insurgem contra práticas “sexistas”. Outras se baseiam em pressupostos originados em grupos dominantes masculinos. Estes pressupostos tomam como **natural** e **universal** o que é, na verdade, a visão particular dos homens. Os tipos de discurso que funcionam dessa forma, que chamarei desnaturalizados, contribuem para manter relações de poder desiguais (Fairclough, 1989:33) ⁽²²⁾.

A análise das propostas revela quatro tipos de discurso. Estes tipos de discurso ⁽²³⁾ representam versões da sociedade brasileira, na medida em que se baseiam em determinadas convenções para a produção e interpretação do discurso ou **ordens do discurso**, um conceito do filósofo francês Michel Foucault (1971)⁽²⁴⁾. As ordens do discurso se relacionam a **ordens sociais** que estruturam o espaço social em diversos domínios. Os domínios estão associados a tipos de prática. A estruturação do discurso em ordens e as mudanças ocorridas nestas estruturas com o passar do tempo são determinadas pelas relações de poder na sociedade⁽²⁵⁾.

5) Linguagem e gênero

Uma categoria gramatical que reflete pressupostos masculinos naturalizados, isto é, tidos como naturais, é a de **gênero**. Um exemplo típico é o

22. Norman Fairclough, *Language and power* (London, Longman, 1989) p. 33.

23. Sobre “Tipos de discurso”, cf. Eni Pulcinelli Orlandi, *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*, 2ª ed. (Campinas, SP, Pontes, 1987) p. 154. Orlandi define três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário.

24. Michel Foucault, *L'ordre du discours* (Paris, Gallimard, 1971).

25. Norman Fairclough, op. cit., p. 30.

chamado masculino “não marcado” ou “genérico”, como neste exemplo: “A evolução sócio-cultural concebida como uma sucessão de processos civilizatórios gerais tem um caráter progressivo que se evidencia no momento que conduziu o homem da condição tribal às macro-sociedades nacionais modernas” (26). A palavra “homem”, nesse caso, inclui pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino.

O gênero como categoria lingüística se originou na Grécia, com o sofista Protagoras. A palavra *gênero* deriva de uma palavra, com o sentido de “classe” ou “espécie”, que dividia os substantivos gregos em três classes: masculino, feminino e neutro. Estes são considerados simples rótulos que não indicam o sentido das palavras, como no alemão, em que a palavra empregada para “moça” é neutra. Nem todas as línguas possuem uma categoria para a classificação de substantivos. O chinês é um exemplo(27).

Existem os gênero natural e gramatical. No primeiro, são indicadas as diferenças de sexo encontradas entre as criaturas, como no inglês. No segundo, todos os substantivos são classificados, inclusive os que se referem a objetos. É o caso do português, em que alguns substantivos recebem a desinência masculina — o e outros, a desinência feminina — a, independente de sexo. Por exemplo, tanto *menina* como *fruta* (específica) são substantivos femininos, enquanto *menino* e *fruto* (genérico) são substantivos masculinos.

Os lingüistas afirmam que gênero é uma categoria gramatical que nada tem a ver com sexo(28), mas um grupo de mulheres lingüistas discorda, buscando evidências na tradição filológica, da Grécia Antiga aos filólogos europeus do século XIX. Por exemplo, o filólogo germanista Grimm propõe uma teoria segundo a qual o gênero gramatical é um estágio mais avançado do gênero natural. Segundo esta teoria, as línguas desenvolvem o gênero gramatical quando passam do estágio de simples reconhecimento de criaturas do sexo masculino e criaturas do sexo feminino para um estágio posterior de formulação de princípios abstratos, em que todos os substantivos podem ser classificados. Grimm explicita as qualidades associadas a cada sexo: “O masculino significa o anterior, maior, mais firme, mais inflexível, rápido, ativo, móvel, produtivo; o feminino é posterior, menor, mais suave, mais parado, sofredor, receptivo (29). Esses tipo de colocação é claramente de conteúdo ideológico, pois estende à gramática um ponto de vista masculino. Não há razão alguma para que o feminino seja “sofredor” e o masculino “produtivo”.

26. Darcy Ribeiro, *O processo civilizatório*, 2ª ed. (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972) p. 42.

37. Deborah Cameron, op. cit. p. 62 ss.

28. John Lyons, *Introduction to theoretical linguistics* (Cambridge, Cambridge University, Press, 1968) p. 284.

29. Jakob Grimm, *Deutsche grammatik*; citado in Deborah Cameron, op. cit., p. 65.

Na verdade, a gramática de uma língua reflete as relações sociais específicas da sociedade na qual ela é falada. O português oferece um exemplo prototípico. Segundo Cunha (1971), o gênero feminino no português se forma de duas maneiras: (a) com um radical diferente do masculino, e.g.: *homem* — masculino, *mulher* — feminino; (b) por derivação do radical do masculino, substituindo-se ou acrescentando-se desinências, e.g.: *cantor* — masculino, *cantora* — feminino³⁰). Essa regra de derivação do feminino corresponde à definição de Grimm, de “anterior” para o masculino e “posterior” para o feminino (acima). Tal prática se origina em um tipo de senso comum próprio da sociedade patriarcal, representando a dominação dos homens sobre as mulheres. Um argumento a favor desta interpretação é que nas relações importantes na família brasileira, observa-se no feminino um radical diferente do masculino, como em: *mãe* — *pai*, *mulher* — *marido*, *nora* — *genro*. Estas relações são importantes porque significam a união de grupos econômicos pelo casamento. Em outras palavras, o gênero feminino só recebe um tratamento gramatical/social específico quando gera recursos econômicos.

6) Tipos de discurso

A investigação da categoria gênero nas propostas das mulheres à nova Constituição revela dados significativos. Primeiro, a mulher reivindica um lugar na Constituição para o gênero feminino. Como diz uma mulher de Taquaritinga, São Paulo, ele fala “em nome de toda a classe feminina” (60528L022548, grupo 5,2). Nota-se nesta frase a percepção de grupo, fundamental para a reivindicação de espaço social. É desse lugar que fala uma mulher com rendimento, na faixa entre 25 e 29 anos, de São José do Rio Preto, São Paulo:

(29) *As mulheres brasileiras, hoje engajadas e atuantes nas discussões píticas (políticas) e tendo o merecido reconhecimento como trabalhadoras importantes e fundamentais para a nação vêm reivindicar à Comissão da Constituição uma reformulação em suas jornada de trabalho de oito para seis horas e uma aposentadoria com 25 anos de serviço em cadeira independente de onde tenha trabalhado.*

(60728L024578, grupo 4,5)

Observe-se o gênero feminino no artigo definido (“as”), nos substantivos comuns “mulheres” e “trabalhadoras”, nos adjetivos “brasileiras” e “engajadas” e no adjetivo possessivo “suas”. A associação do gênero feminino ao trabalho e engajamento político mostra que a mulher tem um lugar, um espaço social, que, embora ainda restrito, como evidenciaremos abaixo, é

30. Celso Cunha, *Gramática do português contemporâneo*, 2ª ed. (Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971) p. 133.

um espaço que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, principalmente nas grandes cidades brasileiras. Chamarei esse tipo de discurso de *reivindicatório*.

Entretanto, a situação da mulher trabalhadora ainda é bastante difícil porque existe *discriminação* contra o gênero feminino, e suas especificidades, no ambiente de trabalho. Considere-se, por exemplo, o caso da mulher casada, que pode engravidar e ter filhos. Filhos são relacionados a problemas, faltas, pouco rendimento no trabalho. O simples fato de casar pode significar para a mulher a perda de emprego, como registra a proposta de uma mulher sem rendimento, entre 30 e 39 anos, casada, residente em Cuiabá, Mato Grosso.

(30) *Perdi o emprego porque me casei. Todos esses bancos e firmas particulares admitem enquanto as meninas estão sem compromisso e quando as mesmas vão se casar ou ficam grávidas, eles demitem, isso precisa ser visto porque eles alegam não precisar mais dos seus trabalhos, e no outro dia admitem uma nova vítima. Se estamos na época da democracia, espero que o Governo Federal faça algo a respeito da proteção da mulher.*

Inclusive, torna-se mais difícil encontrar um novo emprego depois de casada, porque existe limite de idade nos concursos em geral e nesse meio tempo a mulher está na fase mais experiente de sua vida e sem (ter) como aplicar seus conhecimentos e torna-se uma pessoa infeliz por ser rejeitada com apenas 32 anos de idade.

Acreditamos no governo e na oportunidade de sermos felizes.

(60507L0235559, grupo 2, 59)

Uma análise de gênero nesse texto apresenta o seguinte quadro:

QUADRO IV — REJEIÇÃO DO GÊNERO FEMININO

	SUBSTANTIVOS	ADJETIVOS
1ª fase	meninas vítima	— nova
2ª fase	mulher	casada grávida rejeitada

Os substantivos e adjetivos apresentam, em sua maioria, o sufixo — a, indicativo do gênero feminino. Eles se dividem cronologicamente em duas fases de vida da mulher bem delimitadas. Na primeira fase, as “meninas” ou mulheres jovens são contratadas por bancos e firmas que investem na idéia de que a juventude (e beleza) de uma mulher atrai cliente e, portanto, dá lucro. Assim que essas mulheres casam, os bancos e as firmas demitem-nas

e contratam outras, “novas vítimas”. A primeira fase já demonstra fortes indícios das enormes dificuldades que virão, pois revela a imagem grotesca de jovens mulheres imoladas (“vítimas”) num permanente rodízio.

A segunda fase se caracteriza pela aparente perda de atrativos da mulher, sugerida pelos adjetivos “casada” e “grávida”. O primeiro está associado à idéia de que como a mulher está presa a um homem, sua disponibilidade sexual reduziu-se consideravelmente, significando menos lucro. O segundo remete aos incômodos físicos, comumente associados à gravidez, que provocariam cansaço e pouco rendimento. De acordo com essas idéias, o casamento e a gravidez tornariam a mulher desinteressante para o mercado, o que justificaria sua demissão e rejeição profissional.

Naturalmente, as idéias de indisponibilidade sexual ocasionada pelo casamento e de pouca produtividade como conseqüência da gravidez só têm importância na ótica masculina. Elas não têm um valor intrínseco e nem são necessariamente verdadeiras. Trata-se, de fato, de pressuposições ou ideologias naturalizadas, ou seja, tornadas naturais. Estas ideologias têm origem entre os homens que dominam a economia brasileira, empresários e banqueiros. Estes homens exploram a mulher como objeto vendável no mercado, para obter lucro e aumentar seu poder. O motivo pelo qual a exploração não aparece como tal é que ela se baseia em idéias ou pressuposições tidas como naturais e aceitas até por muitas mulheres. As convenções para a produção e interpretação desse tipo de discurso, em que a mulher é considerada uma mercadoria a ser consumida como os demais objetos, são determinadas pela ordem social em vigor no Brasil, uma ordem social capitalista e dominada por homens.

Um tipo de discurso semelhante ocorre no exemplo (31), de uma mulher com rendimento, casada, na faixa de 30 a 39 anos, residente em Itapetininga, São Paulo.

(31) *Eu sou formada em eletrotécnica, 2º grau completo, não consigo trabalho por três motivos:*

A — Sou casada e tenho 2 filhos.

B — Sou mulher.

C — Nesta cidade existe pequenas firmas, sendo difícil uma vaga para mulher casada.

Gostaria, portanto, que a lei dê mais apoio profissional, para mulher casada com filhos.

(60303L032780, grupo 5,41)

Os motivos principais pelos quais essa mulher não consegue emprego estão relacionados à discriminação ao gênero feminino: além de ser mulher, ela é casada com dois filhos. Os empregos existentes nas “pequenas firmas” na cidade onde ela reside são reservados, em primeiro lugar, para os homens, que não correm o risco de engravidar, e em segundo lugar, para as mulheres solteiras, que ainda não engravidaram. A rejeição ao gênero feminino, nesse

caso, se baseia no pressuposto naturalizado de que a mulher casada com filhos traz problemas para uma empresa: faltas, atrasos, licenças. Novamente, estamos diante de uma idéia que não tem um valor intrínseco de verdade. Idéias deste tipo são generalizadas e naturalizadas, aceitas como corretas e verdadeiras, porque é o modo de pensar dos homens que predomina na sociedade brasileira, uma sociedade notadamente patriarcal.

As duas propostas analisadas acima refletem um tipo de discurso “sexista” e discriminatório. Este tipo de discurso que reflete uma visão masculina e parcial da mulher difere bastante do discurso reivindicatório observado no final do texto⁽³¹⁾: “Gostaria, portanto, que a lei dê mais apoio profissional, para mulher casada com filhos”

Entretanto, o discurso discriminatório masculino, produto de uma ordem social dominada pelos homens, aparece reproduzido no discurso de algumas mulheres, sugerindo uma diferença entre sexo e gênero. Trata-se de um caso de “ruptura no diálogo” (*dialogue breakdown*), em que a mulher, sem intenção e a propósito de um outro assunto, revela um ponto de vista discriminatório do gênero feminino (Ver Souza Filho, 1985) (32). Observa-se esse tipo de discurso na proposta de uma mulher com rendimento, solteira, na faixa de 30 a 39 anos, residente em Corumbataí, São Paulo.

(32) 1 — *Serviço militar obrigatório, também, para mulheres, que poderia ser de um ano, dividido em duas etapas. Conferindo 6 (seis) meses de aulas teóricas com noções de enfermagem, primeiros socorros em casos de calamidade como: enchentes, incêndios, doenças, noções e informações úteis ao interesse do País, defesa civil e outros. Seis meses de aulas práticas com participação em campanhas de vacinação em periferias, treinamento de ação em casos de tumultos, calamidades, enchentes, incêndios e demais treinamentos militares, talvez mais leves.*

2 — *Presídios: construção em todo território nacional de muitas colônias penais, utilizando-se do trabalho dos próprios presos, através de cursos práticos como: assentamento de tijolos, eletricista, encanador, pedreiro, pintor, ministrados pelo estado ou Senac. O trabalho iria sendo executado pelos presos, tirando o custo da mão-de-obra do estado e dando uma profissão ao preso. Com isso seria mais barato, podendo então ser maior e até melhor. Depois de prontos, para as mulheres cursos de corte e costura, pintura, tricô, crochê, culinária, bordado, artesanato e outros. Essas construções seriam em terras ociosas dos estados e municípios. Depois de prontos, atividades para todos os presos como: manutenção e limpeza das instalações, horta, prática de esporte, aulas de religião, de alfabetização para os analfabetos, noções de higiene e saúde.*

31. Danilo Marcondes de Souza Filho, *Dialogue breakdowns*, in Marcelo Dascal (ed.) *Dialogue: an interdisciplinary approach* (Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 1985) p. 425.

Obs.: Todas essas aulas devem ser ministradas por pessoas especializadas ou voluntárias, que no caso o fariam por amor e dedicação e não apenas para ter ordenado.

(60827L022548, grupo, 5,16)

A proposta desenvolve dois tópicos: serviço militar obrigatório para mulheres e construção de colônias penais em que os presos possam trabalhar. Ambas as seqüências reproduzem uma ideologia de fragilidade da mulher. Na primeira, os treinamentos militares a que seriam submetidas as mulheres presas poderiam ser “mais leves”. A segunda seqüência propõe trabalhos diferenciados para homens e mulheres, como ilustra o quadro abaixo:

QUADRO V – FRAGILIDADE DA MULHER

MULHER	HOMEM
cortê e costura	eletricista
pintura	encanador
tricô	pedreiro
crochê	pintor
culinária	
bordado	
artesanato	

A diferenciação proposta entre o trabalho dos homens e o trabalho das mulheres presas é tomada como natural. Baseia-se esta diferenciação na idéia de que as mulheres são mais frágeis do que os homens, exigindo, por isso, atividades mais delicadas. Na verdade, esta é uma ideologia naturalizada, uma representação da mulher, derivada de pressupostos masculinos semelhantes aos de Grimm, na Alemanha do século XIX, para quem o gênero feminino era “mais suave” do que o masculino, como se mostrou acima.

Um quarto tipo de discurso, identificado na análise das propostas das mulheres, é o da dona-de-casa. Este discurso *denuncia* a marginalização em que vive a mulher que se dedica às tarefas do lar. Registro esta denúncia nas duas propostas que analiso a seguir. A primeira é de uma mulher sem rendimento, casada, na faixa acima de 59 anos, residente em Jacuí, Minas Gerais.

(33) *Venho pedir aos Srs. Constituintes que eu, dona de casa, com 64 anos de idade, não tenho meios de receber nenhum benefício do Governo como a aposentadoria.*

Nós, donas de casa, somos a classe mais marginalizada da sociedade, e sei que somos nós grandes responsáveis por essa sociedade.

Além de trabalharmos mais horas que qualquer classe trabalhadora, ainda somos nós que fazemos a reposição de pessoal, para toda classe de setores, gerando novas vidas.

Depois de 40, 45 ou mais anos de serviços nada recebemos de aposentadoria do País.

(60808L029707, grupo 3, 7)

Esse discurso denúncia se desenvolve por meio dos substantivos: “dona-de-casa”, “idade”, “benefício”, “aposentadoria”, “classe”, “sociedade”, “responsáveis”, “horas”, “reposição”, “pessoal”, “setores”, “vidas”, “serviços”, “país”; e dos adjetivos: “marginalizada”, “grandes”, “novas”. Destacam-se, entre esses substantivos, “dona-de-casa”, “classe”, “responsáveis”, “vidas”, “serviços” e “aposentadoria”, que mostram um grupo de mulheres que se considera uma *classe* de donas-de-casa, indicando uma certa consciência do gênero feminino. Apesar da “grande responsabilidade” que têm, de gerar “novas vidas”, mantendo a sociedade em funcionamento pela “reposição de pessoal”, e após “anos de serviços”, as donas-de-casa não recebem o benefício da aposentadoria. Tal benefício, para estas mulheres, seria uma compensação pelos serviços que prestam à sociedade. O discurso denúncia se resume no adjetivo “marginalizada” que qualifica a “classe de donas-de-casa”. Mas a característica fundamental desse tipo de discurso é sua indeterminação, observada nos indefinidos: “nenhum”, “qualquer”, “toda”, “nada”; e no quantificador “mais”, em “mais marginalizada”, “mais horas”, “ou mais anos”. Essa indeterminação lingüística, produto de um grupo social pouco estruturado que se apresenta de forma vaga, como o “mais marginalizado da sociedade”, tem como resultado um discurso indefinido, uma proposta sem objetivos claros.

A segunda proposta é de uma mulher com rendimento, casada, entre 30 e 39 anos, residente em Londrina, Paraná.

(34) *Há uma grande e urgente necessidade que as leis brasileiras protejam as mulheres que trabalham dentro de suas próprias casas, lavando, passando, limpando para sua família.*

Essa pessoa que faz o serviço doméstico deveria ter, por justiça, uma remuneração e até mesmo direito à aposentadoria.

Os membros de sua família, beneficiados pelos seus serviços domésticos, devem-lhe isso.

Naturalmente assim como se desconta o INPS de um trabalhador, deveria ser descontado de maridos e filhos maiores e que tenham renda, uma importância X, de acordo com seu ganho.

Essa contribuição mensal seria repassada à dona de casa.

Assim as donas de casa deveriam ser cadastradas e ter sua profissão reconhecida e regulamentada pelo governo.

(60711L016383, grupo 5,59)

Ao contrário da proposta anterior, esta é muito clara em seus objetivos. A autora sugere o cadastramento, o reconhecimento e a regulamentação da profissão de dona-de-casa pelo governo. Ela compara o trabalho desta com o de um "trabalhador" que recebe um salário e tem direito à aposentadoria pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). No caso da dona-de-casa, uma importância seria descontada do salário do marido e dos filhos maiores que têm renda. Esta importância constituiria o salário de dona-de-casa, a ser-lhe pago mensalmente pelo trabalho de "lavar, passar, limpar" (e cozinhar) para sua família. Essa proposta não seria de implementação impossível. Na verdade, aprovou-se na nova Constituição algo semelhante a ela, a obrigatoriedade de assistência dos filhos maiores aos pais idosos. No entanto, o ponto que considero importante é a demonstração de consciência do valor do trabalho da mulher, seja ele qual for. Esta consciência aproxima o discurso denúncia da proposta (34) do tipo de discurso que caracterizei como reivindicatório.

CONCLUSÃO

No início deste trabalho, propus-me a investigar a forma e o sentido de propostas elaboradas por mulheres brasileiras à nova Constituição. No decorrer do trabalho, analisei a linguagem e o estilo das propostas. Examinei a questão da variação lingüística e diferentes processos de organização textual. Apontei, em algumas propostas, um estilo oral e modos de propor que desfavorecem a mulher. Analisei também a relação entre linguagem e gênero e a influência dominadora de representações masculinas no discurso da mulher. Quatro tipos de discurso foram investigados: o discurso reivindicatório, em que a mulher se mostra consciente do espaço social conquistado e reivindica direitos; o discurso discriminatório que reflete uma visão masculina e parcial da mulher; o discurso de fragilidade da mulher que é um tipo dominado por ideologias masculinas; o discurso denúncia da dona-de-casa. O primeiro, o segundo e o quarto tipo apresentam colocações da mulher: reivindicações, explicitações de discriminação contra a mulher, denúncia de marginalização da dona-de-casa. O terceiro tipo, porém, é um discurso perigoso, porque nele a mulher se mostra inconsciente que está produzindo ideologias masculinas que lhe são desfavoráveis. Quanto mais as próprias mulheres acreditarem que são frágeis, menos elas lutarão por espaço profissional e político e mais contribuirão para reproduzir a desigualdade entre homens e mulheres e uma relação de dominação entre os sexos.

Três questões se colocam: primeiro, a necessidade de desenvolver uma *consciência lingüística* entre as mulheres brasileiras em que se explicitem tipos de discurso discriminatório ou ideológico, em que a mulher seja tratada como um objeto, em que haja distorção e rejeição do gênero feminino. De acordo

com os dados desta pesquisa, essa tarefa de conscientização lingüística surtirá mais efeito em mulheres com rendimentos e em grupos etários mais jovens. Mas é preciso mostrar também aos outros grupos os sentidos "sexistas" e discriminatórios, freqüentemente embalados em formas lingüísticas aparentemente neutras. É fundamental um trabalho sobre a linguagem, se quisermos garantir um espaço social. A luta da mulher é política; a linguagem deve ser seu instrumento.

O trabalho de conscientização lingüística deve começar pela explicitação de um viés masculino na linguagem. Por exemplo, o emprego do gênero masculino "não marcado", isto é, incluindo pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, deve ser evitado porque tal emprego contribui para manter como neutro ou genérico um sentido que apresenta obviamente um viés masculino. Embora se saiba que a neutralidade sexual é ilusória, chamar a atenção da sociedade para o gênero feminino leva ao questionamento do que Pateman⁽³²⁾ denomina "discurso preguiçoso" (*idle discourse*), o qual trata os sentidos como se fossem estáticos, fechados ao debate.

A segunda questão diz respeito à linguagem e ao estilo das propostas das mulheres e à relação entre linguagem e desvantagem. Não se trata, evidentemente, de considerar a linguagem como panacéia que resolverá todos os problemas das mulheres. Nem tampouco de atribuir ao uso do que chamei de estilo oral e de linguagem implícita (atos de fala indiretos) a falta de poder das mulheres. Esta seria uma atitude elitista, difundida pelas academias e arraigada na sociedade, de prestígio da linguagem escrita e desvalorização da linguagem oral. Em trabalhos recentes, venho mostrando a riqueza e importância da oralidade e a necessidade de mediar a aquisição dos mecanismos da linguagem escrita, no ensino do português, pelo desenvolvimento de habilidades orais nos alunos⁽³³⁾.

Entretanto, existem crenças e atitudes lingüísticas que independem das observações científicas. Aquilo em que as pessoas acreditam é fundamental para suas ações. O poder da linguagem escrita sobre a oral é inegável. Tal poder é reforçado pelo sistema social e reproduzido pelo sistema educacional num "processo invisível"⁽³⁴⁾. Como frisei acima, a luta das mulheres por um espaço social é política e nesta luta a linguagem tem um papel crucial. O domínio da linguagem escrita representa um instrumental indispensável. Neste sentido, as mulheres analfabetas estão em grande desvantagem, margina-

32. Trevor Pateman, *Language, truth and politics* (Jean Stroud, 1980) p. 77; citado in Deborah Cameron, op. cit., p. 172.

33. Maria Izabel S. Magalhães, a conversa tem suas próprias exigências: um estudo de marcadores conversacionais. *Anais do XI Encontro Nacional de Lingüística* (Rio de Janeiro, PUC, 1988) pp. 119-120.

34. Gunther Kress, The social values of speech and writing, in Roger Fowler et al. (eds.) *Language and control* (London, Routledge and Kegan Paul, 1979) p. 53.

lizadas numa sociedade grafocêntrica e vítimas da dominação patriarcal. O estilo oral ou os modos de propor indiretos não convêm à mulher nessa luta política. Suas propostas de modificação nas leis e nos modos de pensar os gêneros na sociedade brasileira precisam ser claras, objetivas, veiculadas numa linguagem que não deixe dúvidas com relação a capacidades e que seja reconhecida pelos interlocutores. Essa linguagem está associada aos padrões da linguagem escrita.

Terceiro, no diálogo com seus interlocutores, a mulher precisa também compreender a ambigüidade entre poder e solidariedade. Esta compreensão é, em parte, demonstrada em algumas propostas à nova Constituição, em que se emprega o paralelismo como um mecanismo interacional de envolvimento. Este fenômeno, freqüente na linguagem oral, não se confunde com o estilo oral discutido acima porque se trata de uma repetição localizada e intencional no texto escrito. Entretanto, o discurso de fragilidade da mulher é um exemplo de ambigüidade em que o poder se oculta sob uma aparente solidariedade.

Finalmente, é preciso questionar as práticas metalingüísticas que contribuem para reproduzir as relações de poder desiguais em prejuízo de determinados segmentos da sociedade brasileira. Neste trabalho, investiguei o segmento das mulheres. A organização e o arquivamento adequado dos formulários das propostas à nova Constituição, bem como a adoção de procedimentos científicos numa futura reindexação dos dados do SAIC permitirá a realização de outros estudos das práticas discursivas e metatextuais reprodutoras dessas relações de poder desiguais e o questionamento da opressão.

BIBLIOGRAFIA DO CAPÍTULO IV

- Austin, J. L. *How to do things with words*. Oxford, Oxford University Press, 1962.
- Bortoni-Ricardo, S.M. *The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- Bourdieu, P. *Outline of a theory of practice*. Tr. R. Nice Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- Brown, R. e Gilman, A. The pronouns of power and solidarity. In: Giglioli, P.P. (ed) *Language and social context*. Harmondsworth, Penguin, 1972, pp. 252-282
- Brown, P. e Levinson, S. Universals in language usage: politeness phenomena. In: Goody, E.N. (ed.) *Questions and politeness: strategies in social interaction*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978, pp. 56-289.
- Cameron, D. *Feminism and linguistic theory*. London, Macmillan, 1985.
- Chafe W.L. The development of consciousness in the production of a narrative. In: Chafe, W. L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, N. J. Alex, 1980, pp. 950.
- Cicourel, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: Guimarães, A. Z. (org.) *Desvendando máscaras sociais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1980.
- Cunha, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1971.
- Fairclough, N. *Language and power*. London, Longman, 1989.
- Foucault, M. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- Goffman, E. *Forms of talk*. Oxford, Brasil Blackwell, 1981.
- On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: Laver, J. e Hutcheson, S. (eds.) *Communication in face to face interaction*. Harmondsworth. Penguin, 1972a. pp. 319-326.
- Alienation from interaction. Laver, J. e Hutcheson, S. (eds.) 1976b, op. cit. pp. 347-363.
- Grice, H. P. Logic and conversation, In: Cole, P. e Morgan, J. L. (eds.) *Syntax and semantics: speech acts*. Vol. 3. New York. Academic Press, 1975, pp. 41-58.
- Hodge, R. e Kress, G. *Social semiotics*. Cambridge, Polity Press, 1988.
- Hymes, D. *Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach*. London, Tavistock Publications, 1974.
- Iglésias, F. *Constituintes e constituições brasileiras*, 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Kramarac, C. *Women and men speaking*. Newbury House, 1981.
- Kress, G. The social values of speech and writing. In: Fowler, R. et al. (eds.) *Language and control*. London. Routledge and Kegan Paul, 1979, pp. 46-62.

- Labov, W. Some principles of linguistic methodology, *Language in Society*, 1:97-120, 1972.
- The social stratification of English in New York City*. Washington, D. C. Center for Applied Linguistics, 1982 (1966).
- Lakoff, R. *Language and woman's place*. Harper and Row, 1975.
- Leech, G. N. *A linguistic guide to English poetry*. London. Longman, 1969.
- Lemle, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro: Lingüística e ensino do vernáculo*. 53/54:60-94, 1978.
- Magalhães, M.L.S. *A conversa tem suas próprias exigências: um estudo de marcadores conversacionais*. *Anais do XI Encontro Nacional de Lingüística*. Rio de Janeiro. PUC. 1988, pp. 207-222.
- Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. D.E.L.T.A. 2(2): 181-205, 1896.
- The rezas and benzeções: healing speech activities in Brazil*. Universidade de Lancaster, Inglaterra, tese de Doutorado inédita, 1985.
- Maltz, D.N. e Borker, R.A. A cultural approach to malefemale miscommunication. In: Gumperz, J.J. (ed.) *Language and social identity*. Cambridge Cambridge University Press, 1982, pp. 196-216.
- Naro, A. e Lemle, M. Syntactic diffusion. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 29 (3): 259-268, 1977.
- Ochs, E. Planned and unplanned discourse. In: Givón, T. (ed.) *Syntax and semantics: discourse and syntax*. Vol. 12. New York. Academic Press, 1979.
- Orlandi, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª ed. Campinas, SP. Pontes, 1987.
- Pateman, T. *Language, truth and politics*. Jean Stroud, 1980.
- Ribeiro, D. *O processo civilizatório*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- Schutz, A. Concept and theory formation in the social sciences. *Journal of Philosophy*, 1, 1954.
- Searle, J. R. Indirect speech acts. In: Cole, P. e Morgan, J. L. (eds.) *Syntax and semantics: speech acts*. Vol. 3. New York, Academic Press, 1975, pp. 59-82.
- Souza Filho, D. M. de Filosofia da linguagem: da teoria do significado à teoria da ação. In: Souza Filho, D. M. de. *Significado, verdade e ação: ensaios da filosofia analítica da linguagem*. Niterói, UFF- EDUFF, 1986, pp. 73-86.
- Dialogue breakdowns. In: Dascal, M. (ed.) *Dialogue: an interdisciplinary approach*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 1985, pp. 415-426.
- Spender, D. *Man made language*. London, Routledge and Kegan Paul, 1980.
- Tannen, D. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, 58(1): 1-21, 1982.
- Trudgill, P. *Sociolinguistics*. Harmondsworth, Penguin, 1974.

Conclusão Geral

*Stéphane Monclair**

* Universidade de Paris I

Concluir não é fácil. O exercício de estilo que consiste, em algumas páginas, em dar aos leitores apressados um rápido resumo dos capítulos precedentes, é um ritual que nós gostaríamos de evitar. De fato, como resumir 72.719 sugestões em alguns parágrafos? Seria injuriar a riqueza do SAIC.

Parece-nos preferível aproveitar estas últimas páginas para falar das utilizações desta banca de dados, para refletirmos sobre as relações entre informática e competição política.

1) Os usos do SAIC

Os primeiros utilizadores do SAIC foram evidentemente os parlamentares, ou ao menos os senadores. Com efeito, o equipamento informático dos gabinetes parlamentares era, nesta época, muito desigual. Não esqueçamos que o Prodasen depende do Senado e este último reagrupa menos eleitos que a Câmara dos Deputados (necessita um menor número de terminais, logo um investimento menos importante). É impossível sabermos o número de horas durante as quais cada parlamentar (ou assessor) consultou o SAIC, por duas razões: em primeiro lugar, os programas do Prodasen não permitem sempre a memorização com precisão de “quem pediu o que”; em segundo lugar, um terminal pode estar ligado ao SAIC sem que o parlamentar esteja atento aos dados exibidos na tela. Todavia, um paralelismo pode ser tentado entre a utilização do SAIC e a de um livro reunindo as sugestões do Estado de S. Paulo (1). A acolhida dispensada a este livro é muito reveladora do “métier” de representante político. Entrevistados pela imprensa, a maior parte dos deputados paulistas confessaram que de fato não estavam a par deste livro; se todos manifestaram desejo de lê-lo, todos lembraram, contudo, que eles detinham o monopólio da redação da Constituição, todos se posicionaram como únicos especialistas desta redação: *o livro pode ser uma excelente*

1. *As sugestões do povo de São Paulo à ANC*, São Paulo, Imesp, 1987.

Esta obra reúne sugestões recolhidas entre maio de 1986 e janeiro de 1987 através de um sistema de telefonia chamado “Linha direta para a Constituinte” que atendia à capital e ao interior do Estado de São Paulo. Uma equipe da Secretaria de Descentralização e Participação anotava as sugestões e depois passava-as para o computador, codificando-as por assunto. A primeira via era posteriormente enviada ao autor da sugestão junto com a cartilha “Você

amostragem do grau de desinformação e do desconhecimento do povo sobre o que é uma constituinte (Deputado Guilherme Afif Domingos) ⁽²⁾; este livro poderá servir apenas como um termômetro, para conhecer o pensamento da população e, assim, permitir aos constituintes a elaboração de discursos esclarecedores sobre o que é uma Constituição; mas, para base de um trabalho constituinte, o livro não ajuda em nada (Deputado Gastone Righi) ⁽³⁾. O SAIC teve um breve sucesso de curiosidade; mas pouco a pouco os constituintes cessaram de solicitar este banco de dados. *Acredito que no caso de ausência das informações relativas à origem geográfica das sugestões, muitos constituintes não teriam consultado jamais o SAIC. Os seus "aprioris" com relação ao que poderia pensar a opinião pública os impedia com freqüência de ver a riqueza do SAIC* ⁽⁴⁾.

A imprensa, é verdade, não incitava os parlamentares a consultar este banco de dados. Seus raros artigos concernentes ao conteúdo das sugestões eram superficiais. Hesitando entre o sensacionalismo ou um populismo miserabilista⁽⁵⁾, eles não falam das possibilidades que oferece o SAIC; eles preferem evocar rapidamente esta ou aquela sugestão. É verdade que três ou quatro artigos contêm elementos estatísticos, mas nenhuma análise os acompanha. Em nenhum momento um jornalista pensou em pedir a um cientista universitário a análise de um grupo de sugestões ou a produção desta ou daquela estatística. Os jornalistas se limitaram sempre a um comentário pleonástico. Como exemplo deste tipo de comportamento, a reação de um jornalista do

é a Constituinte" que explica o que é a Constituição e a importância da participação do povo nos trabalhos dos constituintes. As sugestões do povo paulista (a primeira delas é do Governador Franco Montoro que inaugurou o sistema linha direta) foram agrupadas em cinco blocos: "organização nacional", que trata de reivindicações do funcionalismo público e representa 24% do total de propostas à Constituinte; "declaração dos direitos da cidadania", que contém sugestões sobre direitos e garantias individuais, e reúne 30% das contribuições; "ordem econômica e social", que agrupa idéias sobre direitos trabalhistas, censura e reforma agrária, e que representa 17% das propostas; "família, educação e cultura", que trata do problema do menor, controle de natalidade, divórcio e religião e que contém 13% das sugestões; e "outros assuntos", como consumidor, transporte e habitação, que reúne 16% das propostas. As estatísticas da Secretaria de Descentralização e Participação revelam que a média de idade das pessoas que apresentaram sugestões à Constituinte é dos trinta aos cinquenta anos e que 51% das propostas foram de homens, 48% de mulheres e 1% de grupos e associações (em O Estado de S. Paulo 15-2-87, p. 9). Se este livro não dá nenhuma indicação precisa sobre o modo de coleta, ele indica o nome e o endereço de cada autor da sugestão).

2. Citado pelo *Estado de S. Paulo*, idem.

3. Ibidem.

4. Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, entrevista de 20-10-89.

5. Encontramos um bom exemplo no *Correio Braziliense*, 14-6-86, p. 21.

Jornal do Brasil: ao saber que nosso grupo de estudos tinha encontrado uma sugestão de Chico Mendes, ele quis saber de qualquer forma como nós a tínhamos descoberto e não o que nós pensávamos do seu conteúdo (6). Se todas as suas questões provam seu espanto e testemunhavam sua falta de visão em face das potencialidades do SAIC, nossas respostas se transformavam em reprimendas: *por que você só descobriu, hoje, a existência do SAIC?* De fato, a imprensa não falou do SAIC, porque o SAIC traz respostas a perguntas que não foram colocadas pelos jornalistas.

Todavia, a falta de interesse mais flagrante em relação ao SAIC fica por conta dos universitários. É de fato estranho que a UnB, que tinha sido contactada para “fornecer” a mão-de-obra necessária à indexação das sugestões, não tenha imaginado a constituição de um grupo de estudos sobre o SAIC. Da mesma forma, por que o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte estreitamente ligado a certos constituintes (co-autor do livro consagrado a *Saga das Emendas Populares*) ignoraram o SAIC? Por que nenhum professor, ou pesquisador em redação de tese, não veio trabalhar sobre o SAIC? Será o resultado do modo de funcionamento do campo dos pesquisadores brasileiros em ciências sociais e/ou será a consequência das condições de produção e de composição deste campo e/ou será o resultado da idéia que os intelectuais se fazem do “povo” e da sua capacidade para se tornarem constituintes? Sem dúvida estes três motivos se combinam em função do conhecimento que tinham os universitários da existência do banco de dados SAIC.

Da mesma forma, por que a Constituinte, já que ela pretendia publicar o conjunto de documentos relativos aos seus trabalhos, não publicou as 72.719 sugestões do SAIC (7). Quem decidiu que isto não era necessário? Por quais motivos? Por que os formulários originais não foram microfilmados para permitir um arquivamento mais seguro e uma pesquisa mais fácil? A resposta é sempre a mesma: ela decorre do fato que o SAIC é ao mesmo tempo um banco de dados político e um banco político de dados (paradoxo analisado no capítulo I), e então do fato que são os políticos e os técnicos em informática que “decidiram” sobre o SAIC e não cientistas. Aliás, não é por acaso se o último relatório do Prodasen, explicando o *Projeto Constituição* ao Senado, não mencionava o pessoal científico entre os utilizadores potenciais do SAIC.

6. Seu artigo é, aliás, o produto desta obsessão, ver *Jornal do Brasil*, 5-11-89, p. 19.

7. Com efeito, a Assembléia Nacional Constituinte editou hoje todos os documentos relativos a estes trabalhos (é, para os pesquisadores, uma oportunidade única), excetuadas estas sugestões.

Este “esquecimento” é mais significativo que qualquer comentário. Nestas condições, o leitor não se surpreenderá com a publicação tardia deste livro⁽⁸⁾.

Em suma, o SAIC foi sempre utilizado abaixo de suas possibilidades. No entanto, se nós tivéssemos que outorgar um prêmio àquele que usou o SAIC consoante os seus interesses, nós o entregariamos sem hesitação ao Senador José Ignácio Ferreira. De fato, este último depositou, conforme o regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, um conjunto de “sugestões” suscetíveis de esclarecer o trabalho das subcomissões temáticas⁽⁹⁾ (ele detém assim o recorde da redação deste tipo de sugestão: 730, ou seja, 595 a mais que o segundo, Nilson Gibson, PMDB — PE, ou seja, 7.56% do total das sugestões dos 483 constituintes que usaram este procedimento). A importância destas sugestões do referido senador resulta menos de uma imaginação legislativa ilimitada do que de empréstimos repetidos junto ao

8. De fato, de passagem por Brasília para angariar documentos sobre a Constituinte, fiquei sabendo, depois de uma semana de coleta de entrevistas, da existência de *alguns milhares de sugestões enviadas pela população*. Quando cheguei ao Prodasen, percebi que se tratava de um banco de dados cujo interesse científico compreendi imediatamente (ainda que de forma parcial). Minha intenção era a de obter uma cópia magnética e de explorá-la no Departamento de Ciência Política da Universidade de Paris I. Fui recebido muito cordialmente pelo Diretor Executivo de então, Sérgio de Otero Ribeiro, pelo seu adjunto Marcus Vinicius e alguns técnicos. Nossa surpresa foi mútua. De um lado, estas pessoas se davam conta que o primeiro cientista desejoso de trabalhar sobre o SAIC, não somente adentrava o Prodasen 16 meses depois que a totalidade das sugestões havia sido indexada, mas se tratava de um europeu falando mal o português. No que me concernia, estava surpreso de ser o primeiro pesquisador a se interessar pelo SAIC. Mais tarde, dificuldades de ordem técnica e administrativa me impediram de obter uma cópia do SAIC. Eu decidi, então, voltar a Brasília, em agosto de 1989, e estudar no local as sugestões relativas à reforma agrária e ao meio ambiente. Se o diretor executivo havia mudado (William Sérgio Mendonça Dupin começava seu mandato), nenhum outro cientista havia, neste meio tempo, se interessado pelo SAIC. Eu comeci meu trabalho e submeti ao William a idéia de se constituir um grupo internacional de pesquisa sobre este banco de dados. O William se apossou na efetivação deste grupo. Graças a ele e ao Senador Canale, e uma vez vencidas as reticências de certos membros da administração do Senado ao fato de um francês coordenar este grupo (quando compreender-se-á que a ciência não tem passaporte?) minha equipe pôde começar o trabalho. Entretanto eu não ignorava que a existência deste grupo poderia satisfazer ou contrariar os interesses de certos atores do *Projeto Constituição*, e eu sabia que este livro seria prefaciado por um Senador (o Prodasen não é uma universidade e os senadores continuam sendo profissionais interessados na política). Em contrapartida quando eu soube, em março de 1990, que este livro deveria, *por razões de economia*, ser reduzido em número de páginas, eu compreendi que este livro, cinco anos depois de *Diga Gente*, não escaparia às contradições do *Projeto Constituição*. Da mesma forma que os cientistas não foram consultados quando deste projeto, também hoje nós não teríamos o poder de decisão sobre o número de páginas (logo do conteúdo) do livro que traça o balanço científico deste projeto. Isto explica a ausência de certas estatísticas no volume II e, conseqüentemente de certos comentários nos capítulos III e IV.

9. O termo *sugestão* é o utilizado pelo regulamento. Nós vamos empregá-lo mesmo se ele pode se prestar a confusão com as *sugestões* do SAIC enviadas pelos cidadãos.

SAIC. Várias destas 730 sugestões retomam freqüentemente (com um vocabulário evidentemente mais legítimo, mais jurídico) as reivindicações emitidas pelos cidadãos brasileiros⁽¹⁰⁾. Certos parlamentares reclamaram do Senador José Ignácio um abuso em relação a utilização dos dados do Prodasen para publicidade própria, para aparecer como um constituinte apegado a seu trabalho⁽¹¹⁾. Entretanto, este argumento nos parece pouco adaptado à situação, uma vez que a verdadeira questão (menos inocente do que parece) é a seguinte: Por que seus colegas não agiram como ele? Por que cada constituinte, isto é, cada eleito do povo, não se inspirou naquilo que pensava o povo (através do SAIC) para redigir as sugestões ou as emendas? A função principal do Prodasen e do SAIC não é a de ajudar os parlamentares no seu trabalho? Isto nos leva a refletir sobre as relações *informática e competição política*.

2) Informática e competição política

Nós não queremos aqui falar das responsabilidades das divisões do pessoal político quanto ao desenvolvimento de uma informática brasileira⁽¹²⁾, nós não queremos também louvar ou exaltar o desenvolvimento da informática na sociedade brasileira, uma vez que este discurso constitui a expressão ideológica da informatização da sociedade e participa de uma nova ideologia científica: os poderes em exercício⁽¹³⁾ (*ele é um gênero de fábrica de sentidos que procura reconciliar o fato técnico com seus valores humanos num esforço de justificação da ação presente e da atividade futura; num nível mais trivial, mas não menos importante, ele protege e favorece os interesses econômicos de um meio técnico particular, os dos técnicos em informática do Prodasen ou da IBM, por exemplo*)⁽¹⁴⁾. Nós gostaríamos, ao contrário, de lançar algumas idéias sobre a forma pela qual os recursos informáticos podem ajudar os competidores.

10. Nós encontramos exemplos reveladores no Arquivo nº 33. Os empréstimos são por vezes tão sistemáticos que duas sugestões contraditórias do SAIC podem ter ensejado duas sugestões senatoriais, estas também contraditórias.

11. Ver *Diário Popular*, de 25-3-87.

12. Sobre este assunto ler Emanuel Adler em "O papel das elites políticas intelectuais e das instituições no desenvolvimento da informática e da energia nuclear na Argentina e no Brasil", em *Dados*, nº 3—1988 ou Cristina Tavares e Milton Seligman em *Informática: a batalha do século XXI*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. Se a primeira referência é uma obra científica, a segunda é reveladora da forma pela qual os políticos encaram o problema da informática.

13. Sobre esta denúncia, ler por exemplo Jungern Habermas, *La Techni que et la Science comme Idéologie*, Paris, Gallimard, 1975.

14. In André Vitalis, *Informatique, Pouvoir et Libertés*, Paris, Economica, 1988, p. 10.

O estudo dos deslocamentos de poder consecutivos à informatização colocou em evidência um aumento da centralização e nos anos 70 e 80, o aparelho administrativo e o executivo foram os principais beneficiados com este processo. Não somente o Planalto pode hoje, através das sondagens, conhecer melhor os desejos ou as aspirações da população e a realidade sobre a qual ele age (ele tende então a não mais consultar sobre estes assuntos os intermediários, ou seja, os eleitos), mas ele está também mais apto a tratar os dados informáticos encomendados junto aos institutos especializados sob seu controle. De fato, o Legislativo, mesmo dispondo de todos os dados, corre o risco de não poder tratar facilmente o conjunto das informações a sua disposição. Isto porque *diante da ausência de um pessoal especializado colocado à disposição dos parlamentares, capaz de procurar, de criar e de interpretar os dados necessários a um debate ou a votação de uma lei, o senador ou deputado (e também seus assessores) assumem o risco de serem esmagados pelo número de referências bibliográficas, pela quantidade de texto e de esquemas que o computador os fornecerá. A superabundância acarreta sempre, para aquele que é mal preparado, paralisia (paralisia aproveitável pelos seus concorrentes e adversários)*¹⁵. O computador, segundo alguns, poderia ajudar o parlamentar na sua tomada de decisão (a máquina, que permitindo testar diferentes hipóteses sobre os modelos econômicos existentes, possibilitaria ao parlamentar a estimação por simulação do impacto desta ou daquela medida orçamentária ou desta ou daquela política pública; num caso extremo, os eleitos poderiam estabelecer contra-orçamentos). No entanto, em virtude do fato que a decisão política não resulta do simples raciocínio lógico e da medida, porque ela depende também do compromisso, de concessões e renúncias ligadas aos interesses políticos e *as convicções* dos atores, o computador não ditará um comportamento ao parlamentar.

Da mesma forma, o Prodasen poderá dificilmente ocupar uma posição de *interface* entre os eleitores e os eleitos (como o *Projeto Constituição* o supunha) porque, num modelo social, contrariamente ao modelo cibernético, o *interface* (o *filtro* para falar como Easton) nunca é neutro. De fato, o Prodasen não poderá se posicionar num papel de intermediário entre a população e o Congresso sem colocar tendencialmente em xeque as posições adquiridas pelos porta-vozes da população, sem interferir nas modalidades de delegação de poder e de "la remise de soi" que constituem o princípio da delegação política. É certo que é do interesse do Prodasen, enquanto organismo, se desenvolver. Poderá ele consegui-lo em detrimento dos interesses de suas instâncias de tutelas? O último documento publicado em anexo, uma espécie

15. Sobre o temor e as esperanças suscitadas pela informática junto ao pessoal político brasileiro, ver *Simpósio de Informática do Senado Federal*, Brasília, Cegraf, 1983, pp. 263-299.

de programa reivindicativo do que poderia ser o Prodasen, segundo seu diretor-executivo (ou seja, segundo um dos autores principais do SAIC), é um bom exemplo das tentativas de autodefinição do Prodasen e das partes de mercado que ele poderia, amanhã, conquistar. Ele é testemunha de novos "enjeux" e nos convence ainda mais que se há uma *constituição desejada*, havia também e haverá ainda um *Prodasen desejado*.



OS 01566/90

